

**JACQUELINE ALBERGE RIBAS**

**OS JOGOS ABERTOS DO PARANÁ NA  
CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPORTE PARANAENSE  
ENTRE 1987 E 2005**

Dissertação de Mestrado defendida  
para obtenção do título de Mestre em  
Educação Física, no Departamento  
de Educação Física, Setor de  
Ciências Biológicas da Universidade  
Federal do Paraná.



**CURITIBA  
2007**

**JACQUELINE ALBERGE RIBAS**

**OS JOGOS ABERTOS DO PARANÁ NA  
CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPORTE PARANAENSE  
ENTRE 1987 E 2005**

Dissertação de Mestrado defendida  
para obtenção do título de Mestre em  
Educação Física, no Departamento  
de Educação Física, Setor de  
Ciências Biológicas da Universidade  
Federal do Paraná.

|  
Orientador: Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a **Eros Alberge e Jeanete Jazar Alberge**, meus pais, por terem me ensinado a amar os livros na incansável busca pelo conhecimento e cujos exemplos de vida e alegria ensinaram-me a persistir na busca dos meus objetivos.

Ao **Marcel e Jean**, meus filhos, responsáveis por darem sentido à minha vida.

A **Renato Muniz Ribas Junior**, meu amor, pela paciência, compreensão e apoio, fundamentais durante a realização deste trabalho, acreditando em sua concretização.

## AGRADECIMENTOS

Ao amigo e colega Écliton dos Santos Pimentel, pela incontestável parceria no Mestrado desde o momento em que nos conhecemos, assim como pelo apoio irrestrito, principalmente, nos momentos finais deste trabalho. Aos colegas do Mestrado, que com muita atenção e interesse estiveram ao meu lado durante este aprendizado.

Aos amigos e colegas de trabalho, que durante o dia-a-dia se dedicam à melhoria da sociedade paranaense, lutando pela ascensão do esporte e do lazer ao nível de prioridade na educação: Francisco Paulo Trautwein, Maria Zuleica Lopes Koritiak, Vitor Domingos Martinez, Mauro João Cachel, Dilson José de Quadros Martins, Sílvia Julia Motta Carvalho, Agnaldo Luiz Baldo, Richarde César Salvador, Newton Trindade Junior, José Francisco Grezzana e principalmente Dirceu Ramiro de Assis com sua fabulosa memória, pelo auxílio com a pesquisa documental e colaboração durante nossas conversas na elucidação de pontos confusos. A todos os funcionários da Paraná Esporte.

A Paraná Esporte por ter-me possibilitado o afastamento das minhas atividades profissionais para que eu pudesse concluir este curso, em especial ao esforço da funcionária Claudia Elaine Bartrina Bagó.

Aos professores Fernando Renato Cavichiolli e Constantino Ribeiro de Oliveira Jr., pela leitura, considerações e ricas sugestões dadas em relação ao texto desenvolvido, que foram fundamentais ao cumprimento dos propósitos estabelecidos.

Aos Doutores da UFPR, Wanderley Marchi Júnior, Fernando Renato Cavichiolli, Simone Aparecida Rechia, Iverson Ladewig e Luiz Carlos Ribeiro, pelas formidáveis aulas, que suplantaram o conhecimento acadêmico, cumprindo a função de aprendizado para a vida.

À Coordenação e Vice-coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFPR e à secretaria do Programa de Mestrado, na pessoa do funcionário Daniel Dias que na medida do possível sempre esteve atendendo às minhas solicitações. Também aos funcionários e aos membros do colegiado do curso.

Apresento meus sinceros agradecimentos aos professores que se dispuseram a participar das entrevistas, me atendendo prontamente de forma cordial e alegre, contribuindo com seus conhecimentos na construção desta pesquisa: Cristiano Barros Homem Del Rei, José Alberto de Campos, Luiz Fernando Cordeiro, Carlos Roberto Ferreira, Vicente Piazza Filho e Waldecir Edson Pagliaci (Socó).

## **AGRADECIMENTO ESPECIAL**

Ao pesquisador, orientador e amigo, professor Fernando Marinho Mezzadri, da Universidade Federal do Paraná, pela paciência, compreensão e por também ter oportunizado o meu ingresso no Mestrado, depositando confiança no relacionamento acadêmico que estaríamos por iniciar, e que se desenvolveu envolto pelo sentimento de admiração e respeito ao exemplo de dedicação profissional, demonstrada no minucioso e indispensável trabalho de orientação.

Espero que esse relacionamento frutifique na parceira profissional.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	<b>vii</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>viii</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>01</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
1.1. A TEORIA DOS JOGOS DE NORBERT ELIAS .....	12
1.2. A TEORIA DOS CAMPOS DE PIERRE BOURDIEU .....	17
<b>CAPÍTULO 2</b>	
2.1. OS JOGOS ABERTOS DO PARANÁ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	27
2.1.1. O Governo Álvaro Fernandes Dias – 1987 a 1990 .....	32
2.1.2. O Governo Roberto Requião – 1991 a 1994 .....	47
2.1.3. O Governo Jaime Lerner – 1995 a 1998 e 1999 a 2002 .....	51
2.1.4. O Governo Roberto Requião – 2003 a 2005 .....	65
2.2. A ESTRUTURA DOS JOGOS ABERTOS DO PARANÁ .....	70
2.2.1. A organização dos Jogos Abertos do Paraná .....	70
2.2.2. Os objetivos dos Jogos Abertos do Paraná .....	87
<b>CAPÍTULO 3</b>	
3.1. VISÃO DOS AGENTES SOCIAIS ENVOLVIDOS .....	96
3.2. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS .....	113
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>132</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>135</b>

## RESUMO

A problemática central desta investigação é verificar se na visão dos agentes sociais envolvidos (o Estado como organizador e os órgãos esportivos municipais como participantes), os objetivos específicos estabelecidos para os Jogos Abertos do Paraná no período compreendido entre 1987 e 2005 foram atingidos. A pesquisa estará embasada nas diretrizes para os Jogos Abertos do Paraná constituídas pelas propostas governamentais apresentadas para o campo esportivo no período compreendido entre 1987 e 2005. A partir da análise sociológica dos dados levantados, procuraremos identificar as forças e os meios utilizados pelos agentes interdependentes nas decisões sobre a competição, focando a atenção no papel desempenhado pelo Estado na configuração. Através deste estudo procuraremos contribuir para que as futuras políticas públicas para o esporte e o lazer, tragam resultados expressivos para a sociedade.

Palavras-Chave: Jogos Abertos do Paraná; Política Pública; História e Sociologia do Esporte.

## **ABSTRACT**

The central problematic of this inquiry is to verify if in the established vision of the social agents involved (the State as the organizer and the city's sports agencies as participants), the specific objectives for the "Jogos Abertos do Paraná" in the period understood between 1987 and 2005 had been reached. The research will be based on the lines of direction for the "Jogos Abertos do Paraná", constituting of the governmental proposals presented over to the sportive field in the period between 1987 and 2005. From the sociological analysis of the raised data, we will look forward to identify the forces and the ways used by the interdependent agents in the decision making on the competition, focusing the attention in the role played by the State in the configuration. Through this study we will look forward to contribute to the sports community, so that the future public policy for the sport and leisure brings consistent positive results for the society.

Key words: Jogos Abertos do Paraná; Public Policy; History and Sport Sociology.



## INTRODUÇÃO

O tema em questão trata dos Jogos Abertos do Paraná, uma das maiores competições esportivas realizada no Estado. Para o desenvolvimento da pesquisa delimitaremos o estudo entre os anos de 1987 a 2005. Entretanto, para compreendermos melhor este período, buscamos o contexto da criação da competição, ou seja, a década de 50, precedido da regulamentação da Lei Federal 3.199/41, onde citamos alguns pontos relevantes da estrutura esportiva paranaense.

Uma revisão histórica foi efetuada com o objetivo de recuperar a evolução do tema e “a inserção dessa evolução dentro de um quadro de referência que explique os fatores determinantes e as implicações das mudanças”.<sup>1</sup>

O primeiro ponto diz respeito ao desenvolvimento sócio-político, econômico do Estado, estruturado a partir da década de 50. Esta década concretizou a total ocupação territorial do Paraná. Na esteira desta nova dinâmica, se inicia uma nova fase na estrutura do esporte no Estado.

Segundo Mezzadri<sup>2</sup>, os marcos do início da intervenção da ação governamental no desenvolvimento da estrutura esportiva estadual foram a criação da Divisão de Educação Física e Esporte da Secretaria Estadual de Educação, a criação do Conselho Regional de Esportes e a utilização de verbas públicas para financiar a organização e construção dos clubes sociais e esportivos.

Gradativamente, a sociedade exerceu pressão sobre o Estado para a efetivação de repasses de recursos financeiros aos clubes e demais entidades esportivas produzindo o aumento da interdependência entre os clubes sociais, esportivos e o Estado, que via neste financiamento um meio de contribuir com a construção social.

No decorrer do processo, o governo instituiu a prática de atividades esportivas nas escolas, antes restrita ao interior dos clubes, concomitante com o impulso na ocupação territorial do Paraná. Houve um afastamento dos clubes esportivos nas competições promovidas pelas Federações, ocasionando uma crise na Federação Desportiva Paranaense.

Por conseguinte, após o enfraquecimento financeiro dos clubes esportivos e do avanço das propostas governamentais incentivando a prática esportiva no Estado, surgiu

---

<sup>1</sup> LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: PUC-SPEduc, 2007, p. 86.

<sup>2</sup> MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no estado do Paraná: da formação dos clubes às atuais políticas governamentais**. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, [s.n.], 2000.

em 31 de agosto de 1957 uma competição denominada Jogos Abertos do Paraná, que visava propiciar o intercâmbio entre os atletas das cidades paranaenses.

Os Jogos Abertos do Paraná foram sendo realizados sem profundas alterações até meados da década de 80, quando se iniciou o processo de abertura política nacional com a pressão da sociedade pela instalação no país de um regime democrático.

Foram realizadas eleições majoritárias em 1986, com Álvaro Fernandes Dias assumindo o governo do Estado do Paraná para o quadriênio 1987 a 1990. A transição governamental efetuada de 1986 para 1987 na área de esporte teve como ponto alto a realização do I Seminário de Planejamento Integrado, coordenado pelo então Coordenador de Esporte da Secretaria da Cultura e Esporte, Sr. Lélcio César e com a participação de Edson Gradia, entre outras autoridades e representantes de sessenta órgãos esportivos municipais do Estado. Neste evento, entre outros assuntos, foi anunciada oficialmente a desvinculação da área de esporte da Secretaria de Estado da Cultura.

Assim, em 1987 foi criada a Secretaria Especial de Esporte, tornando a área do esporte e do lazer elevados ao nível de Secretaria de Estado, sendo a Fundação de Esportes do Paraná sua unidade administrativa.

O fato da elevação do esporte e do lazer ao nível de Secretaria de Estado foi um dos motivos pelos quais se optou pelo período de 1987 a 2005, para a realização da pesquisa.

Para dar suporte ao novo período governamental na área do esporte e lazer, foi elaborado pelo governo estadual um documento intitulado Política Estadual de Esporte, com uma proposta política, que buscava entender a estrutura esportiva não mais como uma reprodução técnico-burocrática, mas sim buscando uma nova forma de pensar dos indivíduos, através do entendimento sobre o esporte fundamentado em um conjunto das seguintes características: filosófica, científica e política.

Uma das principais ações do ano de 1987 foi a realização do II Seminário de Planejamento<sup>3</sup>, no município de São José dos Pinhais, com a participação de representantes de cento e sessenta municípios do Estado e vinte e um convidados, cujo objetivo central era democratizar o processo de tomada de decisões. Entre estas decisões, estava em pauta as mudanças relativas à organização e realização dos Jogos Abertos do Paraná.

Portanto, as alterações nos regulamentos das competições organizadas e realizadas pelo Estado no período de 1987 a 2005, tinham suporte na participação da comunidade esportiva paranaense.

---

<sup>3</sup> Informações obtidas no documento oficial do Governo do Paraná, Fundação de Esportes e Turismo do Paraná – Relatório de Atividades 1987 – 1991, Diretoria de Esportes, Curitiba, 1991.

Partindo dos diferentes pontos de vista, que emergiam das discussões dos participantes que propunham as alterações no Regulamento dos Jogos Abertos do Paraná, baseado na participação dos municípios na competição, com o contexto das políticas públicas estabelecidas nos programas de governo dos cinco períodos de mandato governamental, surgiu a problemática central desta pesquisa: Na visão dos agentes sociais envolvidos, os objetivos específicos estabelecidos para os Jogos Abertos do Paraná no período compreendido entre 1987 e 2005 foram atingidos?

Pela análise antecipatória e conhecimento do contexto, estabelecemos duas hipóteses.

Temos como primeira hipótese o entendimento de que sob a visão dos agentes envolvidos (o Estado como organizador e os órgãos esportivos municipais como participantes), os objetivos específicos propostos nos regulamentos dos Jogos Abertos do Paraná e construídos no período compreendido entre 1987 e 2005 foram atingidos, demonstrando que as diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas formaram uma sinergia junto aos anseios dos agentes sociais do campo esportivo<sup>4</sup>.

Como segunda hipótese, temos o entendimento de que sob a visão dos agentes envolvidos (o Estado como organizador e os órgãos esportivos municipais como participantes), os objetivos específicos propostos nos regulamentos da competição e construídos no período compreendido entre 1987 e 2005 não foram atingidos totalmente, devido ao descompasso entre as aspirações destes agentes, dentro do campo esportivo e as diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas, ocasionado pelas mudanças dos agentes nos grupos, sua interdependência instável e mutável na configuração multifuncional e a busca pelo equilíbrio do potencial de poder.

Consideramos como agentes sociais os representantes da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, hoje denominada Paraná Esporte, na condição de organizadores da competição, e os membros dos órgãos esportivos municipais das Secretarias, Fundações e Departamentos ligados às Prefeituras Municipais, como participantes e gestores das políticas municipais para o esporte e o lazer.

Diante disso, procuraremos estabelecer um diálogo sobre a forma como esses agentes interagiram, tendo em vista a existência de relações de poder que se fazem presentes.

---

<sup>4</sup> Referente à Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu, a ser apresentada no Capítulo 1.

Segundo Mezzadri <sup>5</sup>, a alteração do equilíbrio de poder nas relações entre Estado e sociedade que ocorreu a partir da década de 50, permanece até os dias de hoje com o domínio da estrutura esportiva paranaense pelo Estado. Isto ocorre mesmo após alguns espaços terem sido abertos aos indivíduos num primeiro momento através da autonomia<sup>6</sup> conferida pela Constituição Federal de 1988 às entidades esportivas, dirigentes e associações e num segundo momento com a regulamentação da Constituição Federal pelo Decreto nº. 981/93 e que posteriormente transformou-se na Lei Federal nº. 8.672/93<sup>7</sup>, mais conhecida como Lei Zico.

Estabelecemos como objetivo principal dessa pesquisa verificar se os objetivos propostos no regulamento dos Jogos Abertos do Paraná foram alcançados sob a visão dos agentes sociais esportivos envolvidos (o Estado como organizador e os órgãos esportivos municipais como participantes), no período compreendido entre 1987 e 2005, motivados com a possibilidade de aprofundar a discussão sobre a função da instituição pública em relação ao esporte, e mais especificamente sobre essa competição, a fim de colaborar para com a construção das políticas públicas para o esporte, além de almejar contribuir para que os “bastidores” dos Jogos Abertos do Paraná, nesse período, sejam de conhecimento de um maior número de pessoas.

Para a presente pesquisa, sentimos a necessidade de uma melhor compreensão sobre as diretrizes que serviram de sustentação para os Jogos Abertos do Paraná, desencadeadas através das políticas públicas entre os anos de 1987 e 2005. Pretendemos também entender quais foram os papéis que os agentes sociais envolvidos desempenharam frente a esse processo.

Verificamos que os Jogos Abertos do Paraná, projeto desenvolvido sob a perspectiva da interatividade e interdependência entre os agentes, submeteu-se à ação direta de cada agente, dependeu direta e proporcionalmente da forma como se deu a relação de força entre os agentes, no cumprimento dos objetivos propostos em seus regulamentos e das diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas.

Constatamos também que essa competição foi realizada desde sua criação em 1957 até os dias de hoje, impondo-se e resistindo à passagem de vários períodos governamentais com políticas públicas e equipes diretivas diferentes, estabelecendo lutas entre os agentes.

---

<sup>5</sup> MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no estado do Paraná: da formação dos clubes às atuais políticas governamentais.** Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, [s.n.], 2000.

<sup>6</sup> BRASIL, Constituição Federal, art. 217, 1988.

<sup>7</sup> BRASIL, Lei nº. 8.672, de 06 de Julho de 1993.

Para ilustrar a maneira como são travadas essas lutas, numa breve consideração sobre os fatos do dia-a-dia do esporte, apresentamos o relato do jornalista Luiz Augusto Xavier que escreve na coluna Toque de Letra: “Jogos (bem) Abertos”.<sup>8</sup>

Essa coluna foi editada pelo jornal O Estado do Paraná e falou sobre a contratação irregular de atletas de outros Estados para participar dos Jogos Abertos do Paraná.

Ao discorrer sobre o assunto apresentado, Xavier comentou que os Jogos Abertos do Paraná proporcionavam um conagraçamento fantástico, com tradição e história, e por onde já passaram boa parte dos atletas que o Estado revelou, vindas de vários lugares, unidas pelo ideal de competir e levar para as cidades de origem o orgulho de uma boa colocação ou medalhas, mas:

Isso em teoria, pois as edições mais recentes apontaram para uma grave distorção, a partir do aproveitamento político do evento, para tirar proveito com projeção individual, pessoal, eleitoral ou seja lá qual for o propósito. O espírito amador foi substituído pela “profissionalização” marrom, com a importação de atletas de vários pontos do país para defenderem uma cidade que jamais conheceram e com a qual nunca tiveram qualquer vínculo.<sup>9</sup>

Ao fazer o relato acima, o jornalista expôs uma situação que evidenciou a possível realização de irregularidade cometida por alguns municípios participantes, demonstrando o grau de animosidade em busca da vitória na competição e conseqüentemente “acumular ou manter um capital de notoriedade e honorabilidade sempre suscetível de se converter em poder político”.<sup>10</sup>

O jornalista explica que não é contrário à presença de atletas consagrados nos Jogos Abertos do Paraná, desde que a contratação seja de forma efetiva, com apoio financeiro e logístico, por um período bem maior do que as duas semanas em que se realizada a Fase Final da competição.

Assim sendo, podemos encarar esse ato de contratação irregular de atletas como uma incoerência por parte dos gestores municipais. Se eles queriam a participação de atletas de fora do Estado competindo por seus municípios nos Jogos Abertos do Paraná em 2003 (pois foi exatamente isso que alguns supostamente fizeram de forma irregular), deveriam ter proposto esta alteração no regulamento para a competição e decidido pela sua inclusão, quando o mesmo foi previamente discutido e alterado para os anos de 2002 e

---

<sup>8</sup> XAVIER, L. A. “**Jogos (bem) Abertos**”. Coluna Toque de Letra, Jornal O Estado do Paraná, Curitiba-PR, 10 de Outubro de 2003.

<sup>9</sup> Ibid.

<sup>10</sup> BOURDIEU, P. Como é possível ser esportivo? In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 147.

2003, na Reunião de Gerenciamento dos Jogos Oficiais, que aconteceu no município de Guaratuba, nos dias 11, 12 e 13 de dezembro de 2001.

Portanto, as discussões a respeito da competição levantam dúvidas, as quais exigem uma profunda reflexão sobre a função e o papel dos agentes que participam da realização dos Jogos Abertos do Paraná. Tal análise, intende contribuir para o progresso das políticas públicas para o esporte e lazer, em virtude da luta contra as incongruências presentes em nosso Estado.

Assim sendo, para que esta pesquisa pudesse ser melhor desenvolvida, houve a necessidade de procedermos a uma apreciação dos Jogos Abertos do Paraná sob o contexto histórico e da política pública para o esporte e lazer, estudando cada momento em que se realizou este evento, devido à transformação pela qual a sociedade passou, neste período de 1987 a 2005, cujo recorte envolve os cinco quadriênios de mandato governamental paranaense, observados empiricamente.

A sustentação da observação empírica está baseada em história de vida, uma vez que participamos do processo compreendido pelo período do recorte da pesquisa, como funcionária da instituição governamental desde 1985, atuando em diversas funções, tanto na Fase Regional como na Fase Final de várias edições, culminando com a Direção Geral da competição no ano de 2002.

Quando nos referimos ao contexto da política pública, entendemos ser de relevante importância, pois através dela foram constituídas as diretrizes que serviram de sustentação para o desencadeamento de ações que interferiram sobremaneira no desenvolvimento do campo esportivo e, conseqüentemente, nos Jogos Abertos do Paraná.

Para que pudéssemos desenvolver este trabalho utilizamos como técnica a pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas com os agentes posteriormente citados. Sobre a pesquisa documental utilizamos como referência Gil, que em sua obra faz o seguinte comentário desta técnica:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, etc. De outro lado, existem os documentos

de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas analíticas etc.<sup>11</sup>

O desenvolvimento da pesquisa foi realizada em fontes primárias e secundárias, através de documentos públicos oficiais, nesse caso classificados como atas de Encontros, Seminários e Congressos Estaduais, políticas governamentais, planejamento estratégico e plano de gestão dos governos de Álvaro Fernandes Dias, Roberto Requião de Melo e Silva e Jaime Lerner, regulamentos e projetos dos Jogos Abertos do Paraná, consultas a jornais e revistas além de relatórios anuais da instituição pública, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

As análises destes documentos ocorreram através da abordagem qualitativa, baseada na teoria dos jogos de Norbert Elias e na teoria dos campos proposta por Pierre Bourdieu, já tendo como ponto de vista o papel da instituição pública durante a realização deste evento, bem como a interdependência dos agentes sociais neste processo. Segundo Triviños:

A pesquisa qualitativa com apoio teórico na fenomenologia é essencialmente descritiva. E como as descrições dos fenômenos estão impregnadas dos significados que o ambiente lhes outorga, e como aquelas são produto de uma visão subjetiva, rejeita toda a expressão quantitativa, numérica, toda medida. Desta maneira, a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto. Por isso, não é vazia, mas coerente, lógica e consistente. Assim, os resultados são expressos, por exemplo, em retratos (descrições), em narrativas, ilustradas com declarações das pessoas para dar o fundamento concreto necessário, com fotografias etc., acompanhados de documentos pessoais, fragmentos de entrevistas, etc.<sup>12</sup>

Para auxiliar na obtenção da visão dos agentes sociais envolvidos (o Estado como organizador e os órgãos esportivos municipais como participantes), utilizamos como instrumento de Coleta de Dados a técnica de entrevista semi-estruturada e que segundo Triviños, é:

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.<sup>13</sup>

<sup>11</sup> GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999, p.66.

<sup>12</sup> TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 128.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 146.

Escolhemos utilizar este instrumento por ser um dos principais meios que tem o pesquisador para realizar a Coleta de Dados de uma abordagem qualitativa, além do que, a entrevista valoriza a presença do pesquisador, oferecendo todas as perspectivas possíveis para que o entrevistado tenha a liberdade e a naturalidade necessárias, enriquecendo a pesquisa.

Devemos ressaltar ainda segundo o autor, que a Coleta e a Análise de Dados “são tão vitais na pesquisa qualitativa, talvez mais que na investigação tradicional, pela implicância nelas do investigador, que precisam de enfoques aprofundados, tendo presente [...] seu processo unitário, integral”.<sup>14</sup>

As entrevistas foram realizadas com três responsáveis<sup>15</sup> pela organização dos jogos e que eram funcionários da instituição pública estadual, hoje Paraná Esporte e com três representantes<sup>16</sup> dos órgãos esportivos municipais, gestores das políticas municipais de esporte e lazer.

Com relação aos gestores municipais, escolhemos um representante de órgão esportivo, cujo município só houvesse participado da Fase Regional; um representante de órgão esportivo cujo município houvesse participado da Fase Regional e se classificado para a Fase Final; um representante de órgão esportivo, cujo município houvesse participado da Fase Final sagrando-se campeão. Essa escolha foi determinada pelo maior tempo de vivência e atuação dos agentes no interior do processo de realização dos Jogos Abertos do Paraná, e no caso dos gestores municipais por também terem atuado em cidades

---

<sup>14</sup> TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 137.

<sup>15</sup> Os entrevistados foram: Professor Luiz Fernando Cordeiro atuou nos JAPS no período de 1987 a 1994, assumindo as seguintes funções na competição: membro da Comissão Dirigente, Assessor Técnico, Diretor Geral. Professor José Alberto de Campos atuou nos JAPS no período de 1991 a 1995, assumindo Coordenação Técnica da competição. Professor Cristiano Barros Homem Del Rei atuou nos JAPS de 1995 a 2005, assumindo as seguintes funções na competição: Assessoria Técnica e Direção Geral. Salientamos que todos os entrevistados foram receptivos, cordiais e atenderam prontamente a solicitação.

<sup>16</sup> Os entrevistados foram: Professor Carlos Roberto Ferreira atuou no município de Ponta Grossa como Diretor de Esporte e Recreação Orientada no período de 1983 a 1989 e como Secretário Municipal de Esporte e Recreação no período de 1989 a 1996, assumindo novamente o cargo à partir de 2005, na atual gestão municipal. Professor Waldecir Edson Pagliaci, atuou no município de Santa Amélia como Secretário Municipal de Esporte e Lazer no período de 1992 a 2004, e como Diretor de Esportes da mesma Secretaria de 2004 até a presente administração municipal. Professor Vicente Piazza Filho atuou como Coordenador Geral da Comissão Central Organizadora dos Jogos Abertos do Paraná Fase Final no ano de 1987 no município de Campo Mourão, e 1989 no município de Pato Branco, ficando como Diretor Geral da FESPATO – Fundação de Esporte e Recreação de Pato Branco de 1990 a 1992. Em 1993 foi convidado para dirigir a FERFI – Fundação de Esporte e Recreação de Foz do Iguaçu, permanecendo no cargo até 2001 quando assumiu o cargo de Secretário devido à criação da SMEL - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, permanecendo no cargo até 2004. Salientamos que todos os entrevistados foram receptivos, cordiais e atenderam prontamente a solicitação.



com participação significativa na competição, além de serem pessoas de fácil acesso para a entrevista.

Para a realização das entrevistas<sup>17</sup>, foram elaboradas perguntas gerais e específicas, principalmente relacionadas aos objetivos específicos dos Jogos Abertos do Paraná, a fim de abrir perspectivas para a análise, interpretação das idéias e conexão de determinados acontecimentos que nos mostrassem partes do processo de organização e realização dos Jogos Abertos do Paraná. Anotações e o uso do gravador foram utilizados, com o intuito de reproduzir e registrar as respostas com exatidão, evitando distorções que viessem a impossibilitar a utilização dos dados coletados pelas entrevistas.

Foi estabelecido um contato inicial, com o objetivo de explicar a finalidade da entrevista, a importância da colaboração pessoal do entrevistado, e entre outras razões, para deixar claro que a entrevista teria caráter estritamente acadêmico. Para isso, enviamos carta de apresentação<sup>18</sup> para os possíveis entrevistados, fornecendo informações aos mesmos sobre os passos da entrevista, bem como solicitamos a assinatura em Termo de Consentimento de Participação.<sup>19</sup>

No decorrer da pesquisa poderá ser constatado que nos referimos com frequência ao estudo realizado por Martins<sup>20</sup>, por se tratar de uma pesquisa cujo recorte (1987 – 2004) é praticamente o mesmo, contribuindo imensamente para o entendimento do contexto em que se realizaram os Jogos Abertos do Paraná, qual a política de cada período governamental em relação à competição, porém se diferencia da nossa pesquisa por ter como problemática central da investigação a compreensão de como e qual tem sido a participação governamental no desenvolvimento esportivo no Paraná, através da análise das políticas governamentais instituídas neste período.

No primeiro capítulo apresentamos e discutimos os métodos de análise denominados teoria dos jogos de Norbert Elias<sup>21</sup> e a teoria dos campos de Pierre

---

<sup>17</sup> Para maiores informações consultar os anexos III e IV.

<sup>18</sup> Para maiores informações consultar o anexo I.

<sup>19</sup> Para maiores informações consultar o anexo II.

<sup>20</sup> MARTINS, D.J.Q. **A Formulação e a Implementação das Políticas Públicas no Campo do Esporte no Estado do Paraná entre 1987 e 2004**, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR: [s.n.], 2004.

<sup>21</sup> Norbert Elias (Breslau, 22 de junho de 1897 – Amsterdã, 1 de agosto de 1990) foi um sociólogo alemão. De família judaica, teve de fugir da Alemanha nazista exilando-se em 1933 na França antes de se estabelecer na Inglaterra onde passará grande parte de sua carreira. Todavia, seus trabalhos em alemão tardaram a ser reconhecidos e ele viveu de forma precária em Londres antes de obter em 1954 um posto de professor na Universidade de Leicester. Suas obras focaram a relação entre poder, comportamento, emoção e conhecimento na História. Devido a circunstâncias históricas, Elias permaneceu durante um longo período como um autor marginal, tendo sido redescoberto por uma nova geração de teóricos nos anos setenta, quando se tornou um dos mais influentes sociólogos de todos os tempos. Sua tardia popularidade pode ser atribuída à

Bourdieu<sup>22</sup> e as suas categorias especificadas, como aqueles que consideramos apropriados para realizar o estudo dos Jogos Abertos do Paraná que estaremos desenvolvendo nos capítulos seguintes.

Norbert Elias desenvolveu a teoria dos jogos para demonstrar de modo simples o caráter relacional do poder (estrutural e dinâmico) existentes nos padrões mutáveis de interdependência estabelecidos nas configurações sociais, evidenciando que os problemas sociológicos podem ser demonstrados de forma clara, se organizados em termos de equilíbrio das relações funcionais que os seres humanos interdependentes mantêm uns com os outros. São as relações humanas orientadas por regras.

Para Pierre Bourdieu, autor da teoria dos campos, o mundo social deve ser interpretado sob a ótica de quatro conceitos fundamentais: campo, habitus, capital e oferta e demanda. Esses conceitos foram utilizados pelo sociólogo para desvendar os mecanismos ocultos que legitimam as diversas formas de dominação social. Para a pesquisa utilizaremos com maior ênfase o conceito de campo, considerado o espaço em que se organizam relações de poder e de dominação, e que podem explicar as interdependências entre os atores que atuam nos Jogos Abertos do Paraná.

No capítulo dois descreveremos as diretrizes e a estrutura (nesta última destacando a organização e os objetivos) para os Jogos Abertos do Paraná, estabelecidas pelo Governo do Estado, através das políticas públicas instituídas para o esporte, e em especial para essa competição, no período compreendido entre 1987 e 2005, separado em mandatos governamentais, a saber: 1987 a 1990 – governo Álvaro Fernandes Dias; 1991 a 1994 – governo Roberto Requião de Melo e Silva; 1995 a 1998 e 1999 a 2002 – governos Jaime Lerner<sup>23</sup>; e por último 2003, 2004 e 2005 – governo Roberto Requião de Melo e Silva.

No terceiro e último capítulo, descreveremos em um primeiro item a visão dos agentes sociais envolvidos, extraída das entrevistas com os mesmos (o Estado como organizador e os órgãos esportivos municipais como participantes); num segundo item faremos a análise e discussão dos dados coletados.

---

sua concepção de grandes redes sociais, que encontrou aplicação nas sociedades ocidentais pós-modernas, onde a presença da ação individual não pode ser negligenciada.

<sup>22</sup> Pierre Bourdieu (Denguin, 1 de agosto de 1930 – Paris, 23 de janeiro de 2002) foi um sociólogo francês. De origem campestre, filósofo de formação, chegou a docente na *École de Sociologie du Collège de France*, instituição que o consagrou como um dos maiores intelectuais de seu tempo. Desenvolveu, ao longo de sua vida, mais de trezentos trabalhos abordando a questão da dominação, e é, sem dúvida, um dos autores mais lidos, em todo mundo, nos campos da Antropologia e Sociologia, cuja contribuição alcança as mais variadas áreas do conhecimento humano, discutindo em sua obra temas como educação, cultura, literatura, arte, mídia, lingüística e política. Também escreveu muito analisando a própria Sociologia quanto disciplina e prática.

<sup>23</sup>O governo Jaime Lerner abrangeu oito anos em virtude de ter havido reeleição para um segundo mandato governamental.

Ao final, fundamentados nos resultados apresentados, faremos algumas considerações, interessados em dar nossa colaboração para a escolha dos caminhos a serem seguidos por aqueles que direta ou indiretamente participam dos Jogos Abertos do Paraná, ajudando no desenvolvimento do campo esportivo do Estado.

|

## CAPÍTULO 1

### 1.1. A TEORIA DOS JOGOS DE NORBERT ELIAS

Partindo do referencial teórico e modelo de análise configuracional de Norbert Elias sobre a Teoria dos Jogos<sup>24</sup> do mesmo autor, procuraremos analisar os Jogos Abertos do Paraná no período de 1987 a 2005, como uma configuração a ser considerada na expectativa de entender cada um dos agentes sociais envolvidos (o Estado como organizador e os órgãos esportivos municipais como participantes), revelar o modo como esses agentes interagem na busca do equilíbrio de poder, que segundo Elias “[...] de acordo com circunstâncias pessoais e sociais, poderá ser estável ou instável”<sup>25</sup>.

Elias considerava que os fenômenos sociais não podiam ser analisados por meio de uma concepção científica estática, como era tratado o conhecimento dos fenômenos das ciências naturais, não devendo as configurações dos seres humanos interdependentes serem explicadas através do estudo dos seres humanos de forma isolada. Segundo Elias,

[...] só podemos compreender muitos aspectos do comportamento ou das ações das pessoas individuais se começarmos pelo estudo do tipo da sua interdependência da estrutura das suas sociedades, em resumo, as configurações que formam uns com os outros.<sup>26</sup>

Elias<sup>27</sup> demonstrou a necessidade de reorientarmos nossa compreensão sobre o conceito de sociedade, nos encorajando a substituir as concepções tradicionais por uma “visão mais realista das pessoas que, através das suas disposições e inclinações básicas são orientadas umas para as outras e unidas umas às outras das mais diversas maneiras”, no sentido de estabelecer uma dinâmica interação na relação indivíduo/sociedade.

Segundo Marchi Jr., “temos de diluir a idéia de que a sociedade é composta por estruturas que nos são exteriores – nas quais os indivíduos estão rodeados –, e avançar para o conceito de teias de interdependências ou configurações [...]”<sup>28</sup>.

Com essa interpretação de sociedade, as relações entre os indivíduos chamadas de teias de interdependência ou configurações, são dirigidas por forças compulsivas exercidas pelas, sobre e entre as pessoas. Elias queria interpretar e dar significado a essas relações de poder, elucidando o modo como agiam os indivíduos nos grupos, eliminando as possibilidades de dano dessas forças.

<sup>24</sup> ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005, p.77.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 80.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 79.

<sup>27</sup> *Ibid.*, p. 15.

<sup>28</sup> MARCHI JR., W. **“Sacando” o Voleibol**. Unijuí: Hucitec, 2004, p. 18.

O poder na teoria figuracionista seria uma característica estrutural e não pessoal das relações humanas, sem perder de vista que esse poder é mutável, estabelecendo padrões nas relações de interdependência.

Assim sendo, Elias estabeleceu através de modelos de interpretação um método de análise denominado Teoria dos Jogos, para demonstrar o caráter relacional do poder (estrutural e dinâmico) existente nos padrões mutáveis de interdependência estabelecidos nas configurações sociais. Evidenciou que os problemas sociológicos podem ser demonstrados de forma clara, se organizados em termos de equilíbrio das relações funcionais que os seres humanos interdependentes mantêm uns com os outros. São as relações humanas orientadas por regras.

Segundo Elias com estes modelos “[...] os processos inerentemente complexos de interpenetração são temporariamente isolados e focados de perto, tornando-se mais facilmente compreensíveis”.<sup>29</sup>

Sobre a teoria dos jogos, Marchi Jr. escreve o seguinte:

Segundo Elias, os modelos sociológicos devem analisar as interpenetrações como representações de pessoas que estão ligadas umas às outras no tempo e no espaço. Esse conjunto de relações é compreendido e explicado na dinâmica imanente das suas interdependências.<sup>30</sup>

Todos os modelos são baseados no relacionamento de duas ou mais pessoas que medem as suas forças, com o jogo de competição se constituindo num elemento normal de todas as relações humanas, bem como podem “ajudar relativamente a uma melhor compreensão do equilíbrio de poder”<sup>31</sup>, que é pelo menos bipolar e, usualmente, multipolar.

Com relação ao equilíbrio de poder, Elias escreve:

Porém, sendo grandes ou pequenas as diferenças de poder, o equilíbrio de poder está sempre presente onde quer que haja uma interdependência funcional entre pessoas. Sob este ponto de vista, a utilização simples do termo “poder” pode induzir a erro. Dizemos que uma pessoa detém grande poder, como se o poder fosse uma coisa que ela metesse na algibeira. Esta utilização da palavra é uma relíquia de idéias mágico-míticas. O poder não é um amuleto que o indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas – *de todas as relações humanas*.<sup>32</sup>

<sup>29</sup> ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005, p. 79.

<sup>30</sup> MARCHI JR., W. **“Sacando” o Voleibol**. Unijuí: Hucitec, 2004, p. 75.

<sup>31</sup> ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005, p. 80.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 81.

Nos processos de desenvolvimento das sociedades, esse poder foi exercido em alguns momentos de modo violento e sem escrúpulos pelas pessoas para atingir seus fins, porém Elias se concentrou nos “dados factuais a que o conceito de poder se refere”.<sup>33</sup>

Os modelos de jogos demonstram que o poder tem um caráter relativo, e auxiliam no entendimento dos problemas sociológicos, tornando claras as configurações de poder se o conceito de “relação de poder”, for trocado pelo termo “força relativa dos jogadores”.

Elias também discorre sobre a possibilidade das relações humanas não se desenvolverem por meio de normas e regras, estabelecendo como preâmbulo dos modelos de jogo a *Competição Primária*, que mostra a relação entre dois grupos não regulados por normas, “podendo servir como uma advertência de que é perfeitamente possível estruturar as relações sociais entre os indivíduos, mesmo que estas se desenrolem sem regras”.<sup>34</sup>

Neste primeiro modelo há uma mensuração de forças nas relações humanas, o que ocasionava nas sociedades primitivas a luta por uma situação humana básica, ou seja, a sobrevivência.

Dentro da estrutura de uma configuração regida por esse modelo, observamos um antagonismo relativamente estável e função mutuamente coercitiva, com os jogadores tomando suas decisões observando o movimento dos adversários, cujo objetivo é um privar o outro de suas funções sociais.

O potencial de poder é desequilibrado e pode surgir de forma abrupta ou persistir por algum tempo, desencadeando ações violentas com suas alterações, ocasionadas pelas mudanças na estrutura das sociedades.

Essa interdependência não se encontra somente nas relações funcionais entre inimigos, podendo ser observada entre amigos, aliados ou concorrentes unidos por meio de uma divisão social.

Com relação ao modelo de *Competição Primária* que representa a interdependência dos antagonismos violentos, quando se estuda as interdependências mutáveis dos indivíduos e a interpenetração dos seus objetivos, o problema básico que Elias levanta é o seguinte:

Só quando tivermos consciência desse último recurso da relação entre os seres humanos – a interdependência através de uma luta acérrima pela sobrevivência – é possível compreender a natureza básica dos problemas que aqui mencionamos: como é que as pessoas foram capazes – e

---

<sup>33</sup> ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005, p. 80.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 82.

como é que são capazes – de regular algumas das suas interdependências, de tal modo que não precisem de recorrer a esta última saída para a resolução das suas tensões e conflitos.<sup>35</sup>

Deve-se considerar que neste modelo todas as interdependências estabelecidas nas relações entre os homens são processos. O termo interpenetração utilizado por Elias, pode demonstrar o carácter processual nestas relações. A continuidade dos movimentos exercidos por ambos os lados, mesmo sendo um processo sem normas, não podem ser explicados de forma isolada, pois somente existem e podem ser explicados na sua interdependência.

O modelo de jogo seguinte para Elias é um conjunto de cinco “modelos de processos de interpenetração com normas”, cuja teia de relações humanas se altera em decorrência da distribuição de poder que sempre se apresenta nas relações (se não existisse não haveria jogo), fazendo com que os jogadores exerçam um controle mútuo.

A primeira subdivisão versa sobre *Jogos de Duas Pessoas* e é uma manifestação de desequilíbrio nas relações sociais. Neste caso a proporção de poder de um jogador em relação ao outro é maior, ocasionando um desequilíbrio entre as forças dos dois jogadores.

O jogador com maior poder, é capaz de forçar um comportamento ou ação no seu oponente, determinando o curso do jogo e conseqüentemente o seu resultado. Aqui devem ser observadas duas situações distintas. A primeira se refere ao controle sobre o seu adversário e a segunda sobre o controle que ele exerce sobre o jogo.

Quando a diferença de força diminui, cada jogador terá menos poder para forçar uma ação ou comportamento no outro, sendo o controle sobre as configurações mutáveis do jogo menos possível por parte destes jogadores.

Portanto, a interpenetração de jogadas de dois indivíduos resultará num processo de jogo cuja forma nenhum deles planejou, decorrente da diminuição da desigualdade de forças dos dois jogadores.

Outra forma de competição é a constituída de *Muitas Pessoas a um só Nível*. Este modelo é dinâmico e apresenta uma perspectiva evolutiva. O número de relações simultâneas independentes é limitado, sendo a ação individual não exclusiva por parte de quem a realiza e motivada pela interpenetração da ação anterior (não intuitiva), auxiliando a ação posterior. Segundo Marchi Jr., este modelo trata

[...] de um número limitado de relações independentes que uma pessoa pode realizar simultaneamente. A ordem estabelecida na configuração é dada na perspectiva de que a ação de cada participante não é considerada como exclusiva de sua parte. Antes, deverá ser visualizada como a

---

<sup>35</sup> Ibid., p. 86.

continuação do processo de interpenetração da ação realizada anteriormente, a qual subsidia-lhe a ação futura.<sup>36</sup>

Na seqüência, temos os *Jogos Multipessoais a Vários Níveis*. Aqui o jogo é realizado para muitas pessoas havendo o constante acréscimo de jogadores, cuja conseqüência pode ser a desintegração do grupo, com sua fragmentação em outros pequenos grupos. A medida que o jogo avança, o jogador deverá ter uma representação mental do todo da competição para poder planejar sua próxima jogada para não se sentir perdido. Porém, a expansão da teia de interdependência é limitada, caso contrário haverá para o jogador individual uma opacidade na configuração, desenvolvimento e orientação do jogo, desencadeando uma dificuldade na sua compreensão e no seu controle.

O subseqüente é o *Jogo de Dois Níveis do Tipo Oligárquico*. Decorre de uma pressão exercida pelo aumento de inter-relações e de potencial de poder na configuração. Dois níveis de jogadores se formam pela desagregação, podendo se manter interdependentes, com o confronto social se estabelecendo em nível secundário.

A complexidade estabelecida nas relações inviabiliza ações por interesses pessoais ou superioridade hierárquica. Ocorrem alianças e rivalidades nos diferentes níveis de interpenetração, com as ações ocorrendo para dentro e para fora da teia de interdependência. Elias destaca que o potencial de poder no nível superior é rígido, desproporcional e tende à estabilidade, mesmo possuindo um número menor de jogadores. “Entretanto, a interdependência dos dois níveis na configuração impõe limitações aos seus componentes”<sup>37</sup>, dificultando o controle do jogo.

Por último, apresenta-se o *Jogo a Dois Níveis: Tipo Democraticamente Simplificado*.

Há um crescimento de potencial de poder dos jogadores de nível mais baixo conquistado com competência técnica e intelectual, o que demanda o crescimento democrático. Já por parte dos jogadores de nível mais alto, ocorrem certa vigilância e precaução na manutenção do controle. Sobre isso Elias discorre:

Enquanto as diferenças de poder forem grandes, parecerá às pessoas de nível superior que todo o jogo e, particularmente, os jogadores de nível inferior estão lá para os beneficiarem. À medida que o equilíbrio de poder se altera, muda este estado de coisas. Cada vez mais parece a todos os participantes que os jogadores de nível mais alto estão no jogo para benefício dos jogadores de nível mais baixo. Os primeiros tornam-se gradualmente, de uma forma mais aberta e precisa, funcionários, porta-vozes ou representantes de um ou outro grupo de nível mais baixo.<sup>38</sup>

<sup>36</sup> MARCHI JR., W. “**Sacando**” o Voleibol. Unijuí: Hucitec, 2004, p. 75.

<sup>37</sup> Ibid., p. 76.

<sup>38</sup> ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005, p. 97.



Nessa competição um jogador será obrigado a realizar, ao mesmo tempo, jogadas interdependentes com outro grupo de competidores, cujo nível se torna menos inferior, causando a esse indivíduo certo acanhamento e um certo limite das ações na configuração advindo equilíbrio entre grupos interdependentes e rivais.

Se entre os níveis houver uma diminuição das diferenças de poder, o curso do jogo se enfraquece, havendo também uma maior dependência do nível mais alto em relação ao mais baixo, com todos os jogadores tendo consciência dessa dependência mútua que gera conflitos e tensões.

Em síntese, os modelos interpretam a sociedade e o esporte a partir das interdependências e das forças compulsivas que se estabelecem numa situação de competição, visando tornar explícito e inteligível todos os níveis de poder existentes nas relações e configurações sociais.

Seja qual for o seu conteúdo teórico, estes modelos de interpretação não são teóricos no sentido habitual do termo. São *modelos didáticos*. Deste modo, a sua finalidade essencial é facilitar a reorientação dos nossos poderes imaginativos e conceptuais de modo a que compreendamos a natureza das tarefas com que se defronta a sociologia.<sup>39</sup>

Os modelos instrumentalizam os processos de análise, reflexão e intervenção social, superando o reducionismo pretérito das metodologias restritas de relação causa – efeito, superando a contradição da metodologia das ciências naturais para estudar as ciências sociais. Para alguns tipos de jogo houve um maior número de informações, pelo fato de que posteriormente os utilizaremos para a análise.

Partindo do exame dos modelos de jogos criados por Norbert Elias, entendemos que as mudanças ocorridas nos Jogos Abertos do Paraná sugerem e são sugeridas pelas mudanças dos jogadores nos variados grupos, pelo equilíbrio do potencial de poder, suas posições relacionais na configuração multifuncional, resultando num conjunto de interdependências e de interconexões, instáveis e mutáveis.

## **1.2. A TEORIA DOS CAMPOS DE PIERRE BOURDIEU**

Para o estudo sobre os Jogos Abertos do Paraná, consideramos importante verificar a movimentação dos indivíduos dentro de determinado espaço social de atuação, utilizando para isso da teoria criada por Pierre Bourdieu, uma vez que estes jogos estabelecem

relações que se constituem numa seqüência de ocasiões onde se edifica a história, tanto singular quanto coletiva. No transcorrer dos anos esta competição não foi a mesma, ou seja, ela foi caracterizada, nas suas representações, pelas assimilações de que foi elemento nas disposições dos agentes sociais nela inseridas.

Este sociólogo francês, utilizando-se de um modelo de análise denominado Teoria dos Campos, registrou os pressupostos de sua teoria envolvendo agentes sociais, estruturas e disposições num constante processo de influência mútua.

Estes pressupostos dispunham verificar que tipo de dependência ou mediação existia entre um ator ou agente social e as estruturas sociais, que chamou de ver e pensar o mundo social. Sobre isso Marchi Jr. escreve que

[...] a contribuição de Bourdieu pode ser realçada na perspectiva de análise das condições produtoras de esquemas dominantes nos diversos campos estudados em sua obra. Pelos seus próprios pressupostos, tais esquemas geradores ou estruturas têm a capacidade de manifestarem-se de forma estruturada e estruturante num mesmo campo de ação e, relativamente, num mesmo espaço temporal. Tratando de composição conceitual, é necessário visualizarmos que as disposições de pensar e ver o mundo social – representadas nas estruturas e no seu poder simbólico – são as principais responsáveis pela arquitetura dos conceitos em Bourdieu.<sup>40</sup>

Neste ponto podem-se considerar “agente social” e “estrutura social”, como palavras-chave da teoria, e que serão utilizadas na análise da interação entre os agentes que determinaram ou influenciaram as políticas públicas para os Jogos Abertos do Paraná. Serão utilizadas também na análise da estrutura e na organização das questões que fazem parte das entrevistas realizadas com os representantes do Estado como organizadores da competição, e dos órgãos esportivos municipais como participantes da competição, nesse campo esportivo, cuja definição veremos mais abaixo.

O modelo de análise sociológica de Bourdieu servirá para estabelecer a direção da explicação das relações constatadas nos Jogos Abertos do Paraná no período compreendido entre 1987 e 2005, considerando o posicionamento relacional (como está) e a posição estrutural (onde está inserido), com a intenção de revelar os mecanismos ocultos e as evidências do potencial de poder que constituem a configuração escolhida.

Bourdieu questionava as leis de reprodução social e as formas de dominação, lutando contra todas as maneiras de dominação e dissimulação da realidade social. Como um pesquisador de campo para então desenvolver sua teoria, tinha como característica agir com os conceitos de forma rigorosa, sempre tentando descobrir onde estaria a dominação.

---

<sup>39</sup> ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005, p. 99.

<sup>40</sup> MARCHI JR, W. **Bourdieu e a teoria do campo esportivo**. In: Proni, M. & Lucena R. *Esporte: história e sociedade* (orgs.). Campinas-SP: Autores Associados, 2002, p. 84.

Segundo Ortiz, Bourdieu considerava três enfoques teóricos distintos para analisar a sociedade, cuja “problemática teórica repousava essencialmente sobre a questão da mediação entre o agente social e a sociedade”.<sup>41</sup>

O primeiro, *fenomenológico*, é aquele através do qual a sociedade é explicada a partir daquilo que é natural e evidente. O segundo, *objetivista*, permite perceber a sociedade através da construção de relações objetivas que estruturam as práticas e as representações das práticas, rompendo com o viés fenomenológico. O terceiro e último enfoque é o *praxiológico*, que interpreta a sociedade não só a partir das relações edificadas pelo aspecto objetivista, mas também e, principalmente, a partir das relações dialéticas das estruturas objetivistas e o modo como elas se modernizam e reproduzem.

Com a intenção de desenvolver novos estudos, Bourdieu procurou conhecer novas áreas, analisando a alta costura francesa, a literatura francesa, o esporte, a mídia televisiva, etc, dando a ele notoriedade por seu conjunto de considerações.

Quando escolhemos o instrumental conceitual de Bourdieu como abordagem teórica para os Jogos Abertos do Paraná, foi considerado o fato do sociólogo discutir e aplicar seus conceitos na pesquisa do esporte.

Considerava a sociologia, a ciência que estuda as lutas pelo poder, e o pensamento científico em detrimento do político, colocando de forma clara aos indivíduos, as regras que se fazem presentes nestas relações, com a intenção de revelar os elementos sociais que constantemente se encontravam reprimidos ou ocultos. Ponderava que todos os indivíduos deveriam ter acesso à sociologia, não devendo esta ficar restrita aos especialistas.

Para Bourdieu, a sociologia é entendida como a “ciência do poder, das lutas pelo poder”, ou ainda, pressupõe uma prática que pretenda “tornar visível o invisível, produzir um efeito de desencantamento, destruir a ilusão de transparência do mundo social, desenvolver a ‘imaginação sociológica’”.<sup>42</sup>

Desenvolveu como objetivos da Teoria dos Campos, entender a constituição e os mecanismos de reprodução da sociedade identificando os mecanismos geradores e de manutenção das leis sociais, apontando os fundamentos ou mecanismos ocultos de dominação, questionando as formas de reprodução das desigualdades sociais encontradas no interior das relações estruturantes da sociedade, bem como as leis inseridas nestas

---

<sup>41</sup> ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, 2ª ed., p.8.

<sup>42</sup> MARCHI JR, W. **Bourdieu e a teoria do campo esportivo**. In: Proni, M. & Lucena R. Esporte: história e sociedade (orgs.). Campinas-SP: Autores Associados, 2002, p.83.

formas de reprodução, combatendo as formas e a produção da miséria social contemporânea. Sobre isso Marchi Jr., discorre:

[...] o modelo de Pierre Bourdieu foi elaborado com a obstinação de identificar os mecanismos sociais que determinam e prescrevem “leis de reprodução social”. Prospectivamente, após essa identificação, o autor determina, como função primordial do sociólogo, o evidenciar ou o revelar daquilo que chamou “fundamentos de dominação oculta” [...] Por conta desta intenção, o autor estuda a constituição dela mesma, os mecanismos que perpetuam essas formas de reprodução das desigualdades sociais e pretende torná-los inteligíveis, transparentes, de fácil assimilação e compreensão por todas as pessoas que estão inseridas nesta configuração.<sup>43</sup>

Em relação aos fundamentos ocultos de dominação, Catani escreve que o pensamento de Bourdieu

[...] tem sido aceito cada vez mais porque a revelação dos “fundamentos ocultos de dominação” constituiu-se em conhecimento – e conhecimento, como se sabe, exerce um efeito libertador, pois tais mecanismos devem parte considerável de sua eficácia ao desenvolvimento, por parte dos agentes da real situação em que vivem.<sup>44</sup>

Ainda considerando os objetivos básicos que estruturam a lógica de pensamento no modelo, Bourdieu procura romper os impedimentos ou “barreiras” do científico<sup>45</sup>, ou seja, aquilo que distancia a exposição metódica do conhecimento da ciência do provável consumidor deste conhecimento. Estas barreiras são a *lentidão* e a *complexidade* na produção do conhecimento, o qual necessita de uma rigorosidade conceitual, e da melhoria do conhecimento de quem lê; a *impessoalidade* determinada pela falta de identificação dos indivíduos, que não se vêem naquilo que está sendo produzido, estendendo um olhar externo com limitações; a *distância das convicções primárias*, pois considerava que fé e ciência são coisas distintas.

Outro objetivo era destruir a ilusão de transparência social, com o indivíduo olhando além, através de sua capacidade de pensar, não se contentando somente com aquilo que estaria posto em sua frente, desenvolvendo um exercício de levantamento de hipóteses através da “imaginação sociológica”, que é a capacidade de passar de uma perspectiva para outra, tendo a devida responsabilidade de comprovar aquilo que foi levantado.

<sup>43</sup> MARCHI JR, W. **Bourdieu e a teoria do campo esportivo**. In: Proni, M. & Lucena R. Esporte: história e sociedade (orgs.). Campinas-SP: Autores Associados, 2002, p. 83.

<sup>44</sup> CATANI, A.M. **Pierre Bourdieu e a formulação de uma teoria social que procura revelar os fundamentos ocultos de dominação**. In: Bruhns, H.T. & Gutierrez, G.L. O corpo e o lúdico (orgs.). Campinas-SP: Autores Associados, 2000. p.63.

<sup>45</sup> MARCHI JR, W. **Bourdieu e a teoria do campo esportivo**. In: Proni, M. & Lucena R. Esporte: história e sociedade (orgs.). Campinas-SP: Autores Associados, 2002, p.84.

Bourdieu objetivava concretizar o “tripé” bourdiano<sup>46</sup> – *autonomia intelectual*, desenvolvendo a capacidade de percepção de leitura, utilizando instrumentos de conhecimento ou ferramentas teóricas, de forma a transitar de forma transdisciplinar por outros campos de conhecimento, e de forma internacional, para poder saber e entender o que se passa em outros universos culturais. A capacidade e a autonomia intelectual possibilitariam o *engajamento político* (não partidário), na luta por aquilo em que se acredita, com os agentes sociais passando a ter uma visão mais filosófica e desenvolvendo um pensamento crítico em seus respectivos espaços de influência, porém, com *competência técnica*, ou seja, desenvolvendo bem aquilo a que se propusessem, dando o melhor de si. Como conceitos centrais do pensamento de Bourdieu, deverão ser considerados os conceitos de *habitus*, campo, capital e oferta e demanda.

Sobre o conceito de *habitus*, Marchi Jr.<sup>47</sup> considera que este não deve ser confundido com o que conhecemos como hábito, que é tido como um sentido recorrente, automático, instintivo e que simplesmente reproduz. O *habitus* é um capital adquirido nas relações sociais “através da experiência durável de uma posição do mundo social”, ligado à história de cada agente social individual. É um produto que destaca a extensão de um aprendizado passado, podendo passar por ajustes que lhe concedem transformações dentro de certos limites. O *habitus* para Bourdieu *apud* Ortiz é um

[...] sistema de posições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente 'regulamentadas' e 'reguladas', sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizada de um maestro.<sup>48</sup>

Sendo uma matriz de percepções estruturais e de representações (dialética do perceber, pensar, agir), também poderia ser descrito como um sistema que permite ao mesmo tempo produzir práticas e diferenciar e apreciar essas práticas que contribuem para a reprodução do capital possuído, sendo um conjunto de referências e disposições sociais orientadoras para a ação.

O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a

<sup>46</sup> MARCHI JR, W. **Bourdieu e a teoria do campo esportivo**. In: Proni, M. & Lucena R. Esporte: história e sociedade (orgs.). Campinas-SP: Autores Associados, 2002, p. 84

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 89 -91.

<sup>48</sup> ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, 2ª ed., p.15.

posição social em que foi construído. Em consequência, o *habitus* produz práticas e representações que estão disponíveis para a classificação, que são objetivamente diferenciadas; mas elas só são imediatamente percebidas enquanto tal por agentes que possuam o código, os esquemas classificatórios necessários para compreender-lhes o sentido social.<sup>49</sup>

É por meio do *habitus*, originado na estrutura social, que os agentes sociais se autoclassificam ao escolherem, de acordo com seus gostos, aquilo que combina entre si e combinam com eles, ou mais exatamente, o que convêm à sua posição no espaço social.

Outro aspecto central de seu pensamento Bourdieu denominou *campo*, ou seja, o “espaço onde as posições dos agentes se encontram a *priori* fixadas. O campo se define como o *locus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão”.<sup>50</sup>

É o espaço de práticas sociais, composto de estruturas sociais e agentes sociais ligados a estas estruturas. Os agentes sociais são movidos pelos potenciais de poder, e o movimento que estes agentes executam, são as lutas travadas dentro do campo, na busca pela hegemonia de determinadas práticas. “A prática, conjunção do *habitus* e da situação, ocorre desta forma no seio de um espaço que transcende as relações entre os atores”.<sup>51</sup>

Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de concorrência e pessoas prontas para disputar o jogo. Dentro do campo, pode-se identificar sub-campos, bem como intersecções entre os campos e sua autonomia. Segundo Bourdieu *apud* Ortiz<sup>52</sup>, o princípio da autonomia dos campos, “se encontra estreitamente ligado à idéia de reprodução”, afirmando ainda “que a história do campo é a história que se faz através da luta entre os concorrentes no interior do campo”. O campo é um espaço em que se organizam relações de poder e de dominação.

Quando nos referimos acima ao campo esportivo, tratamos de um espaço onde são travadas lutas específicas em torno do esporte. Bourdieu dizia que a comparação dos jogos das sociedades pré-capitalistas com o esporte contemporâneo

[...] só tem fundamento quando, indo exatamente na direção inversa da busca das “origens”, tem como objetivo, como em Norbert Elias, apreender a especificidade da prática propriamente esportiva ou, mais precisamente, de determinar como alguns exercícios físicos pré-existentes passaram a receber um significado e uma função radicalmente novos – tão radicalmente novos como os casos de simples invenções, como o vôlei ou o basquete – tornando-se esportes definidos em seus objetos de

<sup>49</sup> BORDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 158.

<sup>50</sup> ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, 2ª ed., p.19.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>52</sup> *Ibid.*, p. 27.

disputas, suas regras do jogo e, ao mesmo tempo, na qualidade social dos participantes, praticantes ou espectadores, pela lógica específica do “campo esportivo”.<sup>53</sup>

Buscando-se a hegemonia de certas práticas e a distinção social, nos reportamos novamente a Bourdieu que escreveu:

O campo das práticas esportivas é o lugar de lutas que, entre outras coisas, disputam o monopólio da imposição da definição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva, amadorismo contra profissionalismo, esporte-prática contra esporte-espetáculo, esporte distintivo - de elite - e esporte popular - de massa, etc.<sup>54</sup>

Para explicar as relações entre as características econômicas e sociais de uma classe e seu estilo de vida, Bourdieu utilizou o conceito do *habitus*, descrito acima, determinado pelas estruturas sociais em campos específicos. Um determinado comportamento ou um determinado bem poderão servir como elementos de distinção para a classificação dentro do campo social.

A maneira dos agentes sociais atuarem nos Jogos Abertos do Paraná também é distintiva. Tomemos por exemplo os dirigentes esportivos pertencentes ao grupo de municípios com menos de 20.000 habitantes. A participação destes dirigentes quando da votação das alterações para o Regulamento da competição, geralmente é efetuada de forma a defender as aspirações pertinentes aos pequenos municípios. Como exemplo, podemos citar os recursos financeiros em menor quantidade, que levam os dirigentes a votar em propostas cujas ações incidam de maneira menos onerosa em seus municípios.

Já os dirigentes de municípios maiores, por geralmente terem disponibilidade financeira maior, decidem por propostas cujas ações estão voltadas mais para questões de ordem técnica, e que de alguma maneira tragam benefícios na forma de possibilidade de vitória do seu município, quando da participação na competição. É útil ressaltar que essas comparações devem ser avaliadas pelas diferenças de ordem técnica e de recursos humanos que marca cada um dos grupos.

Passando para o próximo conceito citado por Bourdieu em sua teoria, falaremos de *capital social*. Para conceituar capital social, deve-se entendê-lo como um conjunto de referências adquiridas e necessárias para se estar inserido e/ou entender o “jogo” social. Segundo Bourdieu *apud* Marchi Jr.:

---

<sup>53</sup> BOURDIEU, P. Como é possível ser esportivo? In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 138.

<sup>54</sup> *Ibid.*, p. 142.

Capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, *à vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o re-conhecimento dessa proximidade. O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado. [...] o capital social não é jamais completamente independente deles [outras formas de capital] pelo fato de que as trocas que instituem o inter-reconhecimento supõem o reconhecimento de um mínimo de homogeneidade “objetiva” e de que ele exerce um efeito multiplicador sobre o capital possuído com exclusividade.<sup>55</sup>

Bourdieu definiu quatro principais tipos de capital: econômico, social, simbólico e cultural.

Nas sociedades desenvolvidas as posses de capital econômico e o capital cultural são os expedientes mais competentes de distinção. Assim sendo, os atores ocuparão um lugar mais próximo quanto mais semelhante for a quantidade e o tipo de capital que possuem. Em contrapartida, os agentes estarão mais longe no campo social quanto mais desigual for a quantidade e o tipo de capitais. Assim, pode-se dizer que a cultura acumulada (capital cultural) e a riqueza econômica (capital econômico) geram internalizações de disposições (*habitus*) que diferenciam os espaços a serem ocupados pelos agentes sociais.

Dessa forma, portadores de uma parcela de capital de diversas naturezas, seja ele capital cultural, capital social, capital político, capital artístico, capital esportivo, capital econômico etc., estão a contradizer ou a abrigar certas diretrizes que redefinem as bases do mundo social. Para o ator social tentar ocupar um espaço é necessário que ele conheça as regras do jogo dentro do campo social e que esteja disposto a competir. Assim sendo, estrutura do campo é composta por dois pólos em oposição: o dos dominantes e o dos dominados, cuja diferença estará na desigualdade de capital social acumulado específico que determina o espaço em questão de um lado e de outro. “A divisão do campo social em dominantes e dominados implica uma distinção entre ortodoxia e heterodoxia”.<sup>56</sup>

Os agentes dominantes desenvolvem práticas com a intenção de conservar intacto o capital social acumulado, enquanto os agentes dominados “tendem a desacreditar os detentores reais de um capital legítimo”, desencadeando um enfrentamento constante com o conformismo existente, cuja rivalidade delimitará o campo legítimo da discussão.

<sup>55</sup> MARCHI JÚNIOR, W. “Sacando” o Voleibol. Unijuí: Hucitec, 2004, p. 49-50.

<sup>56</sup> ORTIZ, R. Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1994, 2ª ed., p.22.



O capital cultural pode ser entendido sob três formas: no estado incorporado, objetivado e institucionalizado.<sup>57</sup>

No estado incorporado, o capital cultural é adquirido aos poucos pelo agente através de um processo que demanda um determinado tempo de aquisição, melhor dizendo, de incorporação, assimilado durante a escolarização, por meio da família, dos estudos, etc.

No estado objetivado, o capital cultural revela-se pela aquisição de obras, peças, bens culturais, sendo uma apropriação material, não necessariamente cultural, necessitando para isso somente do capital econômico.

No estado institucionalizado evidencia-se pela aquisição de títulos, certidões de competências culturais, ou seja, conversão de capitais.

Como último conceito de Bourdieu apresenta-se a oferta e demanda.

Estes são mecanismos sociais de constituição e geração (manutenção) de necessidades e consumos, relacionados com as estruturas sociais e o *habitus*, principalmente criadas por este último.

Escrevendo sobre sociologia do esporte, Bourdieu considera que o conjunto de práticas esportivas é de fundamental importância para se analisar um esporte particular quando se tem a intenção de se constituir uma sociologia do esporte; “é preciso pensar o espaço das práticas esportivas como um sistema no qual cada elemento recebe seu valor distintivo”.<sup>58</sup>

A partir do momento que se reconhece a posição que um determinado esporte ocupa no espaço social, e se relaciona esse espaço de esportes como o espaço social que se manifesta nele, se evita cometer os erros no estabelecimento de uma relação direta entre um esporte e uma posição social ou grupo que a intuição comum sugere.

Outro fator que Bourdieu considerou foi que “[...] esse espaço dos esportes não é um universo fechado sobre si mesmo. Ele está inserido num universo de práticas e consumos, eles próprios estruturados e constituídos como sistema.”<sup>59</sup>

Outrossim, esse universo de práticas esportivas é o resultado da relação entre a oferta produzida por um “conjunto de modelos”, de práticas (regras, equipamentos, instituições especializadas), e uma procura, inscrita nas disposições.”<sup>60</sup>

Um esporte também é objeto do que Bourdieu chamou de apropriação social, ou seja, “pode ser marcado, na objetividade e nas representações, pelas apropriações de que

---

<sup>57</sup> MARCHI JÚNIOR, W. “**Sacando**” o Voleibol. Unijuí: Hucitec, 2004, p.51.

<sup>58</sup> BORDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 208.

<sup>59</sup> Ibid., p. 210.

<sup>60</sup> BORDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 213.

foi objeto e nas especificações que recebeu na realização concreta operada pelos agentes dotados de disposições socialmente constituídas de forma particular.”<sup>61</sup>

Segundo Bourdieu, “o esporte é um dos objetos da luta política: a concorrência entre as organizações é um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento de uma necessidade social, isto é, socialmente constituída”.<sup>62</sup>

Uma relação entre um espaço das práticas possíveis, a oferta, e um espaço das disposições a serem praticadas, a procura, irá resultar na distribuição diferencial das práticas esportivas.

Bourdieu propõe uma homologia entre o espaço das práticas esportivas e o espaço social, sugerindo haver relações entre as posições ocupadas pelos indivíduos no espaço social e a preferência por determinadas práticas esportivas.

---

<sup>61</sup> Ibid., p. 213.

<sup>62</sup> BOURDIEU, P. Como é possível ser esportivo? In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 147.

## CAPÍTULO 2

Neste capítulo faremos uma descrição densa dos Jogos Abertos do Paraná, divididos em dois itens. No primeiro item, separamos o período do estudo de 1987 a 2005 em gestões governamentais, com a política pública instituída para a competição em cada gestão. Descreveremos também os Encontros, Seminários e Reuniões em que houve mudanças no evento, além das alterações pelas quais a instituição pública passou. No segundo item, descreveremos a estrutura dos Jogos Abertos do Paraná, detalhando como esta competição foi organizada e quais foram os objetivos estabelecidos para a sua realização.

Para uma melhor compreensão dos dados descritos, incluímos os três organogramas que expõem as alterações da estrutura da instituição governamental. Estas alterações se realizaram nos seguintes anos: em 1987 no início do Governo Álvaro Dias com a criação da Fundação de Esportes do Paraná<sup>63</sup>, em 1988 ainda no mesmo governo, quando a área do Turismo se incorporou ao Esporte surgindo a Fundação de Esporte e Turismo do Paraná<sup>64</sup>, e em 1995, no início do Governo Jaime Lerner quando houve a criação da Paraná Esporte<sup>65</sup>.

### 2.1. OS JOGOS ABERTOS DO PARANÁ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para um melhor entendimento dos Jogos Abertos do Paraná no contexto do esporte paranaense descrito neste capítulo, faremos um relato sobre os pontos mais importantes da legislação esportiva estabelecida logo após a criação da Secretaria Especial do Esporte, Fundação de Esportes do Paraná e da concepção da Política Estadual de Esportes em 1987.

Observou-se na década de 80 a abertura política e a pressão da sociedade pela instalação no país de um regime democrático. Isso determinou uma mudança no equilíbrio das relações entre a sociedade e Estado, o que levou os indivíduos a buscarem maior autonomia frente às ações do Estado.

Parte importante desse processo foi a campanha das *Diretas Já*, movimento popular a favor das eleições diretas para presidente da República, derrotado por obra dos representantes de um regime sem legitimidade institucional que insistiam em se manter no poder às custas do autoritarismo e da

---

<sup>63</sup> Consultar anexo V.

<sup>64</sup> Consultar anexo VI.

<sup>65</sup> Consultar anexo VII.

hegemonia que mantinham sobre o aparelho militar.<sup>66</sup>

Segundo Mezzadri<sup>67</sup>, houve abertura para a instalação do processo de descentralização, possibilitando uma alteração na estrutura esportiva que posteriormente viesse a beneficiar a sociedade, através da mudança das relações desta com o Estado.

O esporte passou a ser entendido como uma prioridade social e educacional, como fenômeno social, econômico, político e cultural, mostrando-se a necessidade de reorganizar e deixar mais eficiente a legislação, dimensionando-se os papéis até então desempenhados pela União, Estados, Municípios, e demais órgãos públicos e privados, na busca de uma democracia desportiva.

Em consequência de haver sido detectada carência de recursos humanos, físicos e financeiros, bem como a insuficiência de conhecimentos científicos aplicados ao esporte, diretrizes fundamentais foram elaboradas de forma sólida, criando condições para profundas reformas, orientando o desenvolvimento esportivo nacional.

Como consequência desse processo foi introduzido o Artigo 217 na Constituição Federal de 1988, dispondo o esporte no país como direito de cada um, classificando as práticas esportivas em formais e não-formais, observadas a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; a destinação de recursos públicos para o desporto educacional prioritariamente, e de alto rendimento em casos específicos; tratamento diferenciado para desporto profissional e não-profissional; e a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional. Nos parágrafos primeiro, segundo e terceiro, a justiça desportiva é valorizada e reconhecida, bem como se destaca a prática do lazer como forma de promoção social.

Na seqüência, por iniciativa do ex-atleta de futebol Arthur Antunes Coimbra - Zico, então secretário da Secretaria de Desportos da Presidência da República do governo Fernando Collor de Melo, surge a Lei Federal nº 8.672/93<sup>68</sup> conhecida como Lei Zico, sendo posteriormente regulamentada através do Decreto 981/93<sup>69</sup>, e que veio aplicar o que a Constituição de 1988 havia estabelecido: o esporte e lazer vinculados como forma de promoção social e principalmente a autonomia de organização e funcionamento do esporte.

---

<sup>66</sup> VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988**. 2005. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005, p. 267.

<sup>67</sup> MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no estado do Paraná: da formação dos clubes às atuais políticas governamentais**. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, [s.n.], 2000, p. 88.

<sup>68</sup> BRASIL. Lei Federal nº 8.672, de 06 de julho de 1993.

<sup>69</sup> BRASIL. Decreto nº 98, de 11 de novembro de 1993.

É uma das primeiras tentativas do governo federal em definir o papel do Estado, para o incentivo do esporte.

Os capítulos da lei estão assim distribuídos:

Capítulo I: das Disposições Iniciais. O desporto brasileiro abrange práticas formais e não-formais e obedece às normas gerais desta Lei, inspirado nos fundamentos constitucionais do estado democrático de direito. A prática desportiva formal é regulada por normas e regras nacionais e pelas regras internacionais aceitas em cada modalidade. A prática desportiva não-formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes.

Capítulo II: Dos Princípios Fundamentais – o desporto como direito individual.

Capítulo III: Da Conceitualização e Das Finalidades do Desporto.

Capítulo IV: Do Sistema Brasileiro do Desporto, da Composição e Objetivos, Do Conselho Superior De Desportos, Do Sistema Federal Do Desporto, Do Sistema Dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Capítulo V: Certificado De Mérito Desportivo

Capítulo VI: Da prática Desportiva Profissional

Capítulo VII: Da Ordem Desportiva

Capítulo VIII: Da Justiça Desportiva

Capítulo IX: Dos Recursos para o Desporto

Capítulo X: Das Disposições Gerais

Capítulo XI: Das Disposições Transitórias <sup>70</sup>

Para Mezzadri, são observadas algumas mudanças profundas para o desenvolvimento do Esporte, Lazer, e suas aproximações com a sociedade brasileira para o desenvolvimento e disseminação do Esporte na sociedade brasileira, conforme segue:

Primeira foi conceitual, Esporte e Lazer, entendido como uma prática corporal a fim de almejar uma melhor qualidade de vida dos indivíduos e não mais a busca de rendimento e resultado, ou seja, a parte técnica. Segundo, a valorização na formação do indivíduo e não no caráter nacional como percebíamos anteriormente. Terceira, a inclusão de maneira mais incisiva do termo lazer, como meio de integrar o indivíduo na sociedade. Por fim a descentralização do poder, cabendo a partir de então aos representantes da sociedade definir e organizar de forma mais independente o desenvolvimento do Esporte e Lazer.<sup>71</sup>

Para Paulo Marcos Schmitt, a Lei Zico foi considerada, na ocasião, a lei maior do desporto nacional, propiciando grandes avanços para o desenvolvimento esportivo, e escreve:

O autoritarismo não condizente com a implantação democrática dos últimos anos acabou por derrubar a chamada Lei do “não pode” de 1975, sendo então promulgada uma legislação que rompe

<sup>70</sup>BRASIL. Lei Federal nº 8.672, de 6 de julho de 1993.

<sup>71</sup>MEZZADRI, F. M. **O estado e a legislação do esporte e lazer** no Brasil: da Lei 3.199/41 ao projeto Pelé. Revista Treinamento Desportivo, vol. 3 1998.

com as amarras do sistema esportivo brasileiro. Caracterizada pela necessidade de conceituar o desporto, a chamada Lei Zico é hoje a “bíblia” daqueles que, de qualquer forma, atuam na área.<sup>72</sup>

No que concerne ao Capítulo II da Lei Zico, que trata dos “*Princípios Fundamentais*”, Schmitt explica que esse Capítulo:

[...] destaca os princípios da autonomia, liberdade e descentralização, cujos reflexos são observados na organização e funcionamento das entidades diretivas brasileiras do esporte, com o surgimento de ligas e associações, traduzindo a liberdade da prática do esporte assegurado como interesse público.<sup>73</sup>

Este momento da vida nacional foi repleto de debates em relação à conceituação do esporte, onde prevaleceu o seguinte entendimento quanto à sua manifestação, expresso no Capítulo III da referida Lei e que aborda a conceituação e as finalidades do Esporte:

- a) Desporto educacional, desenvolvido nos estabelecimentos de ensino, visando o desenvolvimento integral e a formação para a cidadania e o lazer;
- b) Desporto de participação, praticado de modo voluntário e com a finalidade de contribuir para socialização, promoção da saúde e da educação e na preservação do meio ambiente;
- c) Desporto de rendimento, praticado segundo normas e regras nacionais e internacionais, com a finalidade da obtenção de resultados e integração social. Dividido em desporto profissional (remuneração pactuada por contrato de trabalho) e não-profissional. Este dividido em semi-profissional (incentivos materiais) e amador (inexistência de remuneração ou incentivos materiais).<sup>74</sup>

Várias políticas públicas para o esporte foram norteadas por esta compreensão, criando condições para a vinculação do esporte ao lazer e estimulando a participação popular. A política de esporte e lazer criada no Estado do Paraná foi uma delas.

Essa compreensão de esporte foi bastante utilizada na academia universitária e em ações políticas para o esporte no país inteiro. Analisando-se a proposta da Lei Zico, verifica-se que o conceito é o mesmo defendido por Tubino<sup>75</sup>. Se não bastasse a inclusão defendida por Tubino na proposta do governo federal, encontra-se a mesma definição na política para o esporte instaurada no Estado do Paraná, a partir de 1987, [...].<sup>76</sup>

<sup>72</sup> SCHMITT, P. M. **Código de organização de justiça e disciplina esportiva comentado**. Cascavel: Gráfica Universitária, 1996, p.188.

<sup>73</sup> SCHMITT, P. M. **Código de organização de justiça e disciplina esportiva comentado**. Cascavel: Gráfica Universitária, 1996, p. 189.

<sup>74</sup> BRASIL. Lei nº 8.672 - de 6 de Julho de 1993.

<sup>75</sup> MANOEL JOSÉ GOMES TUBINO, nascido em 29 de maio de 1939, nasceu em Pelotas, Rio Grande do Sul, foi entre outros, presidente do Conselho Nacional de Desportos – CND, no período de 1985 a 1989.

<sup>76</sup> MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no estado do Paraná: da formação dos clubes às atuais políticas governamentais**. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, [s.n.], 2000, p. 92.

O Capítulo IV da Lei Zico enfoca o Sistema Brasileiro do Desporto e foi parcialmente revogado pela Medida Provisória nº 931/95, que criou o Ministério Extraordinário dos Esportes e o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto – INDESP.

Os Capítulos V e VI da Lei Zico, tratam do Certificado de Mérito Esportivo e da prática esportiva profissional, o que, segundo Schmitt “[...] destacou a prática profissional do esporte e os contratos celebrados entre atletas e clubes registrados em confederações”.<sup>77</sup>

Os Capítulos VII e VIII da Lei Zico tratam, respectivamente, do funcionamento das entidades de administração do desporto, devendo cada entidade estruturar e ordenar seu sistema, sendo vedada a intervenção na organização de suas filiadas e da organização, funcionamento e atribuições da justiça desportiva, com a criação dos Códigos de Justiça.

Por fim, merece destaque o Capítulo IX da Lei Zico, que prevê a destinação de recursos para o esporte, oriundos de fundos esportivos, receitas oriundas de concursos prognósticos, doações, patrocínios e legados, prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal, incentivos fiscais previstos em lei e outras fontes.

A Lei Zico foi uma tentativa de moralizar e modernizar o esporte. Sua abordagem previa entre outras coisas, que os clubes, deixassem de ser entidades de direito privado, sem fins lucrativos, isentos de pagamento de tributos e se transformassem em empresas de direito privado permitindo dessa forma a fiscalização do ministério público, responsabilizando criminalmente seus dirigentes pela administração dos clubes.

Uma das questões polêmicas desta lei era o esvaziamento do papel da Confederação Brasileira de Futebol – CBF, uma vez que os clubes ou ligas passariam a ter direito de estabelecer negociações de direito de TV e marketing, calendário e organização de todos os torneios e a CBF responderia apenas pela seleção brasileira.

Outro ponto de conflito dizia respeito aos bingos. Aproveitando-se das discussões para a aprovação da Lei Zico, o deputado Onaireves Moura, então no PSD, incluiu na proposta original a legalização dos bingos. Usou como argumento a idéia de que o jogo poderia ser usado como fonte de captação de recursos para clubes, federações e confederações esportivas. A cláusula passou pelo Congresso Nacional e, em julho de 1993, a Lei Zico foi aprovada e entrou para a história como a lei que legalizou o bingo no Brasil. De acordo com a lei, entidades esportivas receberiam uma porcentagem do montante arrecadado por estas casas de bingo, que se multiplicaram rapidamente.

---

<sup>77</sup> SCHMITT, P. M. **Código de organização de justiça e disciplina esportiva comentado**. Cascavel: Gráfica Universitária, 1996, p. 207-210.

Não obstante o aspecto negativo da Lei Zico, a introdução, de última hora na Câmara Federal, do bingo e sorteios ou da não eliminação definitiva da lei do passe do atleta profissional, deve-se ressaltar o sentido democrático seguido, na medida em que todos os segmentos esportivos tiveram oportunidade de participar e daí dar início a erradicação de toda carga autoritária que sempre direcionou o esporte brasileiro.<sup>78</sup>

O Governo Federal pressionado pelo clima de conflito envolvendo o esporte, uma verdadeira crise, parte para a reformulação e o aperfeiçoamento da Lei Zico, com o objetivo de trazer solução para os problemas existentes, bem como determinar responsabilidades visando o desenvolvimento do esporte brasileiro.

Após este relato sobre legislação, passamos a descrever os períodos de quatro anos das gestões estaduais com as políticas públicas instituídas para os Jogos Abertos do Paraná, iniciando com o Governo Álvaro Dias (1987 – 1990).

Além de ser o início do período escolhido para a pesquisa (1987 – 2005), neste governo criou-se a Política Estadual de Esportes, que estabelecia o Esporte Rendimento, o Esporte Escolar e o Esporte Popular, como os três níveis do Programa de Atividades Esportivas, e que foram aí incluídos em decorrência da Carta Internacional de Educação Física e do Esporte<sup>79</sup>, que estabelecia como premissa o direito de todos às práticas esportivas e às atividades físicas. Esse direito,

“[...] permitiu a compreensão do Esporte através de perspectivas educacionais (Esporte- Educação), do lazer e participação (Esporte - Lazer) e da performance (Esporte de Rendimento) e que nesta abrangência social, o Esporte- Lazer ou de participação é aquele das pessoas adultas e comuns que democraticamente, e sempre com prazer, conseguem um acesso fácil a essas práticas”.<sup>80</sup>

Estas perspectivas educacionais acima citadas, foram utilizadas também na criação da Lei Zico que abordou a conceituação e as finalidades do esporte no Capítulo III, criando a classificação Desporto Educacional, de Participação e de Rendimento.

### **2.1.1. O Governo Álvaro Fernandes Dias – 1987 a 1990**

Foi no final do ano de 1.986, mais precisamente nos dias 15 e 16 de dezembro, que se realizou o I Seminário de Planejamento Integrado, no auditório do Seminário Sagrados

---

<sup>78</sup> SILVA, J. B.; SCHMITT, P. M. **Entenda o projeto Pelé**. Londrina: Lido, 1997, p. 35.

<sup>79</sup> Carta Internacional de Educação Física e do Esporte, UNESCO (1978). Disponível em: <http://www.efmuzambinho.org.br/manifesto/carta68.htm>. Acesso em 20 jul. 2007.

<sup>80</sup> Manifesto Mundial da Educação Física, FIEP (1970). Disponível em: <http://www.fiepbrasil.org/index.asp?area=mmef.asp>. Acesso em: 20 jul. 2007.



Corações, na cidade de São José dos Pinhais,<sup>81</sup> reunindo oitenta e cinco representantes de sessenta municípios, organizado pela Coordenadoria do Esporte, da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte.

Com a participação dos professores de Educação Física, coordenadores da área do esporte dos Núcleos Regionais de Educação, representantes dos órgãos esportivos municipais (sessenta municípios representados) e demais interessados no assunto, tinha como pauta as propostas da Coordenadoria do Esporte, bem como sua discussão, no que diz respeito aos Jogos Escolares do Paraná – 1987, Jogos Abertos do Paraná, Jogos dos Trabalhadores do Paraná, Pequenos Jogos Abertos do Paraná, Pólos Esportivos, cursos e calendário 1987.

Além dos participantes acima citados, o Coordenador do Esporte, Sr. Lélcio César, convidou especialmente a Professora Suzana Maria Munhoz da Rocha Guimarães, Secretária de Estado da Cultura e do Esporte, o Professor Sérgio Roberto Molletta, representante do Prefeito Municipal de São José dos Pinhais e o Dr. Edson Gradia, representante do Governador do Estado do Paraná Sr. Álvaro Fernandes Dias (PMDB), eleito para o quadriênio 1987 – 1990.

Era um momento de transição governamental, com Edson Gradia coordenando a equipe diretiva do novo governo. Neste mesmo mês, um grupo de professores de Educação Física especialistas, representantes de diferentes áreas do estudo do movimento humano se reuniu em Londrina, com o objetivo de elaborar o projeto da Política Estadual de Esportes

“[...] inspirados nos estudos realizados pela Comissão de Reformulação do Desporto Nacional, na experiência vivida por alguns professores do grupo, no Brasil e em países como Alemanha, EUA, França e principalmente levando-se em consideração a realidade e as necessidades paranaenses”.<sup>82</sup>

Durante a Sessão Solene do I Seminário de Planejamento Integrado, Edson Gradia falou oficialmente sobre a criação da Secretaria Especial do Esporte, indicando a desvinculação do esporte da Secretaria de Estado da Cultura, dizendo o “quanto isso representaria para o Estado, uma vez que o esporte poderia finalmente marchar para o seu propósito”.<sup>83</sup>

---

<sup>81</sup> A data e local foram obtidos na Ata do I Seminário de Planejamento Integrado.

<sup>82</sup> Informações obtidas no documento oficial do Governo do Paraná, Fundação de Esportes e Turismo do Paraná – Relatório de Atividades 1987 – 1991, Diretoria de Esportes, Curitiba, 1991, p.12.

<sup>83</sup> Informação obtida na Ata do I Seminário de Planejamento Integrado, realizado dias 15 e 16 de dezembro de 1986.

Este I Seminário de Planejamento Integrado chegou ao fim após discussões em grupo e votação das propostas elaboradas para os trabalhos a serem executados no ano de 1987.

Já em 1987, e dando continuidade à organização dos novos trabalhos do novo governo, foram realizadas treze reuniões em diferentes pontos do Estado nos meses de janeiro e fevereiro para apresentar o projeto da Política Estadual de Esportes à comunidade esportiva paranaense. Estas reuniões foram realizadas, entre outras, nas cidades de Curitiba, São José dos Pinhais, Guarapuava, Cascavel, Londrina, Maringá, Araçongas, Marechal Cândido Rondon, bem como foi estabelecido o período de seis meses para debates regionais e apresentação de sugestões.

Foi obtido um diagnóstico para conhecer a realidade concreta do Estado, após debate intenso com a comunidade esportiva do Paraná, que detectou contradições e problemas desde a existência de modelos técnicos e administrativos copiados de outros Estados, até a inexistência de uma política pública para o esporte e lazer que garantisse mudanças e transformações sociais.

Em 3 de junho de 1987, num dos primeiros atos de Governo e atendendo a um antigo anseio da comunidade esportiva paranaense, Álvaro Dias criou a Secretaria Especial de Esporte e a Fundação de Esportes do Paraná através da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, com o esporte e o lazer sendo elevados ao nível de Secretaria de Estado.

No primeiro ano de governo (1987), sob a coordenação do londrinense Edson Gradia (PMDB), Álvaro Dias criou a Secretaria Especial do Esporte, tendo a Fundação de Esportes do Paraná como sua unidade administrativa. Gradia, que participou ativamente da campanha eleitoral e mantinha estreita ligação com o esporte, tendo como parte da sua experiência esportiva a passagem pela AMETUR, em Londrina, assumiu pessoalmente a organização de toda a estrutura da Secretaria Especial do Esporte e da Fundação vinculada.<sup>84</sup>

Foi indicado o professor Paulo Roberto de Oliveira para fazer a direção técnica da Fundação de Esportes do Paraná, tendo como colaborador o professor João Bosco da Silva, que posteriormente assumiu a Assessoria de Integração de Eventos, e conseqüentemente tornou-se responsável pela elaboração da política que seria apresentada à comunidade. O senhor José Geraldo Canesin assumiu a Diretoria de Administração e Finanças e o jornalista Rafael Lamastra assumiu a Chefia de Gabinete do Secretário Edson Gradia.<sup>85</sup>

---

<sup>84</sup> MARTINS, D.J.Q. **A Formulação e a Implementação das Políticas Públicas no Campo do Esporte no Estado do Paraná entre 1987 e 2004**, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR: [s.n.], 2004, p.45.

<sup>85</sup> Informações obtidas no documento oficial do Governo do Paraná, Fundação de Esportes do Paraná - Relatório de Atividades – 1988, Diretoria Técnica, Curitiba, Pr – 1988.

A Diretoria Técnica foi constituída da Assessoria de Integração, prestada através de uma equipe multidisciplinar, composta por especialistas de Administração Pública, Psicologia Social, Recreação, Comunicação, Expressão Corporal, Desenvolvimento Motor e Marketing, e de departamentos de Esporte, Lazer, Educação Física não Escolar e Projetos Especiais, e tinha como missão a operacionalização da Política Estadual de Esportes, com o plano e projetos decorrentes.

A Política Estadual de Esportes finalmente foi deliberada em setembro de 1987 e enviada a todos os segmentos e municípios, iniciando assim sua implantação e implementação imediata, estabelecendo que as ações a serem incentivadas tinham como finalidade principal, o desenvolvimento do ser humano, isto é, na sua dimensão bio-socio-psico-motora.

A partir das informações obtidas nas reuniões realizadas no Estado com as lideranças municipais esportivas e educacionais, e com informações fornecidas pelo “Tribunal de Contas da União, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Educacional do Paraná – FUNDEPAR”,<sup>86</sup> foram estabelecidos princípios essenciais que orientaram a formulação do programa e do plano da Política Estadual de Esportes, baseados nas posturas assumidas em termos filosóficos, científicos e políticos.

Inseridos como princípios essenciais, consideraram-se os Jogos Abertos do Paraná na Fase Final:

[...] como a competição estadual de maior significado, estabelecendo estrutura preocupada fundamentalmente com a qualidade e com o rendimento. Valorizar-se-á os Jogos Abertos Regionais, incentivando a participação de todos os municípios, principalmente os menores, caracterizando a participação de todos como melhor oportunidade de democratização da prática esportiva, considerando-se os Jogos Escolares do Paraná como base do desenvolvimento esportivo do Paraná.<sup>87</sup>

O momento exigiu uma mudança radical e rigorosa do sistema esportivo vigente, guiada por diretrizes que possibilitassem a democratização da prática das atividades esportivas, recreativas, expressivas e motoras, contribuindo para que as mesmas deixassem de ser um privilégio e passassem a constituir um direito inalienável a todo cidadão.

---

<sup>86</sup> Para maiores informações, consultar a Política Estadual de Esportes da Secretaria Especial do Esporte e Fundação de Esportes do Paraná, editada no governo Álvaro Dias, com propostas para o período de 1987 a 1990, p.7.

<sup>87</sup> Ibid., p.8.

A Política Estadual de Esportes evidenciava que a Educação Física ou Ciência do Movimento constituía um corpo de conhecimento multidisciplinar, teórico e prático, no qual se distinguiu “quatro grandes áreas de atividades específicas”<sup>88</sup> citadas como manifestações do esporte, a saber: atividades esportivas, atividades recreativas, atividades expressivas e atividades motoras, assim entendidas:

- a) Atividades Esportivas: o esporte e as diversas formas de enfocá-lo;
- b) Atividades Recreativas: inseridas no lazer popular e em projetos de vida comunitária;
- c) Atividades Expressivas: a ginástica, a dança e outras manifestações que expressam os sentimentos e a cultura de uma população;
- d) Atividades Motoras: o desenvolvimento e a aprendizagem motora como base para a educação para a vida.<sup>89</sup>

A definição sobre as atividades específicas surgiu após o Governo adotar a definição de Educação Física elaborada por João Paulo Subirá Medina, citado na Política Estadual de Esportes do governo Álvaro Dias, de que

“Educação Física é a arte e a ciência do movimento humano que, através de atividades específicas, auxiliam no desenvolvimento integral dos seres humanos, renovando-os e transformando-os no sentido da sua auto-realização e em conformidade com a própria realização de uma sociedade mais justa e livre”.<sup>90</sup>

Estas atividades passaram a constituir os programas que, junto com os respectivos projetos e objetivos formavam o Plano Estadual de Esportes.

O Programa de Atividades Esportivas consistia de três níveis: esporte rendimento, esporte escolar e esporte popular, sendo os Jogos Abertos do Paraná um dos projetos que faziam parte do Esporte Rendimento.

Este Programa era caracterizado como “[...] ação eminentemente competitiva, desenvolvida de acordo com regras pré-estabelecidas, em um processo a ser desenvolvido com a participação efetiva dos diversos segmentos sociais, competentemente integrado com o educacional,[...].”<sup>91</sup>

---

<sup>88</sup> Para maiores informações, consultar a Política Estadual de Esportes da Secretaria Especial do Esporte e Fundação de Esportes do Paraná, editada no governo Álvaro Dias, com propostas para o período de 1987 a 1990, p.7

<sup>89</sup> Ibid., p.7.

<sup>90</sup> Ibid., p.6.

<sup>91</sup> Ibid., p.9.

Com relação ao nível Esporte Rendimento, era “enfocado como produto da ação integrada do Estado com a iniciativa privada”.<sup>92</sup> Deveria envolver os diversos segmentos sociais através da comunicação e dos processos de *marketing*, sendo o esporte encarado como negócio, não prescindindo do apoio do Estado e da iniciativa privada no que diz respeito à constituição de estrutura preparada sem improvisações, com o avanço científico sustentando uma evolução necessária para conduzir o Estado ou a empresa privada a se apresentar como forte competidor.

O início do processo da estruturação e do envolvimento da iniciativa privada caberia ao Estado que definiria o retorno proporcional e os incentivos fiscais para as empresas envolvidas, pois recursos seriam indispensáveis para a manutenção do esporte rendimento.

Embora a Política Estadual de Esportes tenha estabelecido os incentivos fiscais como indispensáveis para a manutenção do esporte rendimento, Martins constata que: “Outra ação apresentada e merecedora de constantes especulações e investidas, mas que não se efetivou na prática, foi a destinação de recursos decorrentes da arrecadação de impostos, através de incentivos fiscais em benefício do esporte”.<sup>93</sup>

A criação do Centro de Excelência em Treinamento Esportivo e dos Centros Regionais de Esportes (estes como uma segunda etapa iniciando um processo de descentralização), era iniciativa decisiva para institucionalizar a prática esportiva em todo o Estado.

Os Centros Regionais de Treinamento Esportivo serviriam de apoio para que as Federações Esportivas Especializadas atingissem seus propósitos, bem como deveriam possuir um setor de capacitação de recursos humanos, que além de realizarem cursos de formação e atualização deveriam estar embasados nos princípios decorrentes da Política Estadual de Esportes.

As diretrizes políticas da Política Estadual de Esportes visavam estabelecer a orientação a ser seguida pelo Plano Estadual de Esportes. Definiam como responsabilidade do Estado, entre outras, a valorização do Esporte Rendimento, como resultado da ação integrada do Estado com a iniciativa privada, além de direcioná-lo como veículo de comunicação no processo de implementação e implantação dos programas.

---

<sup>92</sup> Para maiores informações, consultar a Política Estadual de Esportes da Secretaria Especial do Esporte e Fundação de Esportes do Paraná, editada no governo Álvaro Dias, com propostas para o período de 1987 a 1990, p.9.

<sup>93</sup> MARTINS, D.J.Q. **A Formulação e a Implementação das Políticas Públicas no Campo do Esporte no Estado do Paraná entre 1987 e 2004**, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR: [s.n.], 2004, p.67.

Definiam o papel do Município, que deveria se responsabilizar pela descentralização do processo de tomada de decisões incentivando a participação popular, formulando sua política e planos em consonância com o Estado e estabelecendo uma legislação específica.

Ainda como diretriz política, definia-se como uma ação do estado, o redimensionamento da Federação de Desportos Universitários e Federações Esportivas Especializadas, como Esporte Rendimento. Como instituições da iniciativa privada, essa ação não deveria ir além do estímulo e ajuda adicional para os empreendimentos que viessem a ser sugeridos.

A estratégia para a implantação da Política Estadual de Esportes evidenciava como pontos fundamentais a incrementação de infra-estrutura, caracterizada por ampla base a ser desenvolvida em termos formais pela escola e pela comunidade através dos programas de lazer para que o Esporte Rendimento se tornasse pleno, e que as atividades esportivas, recreativas, expressivas e motoras, se constituíam de um fenômeno social, cultural, econômico e político, tendo assegurado a democratização da prática pelo Estado, como um direito inalienável de todos.

O Esporte Rendimento dentro do Programa de Atividades Esportivas do Plano Estadual de Esporte tinha os seguintes objetivos: apoiar o desenvolvimento do Esporte Rendimento, com a valorização da iniciativa privada; propiciar condições para descoberta de talentos, evitando a evasão de atletas do Paraná para outros Estados; melhorar as instalações esportivas existentes e construção de novas; capacitar recursos humanos; intercâmbio com outros Estados e Países e competições em âmbito municipal, regional e estadual; utilização do Esporte Rendimento como divulgador da Política Estadual de Esportes; incentivar e assistir municípios com equipes do Esporte Rendimento; introdução de inovações esportivas; promover estudos, pesquisas, congressos, seminários, debates e estágios que contribuíssem para o desenvolvimento do Esporte Rendimento; convênios com Municípios entidades escolares, públicas e privadas interessados em desenvolvimento esportivo; valorizar a pesquisa no domínio do desenvolvimento e aprendizagem motora,

como base para a evolução do Esporte Rendimento; obter a colaboração de técnicos especializados necessários à consecução de suas finalidades.<sup>94</sup>

---

<sup>94</sup> Para maiores informações, consultar a Política Estadual de Esportes da Secretaria Especial do Esporte e Fundação de Esportes do Paraná, editada no governo Álvaro Dias, com propostas para o período de 1987 a 1990, p.26.

Uma das principais ações realizadas em 1987 com relação ao esporte rendimento foi a realização do I Seminário Paranaense de Marketing Esportivo – Estratégia para o Esporte, em Curitiba, como meio de expor à iniciativa privada as diversas possibilidades de investimento no esporte. Para isso foram convidadas empresas paranaenses para participar, atendendo ao definido na Política Estadual de Esportes, na tentativa de aproximar o Estado da iniciativa privada.

Para que o Esporte Rendimento conseguisse atingir os objetivos propostos na Política Estadual de Esportes, seria necessário um conjunto de ações que deveriam ser desencadeadas de forma integrada com outras áreas, observado o papel dos municípios no processo de descentralização das tomadas de decisões.

Nos dias 2, 3 e 4 de dezembro de 1987, realizou-se o II Seminário de Planejamento em São José dos Pinhais, com cento e sessenta e um representantes municipais e vinte e um convidados, onde propostas sobre os projetos foram sugeridas, debatidas e votadas em plenário pelos participantes. Tinha como um dos objetivos repassar à comunidade esportiva do Estado um relatório das atividades desenvolvidas em 1987.

Este relatório pretendia demonstrar como os fatos ocorreram, dificuldades encontradas e como foram encaminhadas as soluções.

Sinteticamente, foi explanado neste relatório, como se desencadeou o diagnóstico para conhecer a realidade concreta do Estado, como foi elaborada a Política Estadual de Esportes, com o objetivo de eliminar as contradições e problemas existentes, como se estruturou a administração técnica da Fundação de Esportes do Paraná, o total cumprimento do calendário elaborado pelo governo anterior, tirando conclusões e fazendo recomendações, principalmente para a realização dos Jogos Escolares do Paraná, Jogos da Juventude do Paraná e Jogos Abertos do Paraná e for fim, como implementar e implantar a Política Estadual de Esportes.

Foi aberto espaço para o recebimento de críticas e sugestões por parte dos municípios ao processo desenvolvido, feita exposição sobre o Plano de Governo 1988 a 1991, tendo como itens principais a Política, o Plano e os Projetos, inovações a serem introduzidas nas ações permanentes e quando solicitadas pelos Municípios, a ação de assessoria e consultoria que seria exercida pela Fundação de Esportes do Paraná e a apresentação do Tribunal de Justiça Desportiva.

Apresentaram-se o calendário esportivo para 1988 e as diretrizes básicas para as ações permanentes, que seriam: Jogos Escolares do Paraná, Jogos da Juventude do Paraná, Jogos Abertos do Paraná, Jogos Escolares Brasileiros, Operação Município e Projeto Integração. Apresentaram-se também diretrizes básicas para as ações circunstanciais com o objetivo de promover o desenvolvimento esportivo do Estado em nível de qualidade, sendo essas ações: Seminários Técnicos Regionais, Cursos de Treinamento Esportivo e de Técnicas Esportivas, Seminários Regionais de Marketing Esportivo e Cursos sobre Política Municipal e Desenvolvimento Motor.

Aproveitando a presença dos representantes municipais no Seminário, foram proferidas as seguintes palestras:

Treinamento Esportivo: Fundamental em Nível de Qualidade, proferida pelo professor Paulo Roberto de Oliveira;

Desenvolvimento Motor e suas Implicações no Processo de Desenvolvimento Esportivo, proferida pelo professor René Augusto Otremba Eiras;

Marketing Esportivo: Implicações no Desenvolvimento Esportivo do Estado, proferida pelo Assessor Jurídico da Fundação de Esportes do Paraná, o advogado Renato Geraldo Mendes.

Observando a ata do II Seminário de Planejamento, evidencia-se a dificuldade dos representantes municipais em debater a Política Estadual de Esportes e o Plano de Governo 1988/1991. Quando pedem a palavra no plenário, geralmente é para discorrer sobre as questões práticas dos projetos, especialmente se referindo com maior frequência às questões técnicas dos jogos.

Em 1988, houve uma mudança na estrutura governamental. Foi extinta a Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR<sup>95</sup>, e a Fundação de Esportes do Paraná passa a se designar Fundação de Esporte e Turismo – FESTUR, assumindo o patrimônio, receita e pessoal da Empresa Paranaense de Turismo, bem como a responsabilidade na continuidade dos convênios, contratos e demais atos correlatos em fase de execução pela entidade. A Secretaria Especial do Esporte passou a ser chamada Secretaria Especial de Esporte e Turismo do Paraná. Houve alteração do organograma e separação das diretorias, sendo o Diretor de Administração e Finanças, senhor José Geraldo Canesin substituído pela senhora Doralice Rodrigues Lopes, porém a equipe do esporte não sofreu mudanças expressivas.

---

<sup>95</sup> PARANÁ. Lei Estadual nº 8.986, de 23 de maio de 1989.



Como instrumento tático, o marketing esportivo continuou sendo uma das ações da Fundação de Esporte Turismo do Paraná, com o Projeto Marketing Esportivo fazendo parte dos Programas Especiais, procurando atrair a atenção do empresário paranaense, mostrando as alternativas do esporte. Ao referir-se a este projeto, o relatório de 1988 o descreve da seguinte maneira:

[...] atuando com célula estimuladora de um novo segmento que se afirma e ganha cada vez mais projeção em outros centros e regiões. Os resultados começaram a acontecer no Estado do Paraná, principalmente após a realização dos seminários de Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Maringá, Cascavel e Pato Branco. Os principais resultados começaram a aparecer, com empresas paranaenses iniciando o patrocínio de equipes e eventos esportivos (Refrifar, Malas Ika, Malas Pinton, Usipeças, Mesbla, Kibon, Copralon, Banestado, Itaú, Lotopar, Brahma, Bamerindus, Coca-Cola, Hermes Macedo, Iguaçu Celulose, Cini, Pepsi-Cola, Skol, Cocamar, Incolustre, Londritubos). É necessário que a Fundação continue promovendo o projeto e os municípios aproveitem a idéia e mobilizem os empresários locais.<sup>96</sup>

Os Jogos Abertos do Paraná de 1988 se realizaram atendendo o máximo possível das recomendações estabelecidas no II Seminário de Planejamento, principalmente com relação à proposta de uma maior descentralização, com o aumento do número de regionais disputadas, ou seja, de oito regiões em 1987 para treze regiões em 1988, possibilitando menores deslocamentos dos municípios participantes, competições mais igualitárias, maior probabilidade de classificação para a Fase Final e mais motivação.

Uma das principais ações da Secretaria Especial do Esporte e Turismo, Fundação de Esporte e Turismo do Paraná no ano de 1988, foi o início da criação dos Centros Regionais de Esporte, sendo o Centro Regional de Esportes de Cascavel o primeiro a ser instalado, e segundo o relatório de 1988 utilizado como “projeto piloto”, atendendo aos municípios da região Oeste do Estado.

Esta iniciativa continuou em 1989, quando foram criados os Centros Regionais de Esportes de Jacarezinho, Cornélio Procópio, Londrina, Araçongas, Maringá, Paranavaí, Ponta Grossa e Umuarama.

Cada Centro Regional de Esportes deveria ser composto, de um Centro de Treinamento Esportivo, um Centro de Capacitação de Recursos Humanos e um Centro de Apoio Administrativo, todos com infra-estrutura suficiente para atender aos municípios que estivessem sob sua jurisdição, constituindo uma região esportiva.

---

<sup>96</sup> Informações obtidas no documento oficial do Governo do Estado do Paraná, Fundação de Esportes do Paraná - Relatório de Atividades – 1988, Diretoria Técnica, Curitiba – 1988.

Nas considerações finais do relatório de atividades de 1989, o processo de descentralização é citado pelo Diretor de Esportes da Fundação de Esporte e Turismo do Paraná, professor Paulo Roberto de Oliveira, da seguinte forma:

Em 1989, com a criação dos Centros Regionais de Esporte pode ser concretizado o objetivo da descentralização arduamente defendida desde o início do Governo. Evidentemente, não conseguimos criar todos aqueles Centros Regionais que julgamos necessários, mas, várias regiões acabaram sendo beneficiadas, pois a sua instalação possibilitou a discussão regionalizada e a participação responsável dos coordenadores e secretários municipais, que representam as aspirações da Comunidade Esportiva.<sup>97</sup>

Nas palavras de Martins a respeito das considerações baseadas em entrevista com a professora Sílvia Julia Motta Carvalho, funcionária do Governo do Estado: “Percebemos que, apesar da intenção e do pronunciamento em favor da descentralização das decisões, é necessária uma distinção entre a descentralização e a desconcentração administrativa das ações”.<sup>98</sup>

A criação dos Centros Regionais de Esportes foi uma das ações que possibilitou uma melhoria na comunicação entre os agentes e no repasse das informações necessárias para o desenvolvimento das ações estabelecidas para o esporte do Estado, embora não tenha tido a autonomia necessária em suas ações.

Outras duas iniciativas dessa gestão foram: a criação em março de 1988 do jornal “Esporte e Turismo” com periodicidade mensal e tiragem média de 3,5 mil exemplares e a criação em 1989 da “Revista do Esporte”, com circulação nacional e periodicidade trimestral, com uma tiragem de 7.500 exemplares.<sup>99</sup>

A realização das reuniões do Estado com a comunidade esportiva, com vistas ao debate e à participação no processo de tomada de decisões sobre as ações governamentais na forma de seminários desde 1986, propiciou a transformação do Seminário Anual de Planejamento em projeto dos Programas Especiais. Segundo o relatório de atividades de 1989:

---

<sup>97</sup> Informações obtidas no documento oficial do Governo do Estado do Paraná, Fundação de Esporte e Turismo do Paraná - Relatório de Atividades – 1989, Diretoria de Esportes, Curitiba – 1989.

<sup>98</sup> MARTINS, D.J.Q. **A Formulação e a Implementação das Políticas Públicas no Campo do Esporte no Estado do Paraná entre 1987 e 2004**, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR: [s.n.], 2004, p.87.

<sup>99</sup> Informações obtidas no documento oficial do Governo do Estado do Paraná, Fundação de Esporte e Turismo do Paraná - Relatório de Atividades – 1989, Diretoria de Esportes, Curitiba – 1989, itens 4.14 e 4.15.

[...] a comunidade esportiva paranaense tem tido a oportunidade de se reunir, discutir a Política Estadual de Esporte, fazer sugestões, elaborar o Calendário Anual de Eventos, programar os Cursos de Capacitação de Recursos Humanos nas diferentes áreas além disto são apresentadas as prioridades da Política Estadual para o ano subseqüente, programas e projetos a serem oferecidos.<sup>100</sup>

No ano de 1989, o III Seminário Anual de Planejamento foi realizado em 16 e 17 de fevereiro. Utilizou-se para a abertura o Auditório Brasília Itiberê, da Secretaria de Estado da Cultura e para as reuniões em si o Teatro do SESC, quando participaram cento e cinqüenta e oito representantes de cento e cinqüenta e dois municípios do Estado.

Na ocasião foi feita explanação das atividades desenvolvidas no ano de 1988, as diretrizes dos projetos de cada departamento para 1989; explicações sobre a proposta encaminhada à Assembléia Estadual Constituinte sobre Desporto e sobre o Código de Organização da Justiça e Disciplina Desportiva; divulgação do Programa Nacional de Educação e Saúde do Ministério da Saúde com o Curso de Monitorização à Distância e por fim, foram realizadas reuniões dos coordenadores dos Centros Regionais de Esportes com seus respectivos representantes dos órgãos esportivos municipais, para estabelecer as metas a serem cumpridas em 1989.

Motivada pela criação dos Centros Regionais de Esporte, a Fundação de Esporte e Turismo do Paraná realizou Seminários de Planejamento de forma regionalizada, com a intenção de se respeitar as características e interesses peculiares das diferentes regiões, no período de 20 a 22 de novembro de 1989, em treze cidades do Estado, a saber: Jacarezinho, Cornélio Procopio, Londrina, Arapongas, Paranaíba, Umuarama, Campo Mourão, Cascavel, Ponta Grossa, Marechal Cândido Rondon, Paranaguá, Guarapuava e Maringá.

Para isso foram designados coordenadores da Fundação de Esporte e Turismo do Paraná, que se deslocaram até a cidade em questão e realizaram a reunião no período da manhã ou no período da tarde, conforme calendário pré-estabelecido.

Compareceram representantes de cento e oitenta e cinco municípios do Paraná, que junto com o Estado, discutiram as ações a serem desenvolvidas em 1990, fundamentadas em estratégias que possibilitassem a participação e a descentralização previstas na Política Estadual de Esportes.

Na introdução do relatório de atividades de 1989, a participação e a descentralização são consideradas “duas metas fundamentais no processo de implantação e implementação da Política”.<sup>101</sup> A participação foi considerada atingida pela equipe diretiva

---

<sup>100</sup> Informações obtidas no documento oficial do Governo do Estado do Paraná, Fundação de Esporte e Turismo do Paraná - Relatório de Atividades – 1989, Diretoria de Esportes, Curitiba – 1989, item 4.1.

<sup>101</sup> Informações obtidas no documento oficial do Governo do Estado do Paraná, Fundação de Esporte e Turismo do Paraná - Relatório de Atividades – 1989, Diretoria de Esportes, Curitiba – 1989.

da Fundação de Esporte e Turismo do Paraná, devido ao envolvimento da comunidade esportiva que, segundo o relatório, “sugeri, modificou regulamentos, discuti critérios, prazos, datas, idéias”<sup>102</sup>, além de citar também o envolvimento das Secretarias de Estado, “que se integraram, canalizaram recursos e possibilitaram decisões mais eficientes”<sup>103</sup>. Com relação à descentralização, considerou-se a criação dos Centros Regionais como o início do processo, “que possibilitou decisões regionalizadas, transferiu responsabilidades, com a Festur procurando criar condições para a efetiva concretização dos fins propostos”<sup>104</sup>.

No ano de 1990 cumpriu-se o calendário esportivo previamente estabelecido, inclusive com a criação de mais um Centro Regional de Esporte, com sede no município de Marechal Cândido Rondon.

No período 1987 a 1990, observamos um aumento gradativo na participação de municípios na Fase Regional da competição, composta por oito regiões em 1987 e treze regiões de 1988 a 1990, embora a Fase Final tenha mostrado um equilíbrio na participação de municípios, ocasionada pela necessidade de se buscar a melhoria e a valorização da qualidade na participação dos mesmos. Para isso optou-se pela diminuição de equipes classificadas.

Os Jogos Abertos do Paraná no período 1987 – 1990 foram considerados a oportunidade ideal para difundir, valorizar e desenvolver o esporte paranaense, abrindo espaço para um maior envolvimento dos municípios a cada ano. Enfatizou-se a democratização da prática esportiva, propiciada pelo aumento do número de regiões esportivas no Estado, possibilitando a participação dos municípios menores, sendo reforçado, conforme determinava a Política Estadual de Esportes, que esta competição deveria constituir a expressão máxima do esporte de rendimento, com a necessidade da participação da iniciativa privada e o envolvimento da comunidade.

Os Seminários de Marketing foram realizados como estratégia para despertar a iniciativa privada para o Esporte Rendimento, contribuindo para que equipes e eventos esportivos fossem patrocinados, mesmo que de forma tímida.

Analisando-se a Política Estadual de Esportes para os Jogos Abertos do Paraná, ficou claro o intuito de se inserir modificações com a finalidade de acelerar o processo de desenvolvimento do Esporte de Rendimento do Paraná, mesmo entendendo esta

---

<sup>102</sup> Ibid.

<sup>103</sup> Ibid.

<sup>104</sup> Ibid.

manifestação do esporte como de responsabilidade das Federações Esportivas Especializadas.

Havia, porém, a consciência da necessidade da participação do Estado junto às Federações Esportivas Especializadas, interagindo, apoiando, incentivando e fomentando, até que estas entidades se tornassem autônomas: administrativa, técnica e financeiramente.

Ao analisar a posição governamental estabelecida na Política Estadual de Esportes 1987 - 1990, Mezzadri levanta alguns pontos a serem considerados. Um deles

[...] é a preocupação do governo em estabelecer uma vinculação entre o desenvolvimento do esporte de rendimento e a iniciativa privada. Portanto, já se verificava a intenção do governo em relacionar o esporte de rendimento ao mercado de consumo esportivo. Por fim, mais uma vez, observou-se a valorização às federações e ligas esportivas. Quando se dá ênfase, pressupõe-se que as entidades estão relegadas a um segundo plano e necessitam de maior apoio. Nesse ponto, parece ocorrer o mesmo problema da década de 50, isto é, a intervenção do Estado nas entidades esportivas, mantendo assim um certo controle da estrutura esportiva.<sup>105</sup>

Tratando da conclusão da gestão de Álvaro Dias, no que concerne às ações da Fundação de Esporte e Turismo do Paraná, em especial ao envolvimento da iniciativa privada Martins escreve:

Ao tratar do envolvimento da iniciativa privada nas ações Paulo Roberto de Oliveira afirma que “A iniciativa privada, embora ainda demonstrando um desconhecimento da potencialidade do esporte como eficiente alternativa de Marketing, ainda assim, deu sua contribuição e possibilitou bons investimentos, especialmente na área do Esporte Competição.”<sup>106</sup>

Ao final da gestão governamental, houve um anseio por parte da equipe diretiva na garantia de continuidade do processo iniciado, amparado na necessidade de uma mobilização da comunidade esportiva paranaense, para uma consolidação da Política no Estado.

Essa ansiedade se materializou na forma do Encontro de Foz do Iguaçu no dia 06 de novembro de 1990, com a participação de representantes da comunidade esportiva do Estado nas pessoas e municípios seguintes: Jesus Vicentini (Apucarana), Ana Claudia da Silva Pinto (Assis Chateaubriand), Itamar Agostinho Tagliari (Campo Mourão), Antônio de Pádua Coelho (Cascavel), Paulo Muller (Foz do Iguaçu), Carlos Augusto Silva Ribeiro (Guarapuava), Otávio Dias Chaves Júnior (Maringá), Jair Henrique Alves (Maringá),

<sup>105</sup> MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no estado do Paraná: da formação dos clubes às atuais políticas governamentais**. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, [s.n.], 2000, p. 100.

<sup>106</sup> MARTINS, D.J.Q. **A Formulação e a Implementação das Políticas Públicas no Campo do Esporte no Estado do Paraná entre 1987 e 2004**, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR: [s.n.], 2004, p.91.

Vivaldo Souza Lima (Maringá), Ricardo Nami (Medianeira), Vicente Piazza Filho (Pato Branco), Carlos Roberto Ferreira (Ponta Grossa) e Claus Fuchs (Toledo).

Neste encontro foi elaborado um documento aos candidatos à sucessão do Governo do Estado, relacionando algumas considerações sobre a realidade esportiva do Paraná naquele momento e reivindicações para a continuidade do avanço no campo esportivo, bem como do processo de tomada de decisões.

Segundo o documento, a comunidade esportiva estava receosa quanto a um possível retrocesso na estrutura e organização esportiva, sendo essas considerações decorrentes de dificuldades encontradas em negativas experiências anteriores, quando os órgãos responsáveis pelo esporte do Estado não tinham o *status* de Secretaria de Estado.

Assim sendo, foram propostas a efetivação da Secretaria de Esporte do Paraná autônoma deixando de ser Secretaria Especial de Esporte e Turismo e sem ligação com as secretarias de Educação, Turismo e Cultura; a manutenção da Fundação de Esportes do Paraná; que o futuro Secretário de Esportes e o Presidente da Fundação fossem professores de Educação Física; a transferência dos Jogos Escolares do Paraná da Secretaria de Estado da Educação para a Secretaria de Esportes / Fundação de Esportes; e a real participação da comunidade esportiva no processo de discussão e decisão da política esportiva a ser implementada pelo futuro Governo do Estado.

Além dessa reunião em Foz do Iguaçu, outra foi realizada em Maringá nos dias 29 de novembro a 01 de dezembro de 1990, porém sem a presença de representante do Estado, com a intenção de elaborar propostas para os Jogos Escolares do Paraná, Jogos da Juventude do Paraná e Jogos Abertos do Paraná, sendo convidados os profissionais de Educação Física dos 22 Núcleos de Ensino do Estado, representantes dos municípios participantes das competições em questão, e também foi convidada a imprensa esportiva. Participaram os seguintes representantes: Lair Perri (Apucarana), Gilberto Gomes (Astorga), Itamar Tagliari (Campo Mourão), Alberto Dandolini (Colorado), João Tarso Negrão (Curitiba), Moacir Ávila de Mattos Jr e Jurgens George C. Potier (Castro), Paulo Muller (Foz do Iguaçu), Carlos Augusto Silva Ribeiro (Guarapuava), Djalma Gonçalves Ferreira (Mandaguari), Ricardo Nami (Medianeira), Claudeir Pereira Silva (Missal), Marcos Vinicius Dias Antunes (Palotina), Vicente Piazza Filho e Lauri Ribas Teodoro (Pato Branco), Carlos Alberto Ferreira, Marcos Aurélio Schemberger e Ary Nora Guimarães Filho (Ponta Grossa), Pedro Lanaro Filho e Antônio Carlos Gomes (Londrina), Claus Fuchs (Toledo), Erineu Luiz Zanatta (Rolândia) e Otávio Dias Chaves Júnior, Jair Henrique Alves e Vivaldo Souza Lima (Maringá).

Além das competições, discutiu-se a necessidade de os Centros Regionais de Esportes serem efetivados obedecendo a Divisão Política do Estado, ou seja, 18 escritórios, sob o comando de um profissional da Educação Física e com infra-estrutura suficiente, bem como alterações nos projetos em andamento.

Em razão de nenhum representante do Estado ter participado dessa reunião em Maringá, as propostas foram anexadas em ofício enviado ao Diretor de Esporte da Fundação de Esporte e Turismo do Paraná, na ocasião professor Paulo Roberto de Oliveira. Nesse ofício havia uma solicitação para que as propostas fossem discutidas em reunião de planejamento esportivo para 1991, justificada pela preocupação com o estabelecimento de compromissos com o calendário e com a forma e operacionalização da programação anual.

### **2.1.2. O Governo Roberto Requião – 1991 a 1994**

Com as eleições majoritárias em 1990, Roberto Requião de Mello e Silva (PMDB) assume o governo do Estado do Paraná para o quadriênio 1991 a 1994.

Como a transição ocorreu entre candidatos do mesmo partido, houve uma continuidade da estrutura e da equipe diretiva da Secretaria de Esporte e Turismo – Fundação de Esporte e Turismo do Paraná, com Edson Gradia como Secretário de Estado, Paulo Roberto de Oliveira como Diretor de Esporte e Doralice Rodrigues Lopes como Diretora de Administração e Finanças.

A continuidade foi constatada também com relação à Política Estadual de Esportes e ao processo de desenvolvimento do esporte paranaense, não havendo grandes mudanças relativas aos projetos executados pela instituição, com exceção de alguns relacionados à manifestação do esporte popular que foram colocados em prática, uma vez que a nova administração governamental continuava relacionando o esporte ao desenvolvimento da sociedade.

Houve a necessidade de uma adequação da Política Estadual de Esportes para o período 1991 – 1994, devido à nova redação da Constituição Brasileira em 1988, principalmente com relação ao Artigo 217, anteriormente comentado.

Portanto, a prioridade básica da Política passou a ser sobre a manifestação Esporte – Educação, com a Fundação de Esporte e Turismo do Paraná se predispondo a buscar uma maior aproximação com a Secretaria de Estado da Educação.

O Seminário Anual de Planejamento - 1991 foi realizado de forma regionalizada nas cidades de Marechal Cândido Rondon, Paranavaí, Maringá, Ponta Grossa, Palmas, Arapongas, Umuarama, Campo Mourão, Londrina, Cascavel, Cornélio Procópio, Matinhos e Jacarezinho, no período de 25 de fevereiro a 01 de março de 1991, tendo como assuntos a Política Estadual de Esportes para o período 1991 – 1994, o Código Municipal Desportivo, o Calendário Anual de 1991 e os seguintes Projetos: Integração, Esporte Popular, Frutos da Terra, Arbitragem, Paraná Olímpico, Pólos Esportivos, Jogos Escolares do Paraná, Jogos da Juventude do Paraná e Jogos Abertos do Paraná.

A Fundação de Esporte e Turismo do Paraná recebeu um voto de confiança da comunidade esportiva pelas propostas que foram discutidas e votadas, com a maioria dos municípios participantes acatando as modificações.

No documento entregue à comunidade esportiva sobre as alterações da Política Estadual de Esportes os Programas instituídos eram: Esporte Escolar, Esporte Popular e Esporte Rendimento.

O entendimento para os Jogos Abertos do Paraná, com a eliminação do cadastro e do período de estágio dos atletas, era proporcionar, em curto prazo, uma melhoria de qualidade à competição, despertando a mídia Estadual e Nacional, atraindo o investimento da iniciativa privada, possibilitando a canalização da maior parte dos recursos públicos para projetos na área de Esporte Educacional e Popular e infra-estrutura esportiva.

Na concepção do Estado, os Jogos Abertos do Paraná deveriam ser divididos em dois momentos: a Fase Regional, com objetivo de democratizar e interiorizar o Esporte, oportunizar a participação de todos, dentro de uma concepção de Esporte Popular e a Fase Final como manifestação de Esporte Rendimento, para aqueles dotados das melhores estruturas esportivas.

O Estado visava envolver progressivamente as Federações nos Jogos Abertos do Paraná, retirando-se totalmente desta área a partir do momento em que estas estivessem eficientemente organizadas e autônomas, no cumprimento do seu papel na estrutura do esporte estadual e nacional.

Para que essa idéia pudesse ser colocada em prática, a Fundação de Esporte e Turismo do Paraná propôs à comunidade esportiva paranaense uma experiência pelo espaço de dois anos (1991 e 1992), para experimentar uma organização mais aberta dos



Jogos Abertos do Paraná, com a intenção de definitivamente resolver se a competição deveria ser encarada como esporte de rendimento ou como manifestação do esporte popular.

Em 1992 a Secretaria Especial do Esporte e Turismo do Paraná e a Fundação de Esporte e Turismo do Paraná sofreram grande mudança na equipe diretiva, com a saída de Edson Gradia e a nomeação do deputado estadual José Afonso Junior para secretário e Agostinho Creplive Filho para diretor-presidente da Fundação. Para a diretoria de esporte é nomeado Sebastião Carlos Bianchi, que fica somente um pequeno período no cargo, sendo substituído posteriormente por Sergio Malburg.

Continuando com a democratização da tomada de decisões, o Estado realiza o Seminário Regional de Gerenciamento do Esporte no período de 09 a 12 de março de 1992, com convite aos representantes legais dos órgãos responsáveis pelo esporte e lazer nos Municípios, com o propósito de dirimir dúvidas, bem como apresentar propostas e sugestões para o Congresso Estadual do Esporte e Lazer, apresentar o calendário anual de projetos para 1992, cursos, prazos e alterações técnicas para participação nos Jogos da Juventude do Paraná e Jogos Abertos do Paraná, bem como a organização da Justiça Desportiva.

O 1º Congresso Estadual do Esporte e Lazer – 1º Feira da Educação Física e Esporte foi realizado no período de 16 a 20 de novembro de 1992, no Salão Marumbi do Centro de Convenções de Curitiba. Junto com o Congresso, realizou-se também o Seminário Anual de Gerenciamento do Esporte, destinado aos dirigentes esportivos dos municípios do Estado do Paraná. Foram apresentados os programas, projetos e ações de cada Gerência em forma de relatório, e posteriormente os participantes foram divididas em comissões, respeitada a divisão dos Centros Regionais de Esportes, com a finalidade de elaborar, apresentar, discutir e votar as propostas para os Jogos da Juventude do Paraná e Jogos Abertos do Paraná.

O 1º Congresso Estadual do Esporte tinha como objetivos:

- incentivar a promoção de estudos, pesquisas e debates, que possam contribuir para o desenvolvimento do esporte rendimento, esporte participação e esporte educação;
- estimular o envolvimento da comunidade esportiva paranaense em desenvolver harmoniosamente atividades esportivas, com bases nas áreas das manifestações do esporte rendimento, esporte participação e esporte educação;
- oportunizar a divulgação de trabalhos, pesquisas e experiências a todo Estado;

- reunir a comunidade esportiva paranaense para propor modificações e adequações aos programas e projetos já existentes, bem como consolidar novas propostas.<sup>107</sup>

Para dar cumprimento aos objetivos do Congresso, foram oferecidos aos participantes cursos, palestras, mesas redondas e apresentação de trabalhos técnicos – científicos (Tema Livre), além da participação no Seminário Anual de Gerenciamento do Esporte e da 1ª Feira de Educação Física e Esportes.

Também em 1992 realizou-se em Pato Branco, no Paraná, a primeira edição dos Jogos Abertos Brasil Sul, (posteriormente chamados de Jogos Abertos Brasileiros, em virtude da inclusão dos Estados não pertencentes à região sul do país), cujos participantes eram as seleções estaduais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os representantes do Paraná eram os campeões dos Jogos Abertos do Paraná, cuja não participação implicava na perda do direito à pré-classificação nos Jogos Abertos do Paraná do ano seguinte.

Segundo pudemos constatar nos documentos produzidos para o Congresso e nos Seminários de Planejamento, o Estado demonstrava focar o interesse na promoção do desenvolvimento do nível técnico – esportivo da comunidade esportiva paranaense, capacitando os recursos humanos nas diversas manifestações do esporte e lazer.

As decisões da comunidade esportiva nos Seminários Anuais de Planejamento e Gerenciamento Esportivo realizados de 16 a 20 de novembro de 1992 durante o Congresso Estadual do Esporte, e em 22 e 23 de abril de 1993, serviram para sedimentar as decisões e estabelecer o calendário para 1993. O Seminário Anual de Planejamento e Gerenciamento Esportivo realizado no período de 09 e 12 de dezembro de 1993 definiu as ações a serem realizadas em 1994 e restringiram novamente a participação de atletas, extinguindo-se também a classificação pelo Quadro de Medalhas para os Jogos Abertos do Paraná.

O que constatamos dessas decisões, foi a não aceitação da continuidade das mudanças sugeridas pelo Estado para os Jogos Abertos do Paraná, durante o período de experiência de dois anos solicitado.

O Congresso Estadual do Esporte que aconteceu em 1992, não mais se realizou nos anos seguintes, contrariando a expectativa inicial.

Em 1994 com mais um período eleitoral se aproximando, e havendo a necessidade do secretário José Afonso Júnior se descompatibilizar do cargo público, devido à sua candidatura para a Assembléia Legislativa, Luiz Ernesto Pereira assumiu a secretaria de

---

<sup>107</sup> Informações obtidas no documento oficial do Governo do Estado do Paraná, Fundação de Esporte e Turismo do Paraná – Regimento Interno do I Congresso Estadual de Esporte, Diretoria de Esporte, Curitiba –

Estado do Esporte e Turismo. O mesmo aconteceu com o governador Roberto Requião, que deixou o cargo, sendo substituído por Mário Pereira, vice-governador.

Essas modificações não produziram alterações nos programas e projetos da Fundação de Esporte e Turismo do Paraná.

Também neste ano de 1994 a Secretaria deixa de ser Especial e passa efetivamente a ser uma Secretaria de Estado.

O que pudemos constatar após 1992, foi a ocupação do cargo de diretor de esporte por profissionais de outras áreas, e não da Educação Física, o que propiciou uma insatisfação por parte da comunidade esportiva, embora essa insatisfação tenha se mostrado de forma tímida, conforme observamos nas atas das reuniões do Seminário Regional de Gerenciamento do Esporte, realizado em março de 1992 nas treze regiões do Estado.

Assim sendo, a falta da reflexão da prática esportiva de forma profunda, sem a crítica como instrumento de aperfeiçoamento, foi gradativamente enfraquecendo o processo esportivo inicialmente estabelecido pela Política Estadual de Esporte.

### **2.1.3. O Governo Jaime Lerner – 1995 a 1998 / 1999 a 2002**

O primeiro período do governo Jaime Lerner (PDT) veio com uma série de alterações para o esporte e o lazer, a começar pela reestruturação da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, com a criação de duas autarquias estaduais vinculadas, denominadas Paraná Esporte e Paraná Turismo que, a partir de então, passariam a executar separadamente as ações do esporte e do turismo. Na Paraná Esporte, cuja missão era “dinamizar e potencializar o desenvolvimento do esporte e lazer no Paraná, contribuindo com a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida do cidadão, consolidando uma cultura de saúde, esporte e lazer no Estado”<sup>108</sup>, foram criadas duas diretorias: Diretoria de Esporte e Diretoria de Lazer, para executar as ações voltadas para o esporte e lazer.

Para ser o Secretário de Estado do Esporte e Turismo, o governador Jaime Lerner indicou o senhor Sílvio Magalhães Barros II, irmão do deputado Ricardo Barros, da região de Maringá, sendo designado Voldimir Maistrovicz para a Presidência da Paraná Esporte, Jair Henrique Alves para a Diretoria de Esporte, Yara Maria Kuster para a Diretoria de Lazer e Amilton Stival para a Diretoria de Administração e Finanças.

---

1992.

<sup>108</sup> Informação obtida em *folder* editado pela Paraná Esporte à comunidade esportiva do Estado, por ocasião do II Encontro Estadual de Gerenciamento Esportiva e de Lazer, realizado no período de 6 a 8 de dezembro de 1995.

Um dos primeiros atos do novo secretário foi a realização da Oficina de Planejamento.

Como primeira ação preocupamo-nos em reunir representantes de todos os segmentos que efetivamente levam as práticas esportivas e de lazer à comunidade paranaense. Deste encontro, que chamamos “*Oficina de Planejamento*”, as federações esportivas especializadas, as instituições de ensino superior em Educação Física, empresas da iniciativa privada, professores de diferentes instituições governamentais e ex-atletas manifestaram suas necessidades e diagnosticaram a situação do esporte e lazer no Estado do Paraná, propondo adequações e correções às distorções apresentadas”.<sup>109</sup>

Esta oficina se realizou no período de 06 a 10 de fevereiro de 1995, e tinha como objetivo fazer um diagnóstico da situação do esporte e lazer do Estado, bem como propor alternativas para o desenvolvimento de uma nova política pública para o setor.

Assim sendo, após análise e debate sobre os problemas levantados, foram propostos objetivos, bem como estratégias de ação que culminaram na edição da Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer e do Plano e Programas para o Desenvolvimento do Esporte e Lazer para o período compreendido entre 1995 e 1998.

Na Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, onde o esporte é considerado “em suas manifestações de educação, lazer, rendimento ou espetáculo”, o problema central identificado foi “a deficiência do sistema estadual de esporte e lazer, que conduz à inexistência de uma cultura de saúde, esporte e lazer do cidadão paranaense”.<sup>110</sup>

Foram estabelecidos como princípios essenciais,<sup>111</sup> a democratização, a humanização, o conhecimento, a participação, a descentralização, a evolução, a educação, a continuidade, a ética, a interação, a diferenciação, a ecologização, a autonomia e a liberdade.

Neste ponto, constatamos que houve uma diferenciação desta política pública para o esporte, em relação à dos governos anteriores, havendo uma maior preocupação do Estado com o desenvolvimento integral do ser humano, exemplificada nos princípios essenciais estabelecidos conforme descrito acima.

---

<sup>109</sup> Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, editada no governo Jaime Lerner, Curitiba-Pr, 1995, p. 5.

<sup>110</sup> Ibid., p.11.

<sup>111</sup> Ibid., p.12.

Como “finalidade principal, a médio e longo prazo, consolidar uma cultura de saúde, esporte e lazer do cidadão paranaense”.<sup>112</sup> Para atender a esta finalidade, foram criados objetivos a serem cumpridos pelas ações das instituições, segmentos e profissionais da área.

A seguir, no processo de administração da Política são propostas as diretrizes políticas e filosóficas aos dirigentes responsáveis pela sua implantação, devendo o desenvolvimento do esporte e lazer valorizar as seguintes concepções e tendências: a valorização do relacionamento homem/natureza, o crescimento do desporto da família, a crescente ocupação dos espaços urbanos informais para a prática do esporte, a relação da prática do esporte e lazer com a busca do bem estar e de uma vida com mais qualidade, o crescimento da prática do esporte de ação e aventura individual, a evolução do esporte como espetáculo, com a participação da iniciativa privada, o caráter associativo das atividades esportivas, a participação feminina em atividades físicas com o sentido estético e a procura de atividades esportivas voltadas à defesa pessoal, devendo a Paraná Esporte nortear suas ações com estas considerações. Ainda dentro do processo de administração da Política, foram definidos os papéis e as ações do Estado, dos Municípios e de outras instituições no desenvolvimento do esporte e lazer.

A Política e o Plano Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer<sup>113</sup> deveriam ser executados por cinco programas específicos que norteariam a proposição, adequação e execução dos projetos e atividades específicas<sup>114</sup>: Programa de Desenvolvimento do Esporte, Programa de Desenvolvimento do Lazer, Programa de Informação do Esporte e Lazer, Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Esporte e Lazer e Programa de Suporte Técnico.

Referindo-se ao relatório da Oficina de Planejamento, Martins relata que:

Por conta do resultado dos trabalhos desenvolvidos e da intenção do Governo do Estado em intervir nos problemas detectados, internamente os dirigentes e técnicos da instituição elencaram como proposta inicial alguns projetos, atividades e ações que poderiam minimizar o impacto negativo das distorções encontradas: realização de seminários, feiras, eventos, palestras; realização de campanha institucional e captação de patrocínio como estratégias de financiamento do esporte e lazer; levantamento de dados (diagnóstico) referente à infra-estrutura esportiva do Estado; orçamento público destinando recursos para investimentos em infra-estrutura; parcerias com a iniciativa

---

<sup>112</sup> Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, editada no governo Jaime Lerner, Curitiba-Pr, 1995, p.13.

<sup>113</sup> Ibid., p.17.

<sup>114</sup> Informações mais detalhadas a respeito dos projetos e atividades específicas poderão ser obtidas no documento oficial intitulado Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, que apresenta as intenções do governo Jaime Lerner para o esporte paranaense no período compreendido entre 1995 e 1998.

privada; adoção de tecnologias alternativas em engenharia e arquitetura aplicadas à infra-estrutura para promoção e prática do esporte e lazer.<sup>115</sup>

Ainda escrevendo sobre as informações do relatório, Martins observa que:

Concentrando a atenção no rendimento esportivo, projetos e atividades como os Jogos da Juventude do Paraná, Jogos Abertos do Paraná, participação nos Jogos Abertos Brasileiros e Pólos Esportivos em diversas modalidades seriam os principais eventos promovidos pelo governo do Estado.<sup>116</sup>

Mesmo sem os projetos que seriam executados estarem relacionados na Política, percebemos que durante os debates da Oficina de Planejamento em 1995, os participantes se referiram aos Jogos Abertos do Paraná como um dos projetos do esporte de rendimento, classificando-o como tal. Esta decisão foi confirmada posteriormente no Seminário Interno de Gerenciamento do Esporte e Lazer pela equipe técnica da Paraná Esporte.

Na Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, as diretorias de esporte e lazer deveriam efetuar a integração de todos os programas e projetos do esporte e lazer, bem como a articulação destes com os demais agentes do campo.

No Plano e Programas para o Desenvolvimento do Esporte e Lazer, os Projetos e Atividades do Esporte Rendimento faziam parte do Programa de Desenvolvimento do Esporte e seus objetivos versavam sobre seu desenvolvimento de forma integrada entre a administração pública e iniciativa privada, apoio ao desenvolvimento das representações estaduais em competições, contribuição à permanência de atletas, técnicos e dirigentes esportivos no Estado, assessoria técnica às ações das entidades de administração e de prática do desporto, incentivo ao intercâmbio com outros Estados e Países, contribuição à implementação de política adequada às instalações e equipamentos esportivos e estímulo à pesquisa científica.

Outrossim, nos outros Programas também havia projetos, atividades e ações voltados à pesquisa científica, capacitação de recursos humanos, marketing, infra-estrutura física, avaliação das ações, Centros Regionais de Esporte e Lazer e Centro de Excelência, que dariam suporte ao esporte rendimento, indicando a integração.

Embora a Oficina de Planejamento tenha acontecido em fevereiro, as ações durante o ano de 1995 foram um pouco conturbadas, em virtude do início dos trabalhos da nova equipe, e especialmente com a elaboração de uma nova Política, o que resultou na

---

<sup>115</sup> MARTINS, D.J.Q. **A Formulação e a Implementação das Políticas Públicas no Campo do Esporte no Estado do Paraná entre 1987 e 2004**, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR: [s.n.], 2004, p.115.

<sup>116</sup> Ibid., p.116.

realização dos XXXVIII Jogos Abertos do Paraná no mesmo formato dos dois anos anteriores e cuja Fase Final se realizou em Campo Mourão.

Para que a Política pudesse ser entendida, discutida e aceita pelos técnicos da Paraná Esporte, antes de ser repassada à comunidade esportiva, foi realizado em novembro de 1995 o Seminário Interno de Gerenciamento do Esporte e Lazer, no Hotel Condor em Curitiba, tendo o propósito de

“[...] contribuir à organização e planejamento das atividades para o exercício de 1996, especialmente dos temas que seriam tratados no Seminário Anual de Gerenciamento do Esporte e Lazer, a ser realizado em dezembro, bem como nos Seminários Regionais de Gerenciamento, a serem desenvolvidos por cada Centro Regional de Esportes”.<sup>117</sup>

Propunha inicialmente a discussão final sobre o documento Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, com a definição de prioridades, metas e estratégias com vistas a sua implantação, para posteriormente tratar especificamente da ação de cada diretoria e seus departamentos por programa, projetos e atividades.

Assim sendo, a primeira parte do seminário destinou-se à discussão da Política em grupos de trabalho para definir programas, projetos e atividades. A segunda parte destinou-se ao levantamento dos aspectos positivos e negativos por item em debate, e a posterior sugestão para otimizar a execução de cada programa/projeto principalmente para 1996 e a terceira parte objetivou definir a pauta e estratégia de realização dos Seminários Regionais e do Seminário Anual de Gerenciamento do Esporte e Lazer, a partir das decisões tomadas na primeira e segunda parte do evento.

Durante este Seminário foi entregue aos técnicos um documento intitulado Proposta para o Plano Plurianual 1996 – 1999, que além dos objetivos prioritários, estabelecia metas com os respectivos objetivos e valores orçamentários intituladas: Vila Olímpica, Parceria Esportiva, Calendário de Eventos e Atividades do Esporte e Lazer, Talento Esportivo (Apoio ao Atleta Amador), Paraná + Lazer, Esporte, Lazer e Integração de Segmentos Sociais e por fim, Informação, Pesquisa e Tecnologia Aplicada ao Esporte e Lazer.

Também foi entregue aos técnicos da Paraná Esporte, um quadro demonstrativo com a expectativa de participação de equipes, nas seis regiões da Fase Regional dos Jogos Abertos do Paraná de 1995.

Posteriormente, no período de 06 a 08 de dezembro de 1995, foi realizado o II Encontro Estadual de Gerenciamento Esportivo e de Lazer, em Curitiba, no Inter Palace

---

<sup>117</sup> Informação obtida em documento editado para os técnicos da Paraná Esporte, por ocasião da realização do Seminário de Gerenciamento do Esporte e Lazer, em 1995.

Hotel e Centro de Eventos, direcionado à comunidade esportiva paranaense, sendo convidados Deputados Estaduais, Secretários de Estado, além de representantes das Prefeituras Municipais (113 municípios representados), Instituições de Ensino Superior, Federações Esportivas Especializadas, Imprensa Esportiva, Secretaria de Estado da Educação, INDESP<sup>118</sup>, Ministério Extraordinário do Desporto.

Na ocasião foi apresentada a Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer com seus princípios, objetivos e metas, na seqüência foram apresentados os programas, projetos e atividades das Diretorias de Esporte e Lazer e posteriormente reuniram-se comissões de trabalho para discutir os Jogos Oficiais do Estado, cujas propostas sistematizadas foram levadas a plenário para votação. Concomitantemente às comissões de trabalho, foram realizadas reuniões com a participação de segmentos específicos, no caso as Federações Esportivas Especializadas e as Instituições de Ensino Superior e palestras sobre o Código de Organização da Justiça e Disciplina Desportiva e Cerimonial e Protocolo de Eventos Esportivos e de Lazer.

Decorrente das discussões e entendimentos da comunidade esportiva paranaense e do Estado nos dois eventos realizados e acima descritos, os Jogos Abertos do Paraná passaram por algumas alterações e voltaram a ser considerados como a representação da expressão máxima do Esporte Rendimento do Paraná, objetivo divulgado no Regulamento Geral dos Jogos Oficiais de 1996.

Neste mesmo ano ocorreram as eleições municipais, ocasionando a saída do secretário Silvio Barros no primeiro semestre de 1996 para disputar a Prefeitura Municipal da cidade de Maringá, de onde era originário.

Para substituí-lo foi designado Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos, proveniente da diretoria do Banco do Estado do Paraná. Decorrente desta alteração houve mudanças também nas diretorias.

O novo secretário designou o professor Odivonsir Antônio Frega para a presidência da Paraná Esporte, em substituição de Voldimir Maistrovicz. Para a Diretoria de Esporte foi designado o professor Fernando Cruz Sanches, ex-presidente da Federação Paranaense de Basquetebol, para a Diretoria de Lazer foi designado o engenheiro agrônomo Milton Lacerda Roseira Junior, ex - Secretário de Esportes do município de Guarapuava, e para a Diretoria de Administração e Finanças foi designado Carlos Eduardo M. Furtado.

---

<sup>118</sup> Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto – órgão do governo federal vinculado ao Ministério Extraordinário dos Esportes, que tinha como Ministro Extraordinário dos Esportes Edson Arantes do Nascimento “Pelé” e Presidente Asfilóbio de Oliveira Filho.



Estas mudanças foram acontecendo aos poucos. A Paraná Esporte estava em um momento importante, devido a responsabilidade com a realização do I Jogos da Juventude – Etapa Nacional, no período de 01 a 10 de novembro de 1996. As equipes técnica e administrativa estavam envolvidas na organização da competição e uma mudança naquele momento certamente provocaria problemas. Além do mais, houve uma mobilização por parte dos técnicos da Paraná Esporte em parceria com a comunidade esportiva paranaense, contrária àquela mudança naquele momento.

Embora a professora Yara Kuster tenha permanecido no cargo de Diretora de Lazer por mais alguns meses, a substituição na Diretoria de Esporte ocorreu logo após o término da competição nacional em novembro de 1996.

Para 1997 foram realizadas duas etapas de discussões para o esporte e lazer. A primeira etapa foi a realização do Seminário Interno de Gerenciamento do Esporte e Lazer nos dias 17 e 18 de fevereiro de 1997, cujos participantes eram os técnicos das Diretorias de Esporte e Lazer. A segunda etapa foi a realização do Seminário Estadual de Gerenciamento do Esporte e Lazer no Centro de Convenções de Curitiba nos dias 26 e 27 de fevereiro de 1997, com a participação da comunidade esportiva paranaense, convidada pela Secretaria de Estado do Esporte e Turismo / Paraná Esporte.

Nos documentos do Seminário Estadual de Gerenciamento do Esporte e Lazer 1997 observamos a explanação dos projetos Centro de Excelência de Voleibol REXONA, apresentado pelo técnico da seleção brasileira de voleibol feminino Bernardo Rocha de Resende (Bernardinho), Jogos Mundiais da Natureza apresentado pelo secretário executivo Heinz Georg Herwig, Vila Olímpica do Paraná, apresentada pelo coordenador geral Cel. Sergio Augusto da Silva Zílio, Justiça Desportiva Privada e Pública com base nos artigos 33 e 38 da Lei Zico nº 8672/93 apresentada pelo Advogado Paulo Marcos Schmitt, e os resultados das pesquisas realizadas em 1996 do Projeto Caminhar, desenvolvido no Centro de Excelência Tarumã. Além disso, foram realizadas reuniões dos coordenadores dos Centros Regionais de Esporte e Lazer com os representantes dos municípios de sua região; foram apresentados os projetos das Diretorias de Esporte e Lazer, e na seqüência foi realizada divisão dos participantes em quatro comissões para discussão das propostas de alteração no regulamento dos Jogos Oficiais e definição dos municípios-sede das competições de 1998 para serem votadas posteriormente em plenária. Os representantes das Federações Esportivas Especializadas se fizeram presentes em salas reservadas e em horário pré-determinado para atender com orientações técnicas os representantes municipais, bem como efetuada distribuição de calendário dos eventos, regras oficiais da

modalidade e panfletos. Dos 399 municípios do Estado, 303 se fizeram presentes através dos representantes dos órgãos esportivos municipais, ou seja, um percentual de 75,93% de participação. Este percentual de participação elevado foi decorrente da ânsia de informação dos novos dirigentes esportivos municipais, resultado do início de um novo mandato municipal.

Na avaliação dos coordenadores dos Centros Regionais de Esporte e Lazer da Paraná Esporte sobre o Seminário, o convite feito à imprensa (um de cada região) para participar do Seminário foi adequado, o que culminou com a divulgação das ações do Estado na área do esporte e lazer em todo o Paraná.

Nesta mesma avaliação, a não realização do Seminário Regional para discussão prévia foi uma ação inadequada, pois melhoraria o nível de compreensão dos participantes sobre os assuntos que seriam abordados em Curitiba, facilitando o trabalho nas comissões.

Após a realização dos Jogos Mundiais da Natureza, que aconteceu no período de 27 de setembro a 05 de outubro de 1997, nova mudança na equipe diretiva é efetuada, com a nomeação do professor Albino Tramujas para a presidência da Paraná Esporte em substituição ao professor Odivonsir Frega. Albino Tramujas permaneceu pouco tempo no cargo, sendo substituído por Marcos Aurélio Schemberger no início de 1998. Também neste ano, mais precisamente no dia sete de setembro, faleceu em acidente de carro o então Secretário Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos, assumindo interinamente como Secretário o diretor geral Alberto Soethe Lepaski da Silva, uma vez que as eleições para o Governo do Estado aconteceriam nos dois meses seguintes.

O Seminário Estadual de Gerenciamento do Esporte e Lazer de 1998 ocorreu no Centro de Convenções de Curitiba, nos dias 4, 5 e 6 de março, objetivando apresentar os Programas e Projetos das diretorias de Esporte e Lazer da Paraná Esporte para 1998, promover amplo debate sobre os Jogos Oficiais do Paraná – 1998 com alterações do regulamento e votação dos municípios-sede, propiciar o atendimento especial aos municípios pela Paraná Esporte, Federações Esportivas Especializadas e Justiça Desportiva. O tema da palestra de abertura foi a Lei Pelé nº 9.615, de 24 de março de 1998. Novamente não é realizado o Seminário regionalizado provocando críticas à Paraná Esporte.

O que pudemos notar neste primeiro período do governo Jaime Lerner foi uma redução dos Seminários de Gerenciamento do Esporte e Lazer em um fórum de discussão dos Jogos da Juventude e Jogos Abertos do Paraná, relacionadas, basicamente, ao Regulamento Geral dos Jogos Oficiais.

Segundo Martins,

O Seminário Anual de Planejamento Esportivo, realizado independentemente da Oficina, prosseguiu como rotina na gestão do esporte paranaense, juntamente aos jogos oficiais, acentuando [...] a discussão e as realizações em torno das competições esportivas oficiais.<sup>119</sup>

Constatamos também a divergência entre as ações desenvolvidas na prática e as estabelecidas pela Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer para 1995 a 1998 e discutidas na Oficina de Planejamento, quando do início do governo.

Esta dificuldade se observa, ainda hoje, pela interferência dos interesses de curto prazo como as questões econômicas e principalmente políticas enfrentadas usualmente no poder público, provocando incoerências entre a teoria e a prática, em detrimento das ações que deveriam ser executadas em favor da sociedade.

Ao final deste período governamental, os únicos projetos em andamento na Diretoria de Esporte eram os Jogos Oficiais e participação em competições nacionais. No Centro de Excelência instalado no Ginásio do Tarumã, desenvolvia-se o projeto Caminhando para a Saúde, com avaliação física.

Segundo a análise da situação da estrutura esportiva feita por Mezzadri sobre o governo Lerner,

“[...] a partir do surgimento de novos clubes esportivos e da própria ação do governo estadual, elencou-se algumas categorias para discussões futuras. Entre elas pode-se citar o espetáculo esportivo, a mercantilização do esporte, a participação dos clubes no campo esportivo, o papel do Estado frente ao esporte espetáculo”.<sup>120</sup>

A realização de uma política de eventos tendo como exemplos os Jogos Mundiais da Natureza, a instalação da equipe de voleibol feminino Rexona patrocinada pela multinacional Unilever, o projeto da Vila Olímpica com a criação da Universidade do Esporte, etc, demonstraram a direção tomada pelo governo, apontando para outra maneira de entender e conduzir o esporte, em cuja reestruturação se observou o incentivo à valorização da integração com a iniciativa privada, buscando “fora da Paraná Esporte,

---

<sup>119</sup> MARTINS, D.J.Q. **A Formulação e a Implementação das Políticas Públicas no Campo do Esporte no Estado do Paraná entre 1987 e 2004**, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR: [s.n.], 2004, p.141.

<sup>120</sup> MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no estado do Paraná: da formação dos clubes às atuais políticas governamentais**. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, [s.n.], 2000, p. 110.

agentes que pudessem executar as suas intenções, tendo ficado para os agentes públicos a tradicional tarefa de realização dos Jogos Oficiais”.<sup>121</sup>

Após as eleições realizadas em 1998, Jaime Lerner tem a renovação do mandato governamental assegurada por alterações na legislação eleitoral<sup>122</sup> para o período 1999-2002, porém promove uma reforma no secretariado. A Secretaria de Estado do Esporte e Turismo passa a ser dirigida por Ney Leprevost, que indica para assumir a presidência da Paraná Esporte um ex-atleta de voleibol e engenheiro do Departamento de Estradas de Rodagens, Marcos Tocafundo e como Chefe de Gabinete o professor Ney Daros. Para assumir a Diretoria de Administração e Finanças é indicado Álvaro de Sá Corrêa Filho, e os ocupantes dos cargos das Diretorias de Esporte e Lazer, respectivamente Fernando Cruz Sanches e Milton Lacerda Roseira Jr. são mantidos.

O Secretário Ney Leprevost, em um encontro realizado em Curitiba e com a presença de representantes da comunidade esportiva paranaense, lança seu Plano de Gestão<sup>123</sup> 1999 – 2002 para o Esporte e o Turismo, “com vistas à efetividade, melhoria da qualidade e conquista de resultados relevantes do ponto de vista econômico e social”.<sup>124</sup>

Neste mesmo documento encontramos o Calendário Paraná Esporte -1999 com as ações para o ano seguinte. A primeira ação foi a realização do Seminário Interno de Gerenciamento Esportivo 1999 e a segunda ação foi a realização do Seminário Estadual de Gerenciamento do Esporte e Lazer.

Conseqüentemente o que efetivamente se realizou em Curitiba em primeiro lugar, mais precisamente na Universidade do Esporte, nos dias 22, 23 e 24 de fevereiro de 1999, foi o Seminário Paraná Esporte de Gerenciamento do Esporte e Lazer.

Segundo o relatório<sup>125</sup> do evento, este tinha a intenção de desenvolver com todo o grupo de servidores da Paraná Esporte atividades de integração, de melhoria do relacionamento pessoal e profissional e de discussão acerca dos diferentes programas, projetos e atividades pertinentes à Pasta.

---

<sup>121</sup> MARTINS, D.J.Q. **A Formulação e a Implementação das Políticas Públicas no Campo do Esporte no Estado do Paraná entre 1987 e 2004**, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR: [s.n.], 2004, p.142.

<sup>122</sup> A Emenda Constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997, acrescentou o § 5º ao art. 14 da Constituição da República, através do qual se introduziu o instituto da reeleição no sistema eleitoral brasileiro.

<sup>123</sup> Este Plano de Gestão 1999 a 2002 refere-se ao quadriênio do segundo mandato do Governador Jaime Lerner.

<sup>124</sup> Ibid., p. 2.

<sup>125</sup> Relatório do Seminário Paraná Esporte de Gerenciamento do Esporte e Lazer, denominado *Relatório Final 1999*, editado pelo Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, Paraná Esporte, Curitiba, 1999.

Depois de apresentados o Plano de Gestão 1999-2002, o Relatório de Gestão dos primeiros 30 dias de trabalho da atual equipe, o orçamento para 1999 e a Proposta de Adoção de Metodologia para Melhoria Gerencial da Instituição, os funcionários foram divididos em quatro grupos de trabalho, que depois de reunidos sugeriram ações de melhoria, avaliação, adequação e correção de rumos para os projetos, que apareceram em seguida sistematizadas, de acordo com sua Diretoria e programa respectivo.

Neste documento a nova gestão mencionou a Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, editada para o primeiro governo Jaime Lerner (1995-1998), e percebe-se a intenção da continuidade da sua aplicação para o período 1999-2002.

Para a Diretoria de Esporte foram elencados sete programas, a saber: Esporte Rendimento, Esporte da Natureza, Preparação e Formação de Recursos Humanos; Esporte Formação; Clube Escolar; Esporte Participação e Esporte Excelência.

Os Jogos Abertos do Paraná eram um dos projetos relacionados no Programa de Esporte Rendimento, portanto foi considerado como tal. Embora no relatório do Seminário, no item Sugestões Gerais para as Diretorias, houvesse a preocupação com a necessidade de definição acerca dos objetivos específicos dos novos projetos que estavam sendo criados, não é mencionada a mesma intenção com os antigos projetos, denotando a continuidade dos mesmos nos mesmos moldes em que vinham sendo realizados anteriormente.

Posteriormente, nos dias 17 e 18 de março de 1999, nas dependências do Centro de Convenções de Curitiba, foi realizado o Encontro Estadual do Esporte e Lazer “Novas Tendências e o Paraná”, objetivando “a difusão do conhecimento no tocante às novas tendências do Esporte e Lazer em nosso país, na promoção da melhoria da qualidade de vida como questão importante de Saúde Pública, nas propostas de atividades para os portadores de deficiência e na importância da regulamentação da Profissão de Educação Física”.<sup>126</sup>

Foram convidados para participar da Sessão Solene com o Cerimonial e Abertura deste Encontro o Ministro do Esporte, Turismo e Juventude Sr. Rafael Greca de Macedo, o Governador do Estado do Paraná Sr. Jaime Lerner, o Secretário de Estado do Esporte e Turismo Sr. Ney Leprevost Neto, o Prefeito da Cidade de Curitiba Sr. Cássio Taniguchi, o Coordenador do Centro Rexona de Excelência do Voleibol Sr. Bernardo Rezende, o “Bernardinho”, e o Presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte –

---

<sup>126</sup> Informação obtida em cópia do Ofício nº 062/GAB/99, datado de 11 de março de 1999, expedido ao Deptº de Educação Física da UNIOESTE – Campus de Toledo, convidando a mesma a se fazer representar do Encontro Estadual do Esporte e Lazer “Novas Tendências e o Paraná”.

INDESP Prof. Dr. Manoel Gomes Tubino, que inclusive proferiu a palestra de abertura intitulada “Novas Tendências do Esporte”.

Na ocasião foram proferidas também as seguintes palestras: “Novas Tendências do Lazer” pela Prof<sup>a</sup>. Ms. Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto, membro do Centro de Estudo do Lazer e Recreação da Escola de Educação Física/UFMG; “Promoção da Atividade Física, uma Questão de Saúde Pública” pelo Prof. Dr. Markus Vinicius Nahas, membro do Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Atividade Física & Saúde do Departamento de Educação Física da UFSC; “Regulamentação da Profissão em Educação Física” pelo Prof. Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física; “Projeto de Lei do Esporte do Paraná” pelo Sr. Paulo Marcos Schmitt, advogado e autor dos livros “Entenda o Projeto Pelé” e “Código de Justiça Desportiva Comentado”; “Esporte e Lazer e a Melhor Idade” pela Prof<sup>a</sup> Rosimary Rauchbach, membro pesquisador do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte; “Proposta de Atividades e Eventos para Portadores de Deficiência” pelo Deputado Federal Flavio Arns.

Estas palestras foram organizadas com a finalidade de realmente fazer a difusão do conhecimento, sobre as novas tendências do esporte e lazer para a comunidade esportiva paranaense, na ocasião representada pelos secretários de esporte e lazer municipais, Federações Esportivas Especializadas, imprensa especializada, iniciativa privada, justiça desportiva e Instituições de Ensino Superior.

Além das palestras foram apresentados os programas e projetos<sup>127</sup> da SEET/Paraná Esporte para a gestão 1999/2002, foi aberto espaço para atendimento aos representantes municipais por parte da Paraná Esporte, Federações Esportivas Especializadas e Justiça Desportiva, bem como foi promovido amplo debate sobre os Jogos Oficiais do Paraná.

---

<sup>127</sup> No Encontro Estadual de Esporte e Lazer “Novas Tendências e o Paraná” foram apresentados os seguintes Programas e respectivos projetos do “Plano de Ação para o Esporte e Lazer 1999/2002”: Programa Atividade Física para a Terceira Idade: projetos Paraná Melhor Idade, Lazer em Ação, Ginásio 24 Horas. Programa Lazer Comunitário: projetos Paraná Campeão, Parceira. Programa Paraná Social: projeto Pintando a Liberdade. Programa Paraná Meio Ambiente: projetos Campo Limpo, Eco Verão. Programa Atividade Física e Promoção da Saúde: projeto Caminha Paraná. Programa Esporte Rendimento: projetos Jogos da Juventude do Paraná, Jogos Abertos do Paraná, Jogos da Juventude do Brasil, Jogos Abertos Brasileiros, Apoio às Federações Esportivas Especializadas. Programa Esporte da Natureza: projetos Centro de Esporte da Natureza, Jogos Mundiais da Natureza, Jogos do Mercosul da Natureza, Jogos da Natureza do Paraná. Programa Preparação e Formação de Recursos Humanos: projetos Encontro Estadual, Encontros Regionais, Cursos de Reciclagem. Programa Esporte Educação: projetos Piá Bom de Bola, Núcleos Rexona de Voleibol, Núcleos de Basquetebol. Programa Esporte Excelência: projetos Centro Rexona de Voleibol, Centro Paraná de Basquetebol, Centro Paraná de Judô, Centro Paraná de Tênis de Mesa, Centro Paraná de Xadrez. Programa Clube Escolar: projetos Adote o Esporte, Camisa 10. Programa Esporte Participação: projeto Jogos Micro-Regionais. Programa para Portadores de Necessidades Educativas Especiais: projeto Para-olimpíada do Paraná.

Quando da apresentação do projeto Jogos Abertos do Paraná, este foi exposto como a maior manifestação do Esporte Rendimento no Paraná, promovido pelo Governo Estadual em parceria com as Prefeituras Municipais e Federações Esportivas Especializadas.

Na mensagem do Secretário Ney Leprevost Neto, publicada no Regulamento Geral dos Jogos Oficiais do Paraná de 1999, a essência da proposta de parceria que a Secretaria do Esporte e Turismo traz para as prefeituras e comunidade é: “Trabalhar o esporte rendimento como fator de construção da cidadania, beneficiando toda uma população, independente de idade, grau de instrução ou posição social do indivíduo”.

Neste mesmo ano, nos dias 15 e 16 de dezembro de 1999, foi realizada em Antonina – Pr, uma reunião intitulada Reunião Anual de Esporte, com a participação dos técnicos das Diretorias de Esporte e Lazer da Paraná Esporte e de três representantes municipais de cada uma das dez regiões administrativas do Estado, divididas por Centro Regional de Esporte e Lazer, para discutir o rumo do esporte, mais precisamente, dos Jogos Oficiais do Paraná para 2000.

Esta reunião, além de discutir os Jogos Oficiais, serviu para que os funcionários da Paraná Esporte elaborassem um documento denominado “Carta de Antonina”, e que tinha por finalidade responder à pesquisa e questionário solicitados pelo Diretor Geral da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer, Sr. Adair Cabral, apresentando críticas e sugestões sobre o funcionamento da Paraná Esporte.

As ações neste período concentravam-se na implantação dos Centros de Excelência e na realização dos eventos esportivos e de lazer, e a Carta de Antonina formalizou o descontentamento dos funcionários da Paraná Esporte com relação ao processo esportivo e de lazer instalado, evidenciando a falta de uma política de atuação, com falta de planejamento e ordenação de idéias, com o surgimento de projetos e atividades desordenadamente, desencadeando a falta de continuidade, não havendo acompanhamento e envolvimento nos mesmos.

Houve neste momento uma instabilidade provocada pela desconsideração da Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer nesta segunda gestão do Governo Lerner, ocasionando a perda dos pontos de referência por parte dos agentes do governo. Outro ponto levantado estava relacionado com a questão funcional, evidenciando-se desmotivação dos funcionários.

Ao término do documento houve a solicitação de reunião interna para tratar dos assuntos relatados, entretanto esta reunião nunca aconteceu.

Com a aproximação de novo período eleitoral, o Secretário Ney Leprevost Neto se descompatibilizou do cargo no primeiro semestre de 2000, com a intenção de concorrer a uma vaga no Legislativo Municipal, sendo substituído por Segismundo Morgenstern, não havendo mudanças na equipe diretiva da Paraná Esporte.

O Encontro Estadual do Esporte e Lazer aconteceu no dia 28 de março de 2000, em Curitiba no bairro Santa Felicidade, no Salão Napoli do Restaurante Madalozzo, com a presença de representantes de 180 municípios paranaenses, além de representantes das Federações Esportivas Especializadas, da Empresa Parati Massas e Biscoitos, Imprensa em geral, Deputados Estaduais, Vereadores e outros convidados, totalizando 510 participantes.

Na ocasião foi entregue aos participantes um documento com as atividades da Paraná Esporte e da Diretoria de Esporte, com o resumo dos projetos Jogos Abertos do Paraná, Jogos da Juventude do Paraná, Piá Bom de Bola, Projeto Navegar, Pintando a Liberdade, Justiça Desportiva, Capacitação de Recursos Humanos, Centros de Excelência de Voleibol, Basquetebol, Xadrez e Surf, e que seriam desenvolvidos em 2000.

O ponto alto deste Encontro foi a palestra sobre Captação de Recursos da economista e diretora da AFV – Consultoria e Projetos Sociedade Civil Limitada, Sr<sup>a</sup> Laís Veloso. Na seqüência foram apresentadas as alterações para os Jogos Abertos do Paraná, Jogos da Juventude do Paraná e Piá Bom de Bola, e exposição dos municípios-sede de 2000 e candidatos à sede de 2001, além do lançamento dos Jogos Oficiais de 2000.

No início do ano de 2001, foi extinta a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, e em seu lugar foi criada a Coordenação Estadual para o Desenvolvimento do Esporte e Lazer, com Segismundo Morgenstern assumindo esta Coordenação, que ficou vinculada à Secretaria de Estado do Governo, cujo secretário era José Cid Campelo Filho. A Paraná Turismo passou a ser vinculada na Secretaria de Estado da Indústria e Comércio.

Em março de 2001 o Encontro Estadual do Esporte e Lazer aconteceu em Curitiba, no bairro de Santa Felicidade nas dependências do Restaurante Dom Antônio. Participaram representantes de 238 municípios do Estado, representantes de nove Federações Esportivas Especializadas e outras autoridades e convidados, perfazendo um total de 450 pessoas no evento.

Após a abertura oficial, foi proferida palestra sobre o Conselho Federal de Educação Física e Conselho Regional de Educação Física pelo professor Félix D'ávila, presidente da chapa que concorria ao Conselho Regional de Educação Física do Paraná. Na seqüência, o senhor Rogério Mainardes, Diretor de Marketing Corporativo da Rede Paranaense de Comunicações - RPC, afiliada da Rede Globo, explanou a experiência com



o projeto Verão Paranaense 2001, no qual a Rede Paranaense de Comunicação foi parceira do Estado em sua execução.

Posteriormente foram explanados os projetos da Paraná Esporte que seriam executados em 2002, bem como as alterações nos Jogos Oficiais para o ano de 2002. A Paraná Esporte continuou com a política de eventos, realizando normalmente os Jogos Abertos do Paraná nos mesmos moldes dos anos anteriores, realizando mudanças somente relacionadas ao Regulamento da competição.

Decorrente disso, no final do ano de 2001, mais precisamente nos dias 11, 12 e 13 de dezembro, realizou-se em Guaratuba – PR, a Reunião de Gerenciamento dos Jogos Oficiais, com a finalidade de alterar o Regulamento das competições para os dois anos seguintes (2002 e 2003). Este evento foi precedido por reuniões regionais que aconteceram nos dez Centros Regionais de Esporte e Lazer em novembro de 2001 e a orientação era para que nestas reuniões regionais o Regulamento dos Jogos Oficiais fosse lido e propostas fossem sugeridas para serem apresentadas e discutidas em dezembro, bem como fossem eleitos seis representantes de cada região para participar do Gerenciamento Estadual.

Nesta ocasião houve uma mobilização por parte da Comunidade Esportiva Paranaense, representada pelos municípios presentes em Guaratuba para o Gerenciamento Estadual, quando se criou a Associação dos Dirigentes Esportivos Municipais – ADEMP, e que produziu uma carta destinada aos candidatos ao Governo do Estado, em virtude de se aproximar as eleições majoritárias, com as reivindicações da comunidade paranaense para o esporte e o lazer.

O ano de 2002 foi marcado pela continuidade do processo esportivo do ano anterior, com os Jogos Abertos do Paraná sendo realizado normalmente pela Diretoria de Esporte da Paraná Esporte, porém este ano foi marcado por um acontecimento importante. Em 02 de fevereiro de 2002 criou-se o Conselho Regional de Educação Física (CREF), em cuja Revista foram divulgadas as intenções dos candidatos ao Governo do Estado para o esporte e lazer.

#### **2.1.4. O Governo Roberto Requião – 2003 a 2005**

Após a eleição em 2002, Roberto Requião de Mello e Silva (PMDB) assumiu pela segunda vez o Governo do Estado, e transferiu a autarquia Paraná Esporte para a Secretaria de Estado da Educação, cujo secretário nomeado foi Maurício Requião de Mello e Silva.

Para Diretor-Presidente da Paraná Esporte foi indicado o ex-deputado federal e ex-vereador de Curitiba, Ricardo Crachineski Gomyde. Para a Diretoria de Esporte foi indicado o professor Lester Pinheiro, para a Diretoria de Lazer foi indicado João José de Arruda Junior e para a Diretoria de Administração e Finanças foi indicado Joaquim Portes. Uma Diretoria de Captação de Recursos foi informalmente constituída, sendo designado diretor o senhor Clóvis Augusto Veiga da Costa.

A Universidade do Esporte saiu das instalações que ocupava no Governo Lerner, sendo substituída pelo Centro de Capacitação Esportiva - CCE, na forma de Departamento da Paraná Esporte, tendo João José de Arruda Junior no comando, acumulando funções.

No Comitê Esporte do então candidato Roberto Requião foi elaborado um documento com as ações propostas para a área de esporte e lazer, conforme segue:

- Implantar, em conjunto com os membros da comunidade, um espaço para a prática esportiva em cada escola pública do Estado;
- Realizar os Jogos Escolares do Paraná;
- Promover os Jogos Abertos do Paraná e Jogos da Juventude, incentivando a micro-regionalização;
- Incentivar os Jogos Universitários do Paraná;
- Em parceria com as Universidades, criar centros de formação regionalizados, direcionando o treinamento esportivo de atletas de destaque nas diversas modalidades esportivas, evitando o êxodo do Estado;
- Incentivo à atividade física da sociedade voltada à qualidade de vida;
- Criar programas de qualificação de profissionais nas diversas modalidades e áreas técnicas esportivas, com o apoio das universidades públicas e privadas e da Universidade do Professor que será criada;
- Parceira com as Federações especializadas para a realização de eventos nacionais e internacionais;
- Captação de recursos humanos para o desenvolvimento de práticas esportivas voltadas para a terceira idade e para portadores de necessidades especiais;
- Criar programas de esporte e lazer para atendimento à terceira idade e pessoas portadoras de necessidades especiais, em parceria com os municípios e associações;
- Incentivar as instituições públicas a adaptarem algum espaço físico apropriado para a prática de esportes por portadores de necessidades especiais.<sup>128</sup>

Na contra-capa do documento, encontramos a seguinte redação:

“As propostas de Requião para o esporte e lazer significam qualidade de vida, respeito às pessoas e valorização dos esportistas. Os paranaenses têm direito ao lazer, ao investimento na prática esportiva. Com Requião, o Paraná vai ser uma referência nacional nos esportes”.

Portanto, como uma das primeiras medidas de sua administração, Ricardo Gomyde desenvolveu o Planejamento Estratégico da Paraná Esporte, realizando o seminário “Construindo o Futuro da Paraná Esporte” quando foi elaborado o plano intitulado “Carta de Paranaguá”, com o objetivo de

---

<sup>128</sup> Documento em forma de *Folder*, editado pelo Comitê Esporte do candidato Roberto Requião, quando do processo pré-eleitoral para disputa do Governo do Estado.

“apontar novos rumos e assumir controle sobre o destino da autarquia, além de enxergar oportunidades, transformar ameaças em oportunidades, promover a mudança necessária ao cumprimento das diretrizes e vender idéias ao público interno e externo para o melhor cumprimento de seu propósito”.<sup>129</sup>

Desenvolvido em três fases, a primeira fase do planejamento estratégico foi realizada no mês de fevereiro de 2003 no hotel Camboa em Paranaguá, quando participaram parte dos funcionários das áreas técnica e administrativa, além da nova equipe diretiva.

Das discussões realizadas nestes dois dias de reunião, resultou a definição da missão - “Fomentar a prática e a cultura do esporte, lazer e atividade física no Paraná, promovendo a cidadania, inclusão social e a melhoria da qualidade de vida”, da visão - “Ser a melhor referência no Brasil em políticas públicas de fomento no esporte, lazer e atividade física até 2006” e da competência básica da Paraná Esporte - “Organização de eventos de esporte, lazer e atividades físicas”, o ideal de organização da instituição dentro da análise do ambiente externo e interno, objetivando o cumprimento desta missão e por fim foram listados os objetivos gerais e as sugestões estratégicas que deveriam ser melhor desenvolvidas.

Em relação aos produtos e projetos, os Jogos Abertos do Paraná foi mencionado no documento como um aspecto positivo, sendo prevista a continuidade da sua realização como projeto da Diretoria de Esporte, e como aspectos negativos foram apontados a falta de acompanhamento dos resultados dos projetos, a falta de identificação da clientela alvo e o desgaste da terminologia Centros de Excelência.

Após o resultado das discussões de todas as áreas, foram elencados objetivos que, para serem atingidos, foram transformados em projetos e atividades específicas, conforme segue: Jogos Abertos do Paraná, Jogos da Juventude do Paraná, Jogos Colegiais do Paraná, Caminha Paraná, Karatê Piá no Esporte, litoral o ano inteiro, centros de excelência, centros regionais, ativação do Centro de Capacitação Esportiva, Piá Bom de Bola, Terceira Idade e Projeto Verão.<sup>130</sup>

---

<sup>129</sup> Informações obtidas no relatório do Planejamento Estratégico – Construindo o Futuro da Paraná Esporte – documento interno, ano 2003.

<sup>130</sup> Planejamento Estratégico, Construindo o Futuro da Paraná Esporte, Paranaguá-Pr, 2003.

A segunda fase do planejamento estratégico aconteceu no segundo semestre de 2003, em Faxinal do Céu<sup>131</sup>, com a presença dos mesmos integrantes da primeira fase e os novos chefes dos Centros Regionais de Esporte e Lazer, quando estratégias e metas de cada unidade funcional foram desdobradas em projetos e atividades visando o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

A terceira fase foi realizada no auditório do Centro de Capacitação Esportiva em Curitiba, sendo detalhados o plano de implantação e os mecanismos de controle das duas fases anteriores, estabelecendo prazos e prioridades de atuação.

O projeto de maior destaque ficou por conta da retomada dos Jogos Escolares do Paraná, agora denominados como Jogos Colegiais do Paraná, compromisso de campanha do Governo Requião, com a inclusão do Piá Bom de Bola na competição na modalidade de Futebol, bem como a participação dos Núcleos Regionais de Educação (trinta e dois), na pessoa do professor de Educação Física na execução do projeto.

Ainda no primeiro semestre de 2003, no auditório do Canal da Música em Curitiba, mais precisamente no dia 16 de abril, foi realizado o Encontro de Dirigentes de Esporte e Lazer “O Paraná e as novas perspectivas em debate”, voltado para os Secretários e Diretores Municipais de Esporte e Lazer, Chefes de Departamento de Educação Física de Universidades, representantes de entidades ligadas às áreas de Educação Física, Esporte e Lazer, entidades estaduais de Administração do Desporto (Federações Esportivas Especializadas) e representantes dos Núcleos e Escritórios Regionais da Secretaria de Estado da Educação.

Tinha os seguintes objetivos: reunir os dirigentes de esporte e lazer do Paraná para a apresentação de Programas, Projetos e Atividades/2003 do Governo que inicia; apresentar à comunidade esportiva os integrantes da nova equipe de trabalho para o período 2003/2006; oportunizar o contato município e demais entidades participantes, com o Ministério do Esporte e Comitê Olímpico Brasileiro com temas de interesse mútuo; apresentar a Regulamentação do Conselho Estadual de Esportes e proceder à assinatura legal para publicação; oportunizar a participação de entidades que integram o Sistema de Esporte e Lazer do Paraná, no processo de planejamento, integração e implantação dos diferentes Programas, Projetos e Atividades Governamentais; propiciar a confraternização entre os segmentos que compõem o Sistema de Esporte e Lazer do Paraná.

---

<sup>131</sup> Faxinal do Céu é distrito do município de Pinhão no Paraná, onde se situa o complexo educacional Universidade do Professor, e se localiza aproximadamente 400 Km ao sudoeste de Curitiba. Dotada de completa infra-estrutura (auditórios, salas de apoio, refeitório, alojamentos), a Universidade do Professor organiza as propostas de capacitação da Secretaria de Estado da Educação.

Após a abertura oficial, foram proferidas duas palestras, e não três como havia sido programado no início, em virtude do não comparecimento de Carlos Arthur Nuzman, presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, no evento. A primeira palestra “Esporte, Governo e Sociedade: Programas Municipais e o Governo Federal” proferida pelo então Ministro do Esporte, senhor Agnelo Queiroz Filho, teve a intenção de sensibilizar e informar os dirigentes municipais, principalmente, sobre as alternativas e possibilidades de integração com o Ministério do Esporte, no tocante ao desenvolvimento de Políticas Públicas para o setor. A segunda palestra “A Política de Esporte e Lazer da Paraná Esporte” proferida pelo Diretor-Presidente da Paraná Esporte, senhor Ricardo Gomyde, teve a intenção de convidar os segmentos que compõem o Sistema de Esporte e Lazer do Paraná, para a continuidade dos estudos de estruturação da Política Estadual de Esportes e Lazer para sua efetiva consolidação e implantação. Na seqüência foram apresentadas a Diretoria de Esporte e a Diretoria de Lazer e Qualidade de Vida com suas equipes e projetos de forma generalizada, uma vez que ainda estava em andamento o planejamento estratégico que resultaria na definição de projetos e atividades específicas para a gestão 2003-2006 do esporte e lazer paranaense.

Participaram do evento representantes de 172 municípios paranaenses num total de 470 participantes, entre representantes da imprensa, das Federações Esportivas Especializadas, das Instituições de Ensino Superior e autoridades.

A Diretoria de Esporte continuou desenvolvendo os Jogos da Juventude do Paraná e os Jogos Abertos do Paraná, considerados os Jogos Oficiais, sendo incorporado a essa Diretoria os Jogos Colegiais do Paraná.

Nos dias 15, 16 e 17 de dezembro de 2003 se realizou o Encontro Estadual de Dirigentes Esportivos no Centro de Capacitação de Faxinal do Céu, no município de Pinhão - Pr, em cuja pauta havia espaço para a participação da Diretoria de Lazer e Qualidade de Vida, Projeto Pintando a Liberdade, Centro de Capacitação Esportiva, Projeto Karatê – Piá no Esporte, e Diretoria de Esporte, com a apresentação das propostas para modificação dos Jogos Oficiais do Paraná, que foram avaliadas, discutidas e votadas pela comunidade esportiva paranaense e governo estadual, após dois anos de suspensão nas alterações do Regulamento das competições.

No ano de 2004, o órgão passou por nova mudança em seu quadro diretivo, quando em janeiro saiu da Paraná Esporte o Diretor de Captação de Recursos, Clóvis Augusto Veiga da Costa, e conseqüente extinção da diretoria, e em maio aconteceu a saída do Diretor de Lazer e Qualidade de Vida e Diretor do Centro de Capacitação Esportiva, João

José de Arruda Junior, sendo substituído somente em julho de 2004 pelo professor de Educação Física Edgar Antônio Hubner, indicado por Ricardo Gomyde e que ficou no cargo somente até dezembro de 2004, em virtude de haver sido convidado para atuar no Comitê Olímpico Brasileiro. Para o seu lugar foi indicada para assumir a Diretoria de Lazer e Qualidade de Vida, a partir de 1º de Fevereiro de 2005 a funcionária de carreira da Paraná Esporte, Especialista em Lazer e Mestre em Educação, professora Maria Zuleica Lopes Koritiak, que até então atuava no Centro Regional de Esporte e Lazer da Região Oeste, com sede em Cascavel.

Para cumprir com a micro-regionalização, ampliou-se a Fase Regional dos Jogos Abertos do Paraná em 2004, como forma de atender a uma das ações previstas pelo Governo Requião para o Esporte.

O Encontro Estadual de Esporte e Lazer de 2005 realizou-se em Foz do Iguaçu, nos dias 21 e 22 de fevereiro, com a participação dos representantes dos órgãos esportivos municipais do Paraná e representantes da Paraná Esporte, tendo como finalidade discutir e votar as propostas para modificação do Regulamento dos Jogos Oficiais do Paraná para 2005.

Os Encontros organizados para envolvimento da comunidade esportiva paranaense se resumiam à discussão do Regulamento das competições, as vezes permeada por palestras de cunho formativo ou de informação visando atualização dos conhecimentos.

Por mais que tenha havido uma grande mudança na transição governamental entre Jaime Lerner e Roberto Requião, as ações voltadas para o esporte continuam alavancadas na política de eventos, com uma forte centralização nos Jogos Oficiais do Paraná.

## **2.2. A ESTRUTURA DOS JOGOS ABERTOS DO PARANÁ**

### **2.2.1. A Organização dos Jogos Abertos do Paraná**

Para que possamos entender o início da organização dos Jogos Abertos do Paraná pelo Estado, neste sub-item faremos uma retrospectiva da história da competição.

Segundo Mezzadri<sup>132</sup>, foi a partir da década de 50 que o desenvolvimento da estrutura esportiva do Paraná sofreu a ação governamental, bem como a influência da política adotada pelo governo estadual, que pretendia “expandir a ocupação territorial e acelerar o desenvolvimento econômico, político e social, no intuito de garantir uma melhora no padrão de vida dos indivíduos”.

O autor descreve três acontecimentos<sup>133</sup> que marcaram essa ação governamental: a criação da Divisão de Educação Física e Esporte da Secretaria Estadual de Educação; a criação do Conselho Regional de Esportes e a utilização de verbas públicas para financiar a organização e a construção dos clubes sociais e esportivos.

Na seqüência dos acontecimentos, houve um enfraquecimento dos clubes esportivos, decorrente da criação das Federações Esportivas de cada modalidade e da não participação destes clubes esportivos, principalmente os clubes da capital, em competições organizadas pela Federação Desportiva Paranaense<sup>134</sup> que sofria também com a “falta de recursos financeiros e o crescimento da ocupação do território paranaense em relação à décadas anteriores”.<sup>135</sup>

Após o enfraquecimento financeiro dos clubes esportivos e do avanço das propostas governamentais incentivando a prática esportiva no Estado, os professores de Educação Física Oscar Pimpão e Reynaldo Ramon principalmente, inspirados nos Jogos Abertos do Interior do Estado de São Paulo, vislumbraram uma alternativa para a difícil situação esportiva vivida junto aos clubes e a possibilidade de instituir uma competição no Paraná que propiciasse o intercâmbio entre os atletas das cidades paranaenses. A alternativa proposta foi a criação dos Jogos Abertos do Paraná, cujo Congresso de Abertura foi realizado no dia 31 de agosto de 1957, na cidade de Londrina, principal cidade no Norte do Paraná.

Exatamente no ano em que a crise atingira o ponto mais elevado nos clubes, em 1957, surgiu a primeira edição dos Jogos Abertos do Paraná, na cidade de Londrina. As cidades do norte do Paraná, região que estava começando a surgir e a desenvolver-se, foram as pioneiras na organização do evento. Das quinze primeiras edições dos Jogos Abertos, Londrina sediou quatro, Maringá, Arapongas e Cornélio Procópio, duas, e Apucarana, Bandeirantes, Jacarezinho, Ponta Grossa e

---

<sup>132</sup> MEZZADRI, F.M. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais.** Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 2000.

<sup>133</sup> Ibid., p.62.

<sup>134</sup> Segundo Mezzadri, a Federação Desportiva Paranaense foi fundada em 9 de junho de 1943, devido a regulamentação do Decreto-Lei nº 3.199/41 e de nº 5.342, de 25 de março de 1943, e organizava os eventos esportivos para os clubes e ligas esportivas.

<sup>135</sup> MEZZADRI, F.M. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais.** Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 2000, p. 69.

Curitiba, uma. Das cidades sedes das primeiras edições dos jogos, apenas Curitiba e Ponta Grossa não eram da região norte.<sup>136</sup>

A partir de então começava, no Estado do Paraná a realização desta importante competição.

Ao final da década de 60, de acordo com Mezzadri, a sociedade estava incorporando em seu interior as práticas dos eventos esportivos organizados pelo governo. Os clubes continuavam desenvolvendo atividades esportivas, mas sem a força inicial praticada na estrutura esportiva. Isso desencadeou uma alteração do equilíbrio de poder existente na década de 50, com o Estado passando a concentrar em suas mãos a estrutura esportiva.

Foi em 1962 que a organização técnica dos Jogos Abertos do Paraná passou oficialmente<sup>137</sup> para o controle do Estado, com a competição se transformando em um dos marcos do início da participação mais direta da ação governamental nas práticas esportivas dos paranaenses.

Os motivos que desencadearam essa decisão, entre outros, eram a dificuldade da cidade-sede preparar toda a infra-estrutura da competição e ainda organizá-la tecnicamente, provocando a montagem de mais de uma equipe de trabalho, bem como ter de resolver os casos disciplinares oriundos das infrações cometidas, desgastando os dirigentes que promoviam o evento.

Já há algum tempo a idéia dessa transferência vinha sendo cogitada pelos organizadores dos jogos. Na ocasião a responsabilidade de organizar os Jogos Abertos do Paraná era da Liga de Esportes Atlético de Londrina – LEAL,<sup>138</sup> cujo presidente era Reynaldo Ramon e o órgão responsável pelo esporte no Estado era o Departamento de Educação Física e Desportos, da Secretaria de Estado da Educação - DEFD, dirigido pelo professor Hugo Pilato Riva.

Essa mudança foi relatada por Cordeiro, conforme segue:

Riva, diretor do DEFD considerou como normal o convite e garantiu que seu departamento, se viesse mesmo a funcionar na competição, o faria com o regulamento nas mãos, para se fazer justiça. E na reunião em Londrina decidiu-se que caberia ao DEFD já em Bandeirantes, em 62, toda a responsabilidade de programação, indicação e escala dos árbitros, divulgação de resultados e boletins e tudo mais. A comunidade esportiva paranaense continuaria sendo a responsável pela

---

<sup>136</sup> MEZZADRI, F.M. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais.** Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 2000, p. 73.

<sup>137</sup> De 1957 a 1961 a responsabilidade pela realização dos Jogos Abertos do Paraná era da Liga de Esportes Atlético de Londrina – LEAL em parceria com as cidades-sede da competição.

<sup>138</sup> CORDEIRO, I. **A história dos jogos abertos do Paraná.** Londrina: Pé Vermelho, 1996, p. 19.



mudança do regulamento, quando fosse necessário e o DEFD um órgão com função de executor. E desde então, a parte técnica ficou por conta do órgão [...].<sup>139</sup>

Após o Estado assumir a organização dos Jogos Abertos do Paraná, esta competição somente não se realizou no ano de 1981, devido a um surto de hepatite que tomou conta do Estado e obrigou o Secretário da Saúde, na época Dr. Oscar Alves, a cancelar a realização da competição em Ponta Grossa.

A competição se regionalizou no ano de 1986, despertando para um novo momento, ou seja, a sua interiorização, com a Fase Regional sendo disputada em doze regiões. Lamentavelmente, apesar de todo o esforço no sentido da regionalização, a Fase Final em Paranaguá foi realizada com uma série de problemas, como alojamentos inadequados, abastecimento de água insuficiente, instalações esportivas deficientes, tendo inclusive a competição de Atletismo ocorrido em Curitiba na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, pela falta de condições da pista de atletismo de Paranaguá.

Após a realização de uma Fase Final complicada, ponto culminante de problemas técnicos e administrativos iniciados em 1983, os Jogos Abertos do Paraná se transformam completamente. Segundo Cordeiro,

Os Jogos Abertos bem que poderiam ser divididos em dois períodos: antes e depois de Campo Mourão, em 87. É que naquele ano, além de uma organização perfeita e um trabalho que recuperou a competição, surgiram algumas novidades, que sem algumas delas os JAPs poderiam até sucumbir. A mais importante foi o surgimento do marketing esportivo, até então não aplicado no Estado.<sup>140</sup>

Essa diferença constatada na realização da competição, foi também relatada pelo professor Carlos Roberto Ferreira, quando, após ser questionado sobre como definiria os Jogos Abertos do Paraná, perguntou:

Atuais ou antigos? Porque eu divido os Jogos Abertos do Paraná antes de 87, posterior a 87 que foi um marco na organização principalmente. Nós tivemos até 86 uma forma de participar e realizar, sediar. Em 87 nós vimos um profissionalismo na sediação, quando Campo Mourão sediou depois de Paranaguá que foi em 86. Ali nós vimos que os Jogos Abertos tiveram um salto muito grande de qualidade, tanto na preparação do município, na expectativa da realização do evento, como na participação de todos os municípios, cada vez tentando se preparar melhor para que houvesse uma participação técnica, inclusive muito boa.<sup>141</sup>

<sup>139</sup> CORDEIRO, I. **A história dos jogos abertos do Paraná**. Londrina: Pé Vermelho, 1996, p. 35.

<sup>140</sup> *Ibid.*, p. 85.

<sup>141</sup> Entrevista realizada com o professor Carlos Roberto Ferreira, em Ponta Grossa, no dia 02 de Outubro de 2006.

Os Jogos Abertos do Paraná no período de 1987 – 2005 tiveram basicamente a mesma forma de organização, havendo poucas alterações no decorrer dos anos.

Fundamentalmente, a competição era realizada em parceria com os municípios do Paraná que se candidatavam à sede de uma região da Fase Regional ou da Fase Final, e com os municípios que participavam da competição nas modalidades esportivas em ambos os sexos e cuja delegação era composta de seleções municipais.

Cada atleta poderia participar em duas modalidades esportivas no máximo, sendo uma coletiva e uma individual.

Geralmente as disputas da Fase Regional nas regiões do Estado eram realizadas no final do mês de junho e no mês de julho, para aproveitar o período de férias escolares, e a Fase Final era realizada no mês de outubro, sendo antecipada para setembro em ano eleitoral.

Na Fase Regional eram disputadas as modalidades esportivas coletivas (basquetebol, futebol, futsal, handebol e voleibol), e a Fase Final era disputada pelos municípios que se classificavam na Fase Regional nas modalidades coletivas, e ainda havia aqueles que disputavam as modalidades individuais (atletismo, natação, judô, tênis de mesa, tênis e xadrez).

Para realizar a competição, utilizava-se no máximo doze dias (geralmente na Fase Final), com o Cerimonial de Abertura acontecendo na sexta-feira à noite e as disputas ocorrendo durante a semana toda, encerrando no sábado seguinte, proporcionando o retorno das delegações às suas cidades de origem no domingo. Dessa maneira utilizavam-se dois finais de semana para a competição (quatro dias), facilitando a liberação dos atletas que estudavam e trabalhavam.

A parte técnica era realizada por membros do órgão responsável pelo esporte do Estado, divididos em comissões, e consistia em planejar a competição no que se referia a preparar e discutir o Regulamento Geral com a Comunidade Esportiva paranaense, posteriormente supervisionando a aplicação deste Regulamento; planejar a aquisição de recursos humanos, materiais e financeiros, principalmente no que concernem arbitragem e órgãos judicantes; premiação, material esportivo e material de escritório, entre outros.

As Federações Esportivas Especializadas elaboravam o Regulamento Técnico de acordo com a competição, atendendo às regras internacionais de cada modalidade.

Já a cidade-sede ou município-sede constituía uma Comissão Central Organizadora ou Comissão Executiva Municipal, nomeada geralmente pelo Prefeito Municipal, e era responsável pela organização da competição em seu município. Providenciava pessoal

habilitado para apoiar e viabilizar o desenvolvimento das competições de cada modalidade em disputa; providenciava instalações esportivas, alojamento, atendimento médico-hospitalar, local para a alimentação dos participantes, transporte interno para as delegações, policiamento regular nos locais de competição, organização do Cerimonial de Abertura, enfim, grande parcela da comunidade do município se envolvia no evento.

A Justiça Desportiva obedecia as disposições contidas no Código de Organização de Justiça Desportiva em vigor, e para fins operacionais era exercido pelos seguintes órgãos: Tribunal Especial de Justiça Desportiva (TEJD), que atuava de forma específica e efetiva durante a realização dos Jogos Abertos do Paraná, em suas Fases Regional e Final, sem prejuízo da competência dos demais órgãos judicantes; Tribunal de Recursos de Justiça Desportiva (TRJD), que julgava os recursos procedentes das decisões do TEJD; Tribunal Permanente de Justiça Desportiva (TPJD), que realizava julgamentos fora do período de realização da competição, e geralmente se reunia em Curitiba.

De 1987 a 1990, o Estado participou com o pagamento das despesas com premiação e pessoal técnico para dirigir as competições, com a busca de patrocínio de instituições bancárias para pagamento dessa premiação. As despesas concernentes à arbitragem, alojamento, hospedagem, etc, ficaram sob responsabilidade do Município sediante. O pagamento da alimentação de cada delegação era de responsabilidade do município participante.

Com a justificativa de redução de custos e sem visar obtenção de lucro, em 1988 a Fundação de Esportes dispôs três cozinhas completas para fornecer alimentação, mediante pagamento, aos participantes que não montavam cozinha em seu alojamento, devido ao fato de não ter condições materiais e humanas para tal, não participar com número grande de atletas não compensando trazer cozinha, ou por reconhecer que o preço estipulado pelo Estado era menor, se comparado ao preço que pagariam trazendo cozinha própria.

A Fase Final dos Jogos Abertos do Paraná de 1987, em Campo Mourão, contou com a presença do professor Reynaldo Ramon, que foi homenageado pela Prefeitura Municipal, devido ao fato de ser criador da competição junto com Oscar Dias Pimpão em 1957.

Durante o II Seminário de Planejamento Integrado, realizado em dezembro de 1987, a Fundação de Esporte e Turismo do Paraná enfatizou que o esporte rendimento passou a ser visto como esporte espetáculo, e que isso deveria ser resultado da integração do Estado com a iniciativa privada, uma vez que em virtude do Brasil ser um país capitalista, os recursos deveriam estar canalizados para as manifestações do Esporte Escolar e Popular.

Após estas considerações, estabeleceu novas diretrizes para os Jogos Abertos do Paraná, propondo o aumento do número de regiões para treze a partir de 1988, que possibilitaria a democratização do esporte nessa etapa, enfocada fundamentalmente como manifestação do Esporte Popular; redução para oito o número de participantes por modalidade na Fase Final, como forma de buscar a qualidade e não a quantidade de participantes na Fase Final, como manifestação do Esporte de Rendimento; redução para seis meses do período de estágio para os atletas que não eram do município, para que o atleta tivesse o direito de trocar de município, optando por uma estrutura organizacional melhor que lhe daria melhores condições de evolução técnica.

Estas propostas foram discutidas e votadas, porém não foram totalmente aceitas. Definiu-se a redução do período de estágio, porém para sete meses na primeira transferência e quatorze meses na segunda transferência; fixou-se em dezesseis o número de municípios participantes por modalidade na Fase Final, sendo esses municípios a cidade-sede, o campeão e o vice-campeão da modalidade do ano anterior e os 13 campeões regionais (em 1987 a competição foi disputada por 24 municípios por modalidade na Fase Final); manteve-se o número de 13 regiões para a Fase Regional.

A não aceitação da totalidade das propostas por parte da Comunidade Esportiva naquele momento, foi determinada pela dificuldade de se organizar uma estrutura de nível elevado como é necessário ao esporte de rendimento em seus municípios, o que demandaria investimentos mais altos com recursos humanos, materiais e físicos, somente conseguidos através do envolvimento da iniciativa privada, capacidade profissional de técnicos e dirigentes e vontade política para tal, evidenciando um desinteresse ou desconhecimento do esporte como “negócio”.

No período de 1987 a 1990, a Fundação de Esporte e Turismo do Paraná promoveu um processo de melhoria da qualidade dos Jogos Abertos do Paraná, com o intuito de transformar a competição na máxima expressão do esporte de rendimento no Estado, conforme estabelecido na Política Estadual de Esportes.

Para isso, foi exigido índice mínimo nas modalidades individuais, com estímulo aos *records*; foram trazidos profissionais com autoridade nas áreas de treinamento e com embasamento científico para ministrar palestras, cursos, clínicas; promoveram-se debates e realizaram-se pesquisas sobre o nível técnico da arbitragem, trazendo-se árbitros de nível internacional; a aquisição de material esportivo primava pela qualidade.

Com relação às modalidades esportivas disputadas, houve uma preocupação em dar maior grau de importância às modalidades olímpicas, não deixando de respeitar aquelas de cunho tradicional e disputadas em determinadas regiões do Estado pela sociedade como beisebol, bocha, bolão, tiro ao alvo e sinuca. Sobre isso Mezzadri faz a seguinte análise:

Uma das poucas intervenções diretas da sociedade nas ações governamentais foi a inclusão de algumas modalidades esportivas nos Jogos Abertos. As modalidades praticadas pelos indivíduos de uma determinada cidade sede normalmente são representadas nos jogos. Há, por exemplo, o caso do remo. A única vez que se tornou uma modalidade dos jogos foi na cidade litorânea de Paranaguá, em 1986. Outra modalidade bastante peculiar foi a prática do faustebol (um jogo típico da colonização alemã), introduzido nos Jogos Abertos de Londrina. Por fim, o beisebol, modalidade dos Jogos Abertos do Estado, por influência da grande colônia japonesa, principalmente das cidades do norte do Paraná. Entre tantos outros, escolheu-se os três exemplos para demonstrar uma certa influência da sociedade na programação dos Jogos Abertos. A inclusão das modalidades nos programas esportivos somente foi possível a partir das práticas realizadas nos clubes, quando o governo pouco interferia no desenvolvimento esportivo.<sup>142</sup>

Assim sendo, as modalidades disputadas nos Jogos Abertos do Paraná eram: Atletismo, Basquetebol, Bocha, Bolão, Ciclismo, Futebol, Futsal, Ginástica Rítmica Desportiva, Handebol, Judô, Natação, Tênis, Tênis de Mesa, Voleibol e Xadrez.

O município-sede da Fase Final podia optar pela inclusão de somente uma modalidade que fosse característica de sua região, e que não estivesse relacionada como modalidade oficial. A opção por várias outras modalidades dificultaria a realização da competição pelos municípios por falta de estrutura, bem como necessitaria de maiores recursos financeiros.

No relatório de atividades 1987 – 1990, especificamente no item que trata dos Jogos Abertos do Paraná, encontramos a seguinte conclusão:

Com o apoio de toda a equipe de retaguarda, fica a certeza de que a missão da FESTUR foi cumprida com êxito. Feitas algumas inovações no decorrer dos quatro anos, como as reuniões, palestras com os técnicos e arbitragem antes e durante o evento; os boletins de programação, de resultados e o quadro de medalhas, todos foram elaborados através do computador da Fundação; vitorias nos municípios sedes antes da realização de cada evento, além da avaliação científica do evento (esportes individuais e coletivos), através da análise estatística comparativa dos dados (87/90) que tem propiciado informações mais seguras da evolução do Esporte de Rendimento no Paraná.<sup>143</sup>

---

<sup>142</sup> MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no estado do Paraná: da formação dos clubes às atuais políticas governamentais.** Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, [s.n.], 2000, p. 105.

<sup>143</sup> Informações obtidas no documento oficial do Governo do Estado do Paraná, Fundação de Esporte e Turismo do Paraná - Relatório de Atividades – 1987 - 1991, Diretoria de Esportes, Curitiba, 1991, p. 24.

Ao término desse período, podemos considerar como pontos de maior importância, a interiorização dos Jogos Abertos do Paraná, através da regionalização, cuja participação dos municípios do Estado passou de 30,5% em 1987, para 49,3% em 1990<sup>144</sup>; a criação dos Jogos da Juventude do Paraná como fator decisivo para a renovação de atletas na competição; a substituição da contagem de pontos da classificação geral para o quadro de medalhas<sup>145</sup> que, utilizando o instrumento de avaliação do desempenho geral da competição, valorizou a organização esportiva pela qualidade e não pela quantidade de atletas das delegações.

Outro fator importante que teve início nesse período foi o resgate da credibilidade nas ações do órgão governamental, com relação ao cumprimento dos prazos e datas estipulados em regulamento. Inicialmente essa moralização dos Jogos Abertos do Paraná causou sérias dificuldades, uma vez que alguns municípios deixaram de participar da competição devido ao atraso na inscrição ou entrega de alguma documentação.

A realização da Fase Final com 16 equipes por modalidade ocasionou uma melhora no nível técnico das representações municipais no período 1987 - 1990, embora essa melhora não tenha sido suficiente para elevar os Jogos Abertos do Paraná à condição de espetáculo, com atração de público e investimentos como acontece com o alto rendimento. Tanto as modalidades coletivas quanto as modalidades individuais, não obtiveram a projeção nacional esperada, sendo um dos motivos o insignificante investimento da iniciativa privada no esporte de rendimento no Paraná.

Após as eleições majoritárias para o período 1991 a 1994, o novo governo manteve as diretrizes estabelecidas para os Jogos Abertos do Paraná, no que concerne ao esporte de rendimento, uma vez que houve a continuidade da Política Estadual de Esportes como norteadora das ações do esporte no Paraná.

Após o estabelecimento de dois anos (1991 e 1992) para se experimentar uma competição mais aberta, com vistas à melhoria do nível de desempenho para um esporte de rendimento, as principais modificações para os Jogos Abertos do Paraná estavam relacionadas à participação de atletas, ou seja, abriu-se a participação do atleta profissional, fim do cadastro e estágio de transferência por dois anos e fim da idade limite para a modalidade de Futebol. Estas mudanças seguiam as diretrizes estabelecidas pela Política Estadual de Esporte.

---

<sup>144</sup> Informações obtidas no documento oficial do Governo do Estado do Paraná, Fundação de Esporte e Turismo do Paraná - Relatório de Atividades - 1987 - 1991, Diretoria de Esportes, Curitiba, 1991, p. 25.

Em outubro de 1991, a Fase Final dos Jogos Abertos do Paraná disputada em Maringá foi uma das mais interessantes no período deste estudo, ou seja, de 1987 a 2005, uma vez que com o fim do cadastro e estágio de transferência, os municípios, puderam contar com a participação de atletas de nível nacional disputando a competição.

Como exemplo podemos citar o município de Marialva, que contratou para disputar a modalidade de Natação uma equipe do Rio de Janeiro (Clube de Regatas Flamengo), e na modalidade de Atletismo as atletas olímpicas: Sueli Pereira dos Santos no lançamento do dardo, Luciana de Paula Mendes nos 800 metros.

Sobre esse assunto, o professor Carlos Roberto Ferreira observa:

Eu me lembro que em 91, por exemplo, quando a Paraná Esportes instituiu por quadro de medalhas o campeão geral, Marialva levou, até fomentado pelo Município de Maringá e para colocar o Estado em “xeque”, o Robson Caetano, levou a equipe do Flamengo de Natação e com esses atletas exponenciais nessas modalidades quase que Marialva foi campeã geral. Não foi graças a Ponta Grossa que na época estávamos saindo de um ostracismo e entrando numa campanha vitoriosa e nós ganhamos por quatro (4) medalhas do Município de Marialva. Então nós vimos grandes figuras de destaque nacional participando dos Jogos Abertos.<sup>146</sup>

Entre as atividades da Fase Final dos XXXIV Jogos Abertos do Paraná em Maringá, a Secretaria Especial de Esporte e Turismo criou um espaço para apresentação de painéis (cartazes, fotos, vídeos ou outros) denominado Painel do Esporte, sobre atividades, projetos e experiências nas áreas do Esporte Rendimento, Esporte Educação e Esporte Participação, com o objetivo da sua divulgação e aprofundamento de discussões, através da troca de experiências.

Em 20 de novembro de 1991, através da Resolução nº 12/91, a Fundação de Esporte e Turismo do Paraná, através da Diretoria de Esporte, na pessoa do professor Paulo Roberto de Oliveira, considerando a necessidade de normatização das obrigações dos municípios-sede das Fases Regional e Final, resolveu editar o Caderno de Responsabilidades dos XXXV Jogos Abertos do Paraná, que tinha como objetivo facilitar a organização da competição especificando suas reais necessidades, onde constavam as exigências, bem como, orientavam os agentes organizadores quanto às providências e cautelas a serem adotadas para o bom desenvolvimento da competição, evitando-se assim, soluções de última hora.

---

<sup>145</sup> Para efeito de critério de contagem para classificação no Quadro de Medalhas, foi instituída para as modalidades coletivas uma (01) medalha somente (ouro, prata ou bronze) e para as modalidades individuais prevaleciam as medalhas obtidas em cada prova.

<sup>146</sup> Entrevista realizada com o professor Carlos Roberto Ferreira, em Ponta Grossa, no dia 02/10/2006.

Neste manual eram especificadas, pormenorizadamente, as providências que deveriam ser tomadas quanto às instalações esportivas, alojamentos, transporte, refeitório, locais de realização do Cerimonial de Abertura, locais dos congressos e reuniões, atendimento médico-hospitalar, policiamento e recursos materiais de toda ordem.

Para que houvesse um acompanhamento do cumprimento das obrigações estipuladas, uma Comissão de Vistoria composta por representantes do Estado e da comunidade esportiva, se deslocava até o município em questão em três ocasiões, antes do início da competição.

Ao mesmo tempo foi criado um Manual de Instruções aos coordenadores das Fases Regional e Final, com o objetivo de padronizar procedimentos, facilitando o trabalho e a comunicação com a coordenação do projeto Jogos Abertos do Paraná, da Fundação de Esporte e Turismo do Paraná.

Em 1992, o Artigo 42 do Regulamento Geral dos XXXV Jogos Abertos do Paraná, cuja Fase Final foi realizada em Foz do Iguaçu, veta a participação do atleta profissional, impossibilitando a participação dos grandes expoentes do esporte nacional na competição, como havia acontecido no ano anterior. Portanto, o pedido do Estado à comunidade esportiva paranaense para se experimentar uma competição mais aberta durou somente um ano: 1991.

As decisões da comunidade esportiva para os Jogos Abertos do Paraná a partir de 1993, embora não tenham permitido a volta do cadastro, voltaram a restringir a participação de atletas de dentro e fora do Estado, sendo permitida a inscrição de atletas que estivessem filiados em outras federações esportivas de outros Estados do Brasil e/ou outro País, sendo distribuídos dois atletas por modalidade coletiva e respectivo sexo e um atleta por modalidade individual e respectivo sexo. A Classificação Final com a definição do campeão geral voltou a ser determinada pelo número de pontos conseguidos para os classificados do primeiro ao oitavo lugar por modalidade e sexo, bem como foi estabelecida a idade mínima de 20 anos para o atleta da modalidade de Futebol.

Ainda em 1993, o número de regiões esportivas foi reduzido de treze para oito na Fase Regional, conseqüentemente, a forma de classificação das 16 equipes por modalidade para a Fase Final foi discutida, votada e alterada pela comunidade esportiva paranaense, ficando assim definida: o município-sede da Fase Final; o campeão, vice-campeão e terceiro colocado do ano anterior; o primeiro colocado das oito regiões disputadas na Fase Regional; e quatro segundos colocados das regiões com maior número de participação na modalidade e sexo na Fase Regional.



A redistribuição dos municípios do Estado de treze para oito regiões esportivas, foi decorrente da necessidade de se facilitar a operacionalização dos Jogos Oficiais, uma vez que esta divisão já era utilizada pelos Jogos da Juventude e possibilitava uma melhor utilização dos recursos materiais, humanos e financeiros.

Uma das inovações do Estado para os Jogos Oficiais em 1993 foi a utilização do Programa Jogos, ou seja, um programa de computador que facilitava o trabalho de preparação da parte técnica, pois a inscrição do município com as relações de atletas era entregue através de um disquete de computador e inserida no programa, que produzia as súmulas para as disputas das modalidades, bem como boletins de programação, boletins de resultado, etc, inclusive diminuindo a necessidade de recursos humanos na realização da competição.

Outrossim, essa inovação também obrigou os órgãos esportivos municipais a se interarem de um dos avanços tecnológicos, no caso a computação, utilizando-se de novas ferramentas que propiciaram a inclusão digital, e conseqüentemente uma melhoria na qualidade dos serviços. Vale a pena ressaltar que o Paraná foi pioneiro na produção de um programa (*software*) voltado à competição esportiva, algo que somente seria encontrado em outros estados brasileiros vários anos depois, bem como a competência técnica dos professores de educação física nessa área serviu de diferencial em nível de formação profissional.

Em 1994, foram definidas as modalidades oficiais para os Jogos Abertos do Paraná (Atletismo, Basquetebol, Bocha, Bolão, Ciclismo, Futebol, Futsal, G.R.D., Handebol, Judô, Natação, Tênis, Tênis de Mesa, Tiro ao Alvo, Voleibol e Xadrez). Outras modalidades como Sinuca, Beisebol e outras modalidades olímpicas, seriam consideradas como modalidades optativas. Instituiu-se também o convite para disputar a Fase Final, de até dois atletas por modalidade e sexo que disputaram a Fase Regional por outro município e este não tivesse se classificado.

Os Jogos Abertos do Paraná e os Jogos da Juventude do Paraná a partir de 1993 passaram a ser considerados Jogos Oficiais, o que culminou com a edição de somente um Regulamento Geral para estas duas competições, separadas as peculiaridades de cada uma.

Com o início de uma nova etapa governamental para o período 1995 a 1998, sendo Jaime Lerner o chefe do executivo, os Jogos Abertos do Paraná de 1995 tiveram algumas particularidades em sua Fase Final, embora as modificações em sua estrutura somente ocorressem no ano seguinte, com a implantação da Política de Desenvolvimento do esporte e Lazer.

Uma delas foi a presença do Governador do Estado Jaime Lerner no Cerimonial de Abertura do evento no Complexo Esportivo Roberto Brzezinski em Campo Mourão, bem como de mais de duzentos prefeitos, deputados, secretários e dirigentes esportivos convidados pelo Prefeito Municipal Rubens Bueno, com o desfile de 74 delegações municipais frente a aproximadamente 15 mil espectadores.

Outro destaque em Campo Mourão, ficou por conta da imprensa escrita, falada e televisionada, com a atuação de 250 profissionais, com cobertura ao vivo, direta e com boletins diários, transformando o evento numa atração estadual.

Em matéria publicada na mídia impressa durante a competição, encontramos o seguinte relato:

Entre os maiores elogios nestes Jogos Abertos do Paraná, a imprensa acabou notícia. A maior cobertura já vista transformou a competição, fazendo de fato e de direito, com que os Jogos Abertos do Paraná seja a maior competição poliesportiva deste Estado. Cada delegação teve sua estrutura de imprensa, ou um órgão de comunicação da cidade se voltou a divulgar cada passo das equipes. Os grandes jornais sem distinção (da capital ou interior), deram páginas diárias, enviaram profissionais, contrataram agências de jornalismo esportivo ou se utilizaram dos profissionais mantidos à disposição, que da Prefeitura Municipal de Campo Mourão ou da Paraná Esporte, realizando juntos e bem entrosados, excelente cobertura.<sup>147</sup>

Após a divulgação da Política de Desenvolvimento do Esporte e Lazer no II Encontro Estadual de Gerenciamento Esportivo e de Lazer em dezembro de 1995, os Jogos Abertos do Paraná passaram por outra modificação.

Para a Fase Final dos Jogos Abertos do Paraná, a partir de 1996, as equipes participantes foram classificadas em duas divisões: “A” e “B”, compondo um total de 32 equipes, sendo para a divisão “A” 8 equipes, sendo sete equipes do *ranking* por modalidade/sexo, mais a cidade sede da Fase Final, e para a divisão “B” 24 equipes classificadas na Fase Regional, sendo duas equipes por modalidade/sexo por região (seis regiões) e três equipes das quatro regiões esportivas com maior participação na modalidade/sexo.

Para participação na divisão “A”, a Paraná Esporte elaborou um *ranking*, cujo critério foi o sistema de pontuação do Regulamento Geral dos Jogos Oficiais, pontuando os oito primeiros colocados por modalidade/sexo, entre os anos de 1993 a 1995, somando-se os pontos obtidos e classificando-os em ordem decrescente.

Para os anos seguintes haveria acesso e decesso entre as divisões “A” e “B”, nas modalidades coletivas oficiais e que constassem em ambas as divisões. Teriam direito de acesso os dois primeiros colocados (1º/2º lugares) na modalidade coletiva oficial e sexo da

divisão “B”. Automaticamente perderiam o direito de permanecer na divisão “A”, os dois últimos colocados (7º/8º lugares) por modalidade coletiva oficial e sexo, passando a disputar a competição no ano seguinte, na divisão “B”.

Acompanhando as novas divisões, criaram-se duas pontuações até o oitavo lugar para efeito de classificação nas modalidades e classificação geral da competição, sendo uma para a divisão “A” e outra para a divisão “B”.

Com relação à condição de participação do atleta, a proposta da Paraná Esporte foi permitir que o atleta Federado no Paraná tivesse a possibilidade de jogar por qualquer município do Estado, e estabeleceu o número de dois atletas Federados por outro Estado ou País para modalidade/sexo coletiva e um atleta Federado por outro Estado ou País por modalidade/sexo individual. Porém, esta proposta foi rechaçada pela comunidade esportiva paranaense durante as discussões do Encontro, proibindo a participação de atleta federado em outro Estado ou País nos Jogos Abertos do Paraná, a não ser que este se transferisse para o Paraná e aqui mantivesse seu registro, disputando a modalidade do mês de abril ao mês de novembro de 1996.

Foi também a partir deste ano que o Estado começou a fazer um repasse financeiro aos municípios-sede da Fase Regional e Final dos Jogos Abertos do Paraná, era constituído de aproximadamente Quinze Mil Reais para o município-sede de Fase Regional e Oitenta Mil Reais para o município-sede da Fase Final. Para isso o município tinha que apresentar um Plano de Aplicação com os itens nos quais seria utilizada a verba. Geralmente os municípios optavam pelo pagamento da hospedagem em hotel da equipe de arbitragem, comunicação visual, infra-estrutura e outros.

Outro fator de importância nas modificações efetuadas em 1996 foi o Estado começar a subsidiar em 50% a alimentação dos participantes nas Fases Regional e Final dos Jogos Abertos do Paraná que utilizassem o refeitório da Paraná Esporte.

Para os XL Jogos Abertos do Paraná em 1997, a divisão “B” passou a ter o número de equipes equivalente ao número de participantes na Fase Regional, podendo ter de 8 a 24 equipes por modalidade/sexo. A intenção, além de valorizar as modalidades esportivas com maior participação na competição, era viabilizar que municípios de médio porte pudessem sediar a Fase Final, sem apresentar problemas de infra-estrutura.

A modalidade de Tênis passou a ser disputada como modalidade individual, e não mais por equipe (Sistema Davis), valorizando o talento do município, terminando com a

---

<sup>147</sup> Boletim Informativo editado para os Jogos Abertos do Paraná em Campo Mourão.

dependência deste em relação a outros competidores, e a modalidade de Vôlei de Praia começou a ser disputada somente na Fase Final.

Decorrente de problemas constatados nos locais de competição, como bolsas de apostas e corrupção, a modalidade optativa de Sinuca foi excluída dos Jogos Abertos do Paraná em 1997, tendo a Paraná Esporte proposto a criação, junto ao projeto Lazer em Ação, de uma competição nos mesmos moldes elaborados para a modalidade de truco, atingindo todos os municípios interessados em sua realização.

O mesmo ocorreu com a modalidade optativa de Tiro ao Alvo, devido aos altos custos produzidos por ocasião da sua realização com adequação, reforma ou construção de *stands*, por vezes utilizados somente na competição, por não estar a modalidade inserida no *habitus* esportivo da sociedade local; adaptação de *stands*, inviabilizando tecnicamente a realização das provas em sua íntegra; desinteresse de participação na modalidade por parte dos municípios, em razão do alto custo para manutenção de suas equipes em treinamento. Para tentar fazer com que a proposta fosse aceita, a Paraná Esporte em parceria com a Federação Paranaense de Tiro, propôs criar um evento denominado Campeonato Paranaense Aberto de Tiro contando pontos para os Jogos Abertos do Paraná, destinado às equipes municipais interessadas, em *stands* determinados pela Federação, onde as provas poderiam ser realizadas sem nenhum prejuízo técnico da competição.

Porém, a tentativa de eliminação da modalidade da competição durou somente um ano. Por insistência da Comunidade Esportiva Paranaense, a modalidade de Tiro ao Alvo voltou a ser disputada em 1998, sendo mantida como optativa da Fase Final.

Após reunião com as Federações Esportivas Especializadas, a Paraná Esporte estabeleceu para o Futebol a idade entre 15 e 20 anos; para a G.R.D. e Natação a idade mínima de 13 anos; para o Atletismo, Ciclismo, Judô, Tênis de Mesa e Xadrez atletas com idade superior a 15 anos, e nas demais modalidades (Basquetebol, Bocha, Bolão, Futsal, Handebol, Tênis e Voleibol) poderiam participar atletas com idade superior a 16 anos. Essa alteração tinha a finalidade de equiparar a faixa etária de competição dos atletas que participariam dos Jogos Abertos do Paraná a partir de 1997,

Em 1998, o município-sede da Fase Final perdeu o direito adquirido de disputar a divisão “A”, sendo garantida a sua participação na divisão “B”, sem ter que participar da Fase Regional do ano em questão. Esta decisão tinha como finalidade impedir distorções, ocasionadas pelo fato do município-sede montar uma equipe de alto nível num ano e no outro os atletas deixarem o município, apresentando conseqüentemente, um baixo nível técnico.

Neste ano a Paraná Esporte sugeriu novamente a eliminação da disputa pelo campeão geral, com a intenção de valorizar os trabalhos desenvolvidos nas modalidades expoentes dentro do município, evitando vaporizar investimentos em outras modalidades e atletas de menor nível técnico, objetivando única e exclusivamente, pontuar para obter uma melhor classificação, mas não houve aceitação da proposta por parte da Comunidade Esportiva Paranaense.

A modalidade de Vôlei de Praia passou a ser oficial em 1998, sendo disputada somente na Fase Final, e a modalidade optativa escolhida para ser disputada nos Jogos Abertos do Paraná deste ano foi Canoagem. Como modalidades de demonstração houve a disputa no *Mountain Bike* e *Triathlon*, objetivando sua divulgação junto aos municípios paranaenses.

Com estas decisões, o que se constatou foi um distanciamento do entendimento dos Jogos Abertos do Paraná como ação do esporte rendimento ou espetáculo, que se perpetuou no segundo mandato governamental do Governo Jaime Lerner, pois além de não permitir a presença de atletas de destaque Federados em outros Estados na competição, houve o aumento do custeio por parte do Estado e nenhum aporte de recursos financeiros da iniciativa privada no órgão estadual. Por outro lado, verificando os documentos relativos às propostas da Paraná Esporte para esta questão, o Estado entendia que a vinda de atletas de outros Estados fortalecia as competições das Federações do Paraná durante o ano todo, e talvez estimulasse a criação de novas equipes, principalmente no interior do Estado, o que não ocorreu.

No segundo período do Governo Jaime Lerner (1999 a 2002), os Jogos Abertos do Paraná passaram por poucas transformações.

O Programa Jogos continuou sendo adquirido pela Paraná Esporte, facilitando a execução da parte técnica da competição e a Fase Regional continuou sendo disputada em seis regiões.

Objetivando aproximar os técnicos municipais das decisões referentes às alterações do regulamento Técnico da competição, pois eram eles que possuíam o conhecimento técnico da modalidade, foi incluída no Regulamento Geral mais uma Sessão do Congresso, denominada Sessão Técnica. Esta se realizava somente na Fase Final, sendo destinada a definir padrões de condução da competição, apresentação de *rankings*, elaboração de chaves (tecnicamente ou por sorteio) e outros assuntos correlatos às respectivas modalidades. Era realizada uma Sessão Técnica para cada modalidade esportiva, sendo dirigida por um representante da Comissão Técnica da Paraná Esporte e um representante

da respectiva Federação Esportiva Especializada. As alterações no Regulamento Técnico, sugeridas para a modalidade eram votadas e se fossem acatadas pela maioria dos técnicos presentes, eram incluídas no Regulamento do ano seguinte.

O número de equipes para disputa da Fase Final dos Jogos Abertos do Paraná, na Divisão “B” foi reduzido para oito equipes em cada modalidade coletiva.

Para o ano de 2000 criou-se uma Comissão de Vistoria dos municípios-sede dos Jogos Abertos do Paraná, composta por representantes da comunidade esportiva paranaense com direito à veto.

Com relação às competições micro-regionais, cada região esportiva tinha o direito de realizar em 2000 as suas micro-regionais, apresentando relatório discriminado do evento. Se a experiência fosse positiva, seria aberta a discussão de sua implantação em todo o Estado junto à comunidade esportiva. Entretanto, esta realização, se aceita, não poderia onerar técnica e financeiramente o Estado.

Novamente o número de equipes por modalidade é alterado para a disputa da Fase Final dos Jogos Abertos do Paraná de 2000, passando para dez equipes na Divisão “A” e doze equipes por modalidade na Divisão “B”.

A partir de 2001, a Paraná Esporte objetivando se adequar à Lei nº 9696/98, exigiu que os técnicos que quisessem participar dos Jogos Abertos do Paraná, estivessem devidamente registrados no Conselho Federal de Educação Física, através do respectivo Conselho Regional de Educação Física.

Outra alteração deste ano foi a redução para 25% do subsídio para alimentação dos integrantes das delegações participantes, desde que a mesma fosse efetuada no refeitório da Paraná Esporte. Esta redução tinha como finalidade a utilização de recursos para tentar realizar um projeto criado nesta gestão denominado Piá Bom no Esporte, e que se assemelhava ao projeto Piá Bom de Bola, voltado à prática do Futebol para crianças de 11 a 14 anos, patrocinado pela empresa Parati Alimentos S.A.

A Reunião de Gerenciamento dos Jogos Oficiais do Paraná realizada no período de 08 a 13 de dezembro de 2001 em Guaratuba, definiu as alterações do Regulamento Geral para os anos de 2002 e 2003. Novas alterações somente poderiam ser efetuadas após a realização das competições do ano de 2003.

A comissão representativa da comunidade esportiva paranaense, juntamente com a Paraná Esporte fez um re-estudo do Caderno de Responsabilidades entregue aos municípios-sede das competições. A Comissão de Vistoria, ao observar as particularidades de cada cidade candidata à sede, emitia um relatório definindo condições técnicas, infra-

estrutura geral (locais, equipamentos) alojamentos e demais itens relacionados ao evento, necessários para a realização dos Jogos Abertos do Paraná.

Decorrente das dificuldades em se conseguir aumento do orçamento, a Paraná Esporte apresentou alteração em relação às modalidades optativas dos Jogos Abertos do Paraná, definindo que elas somente poderiam se tornar modalidades oficiais, desde que tivessem sido disputadas por três anos consecutivos ou cinco anos alternados, como também deveria haver orçamento suficiente para a sua realização.

Como não houve possibilidade de se implantar o projeto Piá Bom no Esporte, a Paraná Esporte voltou a subsidiar a alimentação dos integrantes das delegações municipais que participaram das Fases Regional e Final dos Jogos Abertos do Paraná de 2002 e 2003, que utilizaram o refeitório da Paraná Esporte. Alguns dos motivos, entre outros, da não implementação do projeto, foram o retorno da realização dos Jogos Colegiais do Paraná pelo Estado conflitando com o projeto Piá Bom no Esporte, pois atendiam a mesma faixa etária, e a existência de divergências na realização da parceria do Estado com a Parati Alimentos S.A.

Com um novo mandato governamental para o período 2003 – 2006, e depois de dois anos de realização dos Jogos Abertos do Paraná sem nenhuma alteração, realizou-se no Centro de Capacitação de Faxinal do Céu, no município de Pinhão – Pr, o Encontro Estadual de Dirigentes Esportivos, no período de 15 a 17 de Dezembro de 2003.

A principal alteração foi o aumento do número de regiões esportivas para a disputa da Fase Regional dos Jogos Abertos do Paraná. A região 01 ficou com 45 municípios, região 02 com 42 municípios, região 03 com 60 municípios, região 04 com 46 municípios, região 05 com 52 municípios, região 06 com 50 municípios, região 07 com 51 municípios e região 08 com 53 municípios.

O subsídio da alimentação foi cancelado para os Jogos Abertos do Paraná a partir de 2004, em virtude de haver subsídio de 100% para os Jogos Colegiais do Paraná.

Para os Jogos Abertos do Paraná de 2005, a mudança ficou por conta do número de equipes que disputaram a Divisão “B”, pois era determinado pelo número de participantes da Fase Regional, podendo ser 10, 12 ou 16 equipes por modalidade e sexo.

### **2.1.2. Os objetivos dos Jogos Abertos do Paraná**

Neste sub-item, faremos a descrição dos objetivos específicos para os Jogos Abertos do Paraná, que constavam dos Regulamentos da competição, no período

compreendido entre 1987 e 2005, tendo constatado que de ano para ano alguns objetivos se repetiram e outros foram criados.

O Regulamento Geral dos XXX Jogos Abertos do Paraná para o ano de 1987 apresentava como finalidade “difundir e desenvolver a prática dos desportos em todos os meios sociais, bem como favorecer intercâmbio entre os municípios do Estado”.<sup>148</sup>

A existência desta finalidade no regulamento de 1987 foi decorrente da transição governamental, quando havia sido realizado o I Seminário de Planejamento Integrado em dezembro de 1986, e as propostas<sup>149</sup> apresentadas e votadas na ocasião se referiam exclusivamente à parte técnica da competição para o ano seguinte, não havendo discussões em bases filosóficas, necessárias para pensar, sentir e refletir a competição de forma profunda e conseqüente.

Entretanto, já havia uma predisposição por parte da comunidade esportiva na adoção desta finalidade, pois fazia parte da cultura da competição desde sua criação. Isso pode ser constatado no regulamento da primeira edição dos Jogos Abertos do Paraná, onde encontramos a seguinte redação: “Participar dos Jogos Abertos, é levar o nome da sua cidade através de todos os rincões da pátria e aproximar-se cada vez mais dos seus irmãos de outras plagas”.<sup>150</sup>

No decorrer daquele ano, os objetivos específicos do Esporte Rendimento, encontrados no Programa de Atividades Esportivas do Plano e da Política Estadual de Esportes<sup>151</sup>, viriam de encontro à finalidade estabelecida para os Jogos Abertos do Paraná.

Após a criação da Política Estadual de Esportes para o período 1987-1990, e os Jogos Abertos do Paraná sendo um dos projetos relacionados no Esporte Rendimento, houve a preocupação em estabelecer os objetivos para a competição. Para isso várias discussões em reuniões entre os técnicos da Fundação de Esportes do Paraná e com a comunidade esportiva paranaense foram realizadas sob a coordenação do professor João Bosco da Silva, naquele momento Assessor de Integração de Eventos e colaborador da Diretoria Técnica.

---

<sup>148</sup> Informações obtidas no documento oficial do Governo do Estado do Paraná, Secretaria Especial do Esporte –Regulamento Geral dos XXX Jogos Abertos do Paraná – 1987, Curitiba – 1987.

<sup>149</sup> Foram discutidas a inclusão da modalidade de bolão e a alteração na disputa da modalidade de bocha, número de pré-classificados para participar da Fase Final, inscrição de 22 atletas com idade mínima de 18 anos para o futebol, a constituição do Tribunal Especial de Justiça Desportiva, punição para a delegação por não comparecimento (WxO), definição de datas para entrega da documentação, escolha da cédula de identidade como documento oficial de participação do atleta, etc.

<sup>150</sup> Regulamento dos Primeiros Jogos Abertos do Paraná, organizados pela LEAL, folheto impresso sob patrocínio de Brasilgráfica, Londrina, 1957.

<sup>151</sup> Para maiores informações, consultar a Política Estadual de Esportes da Secretaria Especial do Esporte e Fundação de Esportes do Paraná, editada no governo Álvaro Dias, com propostas para o período de 1987 a 1990, p.26.



Assim sendo, os Jogos Abertos do Paraná que se realizaram nos anos de 1988 e 1989 deveriam “estimular os municípios no sentido de desenvolver programas esportivos e representar a expressão máxima do esporte de rendimento”.<sup>152</sup>

A finalidade dos Jogos Abertos do Paraná em 1987, ou seja, integração sócio-esportiva, transformou-se em objetivo para o ano de 1990.

Para 1990, 1991 e 1992, os objetivos dos Jogos Abertos do Paraná, decorrentes da Política Estadual de Esporte eram:

Promover a integração sócio-esportiva entre as várias representações municipais, e as pessoas que as integram; gerar atividade econômica com mercado diferenciado pela oferta de novos empregos, serviços e bens de natureza esportiva; estimular o desenvolvimento técnico desportivo das representações municipais, buscando-se avaliar e apresentar subsídios a partir de análise científica, quantitativa e qualitativa; e representar a expressão máxima do esporte de rendimento do Estado.<sup>153</sup>

Conforme vimos anteriormente, o desenvolvimento de programas esportivos deviam estar em consonância com a Política e o Plano Estadual de Esportes, sendo este desenvolvimento uma das diretrizes para o município formular sua Política e seu Plano Municipal de Esportes. A participação popular e a descentralização do processo de tomada de decisões eram consideradas fundamentais como meio de transformação. Ao estimular os municípios no sentido de desenvolver programas esportivos, os Jogos Abertos do Paraná os auxiliavam a cumprir o seu papel.

Outrossim, o objetivo dos Jogos Abertos do Paraná de representar a expressão máxima do esporte de rendimento era um dos princípios essenciais da Política Estadual de Esportes criada em 1987, que eram fundamentados no diagnóstico obtido após debates com a comunidade esportiva do Paraná.

Partindo da diretriz política estabelecida na Política Estadual de Esportes de que o esporte constituía um fenômeno econômico, o marketing e a integração com a iniciativa privada esperados nos Jogos Abertos do Paraná, fariam com que a competição fosse encarada como “negócio”, gerando atividade econômica com mercado diferenciado pela oferta de novos empregos, serviços e bens de natureza esportiva.

---

<sup>152</sup> Objetivos dos Jogos Abertos do Paraná, obtidos no Regulamento Geral da competição para os anos de 1988 e 1989.

<sup>153</sup> Objetivos dos Jogos Abertos do Paraná, obtidos no Regulamento Geral para os anos de 1990, 1991 e 1992.

Para dar sustentação a todo esse avanço com os Jogos Abertos do Paraná, seria necessário o estímulo ao progresso das representações municipais, conseguido através do desenvolvimento técnico decorrente de constantes avaliações embasadas em análise científica, quantitativa e qualitativa, uma vez que era de responsabilidade do Estado, a permanente avaliação crítica dos programas, planos e projetos, conforme estabelecido nas diretrizes da Política Estadual de Esportes.

Com o início de novo quadriênio governamental - 1991 a 1994, e devido à continuidade com relação à Política Estadual de Esportes e ao processo de desenvolvimento do esporte paranaense, os objetivos para os Jogos Abertos do Paraná até 1992 continuaram os mesmos.

Para os Jogos Abertos do Paraná disputados nos anos de 1993, 1994 e 1995 houve modificações, com a retirada e acréscimo de novos objetivos.

Essas alterações foram decorrentes das discussões sobre os Jogos Abertos do Paraná no Seminário Anual de Gerenciamento do Esporte, realizado como um dos atos do Congresso Estadual do Esporte em novembro de 1992, quando houve uma discordância em relação às sugestões de “abertura” da competição, proposta pelo Estado.

Assim sendo, os Jogos Abertos do Paraná além de promover a integração sócio-esportiva entre as várias representações municipais, e as pessoas que as integram; gerar atividade econômica com mercado diferenciado pela oferta de novos empregos, serviços e bens de natureza esportiva e estimular o desenvolvimento técnico desportivo das representações municipais, buscando-se avaliar e apresentar subsídios a partir de análise científica, quantitativa e qualitativa, que eram objetivos repetidos dos anos anteriores, deveriam:

Propiciar o desenvolvimento integral da pessoa humana como ser social autônomo, democrático e participante, contribuindo para o pleno exercício da cidadania; compensar os efeitos nocivos da vida moderna, contribuindo para a preservação e promoção da saúde humana; e redimensionar os valores sócio-culturais-esportivos dos recursos humanos disponíveis, encaminhando-os e especializando-os para o rendimento esportivo.<sup>154</sup>

A competição realizada nos anos de 1993, 1994 e 1995, não deveria mais representar a expressão máxima do esporte de rendimento.

A partir de 1993 foi editado o Regulamento Geral dos Jogos Oficiais, terminologia criada para definir as duas competições realizadas naquela ocasião pelo Estado: os Jogos Abertos e os Jogos da Juventude do Paraná. Assim sendo, pudemos constatar que os

objetivos estabelecidos em regulamento tanto se aplicavam a uma competição quanto à outra.

Um exemplo disso é o objetivo sobre o encaminhamento e especialização para o rendimento esportivo, podendo ser relacionado aos Jogos da Juventude do Paraná e aos Jogos Abertos do Paraná. Era na primeira competição que se destacava o talento esportivo, ou seja, atletas que continuariam no esporte e que seriam encaminhados para a competição de rendimento na forma de especialistas, como pretendia a segunda competição.

Para que possamos entender os novos objetivos estabelecidos, outro fator que devemos levar em consideração é a definição no Título II, artigo 4º, de que os Jogos Oficiais assentavam-se nos princípios decorrentes da Política Estadual de Esporte, conforme segue:

- I – Democratização, expressado na oportunidade de participação nos eventos em questão a todos os municípios do Estado, representados por seus atletas e equipes sem qualquer distinção de raça, cor, origem, crença religiosa, sexo, convicção filosófica/política ou de classe social, observadas as condições e pressupostos objetivos de participação legal;
- II – Descentralização, consubstanciado na valorização do evento a nível regional e divisão geopolítica do Estado, para efeitos de uma maior participação e melhor gestão das atividades a serem executadas;
- III – Eficiência, assegurado na valorização dos resultados esportivos e educativos, notadamente relacionados ao encaminhamento e rendimento técnico-esportivo;
- IV – Legalidade e moralidade esportivas, aliadas a defesa das garantias e direitos individuais dos participantes;
- V – Prevalência dos valores sociais do esporte.<sup>155</sup>

Portanto, os Jogos Abertos do Paraná deveriam através de seus objetivos, ir de encontro a esses princípios.

O pleno exercício da cidadania nos Jogos Abertos do Paraná deveria exigir a manifestação expressa das opiniões sobre o certo e o errado, o justo e o injusto, o oportuno e o inconveniente na condução da coisa pública, de modo a influenciar positivamente nas políticas públicas. Conseqüentemente, a preservação dos valores sociais, culturais e esportivos e promoção da saúde, previstos em um dos objetivos, estariam resguardados.

O objetivo de gerar atividade econômica com mercado diferenciado pela oferta de novos empregos, serviços e bens de natureza esportiva, repetido no Regulamento de 1995 refletia também o entendimento do Estado sobre o significado do esporte, ou seja, constituindo-se num fenômeno econômico, social, cultural e político.

---

<sup>154</sup> Objetivos novos dos Jogos Abertos do Paraná, obtidos no Regulamento Geral para os anos de 1993, 1994 e 1995.

<sup>155</sup> Informações obtidas no Regulamento Geral dos Jogos Abertos do Paraná para os anos de 1993, 1994 e 1995.

Observando o esporte pelo viés econômico, os Jogos Abertos do Paraná promoviam uma disputa entre os dirigentes municipais para levar a competição ao seu município, principalmente a Fase Final, devido aos benefícios na forma da melhoria da infra-estrutura, aumento da arrecadação de impostos, entre outros, trazidos por esta atitude, além do prestígio profissional e pessoal obtido pelo dirigente esportivo responsável pela competição no município-sede, perante a comunidade esportiva.

Como exemplo desta situação, encontramos a seguinte redação em matéria da mídia impressa, produzida durante os Jogos Abertos do Paraná – Fase Final de 1995 em Campo Mourão, conforme segue:

Os Jogos Abertos de Campo Mourão reuniu mais de cinco mil atletas, durante dez dias de competição. Neste período, o comércio morãoense, apresentou um crescimento de 25%. Os hotéis da cidade ficaram lotados, a exemplo de bares e restaurantes. Este fator acabou deixando os dirigentes eufóricos, em razão do município estar sediando, no próximo ano, os Jogos Abertos Brasileiros, que movimentará atletas de nove estados.<sup>156</sup>

Com a edição de uma nova Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer que norteou as ações para o esporte e lazer durante os oito anos do Governo Jaime Lerner, ou seja, quadriênios 1995 – 1998 e 1999 – 2002, e a criação da autarquia Paraná Esporte, a estrutura esportiva paranaense sofreu mudanças.

O projeto Jogos Abertos do Paraná foi mantido na nova proposta, como evento do Programa de Esporte Rendimento que neste governo foi enfatizado, bem como se assentava nos princípios<sup>157</sup> da democratização, humanização, conhecimento, participação, descentralização, evolução, educação, continuidade, ética, interação, diferenciação, ecologização, autonomia e liberdade decorrentes dessa nova Política de Desenvolvimento do Esporte e Lazer.

Conforme vimos anteriormente a competição realizada no ano de 1995 seguiu a estrutura dos anos anteriores (1993 e 1994) estabelecendo os mesmos objetivos e inclusive conservando seu embasamento nos princípios decorrentes da Política Estadual de Esporte do governo anterior, devido ao fato de que a Política do novo governo estava sendo criada e a Paraná Esporte dava seus primeiros passos como autarquia estadual.

---

<sup>156</sup> Boletim Informativo editado para os Jogos Abertos do Paraná em Campo Mourão.

<sup>157</sup> Informações mais detalhadas sobre os princípios podem ser obtidas no documento oficial intitulado Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, que apresenta as intenções do governo Jaime Lerner para o esporte paranaense no período compreendido entre 1995 e 1998.

Nos regulamentos da competição estudados a partir de 1996, a forma como são colocados os objetivos é alterada, embora continuassem com o propósito de atender aos Jogos Oficiais, ou seja, Jogos da Juventude do Paraná e Jogos Abertos do Paraná.

Na primeira parte havia os objetivos estabelecidos às duas competições como um todo, e na segunda parte havia os objetivos específicos de cada competição, conforme segue:

Art. 5º - São objetivos dos Jogos Oficiais previstos neste Regulamento:

I – promover a integração sócio-esportiva entre várias representações municipais, e as pessoas que as integram;

II – compensar os efeitos nocivos da vida moderna, contribuindo para a preservação e promoção da saúde humana;

III – gerar atividade econômica com mercado diferenciado pela oferta de novos empregos, serviços e bens de natureza esportiva;

IV – estimular o desenvolvimento técnico esportivo das representações municipais, buscando avaliar e apresentar subsídios a partir da análise científica, quantitativa e qualitativa;

V – interagir com os demais segmentos afins que compõe o Sistema de Esportes do Paraná, que visam o desenvolvimento do esporte de rendimento.

Parágrafo Primeiro – São objetivos específicos dos Jogos da Juventude do Paraná:

I – propiciar o desenvolvimento integral da pessoa humana como ser social, autônomo, democrático e participante, contribuindo para o pleno exercício da cidadania;

II – redimensionar os valores sócio-culturais-esportivos dos recursos humanos disponíveis, encaminhando-os para o rendimento esportivo;

III – oportunizar a participação de estudantes/atletas em uma competição com nível técnico mais elevado.

**Parágrafo Segundo** – São objetivos específicos para os Jogos Abertos do Paraná:

I – propiciar o desenvolvimento integral da pessoa humana como ser social, autônomo, democrático e participante, contribuindo para o pleno exercício da cidadania;

II – redimensionar os valores sócio-culturais-esportivos dos recursos humanos disponíveis, especializando-os para o rendimento esportivo;

III – representar a expressão máxima do Esporte Rendimento do Estado.<sup>158</sup>

A primeira parte acima, com os objetivos previstos para os Jogos Oficiais como um todo, era praticamente igual aos objetivos estabelecidos para os Jogos Abertos do Paraná dos anos de 1993 a 1995 estudados anteriormente, com exceção do último, cuja interação com os segmentos que compunham o Sistema Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Paraná, vinha de encontro ao cumprimento da Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, criada para o governo Lerner, sendo considerada como de fundamental importância para o desenvolvimento do esporte no Estado.

Portanto, conforme expresso na Política, era esperada a atuação de diferentes instituições, fossem elas públicas, privadas ou de pessoas físicas, na promoção do esporte de rendimento através de sua integração e interação.

<sup>158</sup> Regulamento dos Jogos Oficiais do Paraná, edição do Governo do Estado, Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, Paraná Esporte, Curitiba, 1996, p. 12.

Nos parágrafos primeiro e segundo, apresentaram-se os objetivos específicos para cada uma das competições, sendo três os objetivos específicos dos Jogos Abertos do Paraná vigentes para as competições realizadas nos anos de 1996 , 1997, 1998, 1999 e 2000.

O objetivo de “propiciar o desenvolvimento integral da pessoa humana como ser social, autônomo, democrático e participante, contribuindo para o pleno exercício da cidadania”, já havia sido almejado para os Jogos Abertos do Paraná de 1993 a 1995, o mesmo acontecendo com “redimensionar os valores sócio-culturais-esportivos dos recursos humanos disponíveis”, porém desta vez somente com a intenção de especializá-los para o rendimento esportivo.

Conforme vimos anteriormente, a comunidade esportiva paranaense e a nova equipe governamental da Paraná Esporte definiram que o projeto Jogos Abertos do Paraná estaria vinculado ao Esporte Rendimento, incluso no Programa de Desenvolvimento do Esporte, da Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer para o período 1995-1998. Assim sendo, o seu desenvolvimento deveria ser planejado, estimulado, apoiado e incentivado pela ação integrada entre a administração pública e iniciativa privada.

Portanto, foi deliberado que os Jogos Abertos do Paraná deveriam novamente representar a expressão máxima do Esporte Rendimento do Estado, após uma lacuna de três anos (1993,1994 e 1995).

Após as eleições realizadas em 1998, com Jaime Lerner reeleito para o período 1999-2002, a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo passou a ser dirigida por Ney Leprevost Neto que divulgou o plano de ações da sua gestão assentado na Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, editada em 1995.

Os Jogos Abertos do Paraná realizados neste período continuaram como projeto integrante do Programa de Esporte Rendimento, junto com os Jogos da Juventude do Paraná, Jogos da Juventude Brasileiros, Jogos Abertos Brasileiros e projeto de apoio às Federações Esportivas Especializadas, sendo os objetivos elencados para os Jogos Abertos do Paraná de 1999 e 2000 os mesmos anteriormente relatados.

Para as competições realizadas nos anos de 2001 e 2002, o objetivo de propiciar o desenvolvimento integral da pessoa humana como ser social, autônomo, democrático e participante, contribuindo para o pleno exercício da cidadania, volta a ser objetivo comum às duas competições, ou seja, Jogos Abertos do Paraná e Jogos da Juventude do Paraná, ficando elencados como objetivos específicos para os Jogos Abertos do Paraná: “redimensionar os valores sócio-culturais-esportivos dos recursos humanos disponíveis,

especializando-os para o rendimento esportivo; e representar a expressão máxima do esporte rendimento do Estado”.<sup>159</sup>

Após as eleições que elegeram Roberto Requião para o seu segundo mandato governamental não consecutivo – 2003 a 2006, o olhar para os Jogos Abertos do Paraná sofreu alteração.

Das ações relacionadas no documento editado pelo Comitê do Esporte do então candidato Roberto Requião, a única referência aos Jogos Abertos do Paraná tinha como finalidade o incentivo à sua micro-regionalização.

Assim sendo, os Jogos Abertos do Paraná realizados nos anos de 2003, 2004 e 2005 tinham como objetivos específicos: “redimensionar os valores sócio-culturais-esportivos dos recursos humanos disponíveis, especializando-os para o rendimento esportivo; e “representar a expressão máxima do Esporte do Estado”, não havendo mais interesse por parte deste governo, de que este evento fosse traduzido como uma competição do esporte de alto nível.

---

<sup>159</sup> Objetivos específicos dos Jogos Abertos do Paraná, obtidos no Regulamento da competição para os anos de 2001 e 2002.

## CAPÍTULO 3

### 3.1. VISÃO DOS AGENTES SOCIAIS ENVOLVIDOS

Ao iniciarmos os procedimentos para a realização das entrevistas, decidimos realizá-las com agentes que tivessem de fato, atuado diretamente no projeto Jogos Abertos do Paraná durante o período estudado, compreendido entre 1987 e 2005.

Assim sendo, a pesquisa documental revelou os nomes das pessoas que atuaram na organização dos Jogos Abertos do Paraná, na função de Direção Geral ou integraram a Comissão Dirigente da competição, representando o órgão estadual em questão, sendo indicados para a entrevista três funcionários<sup>160</sup> de carreira, professores de Educação Física, que permaneceram por mais tempo na direção dos Jogos Abertos do Paraná, tendo cada um permanecido em uma determinada época do período da pesquisa.

Em se tratando das entrevistas com os gestores municipais, foram selecionados professores de Educação Física<sup>161</sup> que dirigiram o órgão esportivo do seu município, participando dos Jogos Abertos do Paraná ou sediando uma fase da competição, e cuja experiência foi adquirida no comando dos seguintes municípios: Santa Amélia, cuja população censitária era da ordem de 4.407 habitantes, Campo Mourão com 80.476 habitantes e Pato Branco com 62.234 habitantes, Ponta Grossa com 273.543 habitantes e Foz do Iguaçu com 258.543 habitantes, segundo o Censo 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Isso proporcionou uma diversidade de informações, bem como revelou visões diferentes por parte dos entrevistados, com relação aos Jogos Abertos do Paraná como um todo.

---

<sup>160</sup>Prof. Luiz Fernando Cordeiro atuou nos JAPS no período de 1987 a 1994. Prof. José Alberto de Campos atuou nos JAPS no período de 1991 a 1995. Prof. Cristiano Barros Homem Del Rei atuou nos JAPS de 1995 a 2005.

<sup>161</sup> Prof. Carlos Roberto Ferreira atuou no município de Ponta Grossa como Diretor de Esporte e Recreação Orientada no período de 1983 a 1989 e como Secretário Municipal de Esporte e Recreação no período de 1989 a 1996, assumindo novamente o cargo a partir de 2005, na atual gestão municipal. Prof. Waldecir Edson Pagliaci, atuou no município de Santa Amélia como Secretário Municipal de Esporte e Lazer no período de 1992 a 2004, e como Diretor de Esportes da mesma Secretaria de 2004 até a presente administração municipal. Prof. Vicente Piazza Filho atuou como Coordenador Geral da Comissão Central Organizadora dos Jogos Abertos do Paraná Fase Final no ano de 1987 no município de Campo Mourão e 1989 no município de Pato Branco, ficando como Diretor Geral da FESPATO – Fundação de Esporte e Recreação de Pato Branco de 1990 a 1992. Em 1993 foi convidado para dirigir a FERFI – Fundação de Esporte e Recreação de Foz do Iguaçu, permanecendo no cargo até 2001 quando assumiu o cargo de Secretário devido à criação da SMEL - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, permanecendo na função até 2004.



Para elaborar o texto de análise das entrevistas abaixo, fizemos a leitura da resposta de cada um dos entrevistados a respeito de cada pergunta, elaborando a seguir uma síntese de todas as respostas dos entrevistados de cada pergunta, utilizando a mesma seqüência das perguntas realizadas nas entrevistas, descritas a seguir: qual o entendimento sobre o esporte rendimento; a participação governamental no esporte rendimento; o papel da iniciativa privada no desenvolvimento do esporte no Estado; a definição dos Jogos Abertos do Paraná; a definição do que seria “expressão máxima do esporte rendimento do Estado”<sup>162</sup> e “redimensionar os valores sócio-cultural-esportivos dos recursos humanos disponíveis, especializando-os para o rendimento esportivo”<sup>163</sup>, bem como sua aplicação na competição; a participação dos gestores na organização; as diretrizes estabelecidas na política pública para o esporte e lazer quando da alteração do regulamento da competição; a participação das Federações Esportivas Especializadas; a participação do município na competição; motivos que levam o município solicitar a sediação de uma Fase Regional ou de uma Fase Final; se a competição “gerou atividade econômica, com mercado diferenciado, pela oferta de novos empregos, serviços e bens de natureza esportiva”<sup>164</sup>; a contratação de atletas de outros municípios ou Estados; a existência de “análise científica, quantitativa, qualitativa da competição”<sup>165</sup>; a influência da política pública municipal; a participação da comunidade esportiva paranaense nas decisões; como deveriam ser os Jogos Abertos do Paraná; a responsabilidade de organizar e realizar a competição.

Portanto, utilizando a mesma seqüência de temas abordados através do roteiro de perguntas das entrevistas, passamos a sintetizar abaixo as respostas dos entrevistados.

O primeiro assunto das entrevistas foi o esporte rendimento, pelo fato de ser um dos objetivos dos Jogos Abertos do Paraná durante o período estudado, com exceção de 1993, 1994, 1995, 2003, 2004 e 2005, bem como pelo fato de que os Jogos Abertos do Paraná durante o período de 1987 a 2005, estiveram relacionados primeiro como projeto da Gerência de Esporte Rendimento quando da vigência da Fundação de Esporte e Turismo do Paraná e posteriormente com a criação da Paraná Esporte, passou a ser um projeto do Departamento de Esporte Rendimento.

Conforme relatado no Capítulo 2, constatamos durante a pesquisa realizada que os Jogos Abertos do Paraná não foram considerados como uma competição onde se apresentava a expressão máxima do esporte rendimento do Estado, nos dois últimos anos

---

<sup>162</sup> Este foi um dos objetivos específicos dos Jogos Abertos do Paraná, para os anos de 1987 a 1992 e de 1996 a 2002.

<sup>163</sup> Este foi um dos objetivos específicos dos Jogos Abertos do Paraná, para os anos de 1993 a 2005.

<sup>164</sup> Este foi um dos objetivos específicos dos Jogos Abertos do Paraná, para os anos de 1990 a 1995.

no primeiro governo Roberto Requião, o primeiro ano do governo Jaime Lerner e os três primeiros anos do segundo governo Roberto Requião.

No caso do primeiro ano (1995) do governo Jaime Lerner, isso ocorreu, conforme vimos anteriormente, devido aos percalços da estruturação de um novo período governamental, inclusive com a criação da autarquia Paraná Esporte.

Com relação ao governo Roberto Requião e ao realizarmos o estudo das diretrizes estabelecidas por seu governo para as ações voltadas aos Jogos Abertos do Paraná, percebemos como característica uma maior atenção ao aumento do número de participantes na competição, não exigindo o rendimento esportivo.

O esporte rendimento foi entendido pela maioria dos entrevistados como esporte de qualidade, esporte espetáculo, esporte de alto nível e esporte negócio, devendo ser realizado pelas Federações Esportivas Especializadas respaldadas pelo conhecimento científico das Instituições de Ensino Superior, com mais qualidade, tanto de material esportivo, como com técnicos especializados e atletas com tempo suficiente para se dedicar a um programa de treinamento. Houve também o entendimento por parte do professor Luiz Fernando Cordeiro, que será chamado posteriormente somente de professor Cordeiro, da existência de uma certa estratificação no nível de performance, sendo o esporte rendimento aquele praticado em competições menores como Jogos Abertos do Paraná, Jogos da Juventude do Paraná e Jogos Escolares e o esporte de alto rendimento aquele praticado pelas equipes que disputavam as competições das Ligas Nacionais e Mundiais.

Passando ao segundo tema, participação governamental, para os entrevistados o papel do Estado com relação ao esporte rendimento deveria ser de fomento, promoção e incentivo, com apoio às Federações Esportivas Especializadas voltadas aos esportes olímpicos.

Para eles, esse apoio poderia ser executado em forma de parceria, uma vez que as Federações Esportivas Especializadas poderiam ter metas estipuladas, bem como seu resultado avaliado pelo Estado, numa forma de verificação do retorno à população dos recursos investidos, podendo a parcela de atendimento ao esporte rendimento ser proporcionalmente menor do que ao esporte voltado à saúde, à terceira idade, ao lazer.

Prosseguindo com a síntese das respostas sobre a participação do Governo do Paraná no desenvolvimento do esporte rendimento, a maioria dos entrevistados relatou que essa participação tem sido incorreta, pois segundo o que eles tem observado, os projetos que o Estado desenvolve como esporte rendimento são inadequados a essa classificação,

---

<sup>165</sup> Este foi um dos objetivos específicos dos Jogos Abertos do Paraná, para os anos de 1990 a 1995.

podendo ser ajustados para o nível de esporte participação, mas não como esporte de alto nível ou esporte espetáculo.

Segundo o ex-Secretário Municipal de Esporte e Lazer de Foz do Iguaçu, professor Vicente Piazza Filho, a partir de agora chamado somente de professor Piazza, a participação do Governo com ações voltadas ao esporte rendimento foi fraca, havendo o dispêndio de recursos públicos nos Jogos Abertos do Paraná com modalidades que já estavam sendo atendidas pelas Federações, como é o caso do Futebol, do Futsal e em menor escala da Natação e do Judô, que eram modalidades com Federação organizada e atuante devido ao apoio financeiro da iniciativa privada, não havendo necessidade da sua realização por parte do Estado. Segundo ele, estas modalidades e outras com Federações mais organizadas poderiam ser incentivadas somente com apoio do Estado, inclusive com a realização das competições de forma regionalizada, como é feito nos Jogos Abertos do Paraná.

Questionados sobre o papel da iniciativa privada no desenvolvimento do esporte no Estado do Paraná, a maioria dos entrevistados avaliou a iniciativa privada como a principal responsável pelo desenvolvimento do esporte rendimento, apoiando financeiramente os projetos com retorno institucional e de mídia. Considerada de suma importância devido aos patrocínios, e onde se buscam os recursos financeiros para o desenvolvimento de atividades, programas e eventos.

Segundo eles, o papel da iniciativa privada no desenvolvimento do esporte no Paraná poderia ser também de agente motivador do público, sendo a credibilidade que esta oferece aos projetos, uma das características dessa motivação.

Consideraram que, para haver a inserção da iniciativa privada junto ao desenvolvimento do esporte, deveria haver profissionalismo por parte das instituições públicas, bem como uma parceria dessas instituições com a imprensa, com as Federações Esportivas Especializadas e principalmente, com as Instituições de Ensino Superior, pois são elas que detém o conhecimento científico. As instituições públicas deveriam agir com competência.

De acordo com a maioria dos entrevistados, deveria haver mais vantagens para a participação da iniciativa privada, com a criação e regulamentação de Leis de Incentivo, como forma de motivação para o investimento no esporte.

Ao se referirem ao Estado, os entrevistados disseram que este deveria apoiar, fomentar e trabalhar junto com a iniciativa privada, com as Federações Esportivas Especializadas e com as Instituições de Ensino Superior, e estas com as Prefeituras

Municipais, principalmente porque os recursos do Estado e das Prefeituras Municipais não conseguem suprir as demandas do esporte rendimento, mas tem a possibilidade de auxiliar o processo atuando com seus serviços.

No Paraná, segundo eles, a iniciativa privada está ausente e ainda não despertou para o apoio ao esporte rendimento, acontecendo algumas ações isoladas, porém pequenas se comparadas com Estados como São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, mesmo com as várias tentativas efetuadas pelo Estado com seminários e palestras voltadas ao assunto, e realizadas desde 1987.

Ao perguntarmos aos entrevistados como definiriam o projeto Jogos Abertos do Paraná, nos foi respondido que este é visto como uma competição que o Estado administra e executa em parceria com os municípios, cujos atletas em fase adulta participam, mas sem ser esporte rendimento, uma vez que não houve uma participação significativa da iniciativa privada como parceira do Estado na realização da competição. Nas palavras do professor Cristiano Barros Homem Del Rei, funcionário da Paraná Esporte:

[...] você pode buscar três ou quatro exceções de equipes que passam por todo o processo de treinamento, de aprimoramento, de refinamento e o resto são equipes que treinam uma ou duas vezes por semana quando treinam ou então são ex-atletas que se juntam para representar determinada cidade no evento.<sup>166</sup>

De acordo com a maioria dos entrevistados, para que os Jogos Abertos do Paraná fossem classificados como uma competição do esporte rendimento, precisaria estar intimamente ligada às Federações Esportivas Especializadas e sendo tratada como negócio, visando uma melhoria de qualidade no nível de desempenho técnico.

Entretanto, o professor José Alberto de Campos, funcionário da Paraná Esporte, doravante chamado de professor Campos, considerou a possibilidade dessa competição ter duas vertentes. Por um lado sendo esporte participação e por outro lado esporte rendimento, já que a partir de 1996 houve a separação das equipes em Divisão “A” e Divisão “B”.

Segundo ele, ao lado do esporte rendimento há as melhores equipes, os melhores técnicos, material de qualidade, atletas passando por todo o processo de treinamento e participando da Divisão “A” dos Jogos Abertos do Paraná, dos campeonatos das Federações e das Confederações. Ao lado do esporte participação há a possibilidade da participação do cidadão, de ex-atletas, veteranos, que não tem muito tempo para fazer um programa de treinamento, mas que praticam a modalidade esportiva em seu município, e

que se juntam duas ou três vezes por semana para treinar para a competição na Divisão “B”, dois ou três meses antes da mesma acontecer, sendo uma grande manifestação esportiva que o município apresenta ao nível de Paraná. Em suas palavras:

Eu acho que os Jogos Abertos tem um lado em que ele é participação e outro lado que ele deve ser entendido como rendimento, ou seja, as duas categorias que existem nos Jogos Abertos, não é? As melhores equipes, as equipes, como eu falei, com técnicos especializados, material de qualidade, atletas com tempo suficiente de treinamento estão participando de uma categoria diferente de uma outra categoria que é mais esporte de participação, ou seja, a possibilidade do cidadão que não treina, que não tem essas condições que o Esporte Rendimento permite, mas ele gosta do esporte e participa do esporte nessa outra vertente que é o Esporte de Participação e que eu acho que é uma das correntes dos Jogos Abertos do Paraná.<sup>167</sup>

Os Jogos Abertos do Paraná foram definidos como “uma grande festa do esporte” pelos professores Vivente Piazza Filho, ex-Secretário Municipal e Esporte e Lazer de Foz do Iguaçu e professor Del Rei.

Segundo o professor Waldecir Edson Pagliaci, atual Diretor de Esportes do Município de Santa Amélia e de agora em diante chamado de professor Pagliaci, tomando por base seu município, que é pequeno, considerou os Jogos Abertos do Paraná como os últimos momentos de participação dos atletas. Para ele, a passagem para a fase adulta, a entrada no mercado de trabalho, etc., dificultam a dedicação do atleta ao esporte de competição. Segundo ele, há a falta de um maior incentivo para participação do seu município nos Jogos Abertos do Paraná.

O professor Carlos Roberto Ferreira, atual Secretário de Esporte e Recreação do Município de Ponta Grossa, e a partir de agora somente chamado de professor Ferreira, comentou sobre a sediação da competição, colocando como marco o ano de 1987, quando houve um salto muito grande de qualidade, uma profissionalização nesse item, o que levou os municípios a se prepararem melhor para a competição, na expectativa da realização do evento. Porém, comentou que essa expectativa de participação nos Jogos Abertos do Paraná tem diminuído, pois os olhares estão voltados mais para os Jogos da Juventude do Paraná, que se tornou uma competição forte no Estado.

Prosseguindo, questionamos os entrevistados quanto ao termo “expressão máxima do esporte rendimento do Estado”. Este foi definido como aquele utilizado para determinar um elevado nível de desempenho das melhores equipes do Estado nas diferentes modalidades, onde o grau de especialização é alto, constituído principalmente pelas seleções que representam o Paraná em competições nacionais.

---

<sup>166</sup> Entrevista realizada com o professor Cristiano Barros Homem Del Rei, no Rio de Janeiro, dia 26/10/2006.

<sup>167</sup> Entrevista realizada com o professor José Alberto de Campos, em Curitiba, dia 28/09/2006.

A competição Jogos Abertos do Paraná foi considerada pelos entrevistados como a expressão máxima do esporte no Estado, mas não como a expressão máxima do esporte rendimento no Estado, uma vez que as poucas equipes do esporte de alto nível que o Paraná teve no período de 1987 a 2005, não participaram dos Jogos Abertos do Paraná.

O professor Del Rei citou um exemplo que depõe contra a classificação da competição como evento do esporte rendimento, ou seja, a dificuldade de adequar as partidas finais de cada modalidade durante a competição, principalmente na Fase Final, ao espaço televisivo, prejudicando a divulgação dos Jogos Abertos do Paraná e afastando a iniciativa privada por não haver o retorno da mídia.

Em se tratando da possibilidade dos Jogos Abertos do Paraná de redimensionar os valores sócio-cultural-esportivos dos recursos humanos disponíveis, especializando-os para o rendimento esportivo, a maioria dos entrevistados considerou ser um processo de formação que atinge a todos aqueles que estão envolvidos, ou seja, do dirigente esportivo ao atleta que é o ponto final desse processo.

Dessa especialização fazem parte os valores sociais, culturais e esportivos que foram sendo construídos ao longo do tempo, durante a caminhada para o esporte rendimento. Porém, segundo eles esse processo pode ser iniciado na base e continuar durante toda a vida esportiva, pois ao se modificar a cultura de um povo, automaticamente se modifica a cultura esportiva.

Para eles o esporte propicia uma série de experiências ao ser humano que vão ampliando a visão, construindo e redimensionando os valores sejam eles sócio-culturais-esportivos, e que farão parte desse indivíduo que terá se especializado até chegar ao nível do esporte rendimento. Portanto, os Jogos Abertos do Paraná, como um evento esportivo pode perfeitamente propiciar as experiências necessárias para a construção desses valores.

Entretanto, para o professor Del Rei a participação do Estado no redimensionamento dos valores sócio-culturais-esportivos recursos humanos nos Jogos Abertos do Paraná se encontra estagnada.

O Paraná, segundo ele, chegou numa situação de conforto, sem interesse pela busca de algo novo, de uma reestruturação da competição. Há muito para se discutir e para melhorar no Estado do Paraná em relação a essa conquista do esporte rendimento. Se a competição não for atrativa, não haverá espectadores e, portanto não haverá interesse da iniciativa privada em investir.

Para o professor Cordeiro, o Paraná é um dos grandes celeiros de descoberta de valores esportivos, e que acabam migrando para outros estados, por não encontrar condições técnicas e financeiras para permanecer aqui.

Questionados sobre a participação dos gestores na organização da competição, a maioria dos entrevistados, relatou que ainda existe a mentalidade da utilização da excelência esportiva não como um fim, mas sim como um meio de se alcançar ou manter o poder, pertinente às vantagens relacionadas à política partidária.

Segundo o professor Del Rei, essa participação deveria ser mais efetiva com relação ao entendimento do evento. Segundo ele, a visão que o Estado tem dos Jogos Abertos do Paraná é diferente daquela dos municípios participantes. Para ele:

As pessoas meio que não falam a mesma coisa, não falam a mesma língua, eles tem objetivos diferentes, mas todos se enganam dentro desse processo que está indo para o mesmo caminho. Então eu acho que eles precisam sentar à mesa, eles precisam discutir qual é o real objetivo dos Jogos Abertos do Paraná. É o processo de festa, é o processo de buscar a excelência esportiva, é o processo de simplesmente fazer o congraçamento entre os diversos rincões do Paraná como dizia o objetivo do primeiro Jogos Abertos do Paraná, ou é realmente apresentar a excelência do esporte do Paraná nas suas diversas modalidades. Esse é o objetivo, eu acho que esse é o ponto crucial que precisa ser discutido. Se é buscar a excelência, então vamos ver onde nós temos que melhorar pra realmente trazer a excelência aos Jogos Abertos do Paraná, que eu acho que hoje não existe.<sup>168</sup>

A maioria dos entrevistados pondera não haver uma articulação entre Estado, Federações Esportivas Especializadas, iniciativa privada, municípios participantes, o que acarretou a perda do aproveitamento de oportunidades que poderiam ser inseridas por um desses agentes com vistas à melhoria da competição. Para eles, as decisões foram unilaterais. O Estado impondo uma determinada situação, sem haver contestação, o mesmo acontecendo com os agentes municipais que propõem alterações na competição de forma sectária.

Para eles, isso pode ser consequência na maioria das vezes, da falta de profissionalismo encontrada nesses municípios, quando os responsáveis pelo órgão esportivo municipal não são profissionais da Educação Física, o mesmo acontecendo com o Estado.

Quando foi perguntado para os entrevistados sobre as alterações do regulamento dos Jogos Abertos do Paraná, os mesmos relataram que não são levadas em consideração as diretrizes estabelecidas na política pública constituída. Para o professor Campos

Não são levadas em consideração essas diretrizes, até porque não existe atualmente uma política clara de esportes. O Estado não conseguiu passar ainda aos municípios ou aos dirigentes do esporte

<sup>168</sup> Entrevista realizada com o professor Cristiano Barros Homem Del Rei, no Rio de Janeiro, dia 26/10/2006.

nos municípios, o que realmente o Estado quer. Porque eu acho que não existe uma política clara. Qual é a prioridade do esporte? Esporte Rendimento, Esporte Educação, Esporte Participação? Então eu acredito que não.<sup>169</sup>

As alterações são efetuadas de acordo com as necessidades imediatas dos agentes sociais envolvidos na competição. Para o professor Cordeiro a mudança do regulamento deve estar atrelada à política pública instituída pelo Estado, devendo essa por sua vez, ser criada com a participação efetiva de municípios e federações.

Para o professor Del Rei há muito tempo o Paraná vem vivendo de projetos isolados, que não se conectam e que são eventos com um fim em si mesmo, com exceção das três competições esportivas: Jogos Colegiais do Paraná, Jogos da Juventude do Paraná e Jogos Abertos do Paraná. Em decorrência disso, se estabeleceu uma rotina de reprodução das ações, tanto ao nível municipal quanto estadual, sem que houvesse um entendimento de qual caminho seguir.

Ainda comentando sobre a pergunta relativa à alteração do regulamento da competição baseado em política pública instituída, o professor Piazza ponderou que se Centros Regionais de Esportes e Lazer fossem realmente órgãos descentralizados, com infra-estrutura adequada e com técnicos da área atuando de forma imparcial, sem vinculação político-partidária, haveria condições de se realizar um diagnóstico atinente às reais necessidades e vocações dos municípios, o que enriqueceria a tomada de decisão com vistas a estabelecer diretrizes adequadas à realidade paranaense referente aos Jogos Abertos do Paraná, bem como sustentariam as políticas públicas para o esporte e lazer como um todo.

Passando para as perguntas relacionadas às Federações Esportivas Especializadas, estas foram consideradas pela maioria dos entrevistados como as responsáveis pelo esporte rendimento. Segundo eles, as mesmas participam dos Jogos Abertos do Paraná somente em duas etapas. A primeira, quando analisam o Regulamento Técnico e fazem as alterações necessárias à atualização da parte técnica da disputa das modalidades. A segunda participação está relacionada à indicação da equipe de arbitragem para atuar na competição. Com relação a essa indicação, o professor Piazza relatou que existiram problemas, como por exemplo, na modalidade de Futebol, cuja arbitragem disponibilizada pela Federação não é a mesma que atuava nos Campeonatos Estaduais.

Segundo ele, isso pode ter sido ocasionado pelo fato da não participação de equipes de alto nível na competição. Assim sendo, sugeriu a possibilidade da Federação Paranaense

---

<sup>169</sup> Entrevista realizada com o professor José Alberto de Campos, no Rio de Janeiro, dia 28 de Setembro de



de Futebol realizar um Campeonato Estadual para atletas com idade até vinte e um anos, com a participação dos municípios do Paraná interessados, desvinculando a competição dos Jogos Abertos do Paraná.

O professor Piazza relatou ainda que um dos obstáculos para um município desenvolver o esporte rendimento, é o alto valor das taxas cobradas pelas Federações Esportivas Especializadas, com registros, transferências de atletas, etc. Para ele uma das saídas encontradas pelos municípios que não estão filiados a estas Federações é a participação nos Jogos Abertos do Paraná, contratando atletas destaque de outros municípios e até de outros estados para melhorar o nível da equipe local.

O professor Del Rei considerou a Federação Paranaense de Futsal a única que soube aproveitar as chances que apareceram para se inserir nos municípios e motivá-los para o trabalho com essa modalidade, o que propiciou a formação de excelentes equipes que disputam o Campeonato Estadual e o Campeonato Brasileiro (Taça Brasil), como também os Jogos Abertos do Paraná.

Para ele, as outras Federações Esportivas Especializadas não vêem os Jogos Abertos do Paraná como uma ferramenta de inclusão e desenvolvimento da sua modalidade. Sobre esse assunto Del Rei comenta:

É que hoje, se você analisar, todas as equipes que participam de Jogos Abertos tanto na divisão especial como na primeira divisão, divisão “A” ou divisão “B”, não sei mais qual é a nomenclatura que tem, são equipes que estão: Taça Ouro, Taça Prata, Taça Bronze. Elas são equipes que estão participando da Taça do Brasil, de Campeonato Brasileiro. Então o futebol de salão conseguiu entender isso e fez com que, podemos dizer que 90% das equipes que disputam os seus campeonatos estão dentro dos Jogos Abertos. E as outras modalidades têm três ou quatro equipes disputando seus campeonatos. Então quer dizer as Federações estão, dentro da realidade que eu vivi até o ano passado, no Paraná elas não estão sabendo aproveitar esse momento que o Estado está propiciando a elas.<sup>170</sup>

Sendo os Jogos Abertos do Paraná um projeto voltado à comunidade esportiva paranaense, o professor Campos considerou que deveria congregiar todos os agentes que interagem nesse campo, e as Federações Esportivas Especializadas não tem atuado como poderiam ou deveriam, participando da organização, assessorando tecnicamente a competição e auxiliando na tomada de decisões sobre o encaminhamento ou o aprimoramento do esporte rendimento no Estado.

---

2006.

<sup>170</sup> Entrevista realizada com o professor Cristiano Barros Homem Del Rei, no Rio de Janeiro, dia 26 de Outubro de 2006.

Segundo o professor Del Rei, desde 1995 a questão da participação das Federações Esportivas Especializadas vinha sendo discutida pelos técnicos da Paraná Esporte, havendo consenso sobre o fato de que a administração da competição deveria ser absorvida pelos gestores municipais, e pelas Federações Esportivas Especializadas e Instituições de Ensino Superior. Ainda em 1995, segundo ele, houve uma iniciativa do Estado em propor a formação de uma comissão tripartite com representantes desses gestores municipais e que cada modalidade fosse dirigida pela sua respectiva Federação Esportiva Especializada. O Estado faria a supervisão do evento para garantir a isonomia de todos os municípios.

Entretanto, essa proposta foi rechaçada pela comunidade esportiva paranaense porque, segundo o professor Del Rei:

[...] ia sair desse estado de conforto que ela permanece até hoje. Entendeu? Não vai precisar se indispor com ninguém. Deixa esse papel para o Gestor, o Estado. Então, está num estado de conforto que pra eles está bom assim. “Eu não faço mais nem menos eu mantenho fazendo o que eu sempre fiz”, e é esse o papel das Federações hoje, “não faço mais nem menos, eu faço o que sempre fiz”. Eu acho que as Federações deveriam participar mais ativamente desse processo.<sup>171</sup>

O professor Pagliaci comentou que o seu município não tem condições de participar dos campeonatos das Federações. Já nos municípios maiores, quando a Prefeitura Municipal dá importância ao órgão esportivo municipal e este, conseqüentemente, possui recursos financeiros adequados às suas atividades, existe a possibilidade do município ser representado junto à Federação. Foi relatado pelo professor Ferreira o apoio da Secretaria Municipal de Esporte e Recreação aos clubes sociais para que estes participassem de Campeonato da Federação Esportiva Especializada, indicando a possibilidade da existência de dificuldades financeiras destes clubes em atividades relativas ao esporte.

Continuando o questionamento sobre os temas abordados, passamos a tratar da participação dos municípios nos Jogos Abertos do Paraná.

O professor Del Rei comenta sobre a preocupação dos gestores municipais em obter uma boa classificação na competição, principalmente os maiores, pois isso demandará maior poder dentro do município, um maior respaldo político, favorecendo o órgão esportivo municipal quando for solicitado um orçamento maior para o desenvolvimento das atividades no ano seguinte.

Para os entrevistados, os gestores municipais apresentam objetivos diferentes com relação à participação dos Jogos Abertos do Paraná. Para o professor Pagliaci, o simples fato de participar da competição, propiciando aos atletas a sociabilização, o intercâmbio

---

<sup>171</sup> Entrevista realizada com o professor Cristiano Barros Homem Del Rei, no Rio de Janeiro, no dia 10/10/2006.

cultural, o ganho de experiência na prática da atividade esportiva, já é de grande valia. Sobre o assunto faz o seguinte comentário:

Quando a gente leva o Município a intenção é participar, a intenção é levar os atletas pra ter um nível melhor, ter uma educação melhor, fazer uma amizade diferente. Que a gente sabe que às vezes você encontra um Município sempre melhor do que o outro, mas a gente dentro do que a gente tem a possibilidade de fazer, a gente sempre tem levado, mas é em cima do que a gente disse. Todo o esquema, o que incentiva mesmo a todos os atletas é a participação. A gente tenta levar.<sup>172</sup>

Já os representantes dos municípios maiores quando participam, visam ganhar a competição e com isso obter o prestígio junto a seus pares, o que de certa maneira colabora para a obtenção ou a manutenção do poder tanto na esfera municipal, quanto na estadual.

O professor Pagliaci, relatou a dificuldade encontrada, quando necessitava fazer a solicitação de recursos financeiros à Prefeitura Municipal, devido à falta de entendimento por parte do Prefeito Municipal, sobre a importância da participação do município nos Jogos Abertos do Paraná, ou em qualquer outra competição.

Para o professor Campos, a competição não deixa de ser uma “vitrine” para mostrar o que foi feito no município. Segundo ele, a participação do município nos Jogos Abertos do Paraná

[...] dá condição ao cidadão, que de alguma forma participa do esporte, sendo ele de participação ou rendimento, de desenvolver, tentar melhorar a qualidade do que é feito no município, seja esporte participação, ou seja, de esporte de rendimento. Quer dizer, as pessoas treinam, treinam, treinam, treinam o ano inteiro nas suas cidades e os Jogos Abertos não deixam de ser uma vitrine para mostrar o que é feito no município, sendo o esporte de participação ou de rendimento.<sup>173</sup>

Existem visões diferentes, segundo os entrevistados, para se analisar a participação nos Jogos Abertos do Paraná. Alguns municípios sejam eles grandes, médios ou pequenos, poderiam se preocupar com a estrutura, com os recursos financeiros, com a importância dada ao esporte em sua realidade, direcionando atenção a uma ou outra modalidade para a qual seu município tenha “vocações”, buscando o esporte rendimento. Não que deixe de desenvolver outras modalidades, mas com essas outras participaria de campeonatos regionais, etc.

Segundo os entrevistados, a maioria dos outros municípios, cujo objetivo é a participação, pulverizam investimentos para quantas modalidades sua estrutura e seus recursos comportarem, com a intenção de atender o maior número de atletas da comunidade possível. Para o professor Del Rei, mesmo que esse município tenha atletas ou

---

<sup>172</sup> Entrevista realizada com o professor Waldecir Edson Pagliaci, em Santa Amélia, no dia 10/10/2006.

<sup>173</sup> Entrevista realizada com o professor José Alberto de Campos, em Curitiba, no dia 28/09/2006.

uma equipe entre várias outras, com um nível de desempenho muito bom, e que poderia chegar às disputas do esporte rendimento se fosse exclusiva, essa equipe fica prejudicada, pois os esforços são pulverizados, objetivando conseguir na competição o maior número de pontos possível, e a primeira ou melhor colocação possível. Já em relação aos municípios que disputam a Fase Regional, a participação é o objetivo almejado.

Na seqüência da entrevista, questionamos os entrevistados sobre a realização de análises científicas, quantitativas, qualitativas da competição, sendo inclusive objetivo específico dos Jogos Abertos do Paraná, nos anos de 1990 a 1995.

O professor Del Rei relatou que uma iniciativa nesse sentido existiu nos anos de 1988, 1992 e 1994, quando foi contratada uma equipe para realizar *scalt* técnico das partidas das modalidades coletivas (basquetebol, handebol e voleibol). Ao final de cada partida os técnicos recebiam o *scalt* técnico com a produção da sua equipe por fundamento, individual e por equipe. Porém, essa iniciativa desde então não foi mais realizada. O que o Estado continuou fazendo foi a quantificação de participantes, jogos, equipes, municípios.

Em compensação, alguns poucos municípios que desenvolviam o esporte rendimento passaram a realizar essas avaliações por conta própria. Um exemplo pode ser dado pelo município de Ponta Grossa, que além de utilizar as avaliações para o desenvolvimento do esporte, as aproveita como critério para definição de pagamento de uma bolsa-auxílio que é ofertada ao atleta e técnico esportivo de determinada modalidade. Sobre isso o professor Ferreira comenta:

[...] é feito um contrato [...] entre o município e o atleta e entre o município e o técnico. Então para que nós possamos continuar fazendo esse repasse, nós precisamos de uma avaliação [...]. Para a permanência de alguns atletas, para a exclusão de outros, para a permanência no ano seguinte, dos valores que nós vamos precisar, a permanência do técnico, se funcionou, se não funcionou [...]. Nós queremos que esse técnico e essa equipe estejam, muito bem sintonizados com aquilo que a administração municipal pensa também [...].<sup>174</sup>

Partindo para os questionamentos a respeito da candidatura de município para ser a sede da realização de uma Fase Regional ou de uma Fase Final, nos foi relatado pelos entrevistados que isso ocorre devido aos benefícios que os Jogos Abertos do Paraná podem propiciar na forma de melhoria da infra-estrutura, bem como na aquisição de novas praças esportivas que são construídas por ocasião da realização da competição, graças aos investimentos da Prefeitura Municipal e do aporte financeiro do Estado na forma de repasse, isso quando não são solicitados recursos do Governo Federal a esse município.

---

<sup>174</sup> Entrevista realizada com o professor Carlos Roberto Ferreira, em Ponta Grossa, dia 02/10/2006.

Na seqüência, segundo os entrevistados, ficam os ganhos com turismo, com o aumento do consumo provocado pelos gastos dos visitantes em hotéis, restaurantes, casas noturnas, comércio em geral, havendo impacto econômico, impacto social, ou seja, a movimentação de recursos gerada na cidade.

Não há dúvida, segundo os entrevistados, que os Jogos Abertos do Paraná geram atividade econômica, com oferta de novos empregos, serviços e bens de natureza esportiva, bem como aumento na arrecadação de impostos, entre outros benefícios.

Inclusive, para o professor Campos, falta potencializar essa questão, ou seja, os Jogos Abertos do Paraná não são explorados da maneira como deveriam. Para ele, é inaceitável que até hoje não haja um patrocinador máster dos Jogos Abertos do Paraná.

Segundo o professor Del Rei, a movimentação do comércio ainda está na informalidade e de forma amadora. A participação da Associação Comercial da cidade ainda é muito tímida. Segundo o professor Ferreira, o município de Ponta Grossa certa vez realizou um levantamento junto à Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa para avaliar o retorno econômico e social que a sediação da competição trouxe para a cidade, inclusive para dar uma resposta às lideranças políticas que autorizaram o investimento no projeto de realização do evento, bem como para servir de subsídio na formatação de projetos futuros. Esse retorno foi sentido, por exemplo segundo ele, no aumento do volume de vendas das padarias, supermercados, lojas, sobretudo pelo aumento da população naquele período, em torno de 6, 7 ou 8 mil pessoas.

Para o professor Cordeiro, há também a solicitação de sediação com fins eleitorais, visando uma valorização dos indivíduos que representam os partidos políticos, e vêem no esporte uma forte alavanca eleitoral. Sobre isso faz o seguinte comentário:

Eu acho que primeiro isso é uma questão política do seu Município, uma valorização política, a política de trabalho, a política de esporte do seu Município, como também a valorização da política partidária. Nós não podemos ser ingênuos que não há isso daí também. Porque a política do esporte a gente sabe. Agora a política partidária a gente sabe também que isso vai trazer divisas maiores para os seus candidatos lá no Município, vai valorizar aquele Município na organização.<sup>175</sup>

Entretanto, segundo o professor Piazza, a maioria dos políticos não enxerga o retorno que o esporte pode dar. Se não houver um direcionamento por parte do responsável pelo órgão esportivo, o político não sabe utilizar o esporte como ferramenta eleitoral.

Segundo ele, outro motivo seria de ordem técnica, já que o município que sedia uma Fase Final, por exemplo, recebe o benefício da classificação direta para disputar a

---

<sup>175</sup> Entrevista realizada com o professor Luiz Fernando Cordeiro, em Curitiba, no dia 24/10/2006.

Fase Final, não havendo a obrigatoriedade de sua participação na Fase Regional. Este município recebe a denominação de pré-classificado nas modalidades coletivas em que se inscreveu na competição.

Foi relatado também pelo professor Ferreira que, ao planejar a participação em uma competição, o gestor municipal acaba optando por sediar a competição, uma vez que os gastos com o deslocamento da sua delegação para outro município seriam maiores.

Ao abordar o assunto sobre a contratação de atletas para os Jogos Abertos do Paraná, foram colocadas duas situações aos entrevistados. A primeira se refere à contratação de atletas de dentro do Estado do Paraná, e a segunda se refere à contratação de atletas de outros Estados.

Para o professor Del Rei, essa é uma questão de consciência dos próprios gestores municipais. É muito mais fácil e muito menos oneroso para o município a contratação de atleta de fora do Estado uma semana antes do evento.

O que não é levado em consideração nesse caso, segundo ele, é o retorno que a contratação efetuada para o ano todo pode trazer à prática esportiva municipal melhorando seu índice técnico, porque esse atleta, morando e estudando no município, colocará à disposição dos atletas locais a sua experiência, assim como poderá servir de exemplo às categorias de base, que estão iniciando na modalidade, justificando o investimento que a cidade está fazendo com sua contratação.

Para ele, o objetivo é imediato, prejudicando um trabalho que poderia dar bons resultados no longo prazo. Além do mais, a cada quatro anos acontece eleição municipal e no caso de haver mudança na equipe de trabalho é comum todo o trabalho anterior não ser aproveitado, gerando gastos maiores devido à necessidade de se iniciar o trabalho novamente, o que é um contra-senso. Mas essa não é uma regra geral. A maioria dos municípios não possui recursos financeiros para efetuar contratações, utilizando basicamente os atletas que desenvolveu dentro do município. O que acontece é o ingresso de atletas (dois por modalidade coletiva e um por modalidade individual) de outros municípios que disputaram a Fase Regional e não se classificaram para participar da Fase Final, situação permitida por Regulamento, com a intenção de diminuir a contratação irregular.

Entretanto, a liberação da participação do atleta paranaense dentro do Estado do Paraná nos Jogos Abertos do Paraná foi vista pelo professor Cordeiro como necessária, sem nenhuma contrariedade, inclusive porque propicia uma visibilidade maior do atleta destaque, facilitando o intercâmbio da prática esportiva entre os municípios, possibilitando

o crescimento do nível de desempenho desse atleta. Cabe à cidade de origem desse atleta dar condições para que ele continue defendendo as cores do seu município, através da iniciativa privada.

Houve também, por parte do professor Piazza, a aceitação da contratação de atleta de fora do Estado para os municípios que estão classificados na Divisão “A”, proibindo essa situação aos municípios que participam da Divisão “B”. Isso condizente ao mencionado anteriormente com relação à distinção das divisões, sendo a “A” para o esporte rendimento e a “B” para o esporte participação.

No entanto segundo o professor Pagliaci, os municípios menores não aceitam a contratação de atletas em nenhuma das formas apresentadas, deixando claro que o município deve participar com seus próprios atletas. Isso pode ser devido aos poucos recursos financeiros disponíveis.

Para a maioria dos entrevistados, por mais que os gestores estaduais insistam que o projeto Jogos Abertos do Paraná é uma competição única, existe um entendimento extra-oficial assumido e que faz parte do *habitus* da comunidade esportiva paranaense que diz respeito a uma separação da competição em duas, sendo uma a Fase Regional e outra a Fase Final, bem como uma divisão hoje, entre os seis municípios que disputam a Divisão “A” com os três primeiros disputando os três primeiros lugares e os três seguintes disputando de quarto a sexto lugar. Segundo o professor Piazza, atualmente os municípios que “brigam” pelo primeiro lugar são Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá. Na seqüência, ficariam Cascavel, Campo Mourão e Ponta Grossa, não necessariamente nessa ordem.

Continuando com a análise sobre a participação municipal, questionamos os entrevistados a respeito da política pública municipal.

O professor Campos observou que talvez não houvesse políticas públicas municipais e sim objetivos, que para serem cumpridos demandam a criação de projetos, colocados pelo gestor municipal isoladamente, em forma de proposta do órgão esportivo municipal, sendo esses objetivos transformados em projetos cujos orçamentos são incorporados ao orçamento geral da Prefeitura Municipal para serem desenvolvidos a seu tempo. Segundo ele, se houvesse política pública municipal, deveria ser em pouquíssimos municípios, geralmente os maiores. Considerou também que o Estado não estabelece uma política pública clara para o esporte e que na maioria das vezes não é bem divulgada, condenando os municípios a ficar sem parâmetro para estabelecer uma política pública municipal, tendo algumas vezes como princípio alguma diretriz ao nível federal.

Levando em consideração as respostas do professor Pagliaci sobre o assunto, é possível admitir que os municípios menores seguem, através dos anos, somente reproduzindo as ações executadas, dentro das possibilidades ao seu alcance.

Partindo para a visão dos entrevistados sobre a participação da comunidade esportiva paranaense na tomada de decisões sobre as diretrizes que norteariam os Jogos Abertos do Paraná, o professor Del Rei relatou que quando eram realizados os Encontros Estaduais, as questões discutidas versavam, em sua maioria, sobre o regulamento da competição.

Entretanto, ele enfatizou a convocação e participação da comunidade esportiva paranaense nas questões do esporte em todo o período estudado, ou seja, 1987 a 2005, buscando a democratização do processo de tomada de decisões.

Para o professor Piazza, eram vários os grupos de interesse e posturas diferentes dos representantes dos órgãos esportivos municipais, quando participavam dessas reuniões. Existiam aqueles que tinham comprometimento e realmente se envolviam nas discussões e aqueles cujo interesse no evento era mínimo, por falta de seriedade na representatividade do seu município ou por total desconhecimento do assunto. Obviamente, alguns representantes dos municípios maiores, por experiência, competência, conhecimento e conseqüentemente maior poder de convencimento sobrepunham seus argumentos para os demais representantes, o que também demandava certa irritação de representantes de municípios menores, o que ocasionava inclusive o boicote aos Encontros.

Questionamos os entrevistados quanto à opinião deles sobre como deveriam ser os Jogos Abertos do Paraná. Eles responderam que esta competição poderia ser utilizada como instrumento de fomento e de apoio ao esporte rendimento do Estado, dando oportunidade para as Federações Esportivas Especializadas realizarem sua política de desenvolvimento do esporte rendimento junto aos municípios paranaenses.

Algumas sugestões foram dadas pelos entrevistados em relação às modalidades, podendo ser revista a realização de algumas, inserção de outras. Na opinião deles, a realização de campeonatos isolados de algumas modalidades poderia acontecer durante o ano todo, pontuando para a Fase Final dos Jogos Abertos do Paraná. Essa realização seria em parceria com as Federações Esportivas Especializadas.

Para o professor Del Rei, situações como: seis mil pessoas participando da Fase Final, aproximadamente vinte equipes em cada modalidade, com dezesseis modalidades esportivas, instalações esportivas com deficiência para a prática dessas modalidades, de maneira alguma são traduzidas como do esporte espetáculo, sendo muito difícil trazer a



mídia televisiva para dentro desse evento. Porém, se não houver a participação da mídia televisiva, será muito difícil trazer a iniciativa privada.

Entretanto, para os entrevistados a iniciativa de reformulação dos Jogos Abertos do Paraná não pode ser realizada de forma isolada. Sua transformação ou a transformação desse segmento do esporte somente será realmente levada a efeito, se as ações forem realizadas em conjunto, por todos aqueles que têm interesse no processo e atuando em parceria.

Para eles, os Jogos Abertos do Paraná deveriam ser exaustivamente discutidos, devendo a competição ser articulada pelo Estado em parceria com as entidades de prática e de administração do esporte. Para isso sugeriram a realização de um número maior de reuniões com a comunidade esportiva paranaense para rever não só o projeto Jogos Abertos do Paraná como também o esporte paranaense, na forma de encontros, congressos, reuniões de avaliação, propiciando uma troca de informação constante com o Estado obtendo subsídios junto às Prefeituras Municipais, Federações Esportivas Especializadas, Instituições de Ensino Superior, enfim, todos aqueles que de alguma forma poderiam contribuir, indo de encontro às novas tendências e realmente atendendo aos anseios e à realidade dos municípios e seus cidadãos.

### **3.2. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS**

Após levantarmos pontos importantes das entrevistas realizadas, passamos agora à análise e discussão dos principais pontos dos dados coletados, tanto das entrevistas como aqueles descritos no capítulo dois.

Ao utilizarmos como referencial teórico para essa análise e discussão as teorias de Norbert Elias e Pierre Bourdieu, temos no poder a relação principal. Nesse sentido, Elias versa essencialmente sobre os padrões mutáveis de interdependência, atinente às relações de poder nas configurações sociais, sendo esse poder a característica estrutural das relações humanas. Para Bourdieu o poder move os agentes sociais e o movimento que estes agentes executam, são as lutas travadas dentro do campo.

Um dos principais pontos da administração do período governamental de Álvaro Dias (1987 – 1990) foi a criação dos Centros Regionais de Esportes, a partir de 1988.

Esse empreendimento visava aproximar a instituição pública dos municípios e vice-versa, na tentativa de respeitar os interesses, necessidades e tradições das diversas regiões, estimulando a democratização da tomada de decisões sobre programas, estratégias e outras

ações, bem como pretendia incentivar e aumentar a participação destes municípios nos projetos. Deveriam também servir de apoio para as Federações Esportivas Especializadas, oferecendo as condições necessárias para o desenvolvimento de programas de treinamento esportivo, em ações conjuntas com a iniciativa privada.

Foi uma das iniciativas que possibilitou uma melhoria na comunicação entre os agentes, auxiliando no acesso rápido e repasse das informações necessárias para o desenvolvimento das ações estabelecidas para o esporte do Estado, dentre elas os Jogos Abertos do Paraná, cuja regionalização ocorrida em 1986 possibilitava uma maior participação dos municípios do Paraná na competição.

Mesmo com o envolvimento da comunidade esportiva paranaense, a propalada descentralização não ocorreu, as Federações Esportivas Especializadas e a iniciativa privada não se envolveram no processo, bem como os Centros de Treinamento Esportivo e Capacitação de Recursos Humanos não foram efetivados. O que se viu foi uma desconcentração administrativa das ações, não havendo a autonomia necessária e a demonstração de um poder relativo.

Após a criação dos Centros Regionais de Esportes, posteriormente intitulados Centros Regionais de Esporte e Lazer, a equipe diretiva da Fundação de Esporte e Turismo do Paraná designava o profissional de Educação Física que deveria assumir o órgão recém criado.

Estes profissionais passaram a constituir um grupo que via na sua união um meio de reivindicar melhorias para os seus órgãos, pois a criação destes Centros Regionais foi realizada sem o devido cuidado com a concepção de uma infra-estrutura desejada e com dificuldades de manutenção, e que perdura até hoje, embora essa união tenha se desestabilizado a partir de 2003, quando alguns desses chefes de Centros Regionais foram substituídos por pessoas leigas e com vínculo político-partidário.

Além disso, a união desse grupo propiciava a adoção de um mesmo discurso em relação às ações que deveriam ser desenvolvidas junto aos municípios, e que por vezes deixava de ser determinado pelas diretorias da instituição pública. Isso não seria necessário, se a descentralização houvesse realmente se instalado, favorecendo aos Centros Regionais a atuação com autonomia.

Sobre essa situação dos Centros Regionais, o professor Piazza fez o seguinte comentário:

Antes desse Governo existiam dez Centros Regionais com pessoal concursado. Aí abriu-se mais politicamente. Só que as pessoas que foram colocadas politicamente não eram as pessoas habilitadas necessariamente para aquele setor. Segundo, não tem condições de trabalho. Cada Centro Regional

desses deveria ser montado de uma maneira. Tem um chefe, que tem que ser um profissional. Centralizou-se fisicamente, mas, não de fato. Então, tem que ter uma condução porque ninguém tem vassoura para estar voando para cada município e dando orientação.<sup>176</sup>

Para entendermos as configurações formadas dentro da Paraná Esporte, tomando como exemplo os Centros Regionais, passamos a nos referir à teoria dos jogos de Norbert Elias. Para ele, as sociedades “[...] não são mais do que unidades compostas em que seres humanos individuais são as partes componentes.”<sup>177</sup>

Continuando com a sua teoria, demonstra que “[...] as configurações de seres humanos interdependentes não se pode explicar se estudarmos os seres humanos isoladamente.”<sup>178</sup>

Assim sendo, para explicar as interdependências funcionais da sociedade, Elias criou um modelo de análise baseado na competição, realizada de acordo com as regras de um jogo e que demonstram de uma maneira simplificada o caráter relacional do poder. O autor pressupõe que:

Os modelos de jogo ajudam a mostrar como os problemas sociológicos se tornam mais claros e como é mais fácil lidar com eles se os organizarmos em termos de equilíbrio, mais do que em termos reificantes. Conceitos de equilíbrio são muito mais adequados ao que pode ser realmente observado quando se investigam as relações funcionais que os seres humanos interdependentes mantêm uns com os outros, do que os conceitos modelados em objectos imóveis.<sup>179</sup>

Essa interdependência estabelecida quando observamos a relação dos chefes dos Centros Regionais entre si e entre eles e a diretoria da instituição, podem ser classificadas como sendo o modelo de Jogos Multipessoais a Vários Níveis, pois em alguns momentos de divergência de opiniões e tomadas de decisão se fragmentavam em outros pequenos grupos, bem como as mudanças na equipe diretiva por questões político-partidárias ocasionavam a entrada de outros jogadores no jogo.

Podemos também classificar essa interdependência como sendo o modelo de Jogo de Dois Níveis do Tipo Oligárquico, quando observamos um aumento de inter-relações e de potencial de poder na configuração, pela formação de dois níveis de jogadores, os chefes dos Centros Regionais e os diretores da instituição, havendo alianças e rivalidades nos diferentes níveis de interpenetração. Nesse caso o potencial de poder no nível de diretoria se estabeleceu com rigidez, tendendo à estabilidade, mesmo possuindo um número menor de jogadores.

<sup>176</sup> Entrevista realizada com o professor Vicente Piazza Filho, em Foz do Iguaçu, no dia 17/10/2006.

<sup>177</sup> ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005, p.77.

<sup>178</sup> Ibid., p. 79.

<sup>179</sup> Ibid., p. 81.

Continuando com a análise dos pontos pesquisados, o modelo de Jogo de Dois Níveis do Tipo Oligárquico também pode ser o melhor modelo para definir os Jogos Abertos do Paraná como um todo, com o Estado alçado ao nível superior, decorrente da detenção de um maior e desproporcional potencial de poder tendendo à estabilidade, e os gestores municipais se estabelecendo em nível secundário.

Esse modelo também foi utilizado para analisar a tensão existente entre os gestores municipais de cidades de grande porte e pequeno porte em alguns aspectos dos Jogos Abertos do Paraná.

Utilizando uma relação com a população censitária em 2000, a grande maioria (323 municípios), possuem população até 21.000 habitantes. De 21.000 a 1.587.315 habitantes, temos 76 municípios.

Embora a quantidade de municípios considerados menores seja maior, os representantes dos municípios maiores tem ascendência sobre os menores, quando são decididas algumas questões relativas à competição.

Os municípios maiores se agrupam em torno de uma determinada posição, sendo esta estável, enquanto os municípios menores se confrontam em nível secundário, dependendo dos interesses de cada região, inclusive se dividindo em grupos regionais de municípios menores.

O modelo de Jogos de Duas Pessoas, pode ser visualizado nos Jogos Abertos do Paraná, quando colocamos em oposição os gestores municipais separados em dois grupos: municípios menores e municípios maiores, constatando haver uma manifestação de desequilíbrio na relação, devido ao posicionando em relação à alteração de alguma regra do Regulamento da competição, que poderia, por exemplo, alterar a forma de disputa da competição. Nesse caso o grupo dos gestores municipais, constituído de municípios maiores, com maior potencial de poder, seria capaz de forçar a ação no grupo dos gestores municipais constituído de municípios menores, determinando o curso da competição e conseqüentemente seu resultado.

Neste ponto, utilizando o modelo elisiano, entendemos que as mudanças ocorridas nos Jogos Abertos do Paraná sugerem e são sugeridas pelas mudanças dos jogadores nos variados grupos, pelo equilíbrio do potencial de poder, suas posições relacionais na configuração multifuncional, resultando num conjunto de interdependências e de interconexões, instáveis e mutáveis.

Não obstante as propostas governamentais fossem dadas ao conhecimento dos agentes municipais e demais integrantes da comunidade esportiva paranaense, a cada início

de gestão, as alterações efetuadas no regulamento dos Jogos Abertos do Paraná não levavam em consideração essas propostas. Sobre esse assunto, o professor Del Rei comenta:

Eu acho que faz muito tempo que o Paraná não tem uma política pública de esporte e lazer. O Paraná vem vivendo de projetos isolados e que não buscam até ligação entre si, os únicos projetos que a gente vê que tem ligação são os três eventos esportivos que é uma cadeia dentro de um sistema esportivo. Tem o esporte escolar, tem o esporte de base, tem esporte que é os jogos dos Jogos da Juventude, que é o esporte de encaminhamento ao chamado Esporte de Rendimento e você tem os Jogos Abertos, que é Expressão Máxima do Esporte no Estado, não que seja um Esporte Rendimento. Esses têm uma cadeia elencada, mas morreu aí e não tem mais nada.<sup>180</sup>

Uma das questões relativas aos Jogos Abertos do Paraná, cujo assunto foi abordado nas entrevistas, dizia respeito à contratação de atletas de outros municípios e de outros estados para participar da competição. Para o professor Pagliaci que representa um município pequeno (Santa Amélia com 4.407 habitantes), a contratação de atletas não deveria ser contemplada no regulamento, em qualquer uma das formas apresentadas.

Quando essa contratação de atleta ocorreu de forma irregular, pudemos verificar nessa relação uma Competição Primária sem Regras, com a desconsideração das regras estabelecidas socialmente, no caso, no Regulamento da competição, por parte desse município que fez a contratação irregular.

Utilizando a teoria de Bourdieu, podemos constatar que a disputa relacionada à contratação de atletas proporcionada entre os agentes, no caso gestores municipais de cidades grandes e gestores municipais de cidades pequenas, bem como a disputas por outras questões relacionadas à competição empreendida por esses agentes dentro da estrutura do campo demonstra a especificidade das relações de força entre dominados e dominantes, na defesa de um capital específico objetivando excluir a concorrência.

Constatamos, como exemplo, que após a criação dos Centros Regionais houve uma mobilização por parte dos gestores municipais, apoiados pelos chefes desses Centros, para a realização, em novembro de 1989, dos Seminários de Planejamento de forma regionalizada.

Essa ação foi executada e tinha a intenção de possibilitar discussões mais coerentes com a realidade local, numa correlação com a disputa de poder entre os gestores municipais e destes com o gestor estadual.

Neste momento, utilizamos novamente a teoria de Pierre Bourdieu, para entender a busca de reconhecimento e reputação empreendida pelo Estado, e sua luta pela conquista

da hegemonia e autoridade no campo, onde também se estabeleceu uma relação de oferta e demanda, que, segundo Martins, tratava-se “de um jogo de poder e dominação pela legitimação e imposição da definição desta ou daquela verdade e a utilização de todos os mecanismos inerentes, que possam auxiliar na conquista de votos, ocupação de espaços e manutenção do *status*.”<sup>181</sup>

Nas palavras de Marchi Jr., o campo tem suas particularidades que podem ser traduzidas nas formas de disputas, lutas e competições. Segundo Bourdieu *apud* Marchi Jr.,

A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo têm por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, isto é, definitivo, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico. (Falar em capital específico é dizer que o capital vale em relação a um certo campo, portanto dentro dos limites deste campo, e que ele só é convertível em outra espécie de capital sob certas condições.)<sup>182</sup>

Esses agentes se movimentam no interior do campo onde se manifestam relações de poder, ocupando posições que se encontram fixadas, que estruturam e caracterizam o modo como esse campo funciona.

O campo para Bourdieu “se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio”.<sup>183</sup> A esse *quantum* social, o autor deu o nome de “capital social”.

Assim sendo, percebemos que o gestor estadual representado pelos agentes que organizam e realizam os Jogos Abertos do Paraná, e os gestores municipais representados pelos agentes que dirigem os órgão esportivos municipais, travavam uma luta concorrencial em torno de interesses específicos. Percebemos também, que entre os gestores municipais igualmente se travavam lutas em torno de interesses específicos, que podem ser traduzidas, como exemplo, pela obtenção de cadeira no executivo municipal, recursos financeiros para a instituição na qual trabalham, distinção pessoal e profissional na área, etc.

<sup>180</sup> Entrevista realizada com o professor Cristiano Barros Homem Del Rei, no Rio de Janeiro, no dia 26/10/2006.

<sup>181</sup> MARTINS, D.J.Q. **A formulação das políticas públicas no campo do esporte no Estado do Paraná entre 1987 e 2004**. Dissertação de mestrado defendida como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Física, no Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR: 2004, p.77.

<sup>182</sup> BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983., p. 90.

<sup>183</sup> ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, 2ª ed., p.21.

O acúmulo de capital específico, é o que determinaria a posição – dominado ou dominante – dos agentes dentro do campo.

Houve algumas iniciativas por parte do Estado com relação a mudanças na concepção da manifestação dos Jogos Abertos do Paraná.

Uma delas pode ser constatada durante a pesquisa, quando verificamos que houve um período em que o Estado tentou melhorar os Jogos Abertos do Paraná mais precisamente nos anos de 1991 (mais fortemente) e 1992, com a abertura da participação de atletas de outros Estados, incentivando os municípios quanto à contratação de atletas profissionais melhorando o nível de desempenho, o que tornaria a competição mais atrativa para seduzir a iniciativa privada. Essa abertura da competição tinha como objetivo definir se os Jogos Abertos do Paraná deveriam ser desenvolvidos como esporte de rendimento ou como manifestação do esporte popular.

Embora a democratização da prática em relação aos Jogos Abertos do Paraná tenha sido constatada devido ao número de municípios participantes na Fase Regional<sup>184</sup> dos Jogos Abertos do Paraná – de 99 em 1986 para 142 em 1990 – a comunidade esportiva paranaense, reagindo desfavoravelmente à experiência proposta e optando pela não continuidade dessa forma de competição, sinalizou sua preferência pelo esporte de participação nas duas Fases, porém, a imediata troca na equipe diretiva em 1992, sepultou a possibilidade da discussão com vistas a definir qual caminho tomar com relação à competição.

Outra mudança que pretendia se realizar a partir de 1995, dizia respeito à transferência progressiva dos Jogos Abertos do Paraná para as Federações Esportivas Especializadas, retirando-se da função de executora da competição a partir do momento em que estas estivessem eficientemente organizadas e autônomas, no cumprimento do seu papel na estrutura do esporte estadual e nacional.

Conforme relato do professor Del Rei através de entrevista, não houve aceitação da iniciativa por parte da comunidade esportiva paranaense e Federações Esportivas Especializadas, demonstrando segundo ele, uma situação de acomodação.

Comentando ainda sobre as Federações Esportivas Especializadas, o professor Piazza relatou a existência de problemas com a arbitragem, sendo citado como exemplo a modalidade de Futebol, dando a entender que essa arbitragem é de qualidade inferior. Isso pode ser explicado, pelo fato de serem disponibilizados árbitros que recebem uma

---

<sup>184</sup> Informações obtidas no documento oficial do Governo do estado do Paraná, Fundação de Esporte e Turismo do Paraná – Relatório de Atividades – 1987 – 1991, Diretoria de Esportes, Curitiba – 1991, p. 25.

remuneração menor pelos serviços prestados nos Jogos Abertos do Paraná e que é efetuada de maneira diferente, no caso, por diária e não por jogo, pois os árbitros ficam à disposição da competição no município, durante todo o período de realização das disputas. Se o pagamento fosse efetuado por partida, o valor da competição ficaria inviável. Outro fator é a dificuldade que alguns árbitros encontram em se ausentar do emprego por aproximadamente dez dias, que é o tempo médio das disputas de uma fase da competição. A maioria dos árbitros desenvolve atividade profissional diferente daquela de arbitragem.

O que pudemos constatar da resistência a mudanças citada acima, foi uma disputa entre os agentes do campo, com os gestores municipais resistindo à abertura proposta pelo Estado. Essa resistência pode ser explicada por uma certa temeridade das conseqüências resultantes da alteração da maneira como esses agentes agiam e da modificação da distribuição do capital específico dentro do campo com relação aos Jogos Abertos do Paraná. Essas conseqüências poderiam ser internas, no caso das alterações que seriam necessárias dentro do município, ou externas, no caso da atuação fora do município.

Nesse momento nos remetemos novamente à teoria de Pierre Bourdieu. Durante todo o período estudado, o *modus operandi* dos atores do campo não se alterou. Quando falamos atores, nos referimos a todos aqueles que de alguma maneira participaram dos Jogos Abertos do Paraná, mesmo tendo a influência das políticas públicas encaminhando para o esporte de rendimento.

Segundo Bourdieu *apud* Ortiz,

Cada agente, quer saiba ou não, quer queira ou não, é produtor e reproduzidor de sentido objetivo porque suas ações e suas obras são produto de um *modus operandi* do qual ele não é produtor e do qual ele não possui o domínio consciente; as ações encerram, pois, uma “intenção objetiva”, como diria a escolástica, que ultrapassa sempre as intenções conscientes.<sup>185</sup>

Outro momento onde encontramos a reprodução das ações, foi percebido quando da criação da Política e o Plano Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer para o primeiro governo Jaime Lerner (1995 – 1998), quando durante os debates da Oficina de Planejamento em 1995, os participantes se referiram aos Jogos Abertos do Paraná como um dos projetos do esporte de rendimento, classificando-o como tal, sendo confirmada posteriormente esta decisão pela equipe técnica da Paraná Esporte, no Seminário Interno de Gerenciamento do Esporte e Lazer. Esta competição permaneceu como um projeto vinculado ao esporte rendimento durante os dezenove anos pesquisados.

---

<sup>185</sup> ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, 2ª ed., p. 15.



O esporte rendimento, focado como produto da ação integrada do Estado com a iniciativa privada, foi entendido pela maioria dos entrevistados como esporte de qualidade, esporte espetáculo, esporte de alto nível e esporte negócio.

Essa relação entre o Estado e a sociedade, por meio da vinculação do esporte rendimento com a iniciativa privada, estabeleceu o esporte como um produto a ser consumido no mercado esportivo, principalmente após 1995 com a criação da Paraná Esporte, quando o governo estadual instituiu projetos voltados a espetacularização esportiva. O que constatamos foi o Paraná tentar seguir a tendência de outros Estados nesse período, deixando com a iniciativa privada a organização do espetáculo.

Quando mencionamos o esporte de rendimento sob esse enfoque, podemos nos referir à teoria dos campos de Pierre Bourdieu, e ao sub-campo de análise denominado campo esportivo, tratando-o como um espaço onde são travadas lutas específicas em torno do esporte e constituído, segundo o autor, a partir da ruptura e evolução por que passaram os jogos populares nas escolas inglesas destinadas aos filhos das famílias da aristocracia ou da grande burguesia, transformando-se em esportes modernos, com um modelo adequado à sociedade de consumo.

No interior do campo esportivo o poder é exercido pelo consumo esportivo, observadas as regras construídas a partir das relações entre oferta e demanda. Para Bourdieu

[...] o universo de práticas esportivas que a pesquisa estatística fotografa em certo momento não é senão a resultante da relação entre uma oferta, produzida por toda a história anterior, isto é, um conjunto de “modelos”, de práticas (regras, equipamentos, instituições especializadas), e uma procura, inscrita nas disposições. A própria oferta tal como se apresenta num dado momento, sob a forma de um conjunto de esportes passíveis de serem praticados (ou vistos), já é produto de uma longa série de relações entre modelos de práticas e disposições para a prática.<sup>186</sup>

Ao descrevermos o período relativo à primeira gestão do governador Jaime Lerner (1995 – 1998), encontramos a indicação de uma definição do campo esportivo na fundamentação da Política, ou seja, as instituições públicas, privadas ou de pessoas físicas, que integravam e interagiam no chamado Sistema Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer:

Prefeituras Municipais - através de seus Sistemas Municipais de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, as Entidades Estaduais de Administração do Desporto - as Federações Esportivas Especializadas, as Instituições de Ensino Superior - especialmente nos Cursos de Educação Física, a Secretaria de Estado da Educação - através das Escolas Públicas e da legislação específica que regulamenta a Educação Física no primeiro e segundo graus, as Entidades de Prática Desportiva - Ligas e Clubes,

<sup>186</sup> BORDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 213.

atendendo todas as comunidades do Estado do Paraná, a Iniciativa Privada - representada pelas empresas patrocinadoras e promotoras de atividades do Esporte e Lazer, como o SESC, o SESI e a mídia, além de Outras Instituições Públicas que interagem diretamente com a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo / Paraná Esporte - Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, entre outras.<sup>187</sup>

Uma boa iniciativa para a melhoria do nível de desempenho do esporte paranaense foi a criação em 1987 dos Jogos da Juventude do Paraná - Copa Itaú<sup>188</sup>, que era a melhor competição do Paraná em nível de encaminhamento ao rendimento, com um nível de atuação muito bom. As crianças e jovens participavam dos Jogos Escolares do Paraná, e aqueles que eram descobertos como talento, eram estimulados a prosseguir no esporte com treinamentos mais específicos, e posteriormente conduzidos à participação nos campeonatos das Federações e Jogos da Juventude do Paraná.

Outro fator que influenciou o nível de desempenho dos Jogos Abertos do Paraná foi a decisão de estabelecer uma idade mínima (18 anos) para a participação na competição no ano de 2004, impossibilitando os municípios de inscrever atletas de categoria menores, provenientes das equipes que disputavam os Jogos da Juventude do Paraná, embora houvesse a liberação da participação de até 05 atletas com idade inferior (16 e 17 anos) à permitida em algumas modalidades<sup>189</sup>. Essa decisão foi tomada com a intenção de impedir que um município treinasse somente uma equipe para disputar os Jogos Abertos do Paraná e os Jogos da Juventude do Paraná, além de diminuir a ausência do atleta de sala de aula por muito tempo, devido à participação deste em várias competições durante o ano.

Para o município participante os recursos financeiros necessários para participar de competição seriam menores, pois possibilitaria que ele participasse de duas competições com somente uma equipe, mas o Estado via nessa situação a duplicidade do dispêndio de recursos públicos para atender uma mesma clientela.

Em decorrência disso, constatamos modalidades dos Jogos Abertos do Paraná sendo disputadas por ex-atletas e atletas veteranos numa quantidade muito maior, caindo inclusive o nível técnico da competição.

---

<sup>187</sup> Informações obtidas no documento intitulado: Política Estadual do Desenvolvimento do Esporte e Lazer (1995-1998), criada para a gestão do Governador Jaime Lerner.

<sup>188</sup> Segundo o Relatório de Atividades – 1988, da Diretoria Técnica, da Fundação de Esportes do Paraná, este evento era destinado aos atletas de ambos os sexos (16 anos), envolvendo as seleções municipais (federados e não federados). Foi criado para complementar o trabalho de desenvolvimento esportivo do Estado, uma vez que existia uma lacuna entre os Jogos Escolares do Paraná e Jogos Abertos do Paraná.

<sup>189</sup> O Parágrafo Único do Artigo 42 do Regulamento dos Jogos Oficiais de 2004 permitia a participação de atletas com idade inferior, cujo limite por modalidade era o seguinte: Atletismo e Natação até 05 atletas, Futebol e Handebol até 04 atletas, Basquetebol, Bocha, Bolão e Voleibol até 03 atletas, Ciclismo, Futsal, Judo, Tênis de Mesa e Xadrez até 02 atletas e Voleibol de Praia e Tênis até 01 atleta.

Consideramos uma contradição o fato dos representantes municipais votarem nas propostas discutidas nos Encontros considerando os Jogos Abertos do Paraná como uma competição do esporte rendimento, e em contrapartida buscar garantir recursos financeiros para essa mesma competição junto à instituição pública, no caso a Prefeitura Municipal.

Segundo a pesquisa realizada, participaram anualmente de forma direta da competição aproximadamente 12.000 pessoas<sup>190</sup>, contabilizadas as duas fases: Regional (em torno de 1.200 pessoas multiplicadas por 06 regiões) e Final (em torno de 5.000 pessoas), sem contar com o número de pessoas que participaram de forma indireta, lotando as praças esportivas para torcer por algum município ou para ver uma partida, uma vez que quanto menor o município, maior é o nível de envolvimento da população na competição, denotando a aceitação calorosa do esporte e do lazer como forma de entretenimento.

No interior no Estado, os Jogos Abertos do Paraná foram vistos com uma importância maior, havendo cobertura regional da mídia televisiva e impressa, o que fez com que o município tivesse interesse desse retorno da mídia aos municípios, podendo mostrar o trabalho desenvolvido pelo órgão esportivo municipal.

Embora as políticas de esporte apontassem teoricamente para o esporte espetáculo, o que pudemos verificar, durante a pesquisa com relação à entrada de recursos financeiros de outras instituições nos Jogos Abertos do Paraná, foi um aporte financeiro no órgão estadual, efetuado pelo banco estatal BANESTADO durante a gestão governamental de Álvaro Fernandes Dias (1987 – 1990), utilizado para compra de material esportivo, premiação e divulgação através da produção de peças de estratégia de mercado.

Os entrevistados disseram que o Estado deveria apoiar, fomentar e trabalhar junto com a iniciativa privada, com as Federações Esportivas Especializadas e com as Instituições de Ensino Superior.

Constatamos que houve algumas iniciativas nesta direção, porém essas interações deveriam ser articuladas, programadas e planejadas em longo prazo através de ações efetivas do Estado, e que não ocorreram.

Os Jogos Abertos do Paraná sempre foram sustentados pelo Estado, e o nível de desempenho sempre foi aquém do esperado para uma competição de alto nível.

Verificamos que embora os Jogos Abertos do Paraná fossem considerados teoricamente como um projeto do esporte rendimento, na prática não houve a participação da iniciativa privada junto ao gestor estadual para arcar com as despesas decorrentes da

---

<sup>190</sup> Dado obtido através das coletâneas expedidas por ocasião da realização da Fase Regional e da Fase Final dos Jogos Abertos do Paraná realizados no período de 1987 a 2005.

organização e realização da competição, havendo inclusive o aumento gradativo da contribuição financeira do Estado no mesmo.

Mesmo que saibamos que em alguns municípios houve a participação do comércio local, na forma de auxílio financeiro para compra de material esportivo para treinamento, uniforme para as equipes, transporte até o local da competição, etc..., a participação da iniciativa privada junto aos gestores municipais não foi pesquisada, podendo esse tema ser objeto de estudo posterior.

Esse aumento da contribuição financeira do Estado nos Jogos Abertos do Paraná pode ser exemplificado pela criação do repasse aos municípios-sede da Fase Regional e da Fase Final e posteriormente o aumento do valor desse repasse, que era utilizado para pagamento da hospedagem da arbitragem em hotel e outras providências (gastos com divulgação, readequação de infra-estrutura, etc...) relacionadas pelos agentes municipais nos Planos de Aplicação de Recursos encaminhados ao Estado para aprovação e liberação orçamentária.

Essa espetacularização esportiva vista nos Governos Jaime Lerner ficou reduzida aos grandes eventos (Jogos Mundiais da Natureza, etc...), não atingindo os Jogos Abertos do Paraná, como era de se esperar, contrariando a Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer criada em 1995, em cujo Programa de Desenvolvimento do Esporte, nos Projetos e Atividades do Esporte Rendimento objetivava, entre outros, planejar, estimular, apoiar e incentivar o desenvolvimento do esporte rendimento no Estado, através de projetos (os Jogos Abertos do Paraná era um deles) e atividades específicas da ação integrada entre a administração pública e iniciativa privada.

Representar a expressão máxima do esporte rendimento do Estado, era o principal objetivo dos Jogos Abertos do Paraná e conforme foi mencionado anteriormente, dos dezenove anos pesquisados, durante somente seis anos (1993,1994, 1995, 2003, 2004 e 2005) a competição não teve esse objetivo norteando sua execução.

Não obstante os Jogos Abertos do Paraná tivessem na análise científica, quantitativa, qualitativa da competição, uma avaliação importante para possibilitar uma melhoria no desenvolvimento esportivo dos municípios, esse objetivo foi estabelecido para a competição somente nos anos de 1990 a 1995. Sobre isso o professor Del Rei comenta:

O que esteve mais próximo disso foi durante dois anos, talvez em 91 e 92 quando houve aquela abertura abrupta. Abriu os Jogos Abertos do Paraná, quem quiser vir participar, daí houve aquela equipe do Flamengo da natação veio participar, equipe de atletismo do Rio de Janeiro veio participar, equipe de ginástica do Rio de Janeiro veio participar, até como uma forma de contrapor a idéia que estava sendo imposta pelo Estado e tal. Mas o que chegou mais próximo a isso foi àquela

época onde se existia um trabalho técnico sendo feito em todas as modalidades coletivas, onde ao final de cada jogo os técnicos recebiam um relatório.<sup>191</sup>

Também de 1990 a 1995, o objetivo da competição de gerar atividade econômica, com mercado diferenciado, pela oferta de novos empregos, serviços e bens de natureza esportiva pode ser constatado, principalmente nos municípios que sediam a competição. Ao ser questionado sobre a existência ou não dessa situação, o professor Cordeiro relatou:

Sim, tranqüilamente. Por que se você está edificando uma praça esportiva, para um determinado evento maior do Estado, em que você obtenha recursos para isso, você vai ter que ter mão-de-obra para executar esses serviços de reformas ou de construções. Com a participação você chega a um momento ápice nos Jogos Abertos, em que são centenas de pessoas no Município tomando seu refrigerante, tomando a sua água mineral, consumindo frutas, consumindo tudo quanto é tipo de alimentos, hotéis, quer dizer, leva recursos para o comercial do Município. Isso é uma coisa importante e muito invisível, mas, que é concreto porque o comércio também aumenta nessa época dos Jogos Abertos, o comércio local. Um Município com dez dias de competição vamos dizer assim, desde o Congresso Técnico, não sei como é que é feito hoje em dia, até o último jogo lá das finais, está com centenas de pessoas a mais consumindo. Então logicamente que leva recursos financeiros para o Município e essa é uma fatia que não pode ser menosprezada, muito pelo contrário. Isso é uma realidade dos Jogos Abertos.<sup>192</sup>

Sobre política pública, destacamos o relato do professor Campos em entrevista, que considerou o fato do Estado não estabelecer uma política clara para o esporte e lazer, o que ocasionou dificuldades aos representantes dos órgãos esportivos municipais relacionadas à compreensão das diretrizes e prioridades para o setor.

Segundo Bourdieu,

O Objeto da história é a história dessas transformações da estrutura, que só são compreensíveis a partir do conhecimento do que era a estrutura em dado momento (o que significa que a oposição entre estrutura e transformação, entre estática e dinâmica, é totalmente fictícia e que não há outro modo de compreender a transformação a não ser a partir de um conhecimento da estrutura).<sup>193</sup>

Para planejar e implementar uma política estadual de esporte e lazer com vistas à transformação dos Jogos Abertos do Paraná, verificamos a necessidade de estudar e conhecer a estrutura anterior da competição. Como era disputada, qual seu objetivo, qual o envolvimento dos agentes na estrutura do campo, tanto do Estado como dos participantes.

A pesquisa demonstrou também uma divergência entre as ações desenvolvidas na prática e as estabelecidas pelas políticas públicas estaduais. Esta dificuldade se constata, ainda hoje, pela interferência dos interesses de curto prazo como as questões econômicas e

<sup>191</sup> Entrevista realizada com o professor Cristiano Barros Homem Del Rei, no Rio de Janeiro, no dia 26/10/2006.

<sup>192</sup> Entrevista realizada com o professor Luiz Fernando Cordeiro, em Curitiba, no dia 14/10/2006.

<sup>193</sup> BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 210.

principalmente políticas, enfrentadas usualmente no poder público, provocando incoerências entre a teoria e a prática, em detrimento das ações que deveriam ser executadas em favor da sociedade.

Ao verificarmos as diretrizes estabelecidas para a gestão do esporte e lazer do segundo governo Roberto Requião (2003 – 2006), encontramos novamente a oposição entre a teoria e a prática. Dos onze objetivos elencados no documento com as propostas da nova administração, quatro foram parcialmente atendidas, havendo somente uma proposta que não era contemplada no governo anterior, mas que existia anteriormente, ou seja, os Jogos Escolares do Paraná, rebatizados como Jogos Colegiais do Paraná, reforçando inclusive a política de eventos.

De dois em dois anos ocorrem eleições, ora para indicação dos mandatos do poder executivo e legislativo federal e nos Estados, ora para indicação do poder executivo e legislativo municipal. Esse fato, como vimos no capítulo dois, acarretou alterações nas estruturas burocráticas do governo, principalmente nos estratos da burocracia eleita e burocracia diretorial<sup>194</sup>, influenciando no funcionamento e na atuação dos agentes governamentais, no interior das instituições, compondo uma nova configuração, acarretando uma mudança interna de poder e alterações das ações que estavam sendo desenvolvidas.

O modo como esses estratos se interligam, nos conectam aos estudos de Norbert Elias e suas categorias analíticas, que revelam os jogos internos de interpenetração social indispensáveis na compreensão desse processo de troca de agentes.

Para Elias, as pessoas deviam ser vistas de forma mais realista. Sendo orientadas, umas para as outras e unidas umas às outras, através de suas disposições e inclinações básicas, constituíam o que chamou de “teias de interdependência” ou “configurações”<sup>195</sup>, considerando as sociedades como “relações funcionais de pessoas interdependentes”<sup>196</sup>. O aumento da interdependência acarretaria o desenvolvimento e as transformações da sociedade, tendo como um indício a alteração do equilíbrio interno de poder. Segundo

---

<sup>194</sup> Para melhorar o entendimento dessa classificação, ver: CRISTAN, M. **Políticas de esporte: uma metodologia de estudo**, in: Esporte: história e sociedade / Marcelo Weishaupt Proni, Ricardo de Figueiredo Lucena (orgs.). – Campinas, SP: autores associados, 2002, pp. 212-214. A autora estudou as políticas de esporte e lazer da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME) do município de São Paulo, durante o governo da Prefeita Luiza Erundina (1989-1992). Cristan parte dos pressupostos teóricos e da interpretação de Alberto Guerreiro Ramos, ao tratar das estruturas burocráticas do governo como um sistema de relações de interdependência, classificado da seguinte forma: “a) burocracia eleita e/ou propriamente política; b) burocracia diretorial ou quase política; c) burocracia técnica e profissional e, por último, d) burocracia proletária ou, como ele denomina, burocracia de *macacão azul*.”

<sup>195</sup> ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005, p.15.

<sup>196</sup> *Ibid*, p.71.

Marchi Jr., “[...] a tendência ao equilíbrio de poder sempre está presente onde esteja ocorrendo uma interdependência funcional entre pessoas”.<sup>197</sup>

Segundo Elias as pessoas estão sujeitas a forças que as compelem – forças compulsivas, sendo fundamental para o estudo e para a prática de investigação da sociologia, “a aquisição de uma compreensão geral dessas forças e um aumento de conhecimentos seguros das mesmas, através de campos especializados de investigação.”<sup>198</sup>

Portanto, podemos supor que essa troca constante do quadro de diretoria causada pelas mudanças políticas possa originar a falta de comprometimento na realização das ações estipuladas. Há também a possível falta de competência da burocracia eleita no trato com as questões do esporte, uma vez que parte dela é baseada em sua atitude, a construção das políticas governamentais.

Vimos que, apesar de não ter sido um evento representativo da expressão máxima do esporte rendimento do Estado, os Jogos Abertos do Paraná incentivaram a prática esportiva na sociedade paranaense no período estudado.

Mesmo com alguns procedimentos sendo efetuados com a parceria da comunidade esportiva paranaense, e nem todas as ações sendo administradas pela instituição pública, notamos a continuidade do controle das práticas esportivas pelo Estado, se observada a relação com a sociedade e as disputas internas e externas do campo esportivo.

A luta de poder ocorrida no interior dos Jogos Abertos do Paraná, é uma luta entre agentes que buscam sua notoriedade dentro do campo esportivo, mas não é uma luta de tomada de poder ou modificação do poder social. É a reprodução ou manutenção do poder existente desde a década de 50 até os dias atuais.

Poderíamos considerar a falta de autonomia intelectual dos agentes sociais como um “mecanismo oculto” de dominação do Estado, uma vez que impossibilitaria o engajamento político (não partidário), incapacitando esses agentes de terem uma visão mais filosófica, bloqueando o pensamento crítico no espaço de influência.

Talvez essas sejam algumas razões do desencadeamento da ruptura recorrente dos processos, levando à descontinuidade das ações, quebra de rotinas e procedimentos, e à falta de trabalho em longo prazo, desestimulando a discussão dos projetos estabelecidos nas políticas públicas, ocasionando a continuidade do paternalismo do Estado e caindo por terra mudanças que poderiam realmente levar à transformação da cultura esportiva.

---

<sup>197</sup> MARCHI JÚNIOR, W. “**Sacando**” o Voleibol. Unijuí: Hucitec, 2004, p. 73.

<sup>198</sup> ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005, p.17.

|



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na visão dos agentes sociais envolvidos, os objetivos específicos estabelecidos para os Jogos Abertos do Paraná no período compreendido entre 1987 e 2005 foram atingidos? Tendo assumido esse questionamento como a problematização do nosso estudo, entramos no interior do campo esportivo, mais precisamente no sub-campo constituído pelos Jogos Abertos do Paraná, encontrando agentes sociais e estruturas sociais permeadas por interesses, anseios e necessidades relacionadas ao esporte.

Procurando no primeiro capítulo apresentar e discutir a teoria dos jogos de Norbert Elias e a teoria dos campos de Pierre Bourdieu; no segundo capítulo compreender as diretrizes para os Jogos Abertos do Paraná, estabelecidas pelo Governo do Estado, através das políticas públicas instituídas para o esporte, além de descrever a estrutura do evento, destacando seus objetivos e sua organização, bem como no terceiro capítulo identificar e discutir a visão dos agentes sociais envolvidos em relação à realização da competição, estabelecemos duas hipóteses.

Como primeira hipótese, tínhamos o entendimento de que sob a visão dos agentes envolvidos (o Estado como organizador e os órgãos esportivos municipais como participantes), os objetivos específicos propostos nos regulamentos dos Jogos Abertos do Paraná e construídos no período compreendido entre 1987 e 2005 foram atingidos, demonstrando que as diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas formaram uma sinergia junto aos anseios dos agentes sociais do campo esportivo.

Como segunda hipótese, tínhamos o entendimento de que sob a visão dos agentes envolvidos (o Estado como organizador e os órgãos esportivos municipais como participantes), os objetivos específicos propostos nos regulamentos da competição e construídos no período compreendido entre 1987 e 2005 não foram atingidos totalmente, devido ao descompasso entre as aspirações destes agentes dentro do campo esportivo e as diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas, ocasionado pelas mudanças dos agentes nos grupos, sua interdependência instável e mutável na configuração multifuncional e sua busca pelo equilíbrio do potencial de poder.

Após a realização do estudo, concluímos pela desaprovação da primeira hipótese e pela confirmação da segunda hipótese, após constatar através das entrevistas e da pesquisa sobre as propostas governamentais e sobre estrutura dos Jogos Abertos do Paraná, que houve uma alternância no cumprimento dos objetivos para a competição, durante o transcorrer das gestões governamentais pesquisadas.

Ficou evidente, através das entrevistas realizadas e dos levantamentos efetuados durante o estudo, que por mais que essa competição tenha tido como objetivo principal ser a expressão máxima do esporte rendimento no Estado, durante treze dos dezenove anos pesquisados, isso não se constatou.

Para que a competição - Jogos Abertos do Paraná - não tenha um fim em si mesmo, ela deve ser discutida pelos agentes sociais desse sub-campo, assim como para que o Paraná alcance expressividade no desenvolvimento do esporte, é necessária uma maior participação das estruturas sociais ou grupos representativos da sociedade no campo esportivo, determinando os destinos desse mesmo campo.

Podemos considerar algumas estruturas sociais como sendo: as Prefeituras Municipais, porque são elas as responsáveis diretas pelo desenvolvimento do esporte nos municípios; as Entidades Estaduais de Administração do Desporto, no caso as Federações Esportivas Especializadas, por constataremos, através dos dados coletados nas entrevistas, ser delas a responsabilidade principal pelo esporte rendimento; as Instituições de Ensino Superior, por serem responsáveis pelos Cursos Superiores de Educação Física, devendo assegurar a excelência nas ações voltadas ao desenvolvimento do Esporte, através dos propósitos de ensino, pesquisa e extensão universitária, além de possuir uma clientela do esporte rendimento; a Secretaria de Estado da Educação, pois é através dos Estabelecimentos de Ensino público e privado e da legislação específica que regulamenta a Educação Física, que o acesso à prática do esporte deve ser oportunizado e assegurado; as Entidades de Prática Desportiva, no caso Ligas e Clubes, pois também oportunizam a prática do esporte; a iniciativa privada, pois é necessário que o patrocínio e a promoção de atividades esportivas sejam um “negócio” interessante para ela, sob o ponto de vista econômico; além de outras instituições que interagem no campo esportivo.

Finalizamos afirmando que, além de termos realizado a pesquisa analisando teorias, levantando suposições e descobrindo novos questionamentos, gostaríamos de prestar uma contribuição à área, considerando relevante o estudo por tentar apresentar os Jogos Abertos do Paraná dos últimos dezenove anos de uma forma clara, com o intuito de demonstrar a necessidade de despertar nos agentes sociais envolvidos, a participação através de questionamentos e visão crítica em relação a essa competição, como também em relação às políticas públicas a serem instituídas futuramente, para que tragam resultados expressivos para a sociedade, zelando para o bom desenvolvimento do esporte.

É de nosso interesse que este trabalho não termine aqui, servindo para outras investigações que auxiliem no enfrentamento, diagnóstico e resolução de problemas da área esportiva ou outras, que venham a afligir a sociedade.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto-lei nº 3.199 de Abril de 1941.
- BRASIL. Decreto nº 981 de 11 de novembro de 1993.
- BRASIL. Lei Federal nº 8.672, de 6 de julho de 1993.
- BORDIEU, P. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 5 ed. , 2004.
- \_\_\_\_\_. Algumas propriedades dos campos. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. Como é possível ser esportivo? In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- CORDEIRO, I. **A história dos jogos abertos do Paraná**. Londrina: Pé Vermelho, 1996.
- CRISTAN, M. L. **Políticas de esporte: Uma metodologia de estudo**. Salvador, BA, 2000.
- ELIAS, Norbert. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O Processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2 ed., 1994.
- \_\_\_\_\_. **Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- FISCHER, T. **Poder local: Governo e cidadania**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, **Fundação de Esportes e Turismo do Paraná – Relatório de Atividades 1987 - 1991**, Diretoria de Esportes, Curitiba-Pr, 1991.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, **Paraná Esporte – Regulamento 48º JAPS 19º JOJUPS - 2005**, Diretoria de Esportes, Curitiba-Pr, 2005.
- HOBBSBAWN, E. & RANGER, T. **Invenções das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra História, 1984.

LAFETÁ, João Luiz Machado. **1930: a crítica e o modernismo**. São Paulo: Duas Cidades, 1974. p. 11-27.

LIGA DE ESPORTES ATLÉTICOS DE LONDRINA. **Regulamento dos primeiros jogos abertos do Paraná**, Londrina: Brasilgráfica, 1957.

LUCENA, R. F. **Esporte na cidade: O esforço civilizador brasileiro**. Tese de Doutorado. São Paulo: Campinas, 1999.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: PUC-SPEduc, 2007.

MARCHI JÚNIOR, W. **Possibilidades de aproximações teóricas entre Norbert Elias e Pierre Bourdieu para a leitura da história dos esportes**. In: VI Simpósio Internacional Processo Civilizador. Coletânea... Assis: Faculdade de Ciências e Letras / UNESP, p. 113-120, 2001.

\_\_\_\_\_. **“Sacando” o Voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000)**. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: [s.n.], 2001.

\_\_\_\_\_. **“Sacando” o Voleibol**. Unijuí: Hucitec, 2004.

MARTINS, D.J.Q. **A Formulação e a Implementação das Políticas Públicas no Campo do Esporte no Estado do Paraná entre 1987 e 2004**, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR: [s.n.], 2004.

MENDES, R.G. **A reformulação do esporte brasileiro**. Revista da Fundação de Esporte e Turismo do Paraná, ano 2, vol.2, 1990.

MEZZADRI, F.M. **A estrutura esportiva no estado do Paraná: da formação dos clubes às atuais políticas governamentais**. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, [s.n.], 2000.

\_\_\_\_\_. **O Estado e a legislação do esporte e lazer no Brasil: da Lei 3199/41 ao projeto Pelé**. Revista Treinamento Desportivo, vol.3, 1998.

ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, 2ª ed, p. 7-35.

PARANÁ. Lei Estadual nº 8.986, de 23 de maio de 1989.

PRONI, M.W. **Esporte-espetáculo e futebol-empresa**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP: 1998.

PRONI, M.W.; LUCENA R.F. **Esporte: história e sociedade** (orgs.). Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

REGO, R L.; MENEGUETTI, K. S.; ANGELIS NETO, G.; JABUR, R.; RISSI, Q. **Reconstruindo a forma urbana: uma análise do desenho das principais cidades da Companhia de Terras Norte do Paraná**. Maringá: UEM, 2004. Disponível em <http://

[www.ppg.uem.br/Docs/ctf\) Tecnologia/2004\\_2/10-398-.pdf](http://www.ppg.uem.br/Docs/ctf) Tecnologia/2004_2/10-398-.pdf)> Acesso em 10 fev. 2006, 16:30:30.

SCHMITT, P.M. **Código de organização de justiça e disciplina esportiva comentado**. Cascavel, Pr: Gráfica Universitária, 1996.

SILVA, J.B. **Entenda o projeto Pelé**/João Bosco da Silva, Paulo Marcos Schmitt - Londrina, Pr: Lido, 1997.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2007.

VELLOSO, M. Os intelectuais e a política do Estado Novo. In: FERREIRA, J., DELGADO, L. (Orgs.). **O Brasil republicano**. v. 2 – O tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 145-179.

VERONEZ, L.F.C. **Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988**. 2005. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP: 2005.

ZALUAR, A. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

**ANEXOS**

- ANEXO I - CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA AS ENTREVISTAS**
- ANEXO II - TERMOS DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DOS ENTREVISTADOS**
- ANEXO III - PERGUNTAS PRINCIPAIS NAS ENTREVISTAS**
- ANEXO IV - TEXTO INTEGRAL DAS ENTREVISTAS QUE FAZEM PARTE DO NÚCLEO CENTRAL DA PESQUISA**
- ANEXO V - ORGANOGRAMA DA FUNDAÇÃO DE ESPORTES DO PARANÁ - 1987**
- ANEXO VI - ORGANOGRAMA DA FUNDAÇÃO DE ESPORTE E TURISMO DO PARANÁ - 1988**
- ANEXO VII - ORGANOGRAMA DA AUTARQUIA PARANÁ ESPORTE - 1995**

**ANEXO I - CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA AS ENTREVISTAS**

Como estudante de mestrado em Ciências do Exercício e do Esporte pela Universidade Federal do Paraná, com ênfase na linha de pesquisa de História e Sociologia do Esporte (orientanda do Professor Doutor Fernando Marinho Mezzadri), estou conduzindo o estudo intitulado **OS JOGOS ABERTOS DO PARANÁ NA CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPORTE PARANAENSE ENTRE 1987 E 2005**.

A problemática central desta pesquisa, dentro do contexto das políticas públicas, é a seguinte: Os objetivos específicos estabelecidos para os Jogos Abertos do Paraná no período compreendido entre 1987 e 2005 foram atingidos na visão dos agentes sociais envolvidos?

A opção por entrevistá-lo (a) partiu do levantamento que fiz em relação às pessoas que já prestaram significativas contribuições ao desenvolvimento esportivo do Paraná e que tiveram um contato próximo e importante com o tema abordado.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri  
Orientador

Prof<sup>a</sup> Jacqueline Alberge Ribas  
Mestranda



## ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

**Pesquisadores responsáveis: Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri**

**Profª Jacqueline Alberge Ribas**

### • OBJETIVO DO ESTUDO

Como estudante do Programa de Mestrado em Ciências do Exercício e do Esporte pela Universidade Federal do Paraná, com ênfase na linha de pesquisa de História e Sociologia do Esporte (orientanda do Professor Doutor Fernando Marinho Mezzadri), estou conduzindo o estudo intitulado:

### **OS JOGOS ABERTOS DO PARANÁ NA CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPORTE PARANAENSE ENTRE 1987 E 2005.**

A problemática central desta pesquisa, dentro do contexto das políticas públicas, é a seguinte: Os objetivos específicos propostos nos regulamentos dos Jogos Abertos do Paraná foram alcançados sob a visão dos agentes sociais esportivos envolvidos (o Estado como organizador e os órgãos esportivos municipais como participantes), no período compreendido entre 1987 e 2005?

### • PROCEDIMENTOS

Esta pesquisa é um estudo cuja abordagem é qualitativa, por entender que esse tipo de pesquisa favorece a investigação mais detalhada e com maior profundidade sobre o objeto de estudo, corroborando com as evidências por meio da realidade dos fatos.

É um recorte da ação das políticas públicas para o esporte e o lazer no período de 1987 a 2005, mas que pode trazer inúmeras possibilidades de leitura sobre os seus impactos na sociedade. Como instrumento de coleta de dados, utilizaremos a entrevista semi-estruturada, que será feita com os 03 Secretários de Esporte e de Lazer Municipais, e 03 representantes do Estado, responsáveis pelo projeto Jogos Abertos do Paraná. Os sujeitos foram selecionados após levantamento efetuado em relação às pessoas que já prestaram significativas contribuições ao desenvolvimento esportivo do Paraná e que tiveram um contato próximo e importante com o tema abordado, devido a sua posição e conhecimento da estrutura organizacional da competição.

O objetivo da entrevista é coletar informações para compreender o entendimento dos agentes à respeito do assunto estudado, propiciando a análise de maneira contextualizada e questões pertinentes sobre o planejamento e organização dos Jogos Abertos do Paraná, e a Política Pública norteadora dessa ação.

Escolheremos de maneira aleatória, um (01) representante de órgão esportivo cujo município que só tenha participado da Fase Regional; um (01) representante de órgão esportivo cujo município tenha participado da Fase Regional e se classificado para a Fase Final; um (01) representante de órgão esportivo cujo município tenha participado da Fase Final sagrando-se campeão. A princípio, cada participante será entrevistado uma vez, e a estimativa da duração da mesma será de duas horas.

Objetivando facilitar a coleta de informações e otimizar o tempo disponibilizado, temos a intenção de GRAVAR a entrevista para posteriormente digitar o conteúdo da mesma e utilizá-la como dados substanciais da pesquisa. Para que isso aconteça solicito a sua AUTORIZAÇÃO.

Os dados poderão ser transcritos e relatados sigilosamente (sem citar e identificar a fonte da informação) se assim o quiser. Da mesma forma, caso não se sinta à vontade para responder qualquer pergunta, seu desejo será respeitado.

Lembrando que a finalidade da entrevista é única e exclusivamente acadêmica, antecipadamente agradeço a dedicação do seu tempo e a disposição em colaborar.

Este estudo não tem a pretensão de fazer generalizações, mas prover informações ricas e contextualizadas e que proporcione ao leitor a transferência dos resultados para outra realidade.

- **BENEFÍCIOS**

Devido às categorias de análise que serão abordadas no estudo, poderão ser revelados procedimentos que auxiliem na criação de ações positivas ou na solução de problemas com relação à própria gestão esportiva, bem como nos mecanismos para a implantação e implementação de Políticas Públicas, com programas e projetos voltados para o esporte e o lazer.

- **DESPESAS/ RESSARCIMENTO DE DESPESAS DO VOLUNTÁRIO**

Serão disponibilizados todos os equipamentos e deslocamentos necessários para realização das entrevistas. Todos os sujeitos envolvidos nesta pesquisa são isentos de custos.

- **GARANTIA DE SIGILO E PRIVACIDADE**

As informações relacionadas ao estudo poderão ser transcritas e relatadas confidencialmente (sem citar e identificar a fonte da informação). Da mesma forma, caso você não se sinta à vontade para responder qualquer pergunta, seu desejo será respeitado.

Algumas questões foram formuladas com o propósito de dar início à conversa, ficando aberta a possibilidade de alguma complementação que se faça necessária.

Objetivando facilitar a coleta de informações e otimizar o tempo disponibilizado há a intenção de GRAVAR a entrevista para posteriormente digitar o conteúdo e utilizá-lo na medida do necessário, para o que solicitamos a sua AUTORIZAÇÃO.

Lembrando que a finalidade da entrevista é única e exclusivamente acadêmica, antecipadamente agradecemos a dedicação do seu tempo e a disposição em colaborar.

- **ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS**

Poderão ser feitas todas as perguntas que julgar necessárias antes de concordar em participar do estudo. Caso queira entrar em contato ligue para (41) 9677-9302, das 8h às 18h com o Prof. Fernando Marinho Mezzadri ou Profª. Jacqueline Alberge Ribas (41) 9994-6803.

- **COMITÊ DE ÉTICA DO SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética do Setor de Ciências Biológicas, e no caso de qualquer problema ou reclamação em relação à conduta dos pesquisadores haverá a possibilidade de se procurar o referido Comitê, localizado na Direção do Setor de Ciências Biológicas, Centro Politécnico, Universidade Federal do Paraná, pelo telefone (41) 3361-1798.

Diante do exposto acima eu, (nome do entrevistado) abaixo assinado, declaro que fui esclarecido sobre os objetivos, procedimentos e benefícios do presente estudo. Concedo meu consentimento de participação e entrevista na pesquisa proposta. Foi-me assegurado o direito de abandonar o estudo a qualquer momento, se assim o desejar. Declaro também não possuir nenhum grau de dependência profissional ou educacional com os pesquisadores envolvidos nesse projeto (ou seja, os pesquisadores desse projeto não podem me prejudicar de modo algum no trabalho ou nos estudos), não me sentindo pressionado de nenhum modo a participar dessa pesquisa.

---

Nome: JOSÉ ALBERTO DE CAMPOS

RG: 1.233.547-4

Curitiba, 28 de Setembro de 2006.

## ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

**Pesquisadores responsáveis: Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri**

**Profª Jacqueline Alberge Ribas**

### • OBJETIVO DO ESTUDO

Como estudante do Programa de Mestrado em Ciências do Exercício e do Esporte pela Universidade Federal do Paraná, com ênfase na linha de pesquisa de História e Sociologia do Esporte (orientanda do Professor Doutor Fernando Marinho Mezzadri), estou conduzindo o estudo intitulado:

### **OS JOGOS ABERTOS DO PARANÁ NA CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPORTE PARANAENSE ENTRE 1987 E 2005.**

A problemática central desta pesquisa, dentro do contexto das políticas públicas, é a seguinte: Os objetivos específicos propostos nos regulamentos dos Jogos Abertos do Paraná foram alcançados sob a visão dos agentes sociais esportivos envolvidos (o Estado como organizador e os órgãos esportivos municipais como participantes), no período compreendido entre 1987 e 2005?

### • PROCEDIMENTOS

Esta pesquisa é um estudo cuja abordagem é qualitativa, por entender que esse tipo de pesquisa favorece a investigação mais detalhada e com maior profundidade sobre o objeto de estudo, corroborando com as evidências por meio da realidade dos fatos.

É um recorte da ação das políticas públicas para o esporte e o lazer no período de 1987 a 2005, mas que pode trazer inúmeras possibilidades de leitura sobre os seus impactos na sociedade. Como instrumento de coleta de dados, utilizaremos a entrevista semi-estruturada, que será feita com os 03 Secretários de Esporte e de Lazer Municipais, e 03 representantes do Estado, responsáveis pelo projeto Jogos Abertos do Paraná. Os sujeitos foram selecionados após levantamento efetuado em relação às pessoas que já prestaram significativas contribuições ao desenvolvimento esportivo do Paraná e que tiveram um contato próximo e importante com o tema abordado, devido a sua posição e conhecimento da estrutura organizacional da competição.

O objetivo da entrevista é coletar informações para compreender o entendimento dos agentes à respeito do assunto estudado, propiciando a análise de maneira contextualizada e questões pertinentes sobre o planejamento e organização dos Jogos Abertos do Paraná, e a Política Pública norteadora dessa ação.

Escolheremos de maneira aleatória, um (01) representante de órgão esportivo cujo município que só tenha participado da Fase Regional; um (01) representante de órgão esportivo cujo município tenha participado da Fase Regional e se classificado para a Fase Final; um (01) representante de órgão esportivo cujo município tenha participado da Fase Final sagrando-se campeão. A princípio, cada participante será entrevistado uma vez, e a estimativa da duração da mesma será de duas horas.

Objetivando facilitar a coleta de informações e otimizar o tempo disponibilizado, temos a intenção de GRAVAR a entrevista para posteriormente digitar o conteúdo da mesma e utilizá-la como dados substanciais da pesquisa. Para que isso aconteça solicito a sua AUTORIZAÇÃO.

Os dados poderão ser transcritos e relatados sigilosamente (sem citar e identificar a fonte da informação) se assim o quiser. Da mesma forma, caso não se sinta à vontade para responder qualquer pergunta, seu desejo será respeitado.

Lembrando que a finalidade da entrevista é única e exclusivamente acadêmica, antecipadamente agradeço a dedicação do seu tempo e a disposição em colaborar.

Este estudo não tem a pretensão de fazer generalizações, mas prover informações ricas e contextualizadas e que proporcione ao leitor a transferência dos resultados para outra realidade.

- **BENEFÍCIOS**

Devido às categorias de análise que serão abordadas no estudo, poderão ser revelados procedimentos que auxiliem na criação de ações positivas ou na solução de problemas com relação à própria gestão esportiva, bem como nos mecanismos para a implantação e implementação de Políticas Públicas, com programas e projetos voltados para o esporte e o lazer.

- **DESPESAS/ RESSARCIMENTO DE DESPESAS DO VOLUNTÁRIO**

Serão disponibilizados todos os equipamentos e deslocamentos necessários para realização das entrevistas. Todos os sujeitos envolvidos nesta pesquisa são isentos de custos.

- **GARANTIA DE SIGILO E PRIVACIDADE**

As informações relacionadas ao estudo poderão ser transcritas e relatadas confidencialmente (sem citar e identificar a fonte da informação). Da mesma forma, caso você não se sinta à vontade para responder qualquer pergunta, seu desejo será respeitado.

Algumas questões foram formuladas com o propósito de dar início à conversa, ficando aberta a possibilidade de alguma complementação que se faça necessária.

Objetivando facilitar a coleta de informações e otimizar o tempo disponibilizado há a intenção de GRAVAR a entrevista para posteriormente digitar o conteúdo e utilizá-lo na medida do necessário, para o que solicitamos a sua AUTORIZAÇÃO.

Lembrando que a finalidade da entrevista é única e exclusivamente acadêmica, antecipadamente agradecemos a dedicação do seu tempo e a disposição em colaborar.

- **ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS**

Poderão ser feitas todas as perguntas que julgar necessárias antes de concordar em participar do estudo. Caso queira entrar em contato ligue para (41) 9677-9302, das 8h às 18h com o Prof. Fernando Marinho Mezzadri ou Profª. Jacqueline Alberge Ribas (41) 9994-6803.

- **COMITÊ DE ÉTICA DO SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética do Setor de Ciências Biológicas, e no caso de qualquer problema ou reclamação em relação à conduta dos pesquisadores haverá a possibilidade de se procurar o referido Comitê, localizado na Direção do Setor de Ciências Biológicas, Centro Politécnico, Universidade Federal do Paraná, pelo telefone (41) 3361-1798.

Diante do exposto acima eu, (nome do entrevistado) abaixo assinado, declaro que fui esclarecido sobre os objetivos, procedimentos e benefícios do presente estudo. Concedo meu consentimento de participação e entrevista na pesquisa proposta. Foi-me assegurado o direito de abandonar o estudo a qualquer momento, se assim o desejar. Declaro também não possuir nenhum grau de dependência profissional ou educacional com os pesquisadores envolvidos nesse projeto (ou seja, os pesquisadores desse projeto não podem me prejudicar de modo algum no trabalho ou nos estudos), não me sentindo pressionado de nenhum modo a participar dessa pesquisa.

---

Nome: CARLOS ROBERTO FERREIRA

RG: 1.162.619-0

Curitiba, 02 de Outubro de 2006.

## ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

**Pesquisadores responsáveis: Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri**

**Profª Jacqueline Alberge Ribas**

### • OBJETIVO DO ESTUDO

Como estudante do Programa de Mestrado em Ciências do Exercício e do Esporte pela Universidade Federal do Paraná, com ênfase na linha de pesquisa de História e Sociologia do Esporte (orientanda do Professor Doutor Fernando Marinho Mezzadri), estou conduzindo o estudo intitulado:

### **OS JOGOS ABERTOS DO PARANÁ NA CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPORTE PARANAENSE ENTRE 1987 E 2005.**

A problemática central desta pesquisa, dentro do contexto das políticas públicas, é a seguinte: Os objetivos específicos propostos nos regulamentos dos Jogos Abertos do Paraná foram alcançados sob a visão dos agentes sociais esportivos envolvidos (o Estado como organizador e os órgãos esportivos municipais como participantes), no período compreendido entre 1987 e 2005?

### • PROCEDIMENTOS

Esta pesquisa é um estudo cuja abordagem é qualitativa, por entender que esse tipo de pesquisa favorece a investigação mais detalhada e com maior profundidade sobre o objeto de estudo, corroborando com as evidências por meio da realidade dos fatos.

É um recorte da ação das políticas públicas para o esporte e o lazer no período de 1987 a 2005, mas que pode trazer inúmeras possibilidades de leitura sobre os seus impactos na sociedade. Como instrumento de coleta de dados, utilizaremos a entrevista semi-estruturada, que será feita com os 03 Secretários de Esporte e de Lazer Municipais, e 03 representantes do Estado, responsáveis pelo projeto Jogos Abertos do Paraná. Os sujeitos foram selecionados após levantamento efetuado em relação às pessoas que já prestaram significativas contribuições ao desenvolvimento esportivo do Paraná e que tiveram um contato próximo e importante com o tema abordado, devido a sua posição e conhecimento da estrutura organizacional da competição.

O objetivo da entrevista é coletar informações para compreender o entendimento dos agentes à respeito do assunto estudado, propiciando a análise de maneira contextualizada e questões pertinentes sobre o planejamento e organização dos Jogos Abertos do Paraná, e a Política Pública norteadora dessa ação.

Escolheremos de maneira aleatória, um (01) representante de órgão esportivo cujo município que só tenha participado da Fase Regional; um (01) representante de órgão esportivo cujo município tenha participado da Fase Regional e se classificado para a Fase Final; um (01) representante de órgão esportivo cujo município tenha participado da Fase Final sagrando-se campeão. A princípio, cada participante será entrevistado uma vez, e a estimativa da duração da mesma será de duas horas.

Objetivando facilitar a coleta de informações e otimizar o tempo disponibilizado, temos a intenção de GRAVAR a entrevista para posteriormente digitar o conteúdo da mesma e utilizá-la como dados substanciais da pesquisa. Para que isso aconteça solicito a sua AUTORIZAÇÃO.

Os dados poderão ser transcritos e relatados sigilosamente (sem citar e identificar a fonte da informação) se assim o quiser. Da mesma forma, caso não se sinta à vontade para responder qualquer pergunta, seu desejo será respeitado.

Lembrando que a finalidade da entrevista é única e exclusivamente acadêmica, antecipadamente agradeço a dedicação do seu tempo e a disposição em colaborar.

Este estudo não tem a pretensão de fazer generalizações, mas prover informações ricas e contextualizadas e que proporcione ao leitor a transferência dos resultados para outra realidade.

- **BENEFÍCIOS**

Devido às categorias de análise que serão abordadas no estudo, poderão ser revelados procedimentos que auxiliem na criação de ações positivas ou na solução de problemas com relação à própria gestão esportiva, bem como nos mecanismos para a implantação e implementação de Políticas Públicas, com programas e projetos voltados para o esporte e o lazer.

- **DESPESAS/ RESSARCIMENTO DE DESPESAS DO VOLUNTÁRIO**

Serão disponibilizados todos os equipamentos e deslocamentos necessários para realização das entrevistas. Todos os sujeitos envolvidos nesta pesquisa são isentos de custos.

- **GARANTIA DE SIGILO E PRIVACIDADE**

As informações relacionadas ao estudo poderão ser transcritas e relatadas confidencialmente (sem citar e identificar a fonte da informação). Da mesma forma, caso você não se sinta à vontade para responder qualquer pergunta, seu desejo será respeitado.

Algumas questões foram formuladas com o propósito de dar início à conversa, ficando aberta a possibilidade de alguma complementação que se faça necessária.

Objetivando facilitar a coleta de informações e otimizar o tempo disponibilizado há a intenção de GRAVAR a entrevista para posteriormente digitar o conteúdo e utilizá-lo na medida do necessário, para o que solicitamos a sua AUTORIZAÇÃO.

Lembrando que a finalidade da entrevista é única e exclusivamente acadêmica, antecipadamente agradecemos a dedicação do seu tempo e a disposição em colaborar.

- **ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS**

Poderão ser feitas todas as perguntas que julgar necessárias antes de concordar em participar do estudo. Caso queira entrar em contato ligue para (41) 9677-9302, das 8h às 18h com o Prof. Fernando Marinho Mezzadri ou Profª. Jacqueline Alberge Ribas (41) 9994-6803.

- **COMITÊ DE ÉTICA DO SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética do Setor de Ciências Biológicas, e no caso de qualquer problema ou reclamação em relação à conduta dos pesquisadores haverá a possibilidade de se procurar o referido Comitê, localizado na Direção do Setor de Ciências Biológicas, Centro Politécnico, Universidade Federal do Paraná, pelo telefone (41) 3361-1798.

Diante do exposto acima eu, (nome do entrevistado) abaixo assinado, declaro que fui esclarecido sobre os objetivos, procedimentos e benefícios do presente estudo. Concedo meu consentimento de participação e entrevista na pesquisa proposta. Foi-me assegurado o direito de abandonar o estudo a qualquer momento, se assim o desejar. Declaro também não possuir nenhum grau de dependência profissional ou educacional com os pesquisadores envolvidos nesse projeto (ou seja, os pesquisadores desse projeto não podem me prejudicar de modo algum no trabalho ou nos estudos), não me sentindo pressionado de nenhum modo a participar dessa pesquisa.

---

Nome: CRISTIANO BARROS HOMEM D' EL REI

RG: 4.709.652-9

Curitiba, 26 de Outubro de 2006.

## ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

**Pesquisadores responsáveis: Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri**

**Profª Jacqueline Alberge Ribas**

- **OBJETIVO DO ESTUDO**

Como estudante do Programa de Mestrado em Ciências do Exercício e do Esporte pela Universidade Federal do Paraná, com ênfase na linha de pesquisa de História e Sociologia do Esporte (orientanda do Professor Doutor Fernando Marinho Mezzadri), estou conduzindo o estudo intitulado:

### **OS JOGOS ABERTOS DO PARANÁ NA CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPORTE PARANAENSE ENTRE 1987 E 2005.**

A problemática central desta pesquisa, dentro do contexto das políticas públicas, é a seguinte: Os objetivos específicos propostos nos regulamentos dos Jogos Abertos do Paraná foram alcançados sob a visão dos agentes sociais esportivos envolvidos (o Estado como organizador e os órgãos esportivos municipais como participantes), no período compreendido entre 1987 e 2005?

- **PROCEDIMENTOS**

Esta pesquisa é um estudo cuja abordagem é qualitativa, por entender que esse tipo de pesquisa favorece a investigação mais detalhada e com maior profundidade sobre o objeto de estudo, corroborando com as evidências por meio da realidade dos fatos.

É um recorte da ação das políticas públicas para o esporte e o lazer no período de 1987 a 2005, mas que pode trazer inúmeras possibilidades de leitura sobre os seus impactos na sociedade. Como instrumento de coleta de dados, utilizaremos a entrevista semi-estruturada, que será feita com os 03 Secretários de Esporte e de Lazer Municipais, e 03 representantes do Estado, responsáveis pelo projeto Jogos Abertos do Paraná. Os sujeitos foram selecionados após levantamento efetuado em relação às pessoas que já prestaram significativas contribuições ao desenvolvimento esportivo do Paraná e que tiveram um contato próximo e importante com o tema abordado, devido a sua posição e conhecimento da estrutura organizacional da competição.

O objetivo da entrevista é coletar informações para compreender o entendimento dos agentes à respeito do assunto estudado, propiciando a análise de maneira contextualizada e questões pertinentes sobre o planejamento e organização dos Jogos Abertos do Paraná, e a Política Pública norteadora dessa ação.

Escolheremos de maneira aleatória, um (01) representante de órgão esportivo cujo município que só tenha participado da Fase Regional; um (01) representante de órgão esportivo cujo município tenha participado da Fase Regional e se classificado para a Fase Final; um (01) representante de órgão esportivo cujo município tenha participado da Fase Final sagrando-se campeão. A princípio, cada participante será entrevistado uma vez, e a estimativa da duração da mesma será de duas horas.

Objetivando facilitar a coleta de informações e otimizar o tempo disponibilizado, temos a intenção de GRAVAR a entrevista para posteriormente digitar o conteúdo da mesma e utilizá-la como dados substanciais da pesquisa. Para que isso aconteça solicito a sua **AUTORIZAÇÃO**.

Os dados poderão ser transcritos e relatados sigilosamente (sem citar e identificar a fonte da informação) se assim o quiser. Da mesma forma, caso não se sinta à vontade para responder qualquer pergunta, seu desejo será respeitado.

Lembrando que a finalidade da entrevista é única e exclusivamente acadêmica, antecipadamente agradeço a dedicação do seu tempo e a disposição em colaborar.

Este estudo não tem a pretensão de fazer generalizações, mas prover informações ricas e contextualizadas e que proporcione ao leitor a transferência dos resultados para outra realidade.

- **BENEFÍCIOS**

Devido às categorias de análise que serão abordadas no estudo, poderão ser revelados procedimentos que auxiliem na criação de ações positivas ou na solução de problemas com relação à própria gestão esportiva, bem como nos mecanismos para a implantação e implementação de Políticas Públicas, com programas e projetos voltados para o esporte e o lazer.

- **DESPESAS/ RESSARCIMENTO DE DESPESAS DO VOLUNTÁRIO**

Serão disponibilizados todos os equipamentos e deslocamentos necessários para realização das entrevistas. Todos os sujeitos envolvidos nesta pesquisa são isentos de custos.

- **GARANTIA DE SIGILO E PRIVACIDADE**

As informações relacionadas ao estudo poderão ser transcritas e relatadas confidencialmente (sem citar e identificar a fonte da informação). Da mesma forma, caso você não se sinta à vontade para responder qualquer pergunta, seu desejo será respeitado.

Algumas questões foram formuladas com o propósito de dar início à conversa, ficando aberta a possibilidade de alguma complementação que se faça necessária.

Objetivando facilitar a coleta de informações e otimizar o tempo disponibilizado há a intenção de GRAVAR a entrevista para posteriormente digitar o conteúdo e utilizá-lo na medida do necessário, para o que solicitamos a sua AUTORIZAÇÃO.

Lembrando que a finalidade da entrevista é única e exclusivamente acadêmica, antecipadamente agradecemos a dedicação do seu tempo e a disposição em colaborar.

- **ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS**

Poderão ser feitas todas as perguntas que julgar necessárias antes de concordar em participar do estudo. Caso queira entrar em contato ligue para (41) 9677-9302, das 8h às 18h com o Prof. Fernando Marinho Mezzadri ou Profª. Jacqueline Alberge Ribas (41) 9994-6803.

- **COMITÊ DE ÉTICA DO SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética do Setor de Ciências Biológicas, e no caso de qualquer problema ou reclamação em relação à conduta dos pesquisadores haverá a possibilidade de se procurar o referido Comitê, localizado na Direção do Setor de Ciências Biológicas, Centro Politécnico, Universidade Federal do Paraná, pelo telefone (41) 3361-1798.

Diante do exposto acima eu, (nome do entrevistado) abaixo assinado, declaro que fui esclarecido sobre os objetivos, procedimentos e benefícios do presente estudo. Concedo meu consentimento de participação e entrevista na pesquisa proposta. Foi-me assegurado o direito de abandonar o estudo a qualquer momento, se assim o desejar. Declaro também não possuir nenhum grau de dependência profissional ou educacional com os pesquisadores envolvidos nesse projeto (ou seja, os pesquisadores desse projeto não podem me prejudicar de modo algum no trabalho ou nos estudos), não me sentindo pressionado de nenhum modo a participar dessa pesquisa.

---

Nome: LUIZ FERNANDO CORDEIRO

RG: 1.053.187-PR

Curitiba, 24 de Outubro de 2006.



## **ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DOS ENTREVISTADOS**

**Pesquisadores responsáveis: Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri**

**Profª Jacqueline Alberge Ribas**

- **OBJETIVO DO ESTUDO**

Como estudante do Programa de Mestrado em Ciências do Exercício e do Esporte pela Universidade Federal do Paraná, com ênfase na linha de pesquisa de História e Sociologia do Esporte (orientanda do Professor Doutor Fernando Marinho Mezzadri), estou conduzindo o estudo intitulado:

**OS JOGOS ABERTOS DO PARANÁ NA CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPORTE PARANAENSE ENTRE 1987 E 2005.**

A problemática central desta pesquisa, dentro do contexto das políticas públicas, é a seguinte: Os objetivos específicos propostos nos regulamentos dos Jogos Abertos do Paraná foram alcançados sob a visão dos agentes sociais esportivos envolvidos (o Estado como organizador e os órgãos esportivos municipais como participantes), no período compreendido entre 1987 e 2005?

- **PROCEDIMENTOS**

Esta pesquisa é um estudo cuja abordagem é qualitativa, por entender que esse tipo de pesquisa favorece a investigação mais detalhada e com maior profundidade sobre o objeto de estudo, corroborando com as evidências por meio da realidade dos fatos.

É um recorte da ação das políticas públicas para o esporte e o lazer no período de 1987 a 2005, mas que pode trazer inúmeras possibilidades de leitura sobre os seus impactos na sociedade. Como instrumento de coleta de dados, utilizaremos a entrevista semi-estruturada, que será feita com os 03 Secretários de Esporte e de Lazer Municipais, e 03 representantes do Estado, responsáveis pelo projeto Jogos Abertos do Paraná. Os sujeitos foram selecionados após levantamento efetuado em relação às pessoas que já prestaram significativas contribuições ao desenvolvimento esportivo do Paraná e que tiveram um contato próximo e importante com o tema abordado, devido a sua posição e conhecimento da estrutura organizacional da competição.

O objetivo da entrevista é coletar informações para compreender o entendimento dos agentes à respeito do assunto estudado, propiciando a análise de maneira contextualizada e questões pertinentes sobre o planejamento e organização dos Jogos Abertos do Paraná, e a Política Pública norteadora dessa ação.

Escolheremos de maneira aleatória, um (01) representante de órgão esportivo cujo município que só tenha participado da Fase Regional; um (01) representante de órgão esportivo cujo município tenha participado da Fase Regional e se classificado para a Fase Final; um (01) representante de órgão esportivo cujo município tenha participado da Fase Final sagrando-se campeão. A princípio, cada participante será entrevistado uma vez, e a estimativa da duração da mesma será de duas horas.

Objetivando facilitar a coleta de informações e otimizar o tempo disponibilizado, temos a intenção de GRAVAR a entrevista para posteriormente digitar o conteúdo da mesma e utilizá-la como dados substanciais da pesquisa. Para que isso aconteça solicito a sua **AUTORIZAÇÃO**.

Os dados poderão ser transcritos e relatados sigilosamente (sem citar e identificar a fonte da informação) se assim o quiser. Da mesma forma, caso não se sinta à vontade para responder qualquer pergunta, seu desejo será respeitado.

Lembrando que a finalidade da entrevista é única e exclusivamente acadêmica, antecipadamente agradeço a dedicação do seu tempo e a disposição em colaborar.

Este estudo não tem a pretensão de fazer generalizações, mas prover informações ricas e contextualizadas e que proporcione ao leitor a transferência dos resultados para outra realidade.

- **BENEFÍCIOS**

Devido às categorias de análise que serão abordadas no estudo, poderão ser revelados procedimentos que auxiliem na criação de ações positivas ou na solução de problemas com relação à própria gestão esportiva, bem como nos mecanismos para a implantação e implementação de Políticas Públicas, com programas e projetos voltados para o esporte e o lazer.

- **DESPESAS/ RESSARCIMENTO DE DESPESAS DO VOLUNTÁRIO**

Serão disponibilizados todos os equipamentos e deslocamentos necessários para realização das entrevistas. Todos os sujeitos envolvidos nesta pesquisa são isentos de custos.

- **GARANTIA DE SIGILO E PRIVACIDADE**

As informações relacionadas ao estudo poderão ser transcritas e relatadas confidencialmente (sem citar e identificar a fonte da informação). Da mesma forma, caso você não se sinta à vontade para responder qualquer pergunta, seu desejo será respeitado.

Algumas questões foram formuladas com o propósito de dar início à conversa, ficando aberta a possibilidade de alguma complementação que se faça necessária.

Objetivando facilitar a coleta de informações e otimizar o tempo disponibilizado há a intenção de GRAVAR a entrevista para posteriormente digitar o conteúdo e utilizá-lo na medida do necessário, para o que solicitamos a sua AUTORIZAÇÃO.

Lembrando que a finalidade da entrevista é única e exclusivamente acadêmica, antecipadamente agradecemos a dedicação do seu tempo e a disposição em colaborar.

- **ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS**

Poderão ser feitas todas as perguntas que julgar necessárias antes de concordar em participar do estudo. Caso queira entrar em contato ligue para (41) 9677-9302, das 8h às 18h com o Prof. Fernando Marinho Mezzadri ou Profª. Jacqueline Alberge Ribas (41) 9994-6803.

- **COMITÊ DE ÉTICA DO SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética do Setor de Ciências Biológicas, e no caso de qualquer problema ou reclamação em relação à conduta dos pesquisadores haverá a possibilidade de se procurar o referido Comitê, localizado na Direção do Setor de Ciências Biológicas, Centro Politécnico, Universidade Federal do Paraná, pelo telefone (41) 3361-1798.

Diante do exposto acima eu, (nome do entrevistado) abaixo assinado, declaro que fui esclarecido sobre os objetivos, procedimentos e benefícios do presente estudo. Concedo meu consentimento de participação e entrevista na pesquisa proposta. Foi-me assegurado o direito de abandonar o estudo a qualquer momento, se assim o desejar. Declaro também não possuir nenhum grau de dependência profissional ou educacional com os pesquisadores envolvidos nesse projeto (ou seja, os pesquisadores desse projeto não podem me prejudicar de modo algum no trabalho ou nos estudos), não me sentindo pressionado de nenhum modo a participar dessa pesquisa.

---

Nome: WALDECIR EDSON PAGLIACI

RG: 1.170.646-0

Curitiba, 10 de Outubro de 2006.

## ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

**Pesquisadores responsáveis: Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri**

**Profª Jacqueline Alberge Ribas**

### • OBJETIVO DO ESTUDO

Como estudante do Programa de Mestrado em Ciências do Exercício e do Esporte pela Universidade Federal do Paraná, com ênfase na linha de pesquisa de História e Sociologia do Esporte (orientanda do Professor Doutor Fernando Marinho Mezzadri), estou conduzindo o estudo intitulado:

### **OS JOGOS ABERTOS DO PARANÁ NA CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPORTE PARANAENSE ENTRE 1987 E 2005.**

A problemática central desta pesquisa, dentro do contexto das políticas públicas, é a seguinte: Os objetivos específicos propostos nos regulamentos dos Jogos Abertos do Paraná foram alcançados sob a visão dos agentes sociais esportivos envolvidos (o Estado como organizador e os órgãos esportivos municipais como participantes), no período compreendido entre 1987 e 2005?

### • PROCEDIMENTOS

Esta pesquisa é um estudo cuja abordagem é qualitativa, por entender que esse tipo de pesquisa favorece a investigação mais detalhada e com maior profundidade sobre o objeto de estudo, corroborando com as evidências por meio da realidade dos fatos.

É um recorte da ação das políticas públicas para o esporte e o lazer no período de 1987 a 2005, mas que pode trazer inúmeras possibilidades de leitura sobre os seus impactos na sociedade. Como instrumento de coleta de dados, utilizaremos a entrevista semi-estruturada, que será feita com os 03 Secretários de Esporte e de Lazer Municipais, e 03 representantes do Estado, responsáveis pelo projeto Jogos Abertos do Paraná. Os sujeitos foram selecionados após levantamento efetuado em relação às pessoas que já prestaram significativas contribuições ao desenvolvimento esportivo do Paraná e que tiveram um contato próximo e importante com o tema abordado, devido a sua posição e conhecimento da estrutura organizacional da competição.

O objetivo da entrevista é coletar informações para compreender o entendimento dos agentes à respeito do assunto estudado, propiciando a análise de maneira contextualizada e questões pertinentes sobre o planejamento e organização dos Jogos Abertos do Paraná, e a Política Pública norteadora dessa ação.

Escolheremos de maneira aleatória, um (01) representante de órgão esportivo cujo município que só tenha participado da Fase Regional; um (01) representante de órgão esportivo cujo município tenha participado da Fase Regional e se classificado para a Fase Final; um (01) representante de órgão esportivo cujo município tenha participado da Fase Final sagrando-se campeão. A princípio, cada participante será entrevistado uma vez, e a estimativa da duração da mesma será de duas horas.

Objetivando facilitar a coleta de informações e otimizar o tempo disponibilizado, temos a intenção de GRAVAR a entrevista para posteriormente digitar o conteúdo da mesma e utilizá-la como dados substanciais da pesquisa. Para que isso aconteça solicito a sua AUTORIZAÇÃO.

Os dados poderão ser transcritos e relatados sigilosamente (sem citar e identificar a fonte da informação) se assim o quiser. Da mesma forma, caso não se sinta à vontade para responder qualquer pergunta, seu desejo será respeitado.

Lembrando que a finalidade da entrevista é única e exclusivamente acadêmica, antecipadamente agradeço a dedicação do seu tempo e a disposição em colaborar.

Este estudo não tem a pretensão de fazer generalizações, mas prover informações ricas e contextualizadas e que proporcione ao leitor a transferência dos resultados para outra realidade.

- **BENEFÍCIOS**

Devido às categorias de análise que serão abordadas no estudo, poderão ser revelados procedimentos que auxiliem na criação de ações positivas ou na solução de problemas com relação à própria gestão esportiva, bem como nos mecanismos para a implantação e implementação de Políticas Públicas, com programas e projetos voltados para o esporte e o lazer.

- **DESPESAS/ RESSARCIMENTO DE DESPESAS DO VOLUNTÁRIO**

Serão disponibilizados todos os equipamentos e deslocamentos necessários para realização das entrevistas. Todos os sujeitos envolvidos nesta pesquisa são isentos de custos.

- **GARANTIA DE SIGILO E PRIVACIDADE**

As informações relacionadas ao estudo poderão ser transcritas e relatadas confidencialmente (sem citar e identificar a fonte da informação). Da mesma forma, caso você não se sinta à vontade para responder qualquer pergunta, seu desejo será respeitado.

Algumas questões foram formuladas com o propósito de dar início à conversa, ficando aberta a possibilidade de alguma complementação que se faça necessária.

Objetivando facilitar a coleta de informações e otimizar o tempo disponibilizado há a intenção de GRAVAR a entrevista para posteriormente digitar o conteúdo e utilizá-lo na medida do necessário, para o que solicitamos a sua AUTORIZAÇÃO.

Lembrando que a finalidade da entrevista é única e exclusivamente acadêmica, antecipadamente agradecemos a dedicação do seu tempo e a disposição em colaborar.

- **ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS**

Poderão ser feitas todas as perguntas que julgar necessárias antes de concordar em participar do estudo. Caso queira entrar em contato ligue para (41) 9677-9302, das 8h às 18h com o Prof. Fernando Marinho Mezzadri ou Profª. Jacqueline Alberge Ribas (41) 9994-6803.

- **COMITÊ DE ÉTICA DO SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética do Setor de Ciências Biológicas, e no caso de qualquer problema ou reclamação em relação à conduta dos pesquisadores haverá a possibilidade de se procurar o referido Comitê, localizado na Direção do Setor de Ciências Biológicas, Centro Politécnico, Universidade Federal do Paraná, pelo telefone (41) 3361-1798.

Diante do exposto acima eu, (nome do entrevistado) abaixo assinado, declaro que fui esclarecido sobre os objetivos, procedimentos e benefícios do presente estudo. Concedo meu consentimento de participação e entrevista na pesquisa proposta. Foi-me assegurado o direito de abandonar o estudo a qualquer momento, se assim o desejar. Declaro também não possuir nenhum grau de dependência profissional ou educacional com os pesquisadores envolvidos nesse projeto (ou seja, os pesquisadores desse projeto não podem me prejudicar de modo algum no trabalho ou nos estudos), não me sentindo pressionado de nenhum modo a participar dessa pesquisa.

---

Nome: VICENTE PIAZZA FILHO

RG: 476.684-9

Curitiba, 17 de Outubro de 2006.

**ANEXO III - PERGUNTAS PRINCIPAIS NAS ENTREVISTAS**

Com relação aos Jogos Abertos do Paraná:

1. Em sua opinião, o que quer dizer o termo “esporte rendimento”?
2. Em sua opinião, como é a participação governamental no desenvolvimento do esporte rendimento no Estado?
3. Qual é, em sua opinião, o papel de um governo estadual em relação ao esporte rendimento?
4. Em sua opinião, qual é o papel da iniciativa privada no desenvolvimento do esporte no Estado do Paraná?
5. Como você definiria os Jogos Abertos do Paraná?
6. Em sua opinião, quando se usa o termo “expressão máxima do esporte rendimento do Estado”, o que se quer dizer?
7. Você considera esta competição a expressão máxima do esporte rendimento do Estado?
8. Em sua opinião, quando se fala em “redimensionar os valores sócio-cultural-esportivos dos recursos humanos disponíveis, especializando-os para o rendimento esportivo”, o que se quer dizer?
9. Você considera que estes jogos redimensionam os valores sócio-cultural-esportivos dos recursos humanos disponíveis, especializando-os para o rendimento esportivo?
10. Como você acha que deveria ser a participação dos gestores na organização?
11. Quando se altera o Regulamento, são levadas em consideração as diretrizes estabelecidas na política pública para o esporte e lazer, se houver?
12. Como as Federações Esportivas Especializadas participam na realização da competição?
13. Em sua opinião, essa participação das Federações Esportivas Especializadas é suficiente ou não?
14. Em sua opinião qual é o objetivo do município quando participa da competição?
15. Você tem conhecimento de como o município se prepara para participar?
16. Em sua opinião, por que um município solicita a sediação de uma Fase Regional ou de uma Fase Final?
17. Em sua opinião a competição gera atividade econômica, com mercado diferenciado, pela oferta de novos empregos, serviços e bens de natureza esportiva?
18. Qual a sua opinião sobre a contratação de atletas de outros municípios para jogar?
19. Qual a sua opinião sobre a participação de atletas de outros estados?

20. Em sua opinião existe análise científica, quantitativa, qualitativa da competição, para possibilitar uma melhoria no desenvolvimento esportivo dos municípios?
21. Quando o município decide participar dos Jogos Abertos do Paraná, você acha que seus dirigentes levam em consideração a política pública municipal estabelecida, se houver?
22. Como você vê a participação da comunidade esportiva paranaense nas decisões sobre as diretrizes que nortearão sua realização?
23. Como você acha que deveriam ser os Jogos Abertos do Paraná?
24. Em sua opinião, de quem deveria ser a responsabilidade de organizar e realizar a competição?

## **ANEXO IV – TEXTO INTEGRAL DAS ENTREVISTAS QUE FAZEM PARTE DO NÚCLEO CENTRAL DA PESQUISA**

### **Entrevista com o professor José Alberto de Campos, funcionário da Paraná Esporte, em Curitiba, no dia 28 de Setembro de 2006.**

Entrevistadora pergunta – Em sua opinião o que quer dizer o termo “Esporte Rendimento”?  
Campos responde – Esporte Rendimento é, em poucas palavras, o esporte de Federação e Confederação. Um esporte mais organizado, que trabalha com técnicos especializados, com material de primeira qualidade, atletas com tempo suficiente de treinamento.

Entrevistadora pergunta – O que você considera tempo suficiente de treinamento?  
Campos responde – O tempo que o atleta tem para se dedicar ao esporte de maneira, vamos dizer assim, quase profissional. Que ele tenha um tempo durante o dia. Um programa de treinamento adequado ao estudo, ao trabalho, mas se dedicando mais ao esporte do que a qualquer outra coisa.

Entrevistadora pergunta – E, na sua opinião, qual é o papel do governo estadual em relação ao Esporte Rendimento?

Campos responde – O papel é de apoio nesse momento, e já que o estudo é sobre os Jogos Abertos, acho que os Jogos Abertos deveriam ser um instrumento de fomento e de apoio ao Esporte Rendimento do Estado. Ou seja, dando oportunidade para essas Federações Esportivas Especializadas fazerem a sua política junto aos municípios e desenvolverem o Esporte Rendimento, e o Estado utilizando os Jogos Abertos como mais uma vitrine desse Esporte Rendimento do Paraná. Trabalhar com as Federações Esportivas Especializadas.

Entrevistadora pergunta – Em sua opinião, qual é o papel da iniciativa privada no desenvolvimento do esporte no Estado do Paraná?

Campos responde – O papel da iniciativa privada? Nós estamos falando sobre Esporte Rendimento. Eu acho que ela é fundamental. O esporte de rendimento entendido, como nós já falamos, com o apoio do Estado às Federações Esportivas, estando atrelado à iniciativa privada, porque as prioridades para o esporte, as políticas públicas para o esporte, ou seja, o papel do Estado para o esporte, deve ser na formação e encaminhamento ao esporte rendimento. É aí que o Estado deve investir. O Estado tem que ser apoio, fomento, e trabalhar junto com as Federações Esportivas e a iniciativa privada. Obviamente que os Jogos Abertos, na minha visão, tem duas vertentes.

Entrevistadora pergunta – Você já está definindo o que é Jogos Abertos?

Campos responde – Mais ou menos. Eu acho que os Jogos Abertos tem um lado em que ele é participação e outro lado que ele deve ser entendido como rendimento, ou seja, as duas categorias que existem nos Jogos Abertos, não é? As melhores equipes, as equipes, como eu falei, com técnicos especializados, material de qualidade, atletas com tempo suficiente de treinamento estão participando de uma categoria diferente de uma outra categoria que é mais esporte de participação, ou seja, a possibilidade do cidadão que não treina, que não tem essas condições que o Esporte Rendimento permite, mas ele gosta do esporte e participa do esporte nessa outra vertente que é o Esporte de Participação e que eu acho que é uma das correntes dos Jogos Abertos do Paraná.

Entrevistadora pergunta – Como você acha que o município deveria trabalhar nessas duas vertentes?

Campos responde – Na verdade eu acho que o município deve fazer a escolha. Ele deve propiciar ao cidadão a prática esportiva e como conseqüência uma disputa nos Jogos Abertos do Paraná como participação ou ter uma equipe especializada, participando de campeonatos das Federações, Confederações e também participar dos Jogos Abertos do Paraná numa categoria diferente dessas de participação que a gente está falando. Ou seja, categorias “B”, “A”, as melhores do Paraná, não sei se “8” não sei se “16”, não sei, enfim, um estudo que precisa se aprofundar, mas deve haver essa diferença.

Entrevistadora pergunta – Na sua opinião, quando se usa o termo: Expressão Máxima do Esporte Rendimento no Estado, o que se quer dizer?

Campos responde – É onde se mostram as melhores equipes do Estado nas diferentes modalidades esportivas.

Entrevistadora pergunta – Você considera os Jogos Abertos a Expressão Máxima do Esporte Rendimento no Estado do Paraná?

Campos responde – Olha é complicado. Eu acho que para algumas modalidades isso realmente acontece, mas em outras não acho que isso aconteça. Eu acho que é uma manifestação esportiva muito importante no Estado do Paraná, acho, porém que devia ser melhor aproveitada essa oportunidade que se dá à várias modalidades, sendo “A” ou sendo “B” ou de rendimento ou de participação. Isso deveria ser melhor explorado pelo Estado.

Entrevistadora pergunta – Quando se fala em: redimensionar os valores sócios culturais esportivos dos recursos humanos disponíveis especializando-os para os rendimento esportivo. O que você acha que isso quer dizer?

Campos responde – Bom. No meu entendimento é encaminhar os atletas que participam dos Jogos Abertos, acho que está atrelado aos Jogos Abertos, ao Esporte Rendimento, dando essa oportunidade de treinamento para a participação nos Jogos Abertos pra que num segundo estágio ele venha a participar do Esporte Rendimento do Estado, ou seja, atrelado a uma Federação, se filiar a uma Federação, e disputar um campeonato de Esporte Rendimento.

Entrevistadora pergunta – Os Jogos Abertos propiciam esse redimensionamento dos valores sócio culturais e especializa para o rendimento esportivo?

Campos responde – Acho que é um campo em que existe essa condição. Eu não sei se ele é bem aproveitado, mas é um espaço que se abre para que isso aconteça.

Entrevistadora pergunta – Você acha que já aconteceu isso?

Campos responde – Eu acho que já, porque se nós pensarmos em uma equipe que começou a disputar os Jogos Abertos, e essa equipe foi se aprimorando e nos Jogos Abertos teve uma colocação boa, esse município, essa equipe se inscreveu na Federação, começou a participar da Federação, a cidade se envolveu na disputa dessa equipe na Federação. Então existe toda uma trama que envolve, que caminha pra isso.

Entrevistadora pergunta – Falando de gestores, como você acha que deveria ser a participação dos gestores na organização dos Jogos Abertos do Paraná?

Campos responde – Esses gestores entendido como o que: Estado? Federação? Iniciativa Privada? Primeiro eu acho que deveria acontecer a articulação entre esses gestores, coisa que eu acho que não acontece. Quando você define as regras do jogo junto com os municípios, ou seja, o regulamento dos Jogos Abertos, várias vezes elimina a participação da iniciativa privada, que pode ter interesse em estar investindo nesse esporte, no esporte ou rendimento da participação nos Jogos Abertos, e as vezes até a Federação não escuta. A



Federação que define o que é rendimento esportivo no Estado não participa do regulamento dos Jogos Abertos do Paraná. Então na verdade são decisões unilaterais. Às vezes o Estado tem uma decisão que ninguém contesta, que ninguém mexe, às vezes os municípios tem decisões também que não são, interesses que não os mesmos das federações ou da iniciativa privada e aí não existe essa articulação. Eu acho isso.

Entrevistadora pergunta – Uma das perguntas que eu tenho é exatamente sobre isso. Como as Federações Esportivas Especializadas participam da realização dos Jogos Abertos?

Campos responde – Pois é. Na verdade eu estou afastado dos Jogos Abertos há algum tempo, mas as Federações Esportivas participavam dos Jogos Abertos simplesmente cedendo árbitros, coordenadores e olhe lá! Eles não tomavam decisões sobre as regras do jogo, o regulamento dos jogos, o que realmente facilitaria o encaminhamento ou o aprimoramento desse Esporte Rendimento que a gente está falando. Se a Federação está envolvida subentende-se Esporte Rendimento. Como a Federação, às vezes, não é ouvida, nós perdemos campo para aprimorar esse Esporte Rendimento na minha opinião.

Entrevistadora pergunta – Teve uma época em que a gente fez a parte técnica, o regulamento técnico dos jogos e me lembro que eram chamadas as Federações para opinar, mas só no Regulamento Técnico, basicamente nas regras.

Campos responde – Sim, são as disputas onde a Federação, que detém o conhecimento daquela modalidade, pode assessorar tecnicamente o Estado dizendo assim: olha: desta forma este esporte tem condições de melhorar a sua performance dentro dos Jogos Abertos, coisa que eu não sei, que eu posso estar enganado, mas eu não vejo que isto aconteça hoje.

Entrevistadora pergunta – Essa participação das Federações Esportivas Especializadas é suficiente ou não?

José Alberto de Campos – Não. O que a gente tem que entender é que os Jogos Abertos é uma ferramenta do sistema esportivo estadual. O que é este sistema esportivo estadual que eu entendo: é o Estado, as Federações, a iniciativa privada, os clubes, enfim, todos que de alguma forma interagem no esporte do Paraná e acho que as Federações não tem participado como poderiam.

Entrevistadora pergunta – Quando se altera o regulamento dos Jogos Abertos, você acha que são levados em consideração as diretrizes estabelecidas na política pública para o esporte e lazer?

Campos responde – Não. Não são levadas em consideração essas diretrizes, até porque não existe atualmente uma política clara de esportes. O Estado não conseguiu passar ainda aos municípios ou aos dirigentes do esporte nos municípios, o que realmente o Estado quer. Porque eu acho que não existe uma política clara. Qual é a prioridade do esporte? Esporte Rendimento, Esporte Educação, Esporte Participação? Então eu acredito que não.

Entrevistadora pergunta – Na sua opinião, qual é o objetivo do município quando participa dos Jogos Abertos?

Campos responde – Eu vejo assim. Ele dá condição ao cidadão, que de alguma forma participa do esporte, sendo ele de participação ou rendimento, de desenvolver, tentar melhorar a qualidade do que é feito no município, seja esporte participação, ou seja, de esporte de rendimento. Quer dizer, as pessoas treinam, treinam, treinam, treinam o ano inteiro nas suas cidades e os Jogos Abertos não deixam de ser uma vitrine para mostrar o que é feito no município sendo o esporte de participação ou de rendimento.

Entrevistadora pergunta – Você tem conhecimento de como que este município se prepara para participar dos Jogos Abertos?

Campos responde – Olha, eu acho assim: quando se fala do esporte de rendimento, os municípios que participam de campeonatos de Federação, a preparação é completamente diferente. Os atletas têm um acompanhamento médico, recebem bolsa auxílio para treinar, técnicos especializados, ginásios ou praças esportivas de acordo com o esporte rendimento, enfim, o município tenta dar as condições necessárias ao desenvolvimento do esporte rendimento. Quando nós falamos de esporte participação, e tem muito ainda que acontece, e esse esporte participação se expressa nas fases regionais dos jogos, pegam um aqui, outro lá, se reúnem uma semana antes, dão uma treinada e vão participar, por quê? Porque queira ou não queira, é um momento de encontro, um momento de lazer, um momento de rever velhos amigos. O esporte propicia isso e quem já jogou, de alguma forma pensa: eu quero estar nos Jogos Abertos, e uma semana antes, reúne lá meia dúzia de “gatos pingados” e vão participar dos Jogos Abertos, que é para ele e para grande maioria, uma alegria.

Entrevistadora pergunta – Em sua opinião, por que um município solicita a sediação de uma Fase Regional ou de uma Fase Final?

Campos responde – A grande maioria pensa no benefício que os Jogos Abertos podem propiciar para o município, em melhoria de praças esportivas, não só melhoria mas construção de praças e unidades esportivas no município. Eu acho que fica em segundo plano o pensamento do esporte como investimento turístico ou econômico de trazer divisas, as pessoas ficarem lá uma semana em hotéis, restaurantes e comércio, isso é secundário. Eu acho que quando o dirigente esportivo pensa na sediação dos Jogos é para melhorar a estrutura esportiva do seu município com reformas, construção, em segundo plano o turismo, etc, etc, etc.

Entrevistadora pergunta – Em sua opinião, então, os Jogos Abertos geram atividade econômica? Um mercado diferenciado?

Campos responde – Sem dúvida.

Entrevistadora pergunta – Você chega a ver a oferta de novos empregos, serviços e bens de natureza esportiva?

Campos responde – Com certeza. Consigo e acho que falta potencializar essa questão, acho que os Jogos Abertos não são explorados da maneira como deveriam. Na minha visão é inaceitável que hoje nós não temos, pelo que eu saiba, não existe um patrocinador máster de Jogos Abertos. Hoje eu não sei quantos jogos acontecem, quantas pessoas o Estado consegue reunir nos ginásios, praças de esportes durante as fases regionais e fase finais de jogos, não sei se existe pesquisa, pra ver quantas vezes a marca de um determinado patrocinador poderia estar exposta. Você que está lá, existe um patrocinador dos Jogos Abertos ou não?

Entrevistadora responde – Não, muito pouca coisa. É praticamente nula.

José Alberto de Campos – Existe no município, mas o Estado não tem um patrocinador. Existe no município, o secretário fala assim: o Zé da farmácia, me ajuda aí! Mas não existe uma coisa planejada uma coisa séria que tenha ramificação com Federação, que durante todo o ano, esse patrocinador esteja junto com outras ações periféricas aos Jogos, falando de esporte, programas esportivos na televisão, nada disso acontece e os Jogos Abertos poderiam ser muito melhor explorados nesse sentido.

Entrevistadora pergunta – Qual a sua opinião sobre a contratação de atletas de outros municípios para jogar os Jogos Abertos?

Campos responde – Olha, é algo que a gente vem discutindo isso desde que eu me conheço no esporte. Eu não sei hoje como essas regras estão colocadas mas, eu acho que dentro do Estado esses atletas que migram de um município para outro para participar

desses Jogos Abertos, tem um lado positivo que é de melhorar as equipes, ou seja, primeiro é o esporte rendimento que a gente quer melhorar as equipes, enfim, o outro lado positivo que eu vejo é que as essas equipes melhorando o nível técnico podem participar dos campeonatos das Federações o que seria o outro lado positivo. Essas equipes teoricamente estariam depois dos campeonatos estaduais, defendendo as cores do Paraná em campeonatos brasileiros, enfim, eu acho isso saudável, acho isso positivo. O que eu acho que não é positivo são os municípios que utilizam disso e não só de dentro do Estado, mas atletas de fora do Estado, que trazem somente na época dos Jogos, vem aqui e disputam seis jogos, sete jogos, vão embora, não disputam campeonatos das Federações, ganham a medalha ou o troféu dos Jogos Abertos e acabou. Acabou aquele período de evento não fica nada no município. Não existe relação dos atletas com a cidade, enfim não sobra nada, então nesse aspecto não sou favorável. Sou favorável do atleta que venha, fique, que o município dispute o campeonato da Federação, dispute o campeonato brasileiro defendendo as cores do Paraná, exista uma troca.

Entrevistadora pergunta – Na sua opinião, há análise científica, quantitativa, qualitativa dos Jogos Abertos a fim de possibilitar o desenvolvimento técnico das representações municipais?

Campos responde – Não, esse trabalho científico não existe. Eu posso estar enganado, mas pelo que eu tenho visto não existe. Não se dá um retorno aos Municípios de análise qualitativa. Existe de repente um retorno quantitativo, tantos jogos, tantas cestas, mais um trabalho mais apurado, científico com variação eu desconheço.

Entrevistadora pergunta – Quando o município decide participar dos Jogos Abertos do Paraná, você acha que seus dirigentes levam em consideração a política pública municipal estabelecida, se houver?

Campos responde – Eu não sei se ele atende à política pública, eu acho que ele atende a um objetivo colocado isoladamente numa proposta. Eu acho que são pouquíssimos ou raríssimos os municípios que tem uma política pública definida no esporte e isto eu acho que não acontece porque o Estado não cumpre o seu papel no estabelecimento de uma política pública no esporte. Como estabelecer uma política municipal se eu não tenho parâmetro? Pode ser que o parâmetro que eu tenho é alguma coisa que foi feita a nível Federal, que não foi bem divulgado, na minha opinião. Então, eu acho que, não se leva em conta uma política pública no município.

Entrevistadora pergunta – Como você vê a participação da comunidade esportiva paranaense nas decisões sobre as diretrizes que nortearão a realização dos Jogos Abertos?

Campos responde – Eu acho que ela participa muito superficialmente, porque através dos anos o que eu percebo é que todo o ano existe uma grande reunião com essa comunidade esportiva que você está falando, e esta reunião simplesmente discute vírgula no que já está colocada em regulamento de jogos. Não se discute com profundidade, com transparência, os objetivos que estão colocados ali a não sei quanto tempo e eles não se mudam, não se alteram. Os tempos mudam e foi realizado esse ano cinquenta e seis edições. Se pegar as últimas vinte muita pouca coisa mudou. Então, não se discute com profundidade, tentar atrair a iniciativa privada com modalidades que atraíam mais o público, outras formas de se realizar Jogos Abertos. Nós estamos ainda discutindo se usa carteira de identidade, número de carteira, se não usa, quer dizer, isso já está ultrapassado. Nós precisamos criar um momento, e não só para os Jogos Abertos, onde a gente tenha a oportunidade de se aprofundar nas questões do esporte. Que política é essa? Existe política? Qual é? Me mostre a política. Para onde nós queremos ir?

Entrevistadora pergunta – Foi criado o Conselho Estadual do Esporte, você acha que pode ser um fórum de debates ou um fórum para fomento dessas questões?

Campos responde – Eu acho que o Conselho é muito importante, desde que ele seja ativo e oportunize isso junto com o órgão responsável de fomento, de desenvolvimento do esporte no Estado, eu acho muito importante o Conselho. Mas se precisa pensar em momentos de discussão mais aprofundadas a respeito do esporte paranaense. Quando eu digo esporte é o lazer esportivo, esporte educação, esporte participação, esporte rendimento.

Entrevistadora pergunta – Como você acha que deveriam ser os Jogos Abertos do Paraná?

Campos responde – Continuo com a mesma opinião, ou seja, uma parte da competição contemplando o esporte de participação a outra de rendimento como está colocado aí. Acho que outras modalidades esportivas deveriam ser inseridas, modalidades que agradem ao público, ocasionando maior facilidade em atrelar a iniciativa privada. Acho que os Jogos Regionais devem ser revistos na medida em que poderíamos ter algumas modalidades acontecendo o ano todo e valendo como pontuação para Jogos Abertos na grande final dos jogos. Modalidades não só acontecendo regionalmente mas acontecendo em competições em várias localidades do Estado e contando ponto, valendo ponto para os Jogos Abertos. Possibilitando mais a participação dos outros atores envolvidos na construção dos Jogos Abertos do Paraná, dando mais voz às Federações. Ouvir mais o Conselho na estruturação do regulamento geral dos Jogos Abertos. Porque existe uma tendência muito grande da continuidade do que está aí. Não se altera, não se muda, por quê? Porque não existem grandes momentos de discussão, e este teu trabalho aí é uma excelente ferramenta para isso.

Entrevistadora pergunta – Em sua opinião de quem deveria ser a responsabilidade de organizar e realizar os Jogos Abertos do Paraná?

Campos responde – Organizar eu acho que todos os atores dos sistema esportivo estadual deveriam fazer parte, porque todos tem interesse na organização. Quando eu falo organização é para pensar em todas as questões que envolvem o esporte. Se é de participação de rendimento, enfim, todos pensando em aprofundar nas discussões dos Jogos Abertos. Agora realização, eu acho que deve ter uma entidade que organiza, difunda, fomenta o esporte como o articulador disso. Mas a realização entendida como execução deve ter as Federações envolvidas. Eu acho que é isso, a entidade do Estado junto com as Federações Esportivas Especializadas ou Associações ou Ligas, na realização.

### **Entrevista com o professor Carlos Roberto Ferreira, Secretário Municipal de Esporte e Recreação, em Ponta Grossa, no dia 02 de Outubro de 2006.**

Entrevistadora pergunta – Na sua opinião o que quer dizer Esporte Rendimento?

Ferreira responde – Esporte rendimento, na minha opinião, é aquele que você vai competir, que você vai ter um resultado no final daquilo que você propõe. Então você pode aferir esse esporte de alguma forma, através de um resultado, através de alguma uma estatística, algum índice, enfim, através de alguma coisa. Nós pelo menos na prefeitura de Ponta Grossa, na época que tivemos um esporte de alto rendimento ou de rendimento, alto rendimento eram aquelas equipes que disputavam ligas e o de rendimento era aquele que disputava em competições menores que era os Jogos Abertos, Jogos da Juventude, Jogos Escolares, competições no município mesmo. Então nos tínhamos como definir dessa forma.

Entrevistadora pergunta – Na sua opinião qual é o papel do governo estadual em relação ao esporte rendimento?

Ferreira responde – É aquele que deve fomentar, é aquele que deve promover, é aquele que deve incentivar. E se você estiver também participando do alto rendimento talvez o governo do Estado possa auxiliar. Isso aconteceu no passado, quando nós tínhamos equipes disputando ligas nacionais, o governo do estado sempre foi muito parceiro auxiliando essas equipes a representar o estado. Hoje eu, por não estarmos mais nesse circuito, não tenho nem pedido e nem tenho conhecimento se o Estado tem participado. Vejo em Jogos Escolares, que o Estado providencia a representatividade do Estado na fase brasileira. Jogos Universitários também, soube que o Estado fomenta e ajuda a participação do desporto universitário quando o representa, então eu vejo o Estado como o grande fomentador, o grande incentivador do Esporte Rendimento.

Entrevistadora pergunta – Qual o papel da iniciativa privada no desenvolvimento do esporte no Paraná?

Ferreira responde – Ela tem uma missão muito importante. Eu vejo que a iniciativa privada junto da credibilidade, seja onde for, seja como parceira seja como patrocinadora seja como for. Eu vejo a iniciativa privada como sendo o agente motivador do público. Então nós temos um clube que usa o poder público, quer seja estadual ou municipal fomentando, ajudando, auxiliando e a iniciativa privada dando a sua chancela e dando a credibilidade para aquele programa ou aquela equipe, e aquele evento que esteja acontecendo. Então eu vejo que a iniciativa privada é de suma importância tanto no esporte de rendimento como no esporte seja ele escolar, seja comunitário seja ele de recreação e lazer como você entender.

Entrevistadora pergunta – Como você definiria os Jogos Abertos do Paraná?

Ferreira responde – Atuais ou antigos? Porque eu divido os Jogos Abertos do Paraná antes de 87, posterior a 87 que foi um marco na organização principalmente. Nós tivemos até 86 uma forma de participar e realizar, sediar. Em 87 nós vimos um profissionalismo na sediação, quando Campo Mourão sediou depois de Paranaguá que foi em 86. Ali nós vimos que os Jogos Abertos tiveram um salto muito grande de qualidade, tanto na preparação do município, na expectativa da realização do evento, como na participação de todos os municípios, cada vez tentando se preparar melhor para que houvesse uma participação técnica, inclusive muito boa. E nós vemos hoje, nos Jogos Abertos do Paraná que estão relegados, na minha opinião, pelo órgão promotor que é a Paraná Esporte, a um segundo plano. A Paraná Esporte, no meu entender, ela dá atenção muito maior os Jogos da Juventude do Paraná do que aos Jogos Abertos do Paraná e mesmo àqueles que participam, eu vejo que existem interesses de algumas entidades e não de todas.

Entrevistadora pergunta – Na sua opinião, quando se usa o termo: expressão máxima do esporte rendimento no Estado. O que se quer dizer?

Ferreira responde – Individual ou coletivo? A expressão máxima no esporte no Estado é aquele que é o destaque, aquele que é o exemplo, pode ser na área atlética como pode ser na área administrativa ou de planejamento, enfim, administrativa é aquela que é o destaque, aquele que é o exemplo no meu entender.

Entrevistadora pergunta – Você considera os Jogos Abertos do Paraná a expressão máxima do esporte rendimento no Estado?

Ferreira responde – Hoje não, até por causa dessa situação que está instalada no Estado, não existe um interesse do órgão promotor. Nós vemos que os que estão sediando, pelo menos no ano passado e nesse ano, se sediam de uma forma que não mobiliza e não atrai a atenção do público daquele município, para os eventos para os jogos e também não vemos que os participantes participem com dedicação, com vontade. Muitas vezes você vê o

município indo de uma forma desorganizada. Vai por ir, vai para passar uma semana naquela cidade e se levar sorte fica a semana toda. Mesmo porque até hoje é uma confusão muito grande também, no sentido da organização propriamente dita do evento. Modalidades que iniciam e terminam num prazo bem menor daquele estipulado, só como exemplo o bolão esse ano começou no sábado e terminou na terça a divisão A depois a B começou na terça para acabar num sábado, então assim, uma coisa despropositada. Pega modalidades que começaram na terça e terminaram no sábado, ou começaram no sábado e terminaram na terça. No basquetebol, que é uma modalidade, talvez no Estado, não muito forte, mas é uma modalidade tradicional no país inclusive concorrendo naquela semana, com campeonato Mundial acontecendo no Brasil no feminino, e nós tivemos o basquete acabando na quarta-feira, quer dizer uma modalidade expressiva. Então a gente vê assim uma certa desorganização hoje no sentido de levar o evento como ele deve ser levado, com critérios, fazendo com que se tire o máximo do evento em prol daquela comunidade que está participando, que são os atletas, os municípios e o município-sede que deu o retorno.

Entrevistadora pergunta – Na sua opinião quando se fala redimensionar os valores sócio-culturais e esportivos dos recursos humanos disponíveis especializando-os para o rendimento esportivo. O que você acha que isso quer dizer?

Ferreira responde – Aquilo que eu tenho eu vou adaptar e melhorar à condição disso que eu tenho, seja ele recursos humanos técnicos ou sejam eles recursos humanos atletas. Então é uma forma de otimizar, de melhorar isso para que eu tenha um melhor proveito no final do meu objetivo. É muito usado hoje, e talvez seja uma forma mais econômica de você poder administrar e fazer as coisas acontecerem.

Entrevistadora pergunta – Você considera que os Jogos Abertos fazem isso, redimensionam os valores sócio-culturais e esportivos dos recursos humanos disponíveis especializando-os para o Esporte Rendimento?

Ferreira responde – Hoje do jeito que está não. Até porque nós não temos Esporte Rendimento nos Jogos Abertos. É um “bando” de veteranos participando dos Jogos Abertos do Paraná. Você veria uma melhor condição nos Jogos da Juventude, que hoje, esse ano principalmente, ele não teve a condição técnica de locais (infra-estrutura), as melhores possíveis, mas você teve uma condição técnica melhor que o ano todo passado, que eu vivenciei. Agora, nos Jogos Abertos é muito difícil você pegar uma equipe de alto nível, de altíssimo nível, e quando você tem uma determinada modalidade você encontra uma ou duas, das oito ou das dez participantes. De 87 a 95 tivemos Jogos Abertos memoráveis. Eu me lembro que em 91, por exemplo, quando a Paraná Esporte instituiu por quadro de medalhas o campeão geral, Marialva levou, até fomentado pelo Município de Maringá e para colocar o Estado em “xeque”, o Robson Caetano, levou a equipe do Flamengo de Natação e com esses atletas exponenciais nessas modalidades quase que Marialva foi campeã geral. Não foi graças a Ponta Grossa que na época estávamos saindo de um ostracismo e entrando numa campanha vitoriosa e nós ganhamos por quatro (4) medalhas do Município de Marialva. Então nós vimos grandes figuras de destaque nacional participando dos Jogos Abertos. Por isso eu disse no início, nós temos os Jogos Abertos até 86, nós temos Jogos Abertos após 86 e com certeza até 95, 96 foi um evento que marcou para os municípios que realizaram, sediaram, como para aqueles que participarão também.

Entrevistadora pergunta – Como você acha que deveria ser a participação dos gestores na organização dos Jogos Abertos do Paraná?

Ferreira responde – Todos devem dar a sua contribuição de uma forma bastante positiva. Contribuindo na organização, contribuindo na participação. Um exemplo, no começo do governo Jaime Lerner, isso em 1990 se não me engano, os gestores do Paraná com os

clubes do Paraná, com as Federações do Paraná e com o próprio Governo do Estado com o pessoal técnico da Secretaria, reuniu-se em Curitiba para fazer o Plano de Governo de então. Que o Secretário era até o Silvio Magalhães de Barros que é o prefeito hoje de Maringá. Então ali a comunidade pode participar de um planejamento para o esporte dali quatro anos. Se funcionou, ou foi colocado em prática, se foi melhor ou se foi pior é outro problema, mas se chamou a comunidade para se fazer um planejamento, pelo menos àquela comunidade que se dispôs a participar, coisa que não temos visto no presente. Então, se os gestores puderem participar opinando, que não venham como foi o Seminário em Foz do Iguaçu, o último que eu participei, com a coisa mais ou menos pronta, ou se colocando todos os municípios num mesmo espaço e sim discutindo democraticamente, é importante, é interessante, eu acho essa democracia deve existir, mas os interesses dos municípios maiores poderão ser diferentes dos interesses ou das aspirações dos municípios menores, então eu acho que isso tem que ser feito de uma forma equilibrada, se fazer segmentado para que ao final você tenha uma unidade de todos, esses interesses sendo atendidos ou perto do melhor e os gestores talvez sejam esses que possam contribuir da melhor maneira possível, pois são aqueles que tem o dia a dia, a experiência, a sensibilidade o sentimento do que acontece, da necessidade de cada município.

Entrevistadora pergunta – Quando se altera o regulamento dos Jogos Abertos são levadas em consideração as diretrizes estabelecidas na política pública para o esporte e lazer, se houver?

Ferreira responde – Não, eu vejo que se altera regulamento para ficar mais... Eu vejo uma facilidade, ou porque o município mais politicamente forte, ou administrativamente mais organizado, ou por conquistas realizadas opinaram e solicitaram, ou muitas vezes até pelo comodismo da equipe técnica da Paraná Esportes que vai administrar os Jogos. Eu tenho visto assim, que algumas coisas do regulamento como a diminuição de participantes na Fase Final dos Jogos Abertos do Paraná é um despropósito. Não é porque o basquetebol é fraco no Estado nós tenhamos que cada vez diminuir o número de participantes, haja vista que, esse ano que diminuiu para seis (6) participantes. É inconcebível numa competição que leva de oito (8) a nove (9) dias na fase final você ter seis (6) participantes num evento desses. Eu gostava de participar quando tinha os oito (8) melhores do Estado. Não interessa se era o primeiro (1º) melhor ou o oitavo (8º) menos pior, não é, mas sim que você tinha uma competição que tinha seu início, você tinha uma organização, você sabia quando deveria chegar e quando deveria sair. Então eu vejo que nós estamos falando tanto nos Jogos Abertos ele precisa dar uma ajustada, uma reorganizada em todo ele, para criar novamente o estímulo de participação, o estímulo de termos espectadores, casa cheia, porque sem termos o espectador nós não vamos ter o patrocinador, vai se tornar difícil. Eu lembro o quanto nós discutimos isso antigamente, nesse período de 83 a 95, que nós tínhamos que ter Jogos Abertos bem feitos, com atrativo ao público para que nós tivéssemos um patrocinador forte, um evento forte.

Entrevistadora pergunta – Como as Federações Esportivas Especializadas participam da realização dos Jogos Abertos do Paraná?

Ferreira responde – Eu tenho visto que ultimamente algumas Federações estão sendo deixadas de lado, mas eu vejo que a Federação é de muita importância na realização do evento. Acho que a Paraná Esporte, as Federações Especializadas têm que estar junto para realizar o evento, tanto para dar as informações necessárias como para fazer a parte técnica propriamente dita da competição, com a arbitragem, com as coordenações, então eu não vejo isso um para cada lado, eu acho que as Federações têm que estar junto com a Paraná Esporte para conduzir o evento da melhor maneira possível, com a melhor comissão técnica possível.

Entrevistadora pergunta – Na sua opinião qual é o objetivo do município na participação nos Jogos Abertos do Paraná?

Ferreira responde – Se tiver um Esporte de Rendimento forte é fazer a festa e ganhar. Se não tem um Esporte de Rendimento forte é fazer a festa pro seu município, para as pessoas que não tem a oportunidade muitas vezes de ver aquele município ser defendido pelos seus atletas, enfim, toda essa integração que existe numa competição como esta. Poder estar proporcionando isso ao Estado como um todo. Então, você sediar uma competição esportiva como os Jogos Abertos, que é uma competição de real importância para todo o segmento esportivo do Estado é muito importante para o município, como também é muito importante você sediar e bem na competição. Nós tivemos a oportunidade no passado de sediarmos e ganharmos tanto os Jogos da Juventude como nos Jogos Abertos. Das vezes que sediamos foi uma repercussão por muitos e muitos meses, posso até te dizer por anos, que teve nessa sediação que foi uma sediação tentando fazer com que a comunidade recebesse bem as delegações, recebesse bem os atletas, que esses atletas pudessem conviver com essa comunidade, explorar aquilo que o município pudesse oferecer e além de tudo isso você poder também dentro da quadra demonstrar a sua capacidade.

Entrevistadora pergunta – Você tem conhecimento de como o município se prepara para participar dos Jogos Abertos?

Ferreira responde – Quando nós pedimos a sediação de eventos como “Juventude” e “Abertos” que são grandes eventos onde participam mais de 70 ou 80 municípios, constituímos as comissões e essas comissões trabalharam durante os 365 dias do ano que antecederam a competição. Foi muito bacana, pois nós nos espelhamos, na época e eu me lembro, nós tínhamos o relatório da Olimpíada de Barcelona e que aquilo a gente, muitas vezes, tomava como exemplo até para constituir. Nós tivemos o nosso presidente da comissão central ele teve que se afastar, nós tivemos que substituí-lo e eu estive muito próximo por causa desta substituição, então o tempo todo, tudo acontecia e girava em torno da Secretaria e do Secretário na época, quer dizer, o Secretário foi muito participativo e no início eu dizia que queria cuidar do Município de Ponta Grossa e participar dos jogos e não de realizá-lo. Realizar só dando sustentáculo e apoio, mas não resolvendo problemas de locais de sediação. Então eu vejo que realizar um evento como este não é você há um mês ou dois meses antes, mesmo você tendo uma melhor condição de locais, você pensar e começar a se preparar. Eu acho que você tem reunião com escolas que vão ceder para alojamento, com clubes de serviços que vão receber esses atletas e essas delegações para que sejam perfeitamente entrosados dentro da cidade, e que todos recebam essas pessoas, desde o supermercado que dê um crédito ao chefe da delegação e que vá cobrá-lo só ao final da competição, ou mesmo uma farmácia ou hospital. Enfim, eu acho que a cidade tem que conhecer e tem que saber que estará sendo realizada uma das maiores competições do Estado naquele município e esse município tem que vivenciar tudo isso dia a dia, antes, durante e até depois.

Entrevistadora pergunta – Isso você fala quando participa sediando. Mas e quando participa sem ser sede? Como o Município se prepara, sem ser sede?

Ferreira responde – Bom, ele se prepara com as suas equipes fazendo seus treinamentos o tempo todo que antecede essa competição, e chegando perto da competição, pelo menos nós aqui hoje temos uma cozinha terceirizada antigamente era a nossa cozinha então era aquela coisa de comprar os mantimentos, contratar a cozinheira, ver os seguranças que seriam os seguranças no nosso alojamento, visitar esse alojamento com pelo menos seis (6) meses de antecedência para você ver as condições não só de alojamento, mas do local que você vai ficar. Quer dizer, se for num bairro muito distante que tenham problemas de



vandalismo, você reforça tua segurança. Se for um bairro que seja mais próximo do centro que não tenha tantos problemas de infra-estrutura você leva uma segurança que seja um pouco menor em número de pessoas. Você sempre procura um local que seja bastante fechado, que não possam penetrar nesse estabelecimento por qualquer muro ou por qualquer entrada que não seja a principal e dentro desse espaço a gente planeja. Mesmo agora, nós tínhamos a planta da escola que nós íamos ficar nos Jogos Abertos de Maringá que aconteceu há dias passados. Nós já saímos daqui com a locação de cada modalidade nas salas, sabendo o número de colchões, o número de beliches que nós tínhamos que levar toda a sinalização dessa escola, onde era o banheiro feminino o masculino, que tinha que ter silêncio após as 23:00 horas, que se apaga a luz, que não se pode fumar, enfim todas as informações, além de um regulamento que nós soltamos para que os atletas recebam individualmente quando entram no ônibus para se dirigir ao Município. Chegando lá esse atleta vai para o seu local de alojamento deixar as suas bagagens e imediatamente o técnico informa que ele tem que pegar o material esportivo. Nós entregamos esse material no local para cada modalidade através de uma cautela e já avisamos que esta cautela é a passagem de volta, então se ele não devolver esse material completo ele não recebe essa cautela, portanto, ele não sobe no ônibus pra vir embora. Então, é uma coisa que funciona já desde lá de trás até hoje de uma forma perfeita. Normalmente eu sou o primeiro a chegar juntamente com um técnico da Secretaria pra estabelecermos aonde que vamos comprar um medicamento, aonde, quando tínhamos cozinha, aonde comprarmos a verdura, a fruta, o pão, o leite, enfim tudo aquilo que era necessário.

Entrevistadora pergunta – E a preparação técnica?

Ferreira responde – A preparação técnica era iniciada, normalmente, quando nós iniciamos as nossas atividades na Secretaria, que é após as férias. Nós temos as férias em janeiro, que são as férias regulares da Secretaria, férias coletivas, e no primeiro dia de fevereiro quando há o retorno, há o planejamento na Secretaria, o pessoal da recreação planeja toda a parte recreativa e o pessoal do esporte, nós temos três departamentos na Secretaria: o administrativo, o de esportes e o de recreação. E o de esportes faz o planejamento do ano com os treinamentos, com os eventos que são promovidos e com a participação também em campeonatos da Federação que nós falamos que isso é uma forma de treinamento, objetivando a participação nos Jogos Abertos do Paraná ou nos Jogos da Juventude do Paraná. Então as nossas equipes de Infante participam de campeonatos da Federação Infante ou Juvenil visando à preparação dos Jogos da Juventude e dos Jogos Abertos. Temos uma estrutura, tínhamos melhor, hoje estamos tentando readquiri-la, de transporte, então todo técnico que vai ter um jogo amistoso fora do Município, ele tem que pedir o transporte com quinze dias de antecedência e com o valor que ele vai usar nesse deslocamento com alimentação, ou com estadia ou com pagamento de arbitragem com quinze dias de antecedência. Quando ele sedia a mesma forma ele traz a intenção de sediar e o quanto ele vai gastar visando que, visando os jogos amistosos da Juventude ou pra Abertos ou do campeonato da Federação, mas sempre atrelando aos Jogos Abertos ou Jogos da Juventude que são os eventos oficiais do Estado, que o município tem que se fazer representar. Não tem por obrigatoriedade, mas sim por planejamento, por vontade de estar presente nesses eventos maiores. Nós não podemos justificar um gasto num evento de Federação que normalmente é o clube, que nós damos o auxílio, apoiamos esse clube, mas na verdade quem esta participando é o clube e não a prefeitura.

Entrevistadora pergunta - Você falou já alguma coisa sobre sediação, sobre quando o município sedia. Mas especificamente por que o município solicita a sediação de uma Fase Regional, de uma Fase Final dos Jogos Abertos?

Ferreira responde – Tem vários motivos, até pra haver uma economia no sentido de uma Fase Regional. Nós antigamente sediamos algumas vezes porque ia ser mais econômico sediar do que sair com várias equipes, e não muitas vezes só a parte financeira, mas o desgaste que você tem a falta, muitas vezes, no trabalho ou na escola, daqueles que iriam participar isso tudo tem que ser pensado e analisado. Agora você sediar uma Fase Final é um orgulho para quem sedia, e isso eu vejo. E tenho visto ultimamente que o município vivencia, cada vez que o município é menor, quanto menor o município, há sempre a integração maior de todas as pessoas desse município com as delegações, com o evento propriamente dito, eu vejo na sediação. Então é por interesse de você trazer um grande evento do Estado para dentro do seu município que essas pessoas possam participar como expectadores, como vivenciadores daquele evento, os jovens podendo até se espelhar em muitos atletas que estarão ali durante aquele tempo disputando as várias modalidades ofertadas. Eu vejo também que você sediar o evento, você pode querer sediar pra que você ganhe o título de campeão geral daquele evento ou que você leve alguns títulos de algumas modalidades, que você melhore a condição técnica dessas modalidades em seu município. Então existem vários fatores que são positivos, eu nunca pensei num auxílio, que é recebido pelo município e que é insignificante perante uma sediação. É o auxílio financeiro que a Paraná Esporte passa ao município, porque normalmente o município investe muito mais que esse auxílio que é recebido. Então eu vejo assim, que a sediação desses eventos é bastante positiva, só que para você sediar, você também demonstra a toda a comunidade esportiva paranaense a tua condição de sediação. E nós queremos crer que você tem que estar em totais condições, com uma pista, com uma piscina, com os ginásios, com as praças, com os clubes, enfim, com todos os aparelhos que você vai necessitar, com os assessorios que você vai precisar pra sediar um bom evento. Pra que também essa comunidade que vem participar no teu município saia com dados positivos, com lembranças boas, de que participar daquele evento, naquela época, naquele Município, de Ponta Grossa vamos dizer foi positivo, foi bacana, foi bom. Quer dizer que isso fica na lembrança de todos aqueles que vieram a participar de um evento. Então existem vários fatores aí que devem levar um dirigente a pedir uma sediação e não simplesmente por querer realizar e muitas vezes não poder, ou querer ganhar e muitas vezes até ganhar, mas sem deixar todo esse aspecto positivo para a comunidade e para o município.

Entrevistadora pergunta – Em sua opinião a competição gera atividade econômica, com mercado diferenciado, pela oferta de novos empregos, serviços e bens de natureza esportiva?

Ferreira responde – Claro. Eu vejo que em 1994 quando nós realizamos aqui, até foi feito um levantamento na Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa aonde naquela semana os supermercados venderam mais, as padarias, houve um incremento nas lojas. Você veja bem, é uma comunidade de 6,7 ou 8 mil pessoas na cidade vivenciando o dia a dia. Então a gente vê que o comércio fica melhor, os pontos turísticos são visitados, enfim, eu acho que há uma melhora significativa quando tem uma sediação do porte dos Jogos Abertos ou Jogos da Juventude no seu município.

Entrevistadora pergunta – Qual a sua opinião sobre a contratação de atletas de outros municípios para jogar nos Jogos Abertos do Paraná?

Ferreira – Nos Jogos Abertos eu sou favorável até por causa do nome: Jogos Abertos do Paraná. Participa de uma forma regulamentada, que se cumpra um regulamento. Antigamente tinha estágio, depois tinha a Federalização, enfim, esse atleta não pode vir somente para jogar os Jogos Abertos e ir embora. Eu acho que o atleta que vai vir compor uma seleção de um município tem que deixar algo positivo. Então ele tem que permanecer durante o ano todo, ele deve contribuir com o desporto da Federação, com o desporto do

Estado, ele deve representar o Estado se necessário. Enfim, ele deve dar a sua parcela. Ele não pode ser um mercenário de chegar na véspera dos jogos, participar dos jogos e ir embora no dia seguinte e muitas vezes nem conhecer o seu Município, aquele que ele está vestindo a camisa. Mas desde que tenha essa regulamentação que ele seja necessário ele estar participando do município durante o ano todo, ele estar federado dentro de um prazo bastante antecipado e possa fazer com que a condição técnica dele seja estímulo naquele município que ele está representando fazendo com que crianças e jovens participem desta modalidade, se estimule isso, que ele seja um espelho naquela modalidade naquele município, eu sou plenamente favorável.

Entrevistadora pergunta – Então isso se aplica também àqueles atletas que vem de outros Estados?

Ferreira responde – De outros Municípios e de outros Estados. Veja que hoje para você participar dos Jogos Abertos em outros municípios é possível, desde que você esteja federado até o dia 31 de março, pelo menos era esse o regulamento desse ano e do ano passado. Quer dizer, o de outros Estados é que está fechado. Eu vejo que é sempre estimulante tanto para o público espectador, porque se você tiver uma quantidade de atletas também regulamentada que não seja um exército de fora e sim que você tenha condições de melhorar o índice técnico dessas modalidades, eu acho que você trás um público maior para dentro do ginásio, você estimula mais essa modalidade dentro do município que você vai estar trabalhando, você vai ter dentro de uma final dos Jogos Abertos uma qualidade técnica muito maior. Hoje nós temos os Jogos da Juventude, aqueles atletas que participam, não podendo na totalidade participar dos Jogos Abertos, então nós vimos agora várias e várias equipes com veteranos, e esses veteranos já foram exponenciais, já foram aqueles que deram exemplo, mas hoje não. Hoje, talvez, eles estivessem numa posição como o Oscar estava, torcendo numa arquibancada, de uma forma muito melhor do que lá praticando e vivenciando. Nós vimos isso no basquetebol, vários ex-atletas veteranos participando do basquetebol masculino nos Jogos Abertos. No handebol masculino também, então eu acho que os Jogos Abertos têm que dar uma reformulada para que ele volte a ser uma competição atrativa e uma competição que tenha condições de produzir atletas para o nosso Estado.

Entrevistadora pergunta – Com relação a análises que são feitas, há análises científicas, quantitativas, qualitativas dos Jogos Abertos visando o desenvolvimento técnico das equipes municipais?

Ferreira responde – Nós fazemos, inclusive já começamos na semana anterior e essa semana nós vamos fazer e estamos fazendo a análise da participação de cada modalidade nos Jogos da Juventude e nos Jogos Abertos. Não fizemos o Juventude antes, porque muitas vezes o nosso técnico do Juventude também é dos Abertos e nós queremos fazer a análise porque nosso atleta hoje recebe uma bolsa incentivo. No passado ele recebia um além de “Prata da Casa” um incentivo. Valores pequenos, mas, que servem para ele pegar o ônibus e ir da sua residência até o local de treinamento, para ele comprar um par de tênis, para ele comprar um acessório esportivo que ele queira, pra ele tomar um sorvete, pra ele usar aquilo como mesada, enfim, o problema é dele e ele usa como ele quer. E como nós temos essa bolsa que nós chamamos tanto técnico como atleta, nós fazemos uma avaliação agora até para permanência dessa bolsa até o mês de dezembro porque é feito um contrato que é feito entre o Município e o atleta e entre o Município e o técnico. Então para que nós possamos continuar fazendo esse repasse nós precisamos de uma avaliação e essa avaliação começou a ser feita na semana passada e durante essa semana nós devemos terminá-la. Para a permanência de alguns atletas para a exclusão de outros, para a permanência no ano seguinte, dos valores que nós vamos precisar, a permanência do técnico, se funcionou, se

não funcionou, se a parte técnica foi boa, mas a parte disciplinar não foi, enfim, é feita uma avaliação de todas as formas. Não é porque o técnico foi campeão em determinada modalidade, mas se ele não teve organização e disciplina pra nós também não vale. Nós queremos que esse técnico e essa equipe estejam muito bem sintonizados com aquilo que a administração municipal pensa também, que o esporte é para integrar, para fazer amigos, para representar, fazer com que você tenha um momento saudável e uma prática saudável de tudo isso e salutar para todas as pessoas que estejam envolvidas nesse processo.

Entrevistadora pergunta – Quando o Município decide participar dos Jogos Abertos, você acha que os dirigentes levam em conta a política pública municipal estabelecida, se houver uma política pública?

Ferreira responde – Sim. Particularmente sim porque a política pública do Município, tanto agora como em gestões anteriores às quais nós participamos, existia a participação nos eventos da Paraná Esporte ou da SECE antigamente. Nós sempre que fomos chamados a contribuir com essa política pública de esportes do Município, nós sempre incluímos a participação do Município nos Jogos Abertos do Paraná, nos Jogos da Juventude do Paraná como um dos objetivos da Secretaria e do Governo Municipal.

Entrevistadora pergunta – Como você vê a participação da comunidade esportiva paranaense nas decisões das diretrizes que nortearão a realização dos Jogos Abertos?

Ferreira responde – Falha, porque esse evento desse ano não se teve participação nenhuma. Lembro-me que eu fui convidado a participar de um Seminário em fevereiro de 2005 que norteou os jogos realizados, os eventos realizados em 2005. Em 2006 se diz que foi realizado o mesmo regulamento, mas, nós participamos do evento e detectamos que em algumas situações ele foi alterado. Então eu acho que tem que haver uma participação como eu falei já lá atrás na pergunta da gestão, eu acho que os gestores, todos eles, devem participar mais porque o evento ele é do governo do Estado do Paraná mas para os Municípios. Então eu acho que o Governo do Estado tem que chegar mais próximo da realidade e dos interesses dos Municípios. Eu não estou dizendo interesse de participação para beneficiar A ou B e sim no interesse da participação para que ele seja mais econômico, para que ele seja mais produtivo, para que ele tenha uma condição saudável de todos poderem participar, para que a sediação seja feliz e benéfica para que ela não seja traumática, enfim, para que ao final do evento você diga que valeu a pena. Para quem realizou e para quem participou.

Entrevistadora pergunta – Como você acha que deveriam ser os Jogos Abertos?

Ferreira responde – Eu acho que os Jogos Abertos deveriam mudar as regionais. Teve uma fase nos Jogos Abertos, esta fase foi uma explosão técnica maior e um interesse maior dos municípios, nós tínhamos um grupo participando com oito equipes e todas as modalidades eram padronizadas e você disputava na semana todinha, eu só discordava da forma que era feita a escala de jogos. Nós poderíamos fazer uma forma mais dirigida, como mais ou menos é feito com o xadrez, aquele que vai ganhando ele vai disputando com o mais forte e sempre foi combatida porque diziam que a decisão muitas vezes era no meio dos jogos, ou no início dos jogos, tinha-se a partida final. Mas eu vejo, e está comprovado até em competições nacionais como o campeonato brasileiro, que é turno e retorno, todos contra todos, eu não vou saber se o melhor jogo do campeonato foi a final, eu vou saber sim ao final dele que a melhor equipe, aquela que pontuou mais, essa sim foi a campeã. Não pelo fato de fator ou sorte ou pelo fator campo ou fatores extras. Eu vejo que a competição ela tem que ser mais bem pensada, mais bem planejada que tanto para os municípios sejam importantes e mais próprios à participação como para aqueles também que estão na realização como o município sede ou a Paraná Esporte ou as Federações. Eu vejo que se a

gente sentar e puder discutir da forma que os municípios poderão sugerir a realização de um evento como esse, o município-sede com as suas dificuldades, a sua deficiência e com a sua experiência também poder contribuir, eu acho que aproveitando aquilo que a Paraná Esporte tem de experiência e condição, eu vejo que pode se fazer uns Jogos Abertos de uma melhor maneira possível do que os dois últimos que foram realizados. Eu vejo que Francisco Beltrão se esforçou, o Município teve uma presença maciça do público por ser um Município menor e aquele era o evento do ano acontecendo lá, diferentemente de Maringá, que já é um Município maior e não houve um prestígio tão grande da comunidade maringaense ao evento. Então são coisas que devem ser discutidas, planejadas e estudadas para que a repercussão seja boa, seja positiva para quem? Para o segmento do esporte.

Entrevistadora pergunta – Na sua opinião, de quem deveria ser a responsabilidade de organizar e realizar os Jogos Abertos?

Ferreira responde – Da Paraná Esporte. Ela existe pra isso. Não sei se como Paraná Esporte ou como Secretaria, enfim, ela tem que ser o agente fomentador, motivador, o que vai ter isenção de tudo. Tem que ser um organismo isento, vai ter as Federações, mas ela é o grande motivador. Ela que vai conciliar todos os interesses e vai reunir num momento só e ela vai ser a grande coordenadora, o grande “maestro” de tudo.

**Entrevista com o professor Waldecir Edson Pagliaci, Diretor de Esportes da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, em Santa Amélia - PR, no dia 10 de Outubro de 2006.**

Entrevistadora pergunta – Na sua opinião o que quer dizer Esporte Rendimento?

Pagliaci responde – Eu acho que já vem desde o início que a gente faz a escolinha entre os atletas e os atletas destinado, sempre com vontade de jogar bola.

Entrevistadora pergunta – E na sua opinião qual é o papel de Governo Estadual em relação ao Esporte Rendimento?

Pagliaci responde – Eu acho que ajuda muito. Ajuda muito mais ainda precisa mais um pouquinho de incentivo.

Entrevistadora pergunta – O que eles devem fazer?

Pagliaci responde – O Governo acha que tanto eles, para poder ajudar eu acho que eles deveriam incentivar um pouquinho mais as Prefeituras a ajudarem um pouquinho mais a gente a colaborar com os atletas que tem vontade de participar desses jogos, não só desses Jogos como dos outros. Principalmente a cidade da gente ela procura ser, a gente faz o possível para poder fazer esse tipo de coisa então precisa de um pouquinho mais dos prefeitos para saber o que é o Esporte de Rendimento um Esporte que é na Paraná Esporte para poder fazer os trabalho da gente.

Entrevistadora pergunta – Como é que você vê a participação do Governo do Paraná no desenvolvimento no esporte hoje?

Pagliaci responde – Muito bom. Hoje você já está, assim, melhorando um pouco a mais e é aquilo que eu falei sempre a mais se eles puderem colaborar vai ser útil a todos os municípios.

Entrevistadora pergunta – Eu sei que você participou dos Jogos Abertos sempre na fase regional, como você definiria os Jogos Abertos? O que é os Jogos Abertos para você?

Pagliaci responde – Olha pra nós que é uma cidade rica em desenvolvimento que quer crescer e quer participar desses jogos, eu acho que os Jogos Abertos para nós, ele se torna

assim, é o último dos momentos dos alunos. Lá na frente o único que ele tem que participar dos Jogos Abertos, depois ele já se torna o adulto, já fica difícil, mas eu acho que em relação aos Jogos Abertos eu acho que a gente teve a chance da gente. A gente sempre procurou fazer o mesmo e procuro ajudar os meninos. Mas hoje já está dificultando pra gente, já está ficando difícil, os Jogos Abertos hoje pra nós já está se tornando bem difícil. Difícil que eu falo é que quando se chega na idade dos alunos, dos adultos, que hoje já estão tudo trabalhando, a maioria são casados e fica difícil o transporte que já está sendo difícil, a distancia às vezes dos Jogos Abertos, tem gente que não tem condição de ficar alojado. Então tudo já depende de um entendimento da Prefeitura, Secretaria.

Entrevistadora pergunta – Um dos objetivos dos Jogos Aberto fala da Expressão Máxima do Esporte no Estado, na sua opinião quando se usa esse termo, o que se quer dizer?

Pagliaci responde – Olha, eu acho que a expressão do termo máxima acho que já vem incentivar um ponto a mais, para poder dar de si o que a gente tem vontade de fazer, eu acho que se refere a esse termo.

Entrevistadora pergunta – Você acha que os Jogos Abertos são a Expressão Máxima do Esporte no Estado?

Pagliaci responde – Na minha opinião eu acho que não. A gente tem que dedicar um pouco menos, que venha antecedendo aos Jogos Abertos. Agora, os Jogos Abertos já não devem ser mais uma expressão máxima em relação à dificuldade que já se vai começando aqui, sempre tendo as dificuldades. Sempre nos Jogos Abertos vai se mantendo uma dificuldade. Você pode ter certeza que daqui pra frente sempre ele vai ser cada vez mais a dificuldade pra você participar, pra você levar atletas. Então, eu acho que já fica bem pesado.

Entrevistadora pergunta – Na tua opinião quando se fala em redimensionar o valor sócio cultural esportivo dos recursos humanos disponíveis especializando-os para o Esporte Rendimento, o que isso quer dizer?

Pagliaci responde – O que eu poderia falar disso aí? Eu acho que a gente, dos recursos, a gente está no mínimo, os recursos humanos tão mínimos já. Então termina os Jogos Escolares, termina os Jogos da Juventude a gente já nem mais como você pegar os recursos humanos, porque é aquilo que eu já disse a maioria já tem a sua devida colocação. Uns começam a trabalhar, já começam a ir embora do Município, que o nosso que é muito pequeno, então a gente sente a falta.

Entrevistadora pergunta – Então você também acha que tem a dificuldade de especializar para o Esporte Rendimento?

Pagliaci responde – Temos. Já nesse ponto fica bem difícil.

Entrevistadora pergunta – Você considera que os Jogos Abertos fazem isso?

Pagliaci responde – Antigamente a gente nem ia comentar que já era um apoio mais fácil, mas, eu acho que daqui pra frente agora vai ser bem difícil porque esse ano passado a gente já encontrou dificuldades para participar, o ano anterior também já encontramos dificuldade pra participar. Agora vamos ver se ano que vem, vê como é que vão ser as condições de a gente achar esses recursos humanos para poder participar dos Jogos.

Entrevistadora pergunta – E como você acha que deveria ser a participação dos organizadores, dos gestores na organização dos Jogos Abertos do Paraná?

Pagliaci responde – Quanto à organização não tem até o que comentar. São bem organizados. O trabalho deles é excelente, a gente vai poder fazer o quê, falar o quê, que falta? Praticamente falta mais incentivo os Municípios a participar. Quanto à elaboração dos Jogos eu acho que está dentro do esquema.

Entrevistadora pergunta – Quando se altera o regulamento dos Jogos Abertos, você acha que são levadas em consideração as políticas públicas para o esporte e o lazer?

Pagliaci responde – Olha dessa organização, quando já faz o regulamento fica difícil a gente falar porque a gente tem estudado, tem participado de vários seminários, damos nossas opiniões e eu acho que, dentro delas, muitas foi ouvidas e muitas não.

Entrevistadora pergunta – Mas dessas opiniões que vocês dão, você acha que são observadas? O pessoal faz essas alterações pensando na política pública do esporte e lazer estabelecida ou não?

Pagliaci responde – Mas, eu acho que eles devem pensar, porque a gente deixa tudo escrito, deixa tudo falado. Então eu acho que vão analisando ano a ano eles vão cada vez mais incentivando uma coisa melhor.

Entrevistadora pergunta – Você sabe como as Federações Esportivas Especializadas participam na realização dos Jogos Abertos?

Pagliaci responde – Olha quanto a esse termo das Federações, eu sei muito pouco das Federações, então como a gente não é federado a nada, a gente não tem essa possibilidade de ser federado, então a gente fica difícil a participação disso aí.

Entrevistadora pergunta – Na sua opinião essa participação é suficiente ou não das Federações?

Pagliaci responde – Eu, na minha opinião, eu acho que a Federação não devia nem participar porque “judia” muito de nós que não temos condições de enfrentar uma equipe de Londrina, de enfrentar uma equipe de Maringá. A gente está muito ainda atrás deles. Então eu acho que federações não deveriam participar de Jogos Abertos.

Entrevistadora pergunta – Quando o Município participa dos Jogos Abertos qual é seu objetivo?

Pagliaci responde – Quando a gente leva o Município a intenção é participar, a intenção é levar os atletas pra ter um nível melhor, ter uma educação melhor, fazer uma amizade diferente. Que a gente sabe que às vezes você encontra um Município sempre melhor do que o outro, mas a gente dentro do que a gente tem a possibilidade de fazer, a gente sempre tem levado, mas é em cima do que a gente disse. Todo o esquema, o que incentiva mesmo a todos os atletas é a participação. A gente tenta levar.

Entrevistadora pergunta – Como é que o Município se prepara para participar dos Jogos Abertos?

Pagliaci responde – A gente faz os treinamento normal, tem a participação efetiva dos atletas que a gente escolhe pra levar, a gente sabe que eles têm as condições, pede um pouquinho de apoio pra Prefeitura porque a Prefeitura sempre tem apoiado nesses lances de levar nos Jogos toda vida, enfim, devagarzinho vai chegando lá.

Entrevistadora pergunta – Em sua opinião, por que um município solicita a sediação de uma Fase Regional ou de uma Fase Final?

Pagliaci responde – Isso aí eu acho que já vem politicamente a pessoa já “puxa”, porque uma cidade que “puxa” a sede ela pensa já no político. É um jogo político que ele quer ter os Jogos dentro do Município dele, que pra ele é uma vantagem, vem atletas de fora, o Município vai encher de gente, o comércio vai melhorar um pouco naqueles sete dias que são de Jogos, vai aumentar um pouquinho mais o dinheiro do Município. Então eu acho

que quando ele pede a sediação dos Jogos, ele não só pensa em dar a alegria ao Município, ele pensa mais financeiramente também.

Entrevistadora pergunta – Na sua opinião os Jogos Abertos, geram atividade econômica com oferta de novos empregos, serviços de natureza esportiva?

Pagliaci responde – Hoje os Jogos Abertos como ele está bem moderado, está bem fraco as participações, muitos municípios não participam. Eu acho que quando ele pede uma sediação dos Jogos Abertos, mais gasta do que está tentando recuperar aquilo que ele quer. Mas eu acho que em si ainda procura dar um ânimo a mais.

Entrevistadora pergunta – E porque você acha que agora os Municípios não tem participado mais dos Jogos Abertos?

Pagliaci responde – Eu acho que pela dificuldade. Pela dificuldade de cada Município que está passando e aquilo que eu já comentei no começo Governo, a Paraná Esporte devia conversar com os prefeitos, fazer uma reunião, esclarecer o que é um Jogos. É que a maioria deles, eles acham que a gente vai lá pede e ele fala: olha você vai participar; mas no fundo no fundo, tem muitos que não sabem nem o que é um Jogos. A participação de um Jogos. Ele fica bem fora, bem distante. Então eu acho que deveria pedir um pouquinho a mais um incentivo.

Entrevistadora pergunta – Qual a sua opinião sobre a contratação de atleta de outro município para jogar nos Jogos Abertos?

Pagliaci responde – Na minha opinião eu acho que não deveria deixar, não deveria aceitar porque às vezes tem um município que é mais graduado, é mais rico do que o outro, às vezes tem mais condições, então ele vai lá e implanta, ele trás de fora, ele deixa os do município fora das competições e leva esse pessoal para ser campeão ou só para ganhar uma medalha. Então eu acho que, na minha opinião, os meu é sempre do meu município, a gente faz o possível pra levar os mesmos pra jogar, pra incentivar, pra dar um orgulho a mais pra eles.

Entrevistadora pergunta – Então, o mesmo se aplica para atletas que vem de outros Estados?

Pagliaci responde – Eu acho que a mesma coisa. A mesma coisa deveria ser feito, não deveria deixar, é aqui que esse atleta só do município, até que os que já foram que já saíram, então, eu acho que não deveriam participar.

Entrevistadora pergunta – Você tem conhecimento se existe alguma análise científica, quantitativa, qualitativa, algum estudo, alguma coisa nesse sentido dos Jogos Abertos e que tenha te ajudado como representante municipal no teu setor técnico?

Pagliaci responde – Olha, desde quando a gente está no departamento pode ser até que tenha, mas eu acho que a gente não recebeu nada ainda.

Entrevistadora pergunta – Quando o Município decide participar dos Jogos Abertos, os dirigentes levam em consideração a política pública do município estabelecido, se houver uma política pública municipal?

Pagliaci responde – A gente nunca levou pra esse campo da política pública, a gente sempre fez o que está no alcance do Município.

Entrevistadora pergunta – Sempre se fala na participação da comunidade esportiva paranaense na decisão de como deve ser, como vão ser os Jogos Abertos. Como é que você



vê a participação dessa comunidade esportiva, ou seja, dos representantes de todos os municípios nas decisões e nas diretrizes para a realização dos Jogos Abertos?

Pagliaci responde – Nas decisões a gente sempre tem tomado aquela meta que quem elabora o campeonato, quem elabora os Jogos já deixa feito. Então a gente procura seguir sempre aquilo que já vem sendo feito, mas enfim, poderia ter uma mudança de uma ajuda melhor, um incentivo melhor. Na nossa região todos os que vão para uma fase final é só o campeão, então eu acho que deveria liberar um pouquinho mais pra gente poder estar numa fase final levando o nome de cada município, o nome de cada prefeitura que a gente tenha aí.

Entrevistadora pergunta – E vocês se reúnem para fazer a alteração de regulamento ou se reuniam. Você acha que as pessoas aqui da região participavam dessas reuniões?

Pagliaci responde – Participam, nem todos os municípios, mas, a Silvia toda vida colaborou, muitos municípios nem participavam. Metade, praticamente mais da metade, participava dessas reuniões.

Entrevistadora pergunta – O que você sentia dessa participação? Como era essa participação?

Pagliaci responde – O pessoal dava opiniões, tinha condições de elaborar, dava sugestões, mas a gente tem sempre procurado fazer o que já vinha sendo feito pela Paraná Esporte, pelo Governo.

Entrevistadora pergunta – Como você acha que deveriam ser os Jogos Abertos do Paraná?

Pagliaci responde – Nossa região tinha que ter um pouquinho mais de vontade de participação. Temos tudo que já é feito. A Paraná Esporte colabora, o Governo já dá um incentivo, mas eu acho que os municípios tem que ter um pouquinho mais de vontade de participação. Nós temos o ano que vem em Bandeirantes. Então vamos ver a nossa região o que vai dar de participação. Nós estamos aqui entre trinta a quarenta municípios, um ligado ao outro, então vamos ver a participação do ano que vem pros Jogos Abertos.

Entrevistadora pergunta – Na sua opinião de quem deveria ser a responsabilidade de organizar e realizar os Jogos Abertos do Paraná?

Pagliaci responde – Olha, pra tirar da Paraná Esporte e jogar no município, vai ficar bem pesado para cada município que for pedir uma sediação. Eu acho que do jeito que está, pela Paraná Esporte, eu acho que está bom demais. É só ter mais um pouquinho mais de incentivo pros municípios participando dos Jogos.

**Entrevista com o professor Vicente Piazza Filho, ex-Coordenador JAPS Fase Final Campo Mourão 1987, ex-coordenador JAPS Fase Final de Pato Branco em 1989, ex-Secretário Municipal de Esporte e Lazer de Foz do Iguaçu (2002 – 2004), realizada em Foz do Iguaçu, no dia 17 de Outubro de 2006.**

Entrevistadora pergunta – Na sua opinião o que quer dizer Esporte Rendimento?

Piazza responde – O Esporte Rendimento para mim são as equipes de alto nível, de equipes de nível. Eu enxergo assim: Jogos Abertos é Esporte Rendimento? Eu acho que não, por que o Esporte Rendimento para mim está nas Federações o rendimento, só que no Paraná você tem pouca atuação de Federações. Eu fui sempre como dirigente, como profissional eu sempre “bati” isso aí. Que você tem que trabalhar com as Federações para desenvolver o Esporte Rendimento que é o representativo do Estado do Paraná. Só que você, como pela estrutura que nós temos, você sempre usou o Rendimento para representação do município

nos Jogos Abertos. Então você tem uma responsabilidade com o município. O município, o tamanho do município. Então você trabalha hoje com Maringá, Londrina, Cascavel, Foz do Iguaçu, Pato Branco que já sediou. Então sempre foi olhado uma boa apresentação das equipes. Então você tem que buscar o rendimento para ser bem apresentado, por que você tem que dar uma resposta para a população. A população não quer saber se a sua equipe é uma equipe de Rendimento ou é uma equipe que foi formada. Ela quer vitória. Então você trabalha com o Rendimento dessa maneira. Eu sempre enxerguei assim, você forma uma equipe para disputar de uma Federação só que as Federações do jeito que elas tocam o custo operacional para que você possa participar é muito alto. Então você monta a equipe para participar de Jogos Abertos. Então ela se confunde, o Rendimento, entre Federação e Jogos Abertos do Paraná.

Entrevistadora pergunta – Na tua opinião qual é o papel do governo estadual em relação a este Esporte Rendimento?

Piazza responde – Eu acho que é o seguinte. Se você for analisar o Governo, deveria dar um apoio às Federações. Agora, não só dar o apoio. Ele tem que cobrar atividade que a Federação exerce. Porque você sabe pela experiência, você sabe pelos anos que a gente vê, tem Federações que funcionam muito bem e Federações que não funcionam. Tem Federações que não oferecem condições de desporto olímpico, porque hoje é muito fácil você criar uma Federação. Você pega e cria uma Federação e quer o dinheiro. Não, não é assim. Eu acho que tem que ser em cima do desporto olímpico. E você tem que definir dentro do Estado qual é a meta que você quer fazer. Que nem eu. Eu observo hoje, você precisa ter um apoio numa Federação de Futebol? Não, não precisa por que ela sobrevive, ela é profissional. Você tem que ter uma sobrevivência em cima do futebol de Salão? Não precisa. Eles são profissionais. Agora, você pega uma Federação de Vôlei. Como é que está uma Federação de Vôlei no Paraná? Você precisa dar uma “encostada”. Como é que está a Federação de Basquete? Como é que está a Federação de Atletismo? São Federações que estão fazendo. Federação de Judô,... Então não é que você vá “bançar” a Federação. Você tem que dar um apoio, mas em cima do apoio você tem que ter a cobrança. “- Eu te dou aqui, mas você vai me responder aqui.” Porque lá você está formando as equipes representativas e os atletas representativos do Paraná. Você me fez a pergunta que é de 87 para cá. Um programa que existia e que nós sempre lutamos, nós sempre quisemos continuidade, seria aquele apoio ao atleta, o Paraná Olímpico, aquela Bolsa Atleta que existia. Tanto que em Foz do Iguaçu eu criei a Bolsa Atleta. Então os atletas tinham uns “cinquêntão” por mês, é os “cenzinho”, é os “quatrocentinho” se for um atleta de nível melhor. Então você tem uma classificação onde você apóia. Por que não é para pagar ele, é para a subsistência dele. Ele tem que pagar um tênis, ele tem que comprar uma meia, um calção, uma camiseta, daqui a pouco ele precisa de um agasalho, daqui a pouco ele precisa de uma complementação alimentar. Daqui a pouco você tem que observar se esse atleta não precisa lá na casa dele, se ele não tem problema lá, até da condição dos pais onde você acerta aqui para poder indiretamente atingir lá, então essa preocupação toda tem que ter. Então o desporto de rendimento a nível de Governo, eu acho que ele devia ter um apoio onde necessita mais que demonstre trabalho. Onde não demonstrar trabalho não adianta aplicar e criar essas condições pra que possam essas federações e esses atletas, participarem desses desportos.

Entrevistadora pergunta – E como você vê a participação do Governo do Estado no desenvolvimento desse Esporte Rendimento?

Piazza responde – Pelo que eu estou vendo está muito fraca. Deveria haver uma maior participação do Governo dentro dos moldes que eu te falei. Então é o mesmo caso. Eu vi a Paraná Esportes, há uns tempos atrás aí, correndo atrás do futebol de campo e não precisa.

Futebol de campo não precisa. Tem tanto, tanto, tanto que criaram uma barbaridade, de criar uma Lotomania agora para pagar a conta dos times! Faça-me o favor! Porque que eu não crio uma Lotomania para dar dinheiro para o desporto amador? Para o desporto Olímpico, para o desporto de base? É aí que precisa.

Entrevistadora pergunta – E como é que você vê o papel da iniciativa privada no desenvolvimento do esporte? Não só no Esporte Rendimento, mas, no esporte do Paraná?  
Piazza responde – Muito ausente. Eu acho que falta muito a participação da iniciativa privada, primeiro pelo seguinte: tem que haver uma credibilidade dos administradores. A partir do momento que os administradores daquele setor mostram uma credibilidade e mostram conhecimento do que estão fazendo, a iniciativa privada vêm. Se não, ela não vem. Então eu enxergo desta maneira, é muito pouca participação da iniciativa privada, a própria imprensa, eu entro nisso aí, quer dizer, a iniciativa privada, você sabe, só entra se tiver um retorno e a imprensa só dá o retorno se tiver dinheiro para eles também se não, não adianta. Infelizmente mas é isso que acontece. Então poderia haver violentamente a participação, desde que houvesse esse incentivo, desde que houvesse uma Lei que pudesse regulamentar o incentivo dessa empresa com descontos em tributos etc, para que ela pudesse participar. Só que essa Lei já existiu, já foi, já voltou, já acabou, então a cultura tem, o esporte ainda não tem. Existe mas não está regulamentada. Tem certos municípios que já tem. Aqui também teria, em Foz, lá em Campo Mourão que eu sei que foi montado. A empresa participa, ela dá um tanto, não sei, ela deve imposto para a Prefeitura de um tanto e vinte e cinco por cento (25%) ela pode aplicar no esporte, sendo que desconta desses 25%, 5% ou 10% são descontados do que ela deve. Quer dizer então é uma maneira, que a própria Prefeitura ou Estado está pagando, mas, fazendo com que a iniciativa privada entre também. Se você não tem motivação se você não tem incentivo e se você também não tem vantagem nas coisas ninguém vai.

Entrevistadora pergunta – Como você define os Jogos Abertos do Paraná?

Piazza responde – Os Jogos Abertos do Paraná pra mim é uma coisa que desde 1957 quando foi criado pelo então Reynaldo Ramon e o Oscar Pimpão, não vamos esquecer que foram os dois que criaram os jogos, eles tiveram como objetivo principal um conagraçamento entre os Municípios do Paraná. Quer dizer, eles foram crescendo. Começaram a vir com cinco cidades e foram crescendo. Houve, em toda a sua trajetória várias mudanças. Mudanças de regulamento, mudança de tipo de participação, foram criadas as Regionais, então eu acho uma grande festa do esporte. O que vem ser os Jogos Abertos? Vem a ser a demonstração de uma força esportiva de um município. Então hoje você tem o grupo “B”, você tem o grupo “A”, é lógico, ficou certo, a despeito desses processos todos, aonde município pequeno também pode mostrar. Tem município que não tem condições. Então os Jogos Abertos, pra mim, é isso aí, a grande manifestação desportiva que o município apresenta ao nível de Paraná.

Entrevistadora pergunta – O que se quer dizer quando se usa o termo: Expressão Máxima do Esporte Rendimento no Estado?

Piazza responde – Pra mim esse termo é quando você tem, em todos os municípios independente de Federações, apresentar as equipes que ele cria. Que ele cria ou que ele forma isso aí. Por isso que é a Representação Máxima, pela participação que tem. Pela condição e oportunidade de apresentar seu município esportivamente. Então por isso que eu enxergo essa Expressão Máxima do Esporte porque é a oportunidade que se dá ao município de se apresentar.

Entrevistadora pergunta – E você considera os Jogos Abertos a Expressão Máxima do Esporte Rendimento no Estado?

Piazza responde – Da representação. A Representação Máxima do Esporte no Estado seriam as equipes representativas do Estado e que nós conseguiríamos através das Federações, de participação, de tudo.

Entrevistadora pergunta – Vendo os Jogos Abertos?

Piazza responde – Não, os Jogos Abertos eu acho que é uma manifestação máxima, não é uma representação. É a manifestação máxima. Por que a representação dos esportes por que dali dos Jogos Abertos você pode sair atleta, mas equipes que vão representar lá fora não vão. Isso daí são formados depois. Isso daí elas são representados através das Federações. Por isso que eu coloquei para você que o Governo tem que participar das Federações, mas as que funcionam. Ele tem que criar uma meta. Você quer mostrar que o Paraná de esportes, de desenvolvimento esportivo, tem equipes, tem tudo, tem que apoiar, tem que ajudar a ir buscar o marketing. Então essa é a participação que eu acho que o Governo tem que ter junto as Federações, para a expressão chegar lá como o desporto máximo.

Entrevistadora pergunta – E na tua opinião quando se fala em redimensionar os valores sócio-culturais esportivos dos recursos humanos disponíveis, especializando-os para o rendimento esportivo. O que isso quer dizer?

Piazza responde – Isso daí está meio truncado. Você quer redimensionar, o quê que você quer? Dar uma nova visão de Jogos? Você quer elevar a parte cultural?

Entrevistadora pergunta – Falamos em valores sócio-culturais esportivos, dos recursos humanos especializando-os para o rendimento esportivo.

Piazza responde – Bem, quer dizer que dentro dos Jogos Abertos do Paraná você na tua convivência, na tua participação você vai ter que observar a sociabilização. Foi o que eu comentei no esporte como meio. Através dos Jogos Abertos você tem um monte de caminhos que você pode usar o esporte como meio. Então, desde o cultural, desde a integração social, desde a sociabilização. Você pega hoje, vamos fugir dos Jogos Abertos e cair no futebol. Você está vendo o que está acontecendo com a sociabilização das torcidas organizadas? Está uma barbaridade. Então nos Jogos Abertos, inclusive a participação, é passiva da população você consegue. Porque, você já viu, é muito difícil haver quebra pau em jogo. A não ser aonde? No futebol. Porque já vem a educação, e muito pouco. É muito pouco porque nós dirigentes seguramos a idade até 21 anos e o Tribunal ajudou. Então essa atuação do Tribunal, porque ele é uma constante mudança. Regulamento de Jogos é uma constante mudança, pela etapa da vida a etapa que está se passando o próprio mundo. Quem sabe o regulamento que nós usamos o ano passado, se você for analisar, pode ser que pra esse ano não dá. Tem que sentar e tem que observar. Agora, o que eu sempre coloquei como dirigente e como profissional nos Jogos Abertos foi o seguinte: Na hora de fazer o regulamento não se pode ter paixão. Eu não posso ir numa reunião pensando só no “meu” Município, eu não posso ir numa reunião pensando só no lado do Governo, eu não posso pensar só no lado do município pequeno ou só no lado do grande, tem que ser pra todos e isso, infelizmente, nós continuamos tendo.

Entrevistadora pergunta – Ainda sobre redimensionar o valor sócio, cultural, esportivo dos recursos humanos disponíveis, você acha que os Jogos Abertos redimensionam esses valores sócio-culturais-esportivos, especializando-os para o rendimento esportivo?

Piazza responde – Eu não acho que ele redimensiona muito não. Ele tem oportunidades. Você tem que redimensionar lá no teu município. É lá que você tem que criar, é lá que você tem que orientar, é lá que quando ele vai jogar tem que estar pronto. Ele não pode

chegar lá para ser redimensionado, ele tem que ser estruturado. Ele tem que sair do seu município já estruturado, então esse redimensionamento, a atuação dele não é uma atuação de cem por cento. Eu colocaria que ele pode colaborar.

Entrevistadora pergunta – Partindo agora para os gestores na organização dos Jogos Abertos. Como você acha que deveria ser a participação dos gestores na organização?

Piazza responde – Olha primeira coisa, você tem que ter gente profissional, e gente com experiência. Isso por que se você falar a nível de Paraná, Paraná é Paraná. Supõe-se que a gestão da Paraná Esporte é uma gestão profissional, que vem para tocar os Jogos. Mas na organização dos Jogos que é a preparação e tudo, você tem que ter profissional também. E nós, infelizmente, ainda continuando em municípios, a cabeça com o político e não com o profissional. Que isso é lógico, nós sempre brigamos assim: Porque que na Saúde tem que ser um médico? Por que na Procuradoria Geral do Município tem que ser um advogado? E porque na Secretaria do Esporte não tem que ser um professor de educação física? Ou tem que ser um elemento ligado ao esporte, que já participou, que esteja junto, que tenha visão. Porque ele também pode se acercar de profissionais, mas ele tem que também conhecer se não, não adianta. Não adianta você chegar num Jogos e falar: “- Eu tenho que instalar lá naquele colégio, que vão ficar tantas pessoas, eu tenho que instalar tantos chuveiros frios e tantos quentes”. Ele vai falar: “- Para que eu vou gastar em tantos chuveiros quentes?” Só que ele nunca passou por aquilo lá. Eu tenho que por um tapume aqui, pra proteger por que as meninas se passam lá naquela porta enxergam. “- Há não! Mas feche a porta”. Não é que feche a porta, alguém sempre abre para sair ou para entrar. Então essa experiência de quem já passou de tudo, tem que haver. Então, tem que haver esses profissionais que estão em baixo, tem que saber o que estão fazendo também, por que se não você não consegue organizar Jogos.

Entrevistadora pergunta – Quando se altera o Regulamento dos Jogos Abertos você acha que são levadas em consideração as diretrizes estabelecidas na política pública para o esporte e lazer, se houver?

Piazza responde – Não. Foi o que eu falei para você numa pergunta anterior. Quando você mexe no Regulamento dos Jogos tem dois pontos básicos que você tem que mexer: um é o administrativo em que você não pode mexer sem saber da Paraná Esporte o que deve ser feito. Porque às vezes você quer fazer de uma maneira e a Paraná Esporte não tem suporte para fazer. Você lembra muito bem que a gente fala: “- Não! Nós sorteamos hoje pode ”soltar” amanhã já a tabela”. Mas não é assim, as vezes você precisa do pessoal para pôr no computador, para sair os nomes nas tabelas, para depois ser imprimindo, daqui a pouco começa a “bater” jogo. Você tem que ter tempo às vezes para a inscrição. Então, essa parte administrativa tem que estar em conjunto os Municípios e a Paraná Esporte, isso não tenha dúvidas, por que é ela a responsável por “tocar” os Jogos. Segundo ponto, em parte de regulamento técnico você tem dois problemas também. Você tem uma regra do desporto que você não pode fugir, essa regra é regra e acabou. Então aí você entra na organização da participação do município, que é um terceiro item. Esse terceiro item é que tem que ser analisado. Tem muitas pessoas, que às vezes, que a gente vai, isso aí eu também digo para você por que todos esses anos a gente participou de várias mudanças, que tem gente que vai pra lá pensando nele: “- Se fizer assim o “meu” Município se protege, os outros eu não quero saber”. “- Se eu fizer assim, o “meu” Município, que é grande, está livre. O pequeno eu não quero nem saber”. Isso daí tem que ser sentado e tem que ser analisado. E segundo, outro ponto, o pequeno às vezes o seu dirigente não tem condições de discutir numa parte de regulamento. Esse é o grande problema também. Política Pública ele não sabe o que é. Então eu acho que, primeiro ponto: Se nós formos analisar a Política Pública da Paraná Esportes, eu te sou sincero numa coisa: eu tenho uma linha comigo e vocês sabem disso, eu

sempre defendi os Centros Regionais. Eu acho que tem que ter. Agora, só que os elementos que estão lá dentro hoje e até pouco tempo... Antes desse Governo existiam dez Centros Regionais com pessoal concursado. Aí abriu-se mais politicamente. Só que as pessoas que foram colocadas politicamente não eram as pessoas habilitadas necessariamente para aquele setor. Segundo, não tem condições de trabalho. Cada Centro Regional desses deveria ser montado de uma maneira. Tem um chefe, que tem que ser um profissional. Centralizou-se fisicamente, mas, não de fato. Então, tem que ter uma condução por que ninguém tem vassoura para estar voando para cada município e dando orientação. E esses municípios menores, não só os menores os maiores também, eles precisam às vezes sentar e ver as políticas de esporte deles. A Paraná Esporte tinha que estar presente assim, “- Foz do Iguaçu: vamos sentar aqui!” “- Quais são as políticas que vocês têm para o esporte?” “- Nós vamos fazer isso, aquilo e aquele outro”. “- Mas me diga uma coisa: eu tenho uma experiência, não sei da onde, que poderia dar certo para você aqui. Porque você não tenta isso, isso e isso”. É o orientador. A Paraná Esporte, além da atuação dela, deveria ser uma equipe de orientação através dos Centros Regionais. Então, eu como dirigente, quando fui Secretário, vamos dizer, eu tenho aqui Cascavel, que eu pertença aqui à Cascavel. Então eu pegava o telefone e às vezes ligava para o responsável lá, o Vitor, e perguntava: “- Eu estou tentando fazer isso, isso e isso aqui! O que você acha?”. Se ele soubesse, ele me falava na hora. Se não ele dizia: “- Espera aí que eu vou dar uma consultada para você” e daqui a pouco ele me ligava: “- Não faça assim que tal lugar fez e não deu certo”. Ou então: “- Vamos fazer o seguinte, quando que você vem para cá?”. Então não era ele que vem, eu que tenho que ir lá por que ele não tem condições de estar andando. Para ele sair ele tem que depender do carro dele, da gasolina dele, e não é justo isso aí. Eu acho que os Centros Regionais são um ponto muito bom só que tem que ter condições de atuar se não, não adianta. A política pública é uma e o regulamento dos Jogos Abertos é outra.

Entrevistadora pergunta – Como é que as Federações Esportivas Especializadas participam na realização dos Jogos Abertos?

Piazza responde – Eu acho que tem uma ou outra que participa querendo vir, mas, automaticamente não existe uma participação efetiva. Eu nunca vi uma participação efetiva da Federação. A não ser no Regulamento Técnico, é o que eu falei para você, as regras. Tem Federações que vem para “tocar” os Jogos, vamos dizer, a arbitragem. Só que tem Federações que mandam a arbitragem que não interessa por que os bons não vêm. Outro ponto, a arbitragem. Querem que se pague o que, vamos dizer uma Federação de Futebol paga. Ou seja, os Jogos Abertos não tem condições de pagar. Quer dizer, o nível da competição é mais baixo e eles exigem que é o caso do futebol.

Entrevistadora pergunta – Você falou uma coisa aí que é interessante. Porque você acha que o nível dos Jogos Abertos é mais baixo?

Piazza responde – Não, não é. Desculpa nisso aí. Não é mais baixo. Eu estou olhando lá no futebol. O caso específico do futebol. Por que hoje um juiz da Federação que apita um Atlético e Paraná e que apita jogos da primeira divisão ele não vem aqui apitar Jogos Abertos, porque não se paga. Vem o juiz da terceira divisão ou da quarta divisão e isso concorre à indisciplina. Nós nunca tivemos problemas sérios, mas já tivemos vários problemas por causa de arbitragem no futebol. O futebol de salão já vem a equipe de árbitros, porque as equipes que participam no Grupo “A”, você pode notar, são as equipes que participam do Campeonato. É quase uma mesma coisa, inclusive já se tinha em pensamento, até no Regulamento, observar-se as modalidades. Tem modalidade que hoje não combinaria. Por que não se fazer então um Campeonato Estadual ou Municipal até vinte e um anos de futebol “tocado” pela Federação? Não precisa ser nos Jogos Abertos, o

ano inteiro. Dando condições, faz os regionais, tudo igual, mas, faz durante o não inteiro. Porque o bocha não pode fazer isso? Porque o Bolão não pode fazer isso?

Entrevistadora pergunta – O que você acha dessas modalidades nos Jogos Abertos?

Piazza responde – Essas modalidades são as Modalidades Regionais. Porque você pega muita região em que estes são esportes de lazer, que eu chamaria. Que a pessoa que joga bocha é por que gosta, vai lá passar tempo, encontrar com os amigos. Não é um esporte de competição, eu enxergo assim.

Entrevistadora pergunta – Então elas deveriam ou não estar nos Jogos Abertos?

Piazza responde – Eu acho que elas têm que estar. E eu vou te dizer o porquê: as pessoas que praticam esse esporte são as pessoas que na cidade tem um certo nível, uma certa situação e que eles podem influenciar o dirigente municipal no apoio ao esporte total. Você pode ver, às vezes pode acontecer que você não está tendo condições de “arrancar” do Prefeito, vamos dizer, certas coisas e lá dentro do bocha ou dentro do bolão tem as pessoas que podem ir lá falar com o Prefeito. São pessoas que independem daquele esporte para viver. Para eles é lazer. Então, você congrega uma parte da sociedade em cima desses esportes. É conveniente. Eles se tornam convenientes para a participação. Mas é aquele tal negócio, você pode fazer, incentivar, você vê, por isso que eu falei para você uma Federação. Incentivar a Federação que faça os Campeonatos Regionais, que faça Campeonatos Municipais. Faz os Jogos Abertos para eles irem; não tem importância, mas, você faz desenvolver. Aí o que acontece é que chega a época dos Jogos Abertos essas Federações querem participar, querem “por o dedo”, querem exigir, mas, só que eles não fazem. Só fazem nos Jogos Abertos. Então é aquele caso, “- vocês vão fazer as participações antes?” “- Então vai ter a tua modalidade nos Jogos Abertos.” Se não: “- Não tem!”. Daí você vai ver se não vão correr.

Entrevistadora pergunta – Quando o Município participa dos Jogos Abertos, qual é o objetivo do Município na participação?

Piazza responde – A participação do Município nos Jogos Abertos tem praticamente um cunho de premiação aos seus munícipes. Sejam eles escolares, sejam eles... Então o que é: Aqui eles treinaram, e qual é o objetivo deles? Eles vão treinar para quê? Porque eles querem participar dos Jogos Abertos. Porque você não pega, não forma uma equipe, não forma nada se não tiver um objetivo lá na frente, se não eles não vão, e você vai representar o Município. Então, essa participação do Município eu acho que é importante na mídia, para mostrar o Município e dar essa premiação ao povo e àqueles que participam de estar representando seu Município lá fora.

Entrevistadora pergunta – Você tem conhecimento de como um Município se prepara para participar dos Jogos Abertos?

Piazza responde – Existem vários. E aí agora eu vou chegar para você e também itens diferentes. Você tem o Município “A”, você tem o “B”, você tem o “C”, você tem o “D”. Você tem as fases dos Jogos Abertos. Fase final grupo “A”, é uma coisa. Quem está lá supostamente são aqueles Municípios que se apresentaram melhor no ano que passou. Mas não necessariamente são os melhores, porque o ano passado era o ano passado e esse ano é outro ano. O ano passado você poderia ter todas as condições de manter uma equipe e esse ano você pode não ter, mas, está classificado. Segundo, você tem o grupo “B”, que é aquele que começou lá de baixo no Regional, você classificou e vai disputar uma final para tentar classificar para o grupo “A”. Então já outro tipo de coisa, você tem que montar uma meta: Você quer chegar lá? Passar para o grupo “A”? Você não tem problema, é só participação? Então você tem certos tipos de investimento, você tem certos tipos de participação, você

tem equipes, agora eu tenho que classificar por equipe, que participam de Campeonatos Regionais se preparando para os Jogos, você tem equipes de Municípios grandes, por isso que eu falei o “A”, que você monta equipes dependendo de você ter um patrocinador, de você ter o apoio da Prefeitura, você ter o apoio de uma Faculdade. Que você então prepara ou você trás atletas para fazerem parte aqui – que é o Esporte Rendimento, que eu falei para você. Às vezes a maioria dessas equipes da “A” participam de campeonatos federativos quando tem. E você pode ver, quem participa da “A” é porque na maioria tem Federação. Quem não participa da “A” não tem Federação. Então eu tenho elogios a certas Federações. A Federação de Atletismo eu sempre gostei, a da natação faz seu trabalho. Você pega uma Federação de basquete que está fazendo agora, mas você veja o número de equipes que tem. São pouquíssimas. A de vôlei a mesma coisa, porque o custo de manutenção com Federação é muito alto para o Município. Parte da Confederação, lá é caro, cai aqui é caro e para quem participa é caro porque é uma transferência de atletas, é uma barbaridade. É desde arbitragem, de tudo. Então é difícil, se não tiver cacife não participa. Mas então por que não regionalizar? Por que não pegar a estrutura que existe da Paraná Esporte junto com as Federações e regionalizar? Faz os Campeonatos Regionais e dos Campeonatos Regionais sai um Campeonato Estadual. Como é feito nos Jogos Abertos. Quem sabe você dê maiores condições. E vamos aproveitar, vamos falar em Educação Física agora. Quantas escolas de Educação Física foram abertas nesse Paraná? Eu acho até uma barbaridade de tantas que tem. Por que não vamos fazer arbitragem, vamos fazer esse pessoal se preparar e já começam uma carreira. Então é basquete? Vai para o basquete. É vôlei? Vai para o vôlei. Você não precisa fazer todas as modalidades, mas vamos ver. Outra que eu acho que funciona é Judô, o Tae Kwon Do está funcionando agora, karatê que é o tradicional está funcionando, Xadrez funciona, agora aí você pega um Tênis de Campo. Será que ela tem condições de participar dos Jogos Abertos do Paraná? É dinheiro, é muito alto. Então é o que eu falei para você tem certas modalidades que custam muito. Então nós vamos ter que ir em cima dela, e isso em conjunto com as Federações, e ver como é que nós vamos baratear. Se podem criar uma Lei para pagar o INSS do futebol, por que não podem criar uma Lei pela Secretaria Federal do Ministério do Esporte para baratear as Federações?! Porque andar de avião pelo Brasil inteiro é gostoso, por conta da Federação, ir para o exterior. Pronto, então aí é que está o negócio e os dirigentes de Federação tem que melhorar. Porque hoje a gente vê “certas” Federações, não estou dizendo ao nível de Paraná, porque a dois anos que eu estou meio fora então não vou falar, mas a gente acompanha as Federações que funcionam. Então aquela que funciona você tem que apoiar. Da onde que você tira o atletismo, os atletas? É da Federação. É ela que faz as competições. A Paraná Esporte não precisa fazer a competição, mas ela vai junto. Ela senta no planejamento com cada Federação e pergunta o quê vocês vão fazer? Nós vamos fazer isso, isso e isso. Está atendendo aos objetivos que o Governo quer? Então nós vamos ajudar. Não está atendendo? Você vai me desculpar, mas, você está partindo para outro lado e isso não interessa ao Governo. Ao Governo interessa o formativo.

Entrevistadora pergunta – Então você acha que tem diferença na preparação dos Municípios?

Piazza responde – Tem. Tem porque é aquilo que eu falei: tem Município que quer ganhar e partir para a “A” ou quer ganhar dentro da “A” e o Município que quer... Porque dentro da “A”, vamos ser sinceros, quem é que briga hoje para ser Campeão Geral? Foz, Londrina e Maringá. Hoje, mas atrás deles ainda tem Cascavel, Campo Mourão e Ponta Grossa, são seis, e eu acho que fica aí. Que lutam, podem lutar por um Campeão Geral. Então aplicação aqui é diferente.

Entrevistadora pergunta – E a preparação conseqüentemente também?



Piazza responde – Conseqüentemente. Agora, aí você tem os outros que participam, que estão classificados nessa modalidade, que esse pessoal está classificado quase em tudo, todas as modalidades e vão em todas. Então a Política Pública deles já é uma coisa mais alta, já é uma representatividade do Município. É o que eu falei pra você, essas equipes aqui se a Federação funciona eles participam. Se não funciona eles tem a equipe do mesmo jeito, entendeu, dá pra ter. Então agora esses outros Municípios vão participar. Pois eu vou, mas não quero cair para a “B” então vou ter um time mais ou menos. Porque eu não to lá interessado em ser o Campeão. Que tem muito disso. O Município vai, para participar mas sabe que não dá para competir com tal município, com tal e com tal. De fato. Desde o que há no Município. Você pega uma Londrina. Londrina tem escolas de Educação Física, tem tudo. Você pega Maringá, mesma coisa. Foz hoje está assim, se constituindo igualando. Já igualou porque nos últimos quatro anos ela foi Campeã duas vezes e Vice-Campeã duas. Só que ela veio, se você voltar mais atrás, de 94, me lembro que eu cheguei aqui. Quando eu cheguei em Foz do Iguaçu, ela era a oitava. Ela classificava de oitavo a décimo segundo nos Jogos Abertos. Nós a trouxemos do sexto ao quarto no primeiro ano. No primeiro ano em 93 nós fomos o quarto colocado. No segundo ano nós fomos o terceiro colocado, no quarto ano o terceiro colocado e no quinto o terceiro praticamente. Depois veio o terceiro, terceiro, entendeu? Ela ficou entre as três. Sempre perdendo para Maringá ou Londrina. Aí pela primeira vez, em Pato Branco, nós fomos Campeões. Aí, você veja, ela veio terceiro, terceiro, terceiro, terceiro, campeão, campeão, vice e vice. Quer dizer, ela de 94 para cá ela é uma das três maiores forças na Paraná no desporto. E engraçado, né? Não tem futebol! Aparecem as outras modalidades e não aparece o futebol. Agora, também tem isso: não tem participação da iniciativa privada.

Entrevistadora pergunta – Por que o Município solicita a sediação de uma Fase Regional e por que ele solicita a sediação de uma Fase Final dos Jogos Abertos?

Piazza responde – Primeiro ponto: Você tem que ver a visão dos dirigentes. Você tem uma visão de que se você for sede, você não participa da Regional, você está pré-classificado em tudo. Segundo: É uma maneira de forçar o Poder Público, dos dirigentes esportivos, a organizar a estrutura física de competição. Então vou te dar um exemplo: Por que foi construído em Pato Branco... Vamos chegar lá em Campo Mourão, que é aonde eu participei. O ginásio de esportes em 76 foi construído dois, inclusive foi construído um que é a coisa mais linda, que você conhece, que é aquele o ginásio lá que hoje está abandonado. Que isso aí já é parte pública, mas está abandonado. O que foi de concreto! Aquilo lá veio da França o modelo, coisa mais linda. Só que está abandonado, mas foi construído. Como é que surgiu uma pista de atletismo em Campo Mourão? Por que foi sede dos Jogos. Por que foi criada uma piscina que tem lá agora, vamos dizer uma piscina aquecida? Por causa dos Jogos. Se não ninguém iria fazer. Entendeu? Então aqui o Costa Cavalcante, o outro ginásio foi reformado, foi reformado pista, porque é sede dos jogos. Mas isso pode se aplicar também à Fase Regional. A estrutura é pros dois, mais lógico que quem pega a final a estrutura é maior. Mas o grande trunfo do dirigente esportivo em trazer os jogos para o seu município é pra forçar uma infra-estrutura. Agora cabe depois dos jogos manter essas estruturas.

Entrevistadora pergunta – E você vê só esse o motivo?

Piazza responde – Não, não esse é um motivo de infra-estrutura. Aí você vê um motivo comercial, se você for pegar a área comercial e for explicar pro pessoal o que entra de divisa no município, é enorme. Ganha o pipoqueiro, ganha o sorveteiro, ganha a farmácia, ganha o mercado, ganha gente pra trabalhar, mão de obra do município, ganha o táxi, ganha o ônibus, quer dizer tudo. Então tudo isso reverte, inclusive, na frente em ICMS pra prefeitura. Só que até agora pouca gente fez um levantamento de quanto retornou. É só

you ver o que foi feito em Foz do Iguacu em 2004, lotou tudo. Porque a gente fala não é o atleta, a maioria do atleta vem para o alojamento, mas lá no alojamento você comprou o chuveiro pra por lá, você fez os estrados, o guardião vai ganhar um pouco mais porque você vai dar uma gratificação pra ele, o colégio às vezes ganha da delegação que ficou lá. Quer dizer, a questão da sociabilização, da integração social é violenta. Você vê. Esses Casais Padrinhos que eu te falei que foram criados. Esses Casais Padrinhos que nem aqui em Foz, também, eu usei o Rotary, porque eu usei o Lions, a Maçonaria no outro. Os clubes de serviços querem participar, o povo quer participar. Então, se você dá a chance a sociabilidade que existe, é violenta. É independente de partido político, de cor, de raça de tudo. Eles querem participar.

Entrevistadora pergunta – Então, em sua opinião, os Jogos Abertos geram atividade econômica, mercado diferenciado, oferta de novos empregos, serviços e bens de natureza esportiva?

Piazza responde – Tudo. E gera e é muito grande isso aí. Isso até na Fase Regional, em menor escala, mas tem. Então eu, neste ponto comercial, de geração comercial, de mobilização eu enxergo como uma máxima do esporte que vai pra dentro do Município. Ele muda, ele gira. Então você vê: Foz do Iguacu, o ano passado, que eu soube, já sediou o brasileiro de bocha, por quê? Porque foram feitas seis canchas oficiais, coisa que não tinha, só tinham duas. Então pros Jogos Abertos foram feitas seis, e o brasileiro exigia quatro em dois locais, duas e duas. Não tinha. Então já foi feito. Se não, não tinha. São divisas. Esse pessoal de brasileiro, por isso que eu falo, está o turismo aí no meio. Segundo ponto, esse pessoal que veio para um brasileiro não vai ficar hospedado em alojamento, vai para o hotel. Então às vezes tem que haver uma participação maior da iniciativa privada, vendo esse retorno. E que às vezes eles não olham.

Entrevistadora pergunta – E como é que você vê a participação das lideranças políticas da cidade. Você acha que elas enxergam esse retorno ou não? Ou é o dirigente daquela pasta, daquela Secretaria Municipal que alerta?

Piazza responde – Pouco. O dirigente da pasta é que tem que alertar, tem que mostrar, porque o político em si não vê isso aí. O político às vezes não vê que se você tem um Jogos desse e você está... Só que você tem que estar presente. Nos Jogos Abertos do Paraná o Prefeito que vai visitar a sua delegação, se está junto, ele fatura politicamente. Agora, o Município que vai... O prefeito nem lá não aparece, não está nem aí. Você acha que vai faturar voto ali dentro? Não vai! Então ele tem que participar também. Não é a participação que ele tem que jogar. Mas tendo uma abertura, vai lá prestigiar o seu Município. Ele é citado: “- Está aqui presente o Prefeito de tal lugar”. A delegação dele fica toda orgulhosa porque ele está lá. Fala, olha esse cara ajuda, esse cara vai lá. Então ele tem que primeiro: o político tem que entender o que é o esporte. Tem que entender aquilo que eu te falei antes, aonde que o esporte é usado como meio. E tem que estar presente. Que nem eu digo, o político, se ele for em toda a competição, hasteou a bandeira, entregou a premiação e falar que foi ele que mandou fazer e pronto, não precisa mais. Porque lá tem os profissionais para fazer.

Entrevistadora pergunta – Mas, se não é a pessoa do esporte para fazer isso, ele não faz?

Piazza responde – Não. Muito difícil. Eles ainda não enxergam o esporte como política. Ele não faz. Então para ele não. Se o outro cara não puder mandar lá dizer que tem que construir um campo em tal lugar, ele não vê. Agora, também existe aquele que constrói campo em tudo quanto é lugar que não precisa, só para fazer a parte política. Então ele usa o esporte. Só que tem que saber usar. Se ele souber usar o esporte, esse Projeto Bola que eu te falei, que nós tínhamos aqui, é um Projeto violento. É um projeto social, é um projeto de

lazer, é um projeto de educação, é um projeto de cultura, é um “baita” de um projeto político. Só que tem que ir lá. Você já pensou o Prefeito usa. O meu Prefeito quando eu fui Secretário usou, porque eu levei ele. Eu falava assim: “- Você tem que ir lá!”. Por que? Porque você indo lá, tem quarenta crianças naquele horário. São quarenta crianças que vão em casa falar: “- O Prefeito foi lá! Ah, o Prefeito teve lá com a gente!” É dez minutos que ele passe ali. Não precisa ser mais. Ele tira um dia para sair com o Secretário de Esportes e vai dar uma volta. Ou então não precisa ele sair, ele que tenha na mão o Projeto e saber onde é que funciona, ele está passando por ali, pára e encosta no alambrado, se for o futebol dá a mão pra molecada. Você não sabe o que essa molecada vibra pra ver a autoridade ali. Ele só chega lá. Chega lá e pega uma bola e dá um chute na bola ou vai lá no basquete, ou vai lá no vôlei. Passa num ginásio. Está passando por ali, pára. Entra no ginásio para tomar uma água, ir no banheiro e vai até ali na quadra dar com a mão para a molecada e vai embora. Ele motiva o professor que está lá, o profissional ou monitor, ele motiva o atleta e ele fez a política dele. Agora isso é duro você pôr na cabeça do político. Como não existe até ao nível de Prefeito, por que você é lógico, um Deputado, pode até, e um Governador é mais difícil. Agora, o Governador tem que estar presente em abertura de Jogos, tem que estar presente em encerramento se puder. Em Congresso dar uma passada, não custa isso aí, ele é visto. Como ele passou por ali deu com a mão saiu pela outra porta e foi embora. Não interessa, a mídia já cobriu, já viu que ele estava lá, já divulgou que ele estava lá e é isso que eles tem que por na cabeça, essa parte política.

Entrevistadora pergunta – Qual é tua opinião sobre a contratação de atletas para jogar os Jogos Abertos?

Piazza responde – Depende do nível que você quer as tuas equipes. É aquilo que nós falamos primeiro.

Entrevistadora pergunta – Por que tem a contratação Municipal e tem a contratação de outros Estados.

Piazza responde – Se você formar uma equipe no começo do ano pra ser uma equipe do Município, é o que eu citei para você antes. Foz do Iguaçu, eu tenho gente aqui que veio na minha época que eu trouxe, eu contratei. Ele veio para cá, ele jogava para nós, ele estudava, porque ele tinha até bolsa de estudo, tinha um incentivo, e ele me servia como monitor nas escolinhas. Só que ele veio em janeiro ou fevereiro pra cá e os Jogos Abertos é em outubro. Mas nesse período ele esteve o tempo inteiro aqui. Ele morou aqui, ele gastou aqui. Ele recebeu aqui e gastou aqui. Ele comeu aqui, ele dormiu aqui, ele namorou aqui, ele casou aqui. Ele representou o Município em Jogos Regionais, em amistosos, ele representou em Federação, dependendo da modalidade, aí eu concordo. Agora, você trazer jogador de São Paulo para jogar no dia e ir embora, isso eu sou contra. Fui, fiz, não vou dizer para você que eu não fiz. Fiz porque todo mundo fazia e se eu não fizesse os outros faziam e me passavam na frente. Mas ela tem que ser sempre regulamentada, o que é que pode e o que não pode fazer. Por isso que eu digo, numa situação dessa o município grande quer de uma maneira e o município pequeno quer de outra. O município pequeno quer que proíba, não pode. E o município grande acha que pode. Por causa do nível das equipes, porque daí passa a ser um desporto de rendimento, que eu te falei. Ele chega num nível no grupo “A”, faz isso. No grupo “B” eu já não admito que você contrate de fora. A não ser dessa maneira, ele passa a conviver na comunidade. Passou a conviver na comunidade ele faz parte da comunidade. Ele é eleitor, ele é tudo, porque ele se transfere para a cidade. Agora então esse negócio de contratar a equipe inteira?.....

Entrevistadora pergunta – Então você acha que deveria contratar para participar da equipe “A”? Da divisão “A”?

Piazza responde – Só no “A”, contrato desde o início do ano, hoje, inclusive, você já segura, porque até lá, até o dia 16 de abril ou de maio que encerra, ele tem que estar aqui jogando. Porque você não vai ficar pagando um atleta sem ele estar aqui.

Entrevistadora pergunta – É uma competição só, mas ao mesmo tempo ela é seccionada, ela é dividida.

Piazza responde – Ela é dividida. Por que o “B”? Porque todos os Municípios participam. Não é só os que tem participação garantida. Dentro do “A” mesmo você sabe que existe a separação. É do sexto para frente e do sexto para trás. E dentro dos seis primeiros também existe. É os três primeiros e os outros três. Maringá, Londrina e Foz, disputam e brigam pelos três primeiros. Cascavel, Campo Mourão e Ponta Grossa, disputam os outros três. Aí vem Paranavaí, etc... Mas aí já não pega porque um está numa modalidade, outro município está noutra, etc... Esse pessoal (que briga pelos seis primeiros lugares) tem trabalho constante. Então aí é outro caso. Existe um trabalho constante, o município que faz um trabalho constante, o município que só faz um trabalho visando os Jogos. Agora, o retorno dos Jogos Escolares foi um espetáculo. Isso tem que haver de qualquer maneira. Hoje a Paraná Esporte é ligada à Educação, tudo bem, ótimo. Eu acho que ela pode ser ligada à Educação, não tem problema nenhum, quem sabe dá até mais força para mim, mais dinheiro, esse troço todo e é uma autarquia, mas, ela tem que entrar mais no Escolar. Eu acho que ela tem que entrar porque ali tá a formação. Só que aí você cai nos Núcleos Regionais de Educação, você cai lá na escola, você cai lá na aula especializada e você cai na preparação do profissional. As escolas de Educação Física hoje não preparam o técnico, elas preparam o professor de Educação Física, se preparam. Uma ou outra preparam. A própria Faculdade não te forma. A própria Faculdade te forma Professor de Educação Física. Se você quiser ser um técnico de basquete ou de vôlei você vai ter que ir para uma especialização. Londrina tem. A Escola da Federal, não sei se mudou, a PUC, Ponta Grossa, Londrina e Maringá essas cinco Escolas eu sei que sempre tem a parte de preparação. Isso tinha pelo menos na minha época. Começa a criar umas Faculdades aí que é simplesmente humanista. E outra coisa, o próprio programa do Governo Federal, agora vamos dizer, nos Jogos Escolares eles estão preocupados com os “Jogos”. Mas para chegar aqui nos Jogos, lá em baixo, tem que ter havido alguma coisa. Eu acho que o que não está vindo através do Ministério “lá em baixo”. Porque ele está aqui nesses Jogos colhendo o que ele plantou “lá em baixo”. E “lá em baixo” ele não está plantando. Vamos dizer aí, antigamente, o “Esporte para Todos”, vamos dizer aí uma campanha: “Mexa-se”. Houve isso no Brasil e não tem mais. “-Ah, tem que ter um esporte para a terceira idade!”, “- Tudo bem, mas o que é que vocês estão incentivando?”. Entendeu? Só muda o nome. Agora é “Melhor Idade”. Então essas políticas estão tudo perdidas. Você tem que ir lá na base. Se você começar a pensar na base, se o Brasil pensa numa olimpíada. Você vai ver. O Pan é o ano que vem, mas nós vamos perder e muito. Nós vamos ter várias equipes boas, gente boa, mas nós poderíamos ter muito melhor. Olhe o trabalho que faz a Ginástica em Curitiba hoje. Por que está estourando? Você viu a menina nossa ontem classificou em quarto final. E não é a Dayane não, é a outra. É a outra que foi “fabricada”, que eu digo, ali no Centro de Esportes. Aí sim você descobre uma atleta dessas daí assim e vai em cima de um Paraná Olímpico, vai pra cima dela. Que não é o tanto do dinheiro. Por que o Paraná perde? Porque quando você desponta, aparece São Paulo, Rio e Minas, cadê a equipe nossa? Você tem Giba, você tem um monte de gente, mas, é lógico que chegam num nível, tudo isso. O Giba jogou aqui para Foz. Jogou para mim, em 94 e 95 o Giba jogava o Juventude que o Ricardo era até o técnico. Ele falava: “- Tem um menino lá em Curitiba que quer jogar pra nós!” “- Então trás ele!” Na época Curitiba não participava e era liberado. Então, o Giba jogava para nós. Em Apucarana, o Giba jogou para nós e você sabe quem é o Giba hoje: O Melhor Jogador do mundo. E o Emanuel também era nosso. Quem

que está com ele agora? O Clécio tá treinando com ele. O Clécio já foi atleta meu aqui. Aquela Agda, que está disputando o circuito aqui. Então tem que haver isso aí.

Entrevistadora pergunta – Em sua opinião existe análise científica, quantitativa, qualitativa da competição, para possibilitar uma melhoria no desenvolvimento esportivo dos municípios?

Piazza responde – Eu não tenho conhecimento que tenha esse estudo. Eu vou ser sincero com você, quando eu fiz pós-graduação em Organização e Administração eu ia fazer uma pesquisa em cima da organização dos Municípios e acabei e não deu tempo. Eu acabei parando os questionários, com as entrevistas, e fiz um outro só ao nível de Campo Mourão, que era para fazer a região. Agora, isso é uma coisa que o Governo poderia fazer, por que não?! Se não tem, porque não fazer agora? Vamos começar agora? Equipe de profissionais dentro da Secretaria, da Paraná Esporte para fazer tem. É só sentar, montar o questionário, façam-se os questionários e trás para cá. Os dados estatísticos dos Jogos Abertos do Paraná estão tudo dentro da Paraná Esporte. Então, se não foi feito faltou a Paraná Esporte fazer.

Entrevistadora pergunta – Quando um Município decide participar dos Jogos Abertos ele leva em consideração a política pública do seu Município?

Piazza responde – Não, mesmo que não exista a política pública municipal, existem os esportistas que formam equipes para ir participar dos Jogos Abertos. Foi aquilo que eu te contei antes. Às vezes para o município pequeno é tudo. Eu tenho um time que vai participar dos Jogos Abertos. Fazem parte da política, tem, é bom, Foz do Iguaçu tinha. Foz tinha inclusive prevista em orçamentos. Participação em eventos oficiais, como Jogos Escolares, Jogos da Juventude e Jogos Abertos do Paraná. Tinha essa, que era uma rubrica que ninguém mexia. Campo Mourão na época não. Campo Mourão antigamente era comissão. Existia a Comissão Municipal do Esporte. Aí arrumava um dinheiro para a condução para poder levar aos Jogos. Então eu consegui fazer essa política pública em Pato Branco, quando eu fui para lá consegui pôr e consegui pôr aqui. Aqui existiu e existe até hoje. Em Pato Branco também existia. Só que Pato Branco hoje já é uma Diretoria. Foi outra coisa que os próprios Patobranquenses choram até hoje. Quando o Alceni Guerra acabou com a Fundação. E ele, inclusive, uma vez me explicou, até me lembro isso aí em Curitiba, ele queria explicar pra mim porque que ele acabou e eu falei: “- Bom, não precisa explicar pra mim! Eu não to mais lá! Tem que explicar para o povo porque que você acabou! E ele falou porque que ele acabou, porque não agüentava mais tocar; que virou um cabide de emprego. Bom, falei: Por que você não trocou a cabeça? Aí é que entra um grande problema. Não era o profissional. Põe o profissional lá e tira, entendeu? Tira lá e deixa ele, depois põe o profissional ali e se o prefeito tem algum conhecimento ele diz: “- Não, eu quero isto aqui! Pronto”.

Entrevistadora pergunta – Como é na sua opinião a participação da comunidade esportiva paranaense nas decisões sobre os caminhos, as diretrizes que vão nortear a realização dos Jogos Abertos?

Piazza responde – Eu acho tem meia dúzia, modo de dizer, que dão opiniões. A última que eu participei que foi ali em Faxinal do Céu, eu senti a seguinte maneira. Vamos dizer, o evento em si é necessário, só que veio por parte da Diretoria Técnica da Secretaria da Paraná Esporte as determinações fechadas. Então vamos dizer, o pessoal que comandou já tinha tido uma pré-reunião dizendo: - “Vai ter que ser assim!” Inclusive eu fui um dos brigadores lá. Em todo esse período a melhor que foi feita até hoje foi feita no hotel, lá no Hotel Mabu com o Silvio Barros. No tempo do Silvio Barros. O Silvio convocou, não todo Paraná, convocou representantes de entidades como: Faculdades, Federações, Dirigentes participativos, o pessoal do Núcleo Regional, e se foi fez um custo. Na ocasião foi pra

apresentar o total das “Políticas do Esporte do Paraná”. Ali os Jogos Abertos foi um que apareceu. Só que nos Jogos Abertos em si toda vida que foi feita, é o que eu falo para você, tem o grupo de interesses. Tem o grupo que quer fazer a coisa como deve e tem o grupo que não está nem aí. Tem grupo, que você sabe, que ia para Curitiba pra passear de manhã encerrar o ponto e vai fazer compras no Mueller. Você sabe. Tem grupo que ficava lá e participava. É o que eu falei, na última reunião que nós tivemos lá no Centro de Convenções de Curitiba, da última vez eu ainda falei: “- Eu não vou mais fazer parte da Comissão de Sistematização!” Porque ficava o Ari Nora de Ponta Grossa, eu, o Betão e era sempre nós só. O resto, “ó”, se mandava. Sempre ficava a gente com a Sistematização. Aí nós falamos: “- Vamos acabar com isso”. Aí eu não aceitei, o Ari não aceitou, o Betão não aceitou, pra fazer os outros participarem! Porque ali na Sistematização você sabe que é um pepino. Porque você tem que colher tudo que foi discutido pra centrar ali. Então você tem certos Municípios pequenos que não participam. Mesmo eles tendo sido representantes da sua região. Mesmo estando lá. Imagine a responsabilidade. Lá na região. Você entendeu?! Então, existe isso, quer dizer, o que tem que ser feito? Eu sempre falei, inclusive eu sempre discuti com o pessoal da Paraná Esporte, eu sempre falei isso: “- Vocês têm que pôr a linha mestra do que é. Administrativamente o que pode ser mexido ou não pode porque é administrativo. É aquele caso, não adianta falar que tem que dar quinhentos mil reais pra cada Município porque não pode. Isso é política de governo lá. Se não tiver não vai dar e pronto! Não adianta discutir. Então isso aqui é assim: nós já tivemos uma vitória quando conseguimos dar cinqüenta mil reais pro Regional e cem mil reais para a Fase Final. Isso foi uma vitória, que não existia isso. Era sempre mendigando e mendigando, agora não, agora já tem. Então se sabe que tem, agora vem aquele outro problema. Só que pra liberar aquele dinheiro, o que acontece? Tem que ir não só para o Governador. Você tem que aqui no Município estar tudo em ordem e às vezes não está. Às vezes o Tribunal de Contas está segurando lá. Então, eu vou te contar aqui de Foz. Aqui em Foz, o dinheiro era pra sair dia 30 de maio. Dia 30 de maio tava tudo pronto bonitinho lá. Não saiu. Prorrogaram pra uma semana a mais. Aí uma semana a mais vendeu as Certidões do Tribunal de Contas de todo mundo e teve que fazer o processo outra vez. Só que aí os Municípios já não tinham mais da outra, porque era a do ano e a do ano não tinha saído ainda. Demorou, demorou, demorou. Foz só recebeu em dezembro. Porque não tinha saído as Certidões do ano e eles querem a do ano. Mas as do ano estão sendo analisadas ainda. Então não pode tem que ser a do ano passado. Só que a do ano passado ela vence em maio. Venceu em maio não tinha saído o dinheiro, todo mundo perdeu o dinheiro. Então isso aí não pode acontecer. Isso aí são coisas que a Secretaria tem que ver. Tem que acertar com o Tribunal como é que é, como é que pode, como é que não pode. Porque inclusive é uma verba carimbada, é pra aquilo ali. Não é outro tipo de Convênio, é pra aquilo ali e é específico. Foi ali acabou, prestou conta e pronto. Então é um problema sério isso aí também.

Entrevistadora pergunta – Então você acha que a comunidade esportiva tem divisões também? Tem uns que participam outros que não?

Piazza responde – Tem. Tem uns que participam outros não participam. Não existe seriedade total na representatividade dos Municípios do Paraná. É o que eu falei para você, primeiro ponto: Se chama interesse pessoal. Eu vou brigar pelo interesse que eu tenho no “meu” Município. Então eu quero que possa contratar gente de fora porque eu tenho dinheiro para contratar ou eu não quero que contrate porque eu não tenho como contratar. É aquilo que eu estou te falando. Aí eu quero que “breque” a, como se diz... Como eu não tenho como contratar, eu quero que as inscrições sejam feitas até o dia 16 de março e não maio. Porque em 16 de março não tem campeonato nenhum ninguém sabe quem é quem. Como eu não posso eu vou “breicar” todo mundo. Agora eu quero que seja até 16 de março, porque daí já terminou e eu já posso saber quem são. Então tem tudo isso aí. Aí tem

aquele: “- Eu não vou nem lá porque o que eu vou discutir e os grandões vão decidem e acabou”. Não é isso aí, por isso que eu digo: Jogos Abertos. Vamos começar, vamos sentar?

Entrevistadora pergunta – Como é que você acha que deveria ser os Jogos Abertos?

Piazza responde – Os Jogos Abertos tem muita coisa certa. O que nós podemos fazer em Jogos Abertos são certas modificações e até experimentos. Um deles que eu te falei é o caso, vamos dizer, do Bocha. Por que nos Jogos Abertos tem que ter o Bocha? Por que nós não podemos fazer um Campeonato à parte apoiado em cima da Federação? Até valendo pontos para os Jogos Abertos, mas, separado. Para não obrigar a, quem sabe, vamos dizer, Londrina. Se você fizer os Jogos Abertos em Londrina o pessoal está perdido. Vai ter que construir todo o Bocha, porque eles não têm! Lá não se joga esse tipo de Bocha. Lá é o Bocha paulista, que é jogado na cancha de areia e esse não é cancha sintética é outro esquema. É o Bocha sul-americano. Mas por que não fazer um Campeonato Estadual de Bocha apoiado e tal, valendo ponto para os Jogos Abertos, se a intenção é o campeão geral? Por que não fazer no Bolão a mesma coisa? Por que não fazer, através da Federação, um Campeonato de Futebol de Campo até 21 anos Municipal? A Federação faz! É só “encostar” neles. Esse sim você pode apoiar, você pode custear alguma coisa. E faça o Regional e depois a Final como nos moldes dos Jogos Abertos. Porque você diminui custo na ida para os Jogos. Tem gente que vai falar que vai aumentar, mas, espera aí, você vai ter um certo tipo de compensação, você tem que procurar um equilíbrio aí. Quer ver outra coisa, o Tênis. Por que não faz Circuito? E você acaba com o profissionalismo porque é circuito. Vai ter o ano inteiro eles vão estar jogando. Quer ver outra coisa, vamos apoiar a natação. Pode ter uma Final lá no dia, mas o ano inteiro essa Federação teve que preparar esse pessoal desses esportes individuais. Então, eu enxergo nos Jogos Abertos isso aí. Se você vier perguntar pra mim se eu sou da opinião de acabar, eu vou dizer: “- Não. Nunca!” Eu acho que os Jogos Abertos têm que estar mais prestigiado, mas, ele tem que estar filtrando. Vamos dizer, grupo “A”, já é uma conquista que nós tivemos, por que você punha um coitadinho, vamos dizer, de Joaquim Távora ou qualquer outro, Santa Amélia jogar com Foz no basquete. Mas pega um Voleibol, humilha. Pega um basquete e: “- Meu Deus que judiação!” Dava 110, 120 a 5. Você acaba com a equipe. Então, hoje não. Assim mesmo, você sabe que você tem quantas equipes femininas de basquete? Pouquíssimas. Agora eu pergunto para você: “- Cadê a Federação?” Por que não tem mais? Não tem, porque custa dinheiro participar de uma Federação. Por que não monta uma segunda divisão, uma terceira divisão no basquete para esses times menores, com custo menor, usando a arbitragem menor e não cobrando taxas exorbitantes pra registrar? É esse o negócio, por isso algumas Federações não funcionam. A inscrição do atleta é violenta, daí você reclama na Federação do Estado eles dizem que a Confederação é que cobra, é que manda cobrar. Vamos para cima da Confederação, vamos fazer um movimento ou então, chama aqui a Federação e diz, nós queremos. E o registro é o Registro da Paraná Esporte. Vamos voltar aos Registros, vamos voltar às carteirinhas. Dá trabalho? Contrata mais gente, dá mais condições no Regional pra eles fazerem. Não é que tem que ser Curitiba. Você lembra aquela papelada? Acho que não é do teu tempo? Nós íamos com uma papelada desse tamanho, correndo para fazer aquelas carteirinhas brancas e eu e o Paraná inteiro deixava para o último dia. Chegava de monte e daí ficava todo mundo feito louco. Hoje tem computador, hoje você faz a carteirinha na hora. Põe o *videocam* lá e tira a foto e já pronto. Vai lá no Município ou na Regional, pega *laptop* e põe com o *videocam* então vai lá, chega lá e diz: “- Cadê os atletas que você tem para cadastrar? Põe na fila!” Passa um dia lá está feito tudo, pronto. Quantos Municípios você tem? Cada Município faz sua inscrição *on line*. Não precisa estar correndo, Tem que levar ficha com assinatura. Agora, é aquele tal negócio, mexeu está perdido. Vai para Tribunal. Então me tem que existir a

confiabilidade. Então eu vejo os Jogos Abertos. Tem que ter, porque hoje, queira ou não queira é um objetivo do Município e dos atletas a participação nos Jogos Abertos. Não sei como é que ele está, então tem essas sugestões. Agora, o que eu faria. Eu chamaria dez dirigentes, a Paraná Esporte sabe quem é quem, com capacidade para discutir. Pega um pessoal da Paraná Esporte, ela tem que participar junto, e chama representantes de certas Federações que tenham cabeça. Chama, quem sabe, outros tipos de gente, educação põe aqui na Comissão. Ponha gente da Cultura, Federação das Indústrias, trás junto aqui. Vamos trabalhar, vamos discutir. Pode ser que na primeira reunião, na segunda ou na terceira não dê nada, mas lá na frente vai estourar porque o pessoal começa a abrir o olho. Imagine a Dayane com patrocínio aqui? Não precisa ser a competição que está sendo feita na Alemanha, entendeu? Ela está aqui trabalhando, quem que paga? É a Confederação ou é nós, Paraná, que pagamos para ela ficar aqui? É o Paraná? Então porque é que não tem uma bandeira do Paraná aqui? Tem que ter a do Brasil. A do Brasil tem que ter, mas, do Paraná também porque somos nós que pagamos? Dá uma “prensa” dessa pra ver se os caras não “pulam”? Tem que berrar. Tem que entrar, tem que enfrentar, mas agora, tem que ter credibilidade para fazer isso. Se não tiver não adianta. O grande momento nosso ou o grande problema nosso ainda está na credibilidade. Não vamos longe. Nós estamos vendo tudo que nós estamos vendo aí de Congresso, de Senado, de tudo. Nós estamos vendo. Você vai discuti hoje, não porque a agricultura, porque não sei o quê... Espera aí? Qual é que foi o problema? O problema não é o dólar? Os caras estão lá, os Senadores estão lá, os Deputados Federais estão lá. Eles têm que levantar e “meter a boca”! Do que adianta nós brigarmos aqui em baixo? Não vamos resolver nada. Você entendeu? Tem que ter um incentivo do esporte base. O que é que o Ministério está fazendo? Está falando! Mais eu não vi vir nada de Ministério para as escolas, ou Ministério, Paraná Esporte, Educação e Escola. Não vi nada! O contraturno é a creche, é para cuidar das crianças no contraturno, pra não ficar na rua. Então faça uma cancha poli esportiva. É a mesma coisa, só que eu fiz em 95, não foi agora. Eu só não dou lanche, não dou lanche, porque eles têm uniformes, tem tudo.

Entrevistadora pergunta – De quem deveria ser a responsabilidade de organizar e realizar os Jogos Abertos na sua opinião?

Piazza responde – Eu acho que a responsabilidade está sendo feita. Para organizar, organizar eu digo a competição em si, tem que ser comandada pela Paraná Esporte, a competição. A organização da infra-estrutura tem que ser do Município com apoio do Governo. Parceria, entendeu?! Porque você pode... Que nem eu mesmo agora estou vendo que começou agora tudo no mesmo lugar. Nesses anos todos ficou Pato Branco, Foz, Toledo e Maringá. Essas quatro cidades só que estão fazendo. Quer dizer é lógico, hoje está fácil de fazer porque toda a infra-estrutura está pronta. Mais espera aí, vamos dar uma conversada, vamos começar a abrir? Nós vamos ter que voltar pra outros Municípios. Tem que até chamar esses Municípios e dizer: “- Olha gente, agora eu quero uma chance aqui!” Para começar a dar condições de outros Municípios se desenvolverem, se não, não vai. Como Umuarama fez, Pato Branco fez, Beltrão fez agora, Foz fez. Francisco Beltrão nunca tinha feito, tudo bem, era só Pato Branco ali. Vai lá ver o que surgiu de coisa nova em Beltrão por causa dos Jogos Abertos, um monte de coisas. Foi trocado o piso de ginásio, aqui foi feito tudo isso, aqui o piso já tinha vinte e cinco anos. É uma boa, mas, teve que mexer. Lógico porque você tem que pelo menos apresentar. Outra coisa, você mexe com segurança, você mexe com tudo. Então eu acho que o Governo do Estado através da Paraná Esporte tem que ser o órgão controlador e gestor da competição. E a organização, preparação, vamos dizer que quem vai “armar o circo” vai ser o Município em parceria com o Estado. Porque tem muitas coisas que a gente vê, por exemplo, uma vistoria. Só que uma vistoria tem que ser feita antes de começar. Quando o município se apresenta, que ele



tem que te ter alguma coisa, já tem que conversar mais. É lógico, que nem o Cristiano que era quando eu fiz aqui, dizia: “- Piazza, como é que está aí?” “- Olha, aqui tá em ordem isso e isso...” Só que ele sabia que ele podia confiar em mim. Só que tem certos Municípios que você não pode, você tem que ir lá. Porque eu mesmo, foi coisa aqui, que o cara aqui já tava puxando um metro a mais porque ele queria. Não é como ele queria, tem que ser como manda a regra. Tem disso aí tudo também. Mas eu acho que, Jogos Abertos no Paraná deveria se sentar, porque você tem que fazer um feedback no mínimo de dois em dois anos. O mundo muda, a sociedade muda e não é por isso que os Jogos não vai que mudar. Você vê nós estamos chegando nesse ano no cinquentenário dos Jogos. É de 57. Eu fiz o quarenta e sete, Beltrão fez o quarenta e oito, Maringá fez o quarenta e nove, Toledo vai fazer o cinquentena. Agora, tem que ser comemorado, você queira ou não queira. Tem que ser, porque é um marco. Você vê, os esportistas do Paraná eles esperam os Jogos Abertos do Paraná. Disso você não tenha dúvidas. Então, agora, tem alguma coisa que tem que, mudar? Tem! Vamos sentar, mas não é Toledo que vai mudar. Agora é a comunidade. Então tem dirigente que vai lá, o técnico que vai lá, e berra, grita, muda e o dirigente nem sabe o que está acontecendo. Aí ele chega e diz: “- Mudaram tal coisa!” “- Mas como?”

Entrevistadora – Nessa trajetória você que você acompanhou está o período da minha pesquisa. Quais foram os marcos? Nós falamos de Campo Mourão que foi um marco.

Piazza responde – Campo Mourão foi o primeiro marco, inclusive em 87. Foi o marco aonde entrou o marketing, que foi aonde eu comecei a usar, que o Borel também me ajudou. Foi onde entrou os Casais Padrinhos que são marcos, que tem até hoje. Foi onde entrou a imprensa, porque a imprensa, eu me lembro disso aí, eu prestigiei muito a imprensa. Porque você tinha imediatamente o resultado. Em Pato Branco foi repetido isso. Em Pato Branco inclusive a imprensa foi melhor ainda. Porque eu tive elementos da imprensa que eu chamei pra junto ajudar a organizar. Já em Campo Mourão não foi assim, pois, nós achamos que seria assim. Então, baseado em Campo Mourão nós melhoramos em Pato Branco. Então você vê, em Pato Branco eu tenho um exemplo de casal padrinho e te digo até hoje, com Wenceslau Braz, que o casal ficou tão “assim” próximo... Ele levou a delegação, a delegação era pequena, mas ele levou a delegação pra casa dele pra comer churrasco. Ele vivia junto com a delegação, ele vestiu a camisa da delegação. Se sabe quem ele hoje?! Cidadão Honorário de Wenceslau Braz. O casal que atendeu eles lá. Daí o Prefeito foi lá e ele atendeu o Prefeito, aí o Prefeito convidou ele pra ir lá em Wenceslau e ele foi lá, aí o Prefeito veio aqui, aí ele conheceu os Vereadores, criou tanta amizade que o homem é Cidadão Honorário de Wenceslau. Você viu que bacana? Surgiu aonde? Nos Jogos Abertos. Te cito a criação dos grupos “A” e “B”. Na questão técnica foi o corte da importação, porque naquela época, foi após os Jogos de Maringá. Porque primeiro houve na parte técnica aquela coisa que era por medalha. O Paulinho “enfioi” que no campeonato tinha Campeão Geral por medalha, e era Quadro de Medalha. E o que aconteceu é que Maringá contratou todo mundo por Marialva, até o Robson Caetano foi, trouxeram equipe só de atletismo, e os caras ganharam tudo e foram Campeão dos Jogos em medalha com “uma” equipe. Individual, era por medalha, e eles fizeram aquilo só pra provar pro Paulinho que não podia fazer. Ah, a informatização, que não tinha e foi feito, mas não teve tanta transformação. Voltando a falar de Marialva. A Parte técnica foi um marco. Foi mostrado que não funcionava. Porque ali foi uma teimosia do Paulinho. O povo queria Campeão Geral, que na época era Londrina e Maringá, que sempre eram o Campeão Geral, e Ponta Grossa. Então eles queriam e o Paulinho não queria. Então o Paulinho de “birra” baixou uma norma de que era por medalha e acabou com o Campeão Geral. Daí o Cambará foi a São Paulo e contratou tudo, mais não por Maringá, pra não brigar, foi para Marialva. Eu me lembro até hoje os caras desceram de avião, foram pro hotel. Do hotel o ônibus pegava, levava eles competir e levavam pro hotel. Ganharam tudo. Tudo né, é lógico. Era a Seleção Brasileira?! Montaram no avião e foram embora. Só virão Marialva por cima. Mais

todo mundo sabia disso. Todos os dirigentes e tal sabiam. Que eles falaram que iam fazer pra provar que não era de cima para baixo. Entendeu?! E provaram. É o que eu falo para você, são experimentos. Então, “- Vamos fazer assim? – Será que dá, vamos fazer?” Então ele vale por dois anos depois muda. Senta e vê se deu certo. Então é quilo que eu falo para você, tem certos tipos de opiniões que tem que ser conversado. E tem coisas que não pode mais mexer. Agora, aquilo que eu falei para você: “- Faça isso.” Mas chama um grupo, mas escolha o grupo a “dedo”. Tem gente que já participou e está fora. Vamos dizer: eu. Quer que eu participe? Eu participo. Eu vou dar a minha contribuição, porque eu não tenho para quem “puxar”, não to trabalhando para ninguém. Você quer um Ferreira que participou um tempo. Você quer onde são? Gente ali de dentro da Secretaria, da Paraná Esporte que participou direto em Jogos na parte técnica, vem. Não é por 200 pessoas lá dentro. Não vai funcionar. É uma mesa redonda que você senta aqui, discute, não precisa nem fazer grupinho. Discuta. Vamos discutir no macro já. E cada um dá a sua opinião. Uma falha que eu sempre achei e eu sempre falei... Até na última que teve, eu falei para o Lester. O Lester já era diretor: “- Não faça isso!” Falei pro Cristiano. Vocês querem mudar, venham com a mudança que vocês querem. Chama, pegue esse grupinho que vocês conhecem, que são as lideranças, que você sabe que se o Piazza levantar e falar que tem muita gente que vem comigo. Que o Batata, às vezes, se levantar tem gente que vai atrás dele. Tem, e nós sabemos disso daí. Então chama esse grupo aqui: “- Gente, vem cá! Nós estávamos pensando em nisso daqui e o que vocês acham?” Numa boa. Ninguém está resolvendo nada. “- Vamos adaptando?” “- Vamos.” “- Nós aqui chegamos a uma conclusão!” Vocês a outra. É isso, é isso. Ninguém fala mais nada. Esta é a proposta que a Paraná Esporte vai levar ao Congresso. Só que tem uma coisa. O Piazza vai levantar? Não! Eu aprovo isso aí. Você vai ver o fulano levantar e dizer que aprova isso aí, e o resto vem tudo atrás. Você sabe que é assim? Nós cansamos de falar. Não queira chegar aqui e dizer: “- Nós resolvemos que esse “sofá” vai sair daqui e vai pôr lá agora! O Piazza levanta e “- Não, eu acho que não dá certo!” Agora, pode até dar certo. Aí ele vai querer ir me provar. Tudo bem pode provar. A partir do momento que ele me provar eu vou concordar com ele. Mas junto com “um monte de gente” ele não me prova. Agora aqui entre nós ele me prova. Daí: “- Ah bom então tá, agora eu concordo com você!” Que o certo é partir assim, ninguém é dono da verdade. Todo mundo tem seus acertos e todo mundo tem seus erros. Então ponha na mesa e vamos discutir. Mas essa discussão não pode ser uma macro discussão. Tem que ser primeiro uma micro, para depois você levar para a macro quando tem assuntos polêmicos. Jogou na macro, acabou. Própria coisa de Federação. Você vê, quantos desses encontros nossos a gente levanta: “- Mas cadê os caras da Federação aqui?” Depois chega na hora, eles chegam lá querendo dar uma de bom. Outro tipo de exigências. Então é isso aí.

**Entrevista com o professor Luiz Fernando Cordeiro, funcionário da Paraná Esporte até março de 2003, em Curitiba, no dia 24 de Outubro de 2006.**

Entrevistadora pergunta – Na tua opinião o que quer dizer esporte rendimento?

Cordeiro responde – Esporte Rendimento, na minha opinião, é o desporto de qualidade ou de um treinamento mais específico direcionada ao rendimento desportivo, ao rendimento do atleta na melhor performance possível. Hoje nos podemos dizer que existe o Esporte Rendimento e o esporte de alto nível, o Esporte Rendimento leva ao esporte de alto nível.

Entrevistadora pergunta – Então pra você não são duas coisas iguais?

Cordeiro responde – Não, no meu modo de ver, o Esporte Rendimento faz com que ele passe de uma forma amadora para uma forma mais significativa e com isso chegar ao alto nível.

Entrevistadora pergunta – Na tua opinião qual é o papel do Estado com relação ao Esporte Rendimento?

Cordeiro responde – Olha veja bem, durante a história dos Jogos Abertos, em que a gente participou, os nossos conceitos vão mudando, porque nós ficamos sabendo que no início dos Jogos Abertos era mais uma confraternização entre desportistas e prefeitura do que vamos dizer a performance e com o passar do tempo foi se criando uma certa rivalidade desportiva com que as pessoas já começaram a preparar as suas equipes para ganhar. Logicamente com essa evolução do desporto de todas as modalidades e os municípios envolvidos começaram a entrar outras vertentes de intenções, como a própria política, começou ser manifestado o desejo e o interesse do município em ser campeão na determinada modalidade e demonstrar-se melhor do que o outro município, até em termos políticos. Então com o tempo também entrou essa questão política nos Jogos, não que seja o objetivo principal, mas não podemos ser ingênuos que ela também faz parte dessa disputa entre os municípios e mostrar qual o trabalho qual o programa desportivo melhor entre os dois municípios. Daí com o passar do tempo, toda essa confraternização passou a uma competição e de uma competição de uma forma madura começou a ser grandes trabalhos técnicos esportivos a levar a esse esporte rendimento e com a aproximação das federações, as federações foram entrando também para que começasse a ter um corpo maior nesse Esporte Rendimento. Porque o Esporte Rendimento, naquela época, era desenvolvido pelas federações, os seus campeonatos paranaenses de todas as modalidades, ali você via o Esporte Rendimento a chegar no alto rendimento que era as participações em olimpíadas, campeonatos mundiais, campeonatos assim: sul-americanos que a aí a já a performance é pelo menos bem maior nesse sentido. O Esporte Rendimento, por isso que eu disse que no meu modo de ver diferenciado, porque o esporte rendimento ele tem até atletas que conseguem um rendimento significativo, mas jamais vão chegar a um rendimento, a uma performance a nível de olimpíada. Então a nível de olimpíada do campeonato mundial que eu digo que é, vamos dizer o alto nível, porque já passou por essa parte do rendimento. Eu entendo que o Estado é pouco fomentador, ele tem que trabalhar como fomento, ele tem que estar junto com as Federações. Porque tudo o Estado tem que estar envolvido, não meu modo de ver hoje o dispor, eu acredito que tanto as prefeituras municipais, como também o Estado, ele tem que estar envolvido no Esporte Rendimento. Mas eu acredito que o objetivo maior é o outro lado, vamos dizer a parte do esporte voltada à saúde, o esporte voltado às pessoas idosas, ao lazer, a recreação entende? Então isso é o fator que eu acredito principal do Estado e do Município. Logicamente que ele quer também ter uma fatia de participação, se como ele tem que trabalhar com a criança, com o adolescente e o adulto, ele também tem que trabalhar com o atleta do seu Município ou do seu Estado, então ele tem que estar junto. Então eu acho que, a participação do Estado sim, tem que trabalhar também no Esporte Rendimento, agora, nas suas devidas proporções.

Entrevistadora pergunta – Como é que você vê o Governo do Paraná nesse caso com relação a esse Esporte Rendimento, como ele tem atuado, como ele veio atuando nesse período de 87 a 2005?

Cordeiro responde – Bom veja bem, tem uma fatia de 95 pra cá que eu mais ou menos que me desliguei, acompanho, torço pelas equipes paranaenses, pelo desporto, pelas pessoas que desenvolvem essas atividades nos estados e nos municípios, principalmente aqui de Curitiba, mas eu me desliguei um pouquinho.

Entrevistadora pergunta – Mas e nesse período em que você esteve presente que antecede 95, com é que o Paraná participou com o Esporte Rendimento?

Cordeiro responde – Ele, inicialmente era o que eu organizava todas essas atividades do Esporte rendimento através dos jogos aberto do Paraná e também depois de uma necessidade, numa fase de transição entre o desporto escolar e os Jogos Abertos foi criado os Jogos da Juventude. E a grande diferença nos Jogos da Juventude como Jogos Abertos é que nos Jogos da Juventude os atletas eram federados, e tinha uma participação até maior das Federações. Com o desenvolver começaram a envolver as Federações na própria organização dos Jogos Abertos. Trouxemos as Federações para desenvolver, só que é numa época que o Diretor de Esportes era o Paulo Roberto de Oliveira, o Paulinho, que se aproximou muito no Governo do Álvaro Dias nas Federações em que começou-se a até aí sim mais acentuada produção dos Abertos na parte de competição. O Esporte Rendimento até aflorou, inclusive com participações de atletas até de outros centros, atletas de nome e real condição técnica para vir assim até melhorar, ser um exemplo pra outros atletas de performance. Então nessa época eu acredito que o Esporte Rendimento chegou a um nível muito bom.

Entrevistadora pergunta – Na sua opinião qual é o papel da iniciativa privada no desenvolvimento do esporte no Paraná.

Cordeiro responde – A iniciativa privada é de suma importância porque é dela que vêm os patrocínios, é nela que se buscam os recursos financeiros para o desenvolvimento de atividade, de programas, de eventos, é dela que você vai trazer recursos pra que você atenda o atleta de alto rendimento. E até depois no alto nível, porque o desporto tanto nessa parte profissional como eu to dizendo agora, ele não sobrevive sem iniciativa privada, tem que ter a iniciativa privada, os patrocínios tem que ter. Por que se não como que você vai desenvolver? Com recursos do Estado que são pequenos? É como eu te falei que existem as prioridades dos recursos do Estado. Às vezes têm que ir pra programas sociais, programas do esporte social, o programa de saúde do esporte voltado a saúde da população. Lixando recursos provenientes da iniciativa privada para o desporto rendimento de alto nível. Então eu encaro assim que a iniciativa privada tem que estar junto com entidades governamentais. Porque a gente sabe que o Governo em si não pode obter recursos da iniciativa privada, mas as Fundações e Autarquias podem. Devem estabelecer programas, convênios, parcerias com a iniciativa privada, pensando em recursos.

Entrevistadora pergunta – Seguindo nessa linha, como você definiria os Jogos Abertos do Paraná?

Cordeiro responde – Hoje eu não posso te dizer como está o nível dos Jogos Abertos, só nesse período que eu estive, eu acho que os Jogos Abertos foi igual a uma escada, que foi se aprimorando, se especializando até chegar um momento de um rendimento ser aceito. Tanto é que nós tínhamos grandes resultados em todas as modalidades esportivas. Muitos atletas paranaenses nas seleções brasileiras e disputando aí campeonatos internacionais. Tivemos projetos de incentivos a atletas que obtiveram esses resultados e conseguiram participar de eventos internacionais como o Paraná Olímpico que era um Projeto que atendia e beneficiava atletas que chegaram a dar esse alto nível. Então essas pessoas foram agraciadas com esse Programa esse Projeto do Paraná Olímpico. Eu vejo hoje nos Jogos Abertos do Paraná uma competição pura de rendimento, de trabalho voltado a demonstrar toda a sua capacidade técnica.e eu acredito que os Jogos Abertos ele tem que ter uma reformulação. Por que eu não sei, mas, pelo pouca que eu estou sabendo as Federações não sei se estão tão intimamente ligadas à entidade governamental. Posso estar enganado, mas, tem que ter uma retomada das Federações junto com os Jogos Abertos justamente para dar aquela qualidade maior. Por que queira ou não queira as Federações é que representam o desporto e o Estado fomentador. Então as duas coisas têm que estar ligadas.

Entrevistadora pergunta – Na sua opinião quando se usa o termo expressão máxima do Esporte no Estado, o que se quer dizer?

Cordeiro responde – Eu entendo que expressão máxima é quilo de melhor. E você chega ao melhor com a especialização. E a especialização leva ao alto rendimento ao alto rendimento e alto nível. Então, expressão máxima quer dizer que atletas paranaenses chegaram a essa situação da qualidade total da especialização.

Entrevistadora pergunta – Você vê os Jogos Abertos como a expressão máxima do esporte no Estado?

Cordeiro responde – Ao nível de Estado sim. Mas isso não quer dizer que é expressão máxima que todos esses que estão participando chegarão ao alto nível. São poucas as pessoas que chegam ao alto nível. Porque ainda nós temos até Municípios que participam com atletas que não tem performance nenhuma. São mais participantes do evento esportivo que atletas de alto rendimento ou de alto nível. Nós vamos ter uma fatia muito pequena de atletas que chegaram ou que chegarão a esse nível. Porque você vê tem Municípios que tem uma outra realidade. Uma realidade de participação, de confraternização, de estar começando um trabalho nesse sentido. Outros não, esses outros já estão preocupados com o rendimento e colocar seus atletas numa expressão maior como uma Seleção Brasileira uma Seleção Paranaense. Então os objetivos de Estado são muitos assim de Municípios. Tem Municípios que entendem que a pura participação já é o objetivo maior deles. Eu acho que não. A participação tem que culminar no rendimento e no alto nível.

Entrevistadora pergunta – Quando se fala em redimensionar os valores sócio culturais esportivos dos recursos humanos disponíveis especializando-os para o Esporte Rendimento. O que se quer dizer?

Cordeiro responde – Eu volto ao que eu já falei ali atrás, no aspecto das prioridades e objetivos de Governo. Nós temos que deixar muito bem claros esses objetivos. O que eu acho é que os Jogos Abertos do Paraná já está mais perto da sida do funil. Porque essa porcentagem de pessoas que participam de Jogos Abertos, que participam do Esporte Rendimento de Alto Nível é a boquinha de baixo do funil. Então esse objetivo diferenciado do começo ou se a gente fizer lá a “tal” da pirâmide, você vai ver a base da pirâmide é a participação geral. É onde está a Saúde, a participação da criança, a participação do idoso, da idade madura, a terceira idade, na minha época diziam a idade madura e agora a terceira idade, então ali o objetivo do Estado qual é o social. Atividades voltadas a essas pessoas que às vezes é o gordinho, o magrinho, o obeso, pessoas que não tem essa pretensão de chegar ao Alto Rendimento. São pessoas que tem que utilizar o desporto voltado à parte de saúde não à parte estética que é a moda. Então essas pessoas hoje, e a ciência do desporto está mostrando isso da necessidade da atividade física voltada à saúde. Então o Estado tem que fomentar e muito isso aí. Invés de desenvolver programas de saúde voltados à fabricação de remédios e essas coisas, eu acho que tem que ter a prevenção e a prevenção começa com hábitos de vida, com essa questão da atividade física, o simples caminhar e aí por diante. Então essa é a grande fatia que o Estado tem que trabalhar nesse esporte social. E logicamente que a cultura de um povo começa a se modificar a cultura esportiva. Começa a se modificar com esse tipo de programa por que você faz... É que eu me lembro muito da década passada daquela campanha “Mexa-se” por mais que tenha sido uma coisa de mais impacto na época ela mudou e muito a cultura do Brasileiro. Agora se você pode me disser: “-Mas era o ideal aquela Campanha Mexa-se? Hoje seria o ideal?” É lógico que não porque lá dizia assim: Mexa-se, pule, corra, nade, faça qualquer tipo de atividade. Só que naquela época esqueceram-se de mostrar como, quanto e com quem deveriam fazer. Então aquela Campanha fez com que mobilizasse uma população inteira, correm de tudo

que é jeito e nós sabemos que causa até problemas. Então têm que ter uma orientação, tem que ter os exames iniciais, todas aquelas avaliações cardiológicas, avaliações clínicas, laboratoriais, para uma pessoa começar uma atividade física. Como também tem que ter a orientação de uma pessoa especializada como é o professor de Educação Física para isso, trabalhar e fazer uma avaliação com fisioterapeuta na parte postural. Então é complexa essa participação numa atividade física, não é como as pessoas pensam. Saem correndo de qualquer jeito. Nós temos aí os enfartados de final de semana que abandonaram essas orientações. Então hoje nós temos que usar esse tipo de Campanha. Mas uma Campanha mais, como é que se diz, educativa e informativa e dizer como tem que ser feita, com que intensidade, quem que tem que orientar e essas coisas. Agora é importante nessa parte social isso aí porque aí você muda a cultura esportiva. O cara já tá sabendo o que vai fazer, porque tá fazendo e o que ele vai melhorar com isso. Agora subindo essa pirâmide nós já vamos entrar numa parte de competição, dos treinamentos mais intensos, a especialização do treinamento. E essa especialização do treinamento vai chegar a alguma performance técnica do indivíduo. Alcançando essa performance técnica, alcança o rendimento e só aquele que continuar se especializando chega ali no ápice que no meu ver é o Alto Nível.

Entrevistadora pergunta – Na sua opinião os Jogos Abertos redimensionam os valores sócios culturais esportivos dos recursos humanos, especializando-os para o rendimento esportivo?

Cordeiro responde – Eu acho que sim, tranqüilamente os Jogos Abertos é o evento fomentado pelo Estado juntamente com as Federações justamente para especializar o seu produto, o seu atleta. Logicamente os Jogos Abertos chegam ao Rendimento e a especialização completa que é o alto nível é de responsabilidade das Federações.

Entrevistadora pergunta – Como você acha que deveria ser a participação dos gestores na organização dos Jogos Abertos do Paraná?

Cordeiro responde – Mais uma vez eu te digo, eu acho que como uma entidade que fomenta o desporto, se você fomenta você tem uma responsabilidade. Logicamente que você não pode desprezar as entidades especialistas que estão dentro das Federações encarando dessa maneira. Porque as Federações é que são responsáveis pelo alto nível. As Federações e as Confederações. Agora o Estado tem que estar fomentando, tem que estar organizando. Eu acho de suma importância que o Estado está na organização uma porque já é de responsabilidade a ação dos Municípios porque ela trabalha com os Municípios. Desenvolve programa com os Municípios. Até envia aos Municípios materiais e dá condições necessárias para o desenvolvimento do desporto e logicamente que ela tem que estar na organização. Porque era muito mais simples fomentar e jogar todas as responsabilidades para uma Federação, etc. Não, eu encaro que tem que caminhar junto. O Estado tem sua participação, tem a sua responsabilidade quanto um fomentador, mas, também como organizador.

Entrevistadora pergunta – Quando se altera o regulamento dos Jogos Abertos você acha que são levadas em consideração as diretrizes estabelecidas na política pública para o esporte, se houver?

Cordeiro responde – Bom primeiro tem que pegar a Política Estadual de Esporte e dentro dela ver as diretrizes e ações. A Política Estadual de Esportes não é montada pela entidade do Governo. É montada com todos, trazendo os Municípios, trazendo as Federações, todos tem que estar presentes para montar uma Política do Esporte Paranaense. Eu acho que a política é isso, participação de todos. E depois de definida, logicamente que os regulamentos têm que estar atrelados à Política Estadual de Esportes.

Entrevistadora pergunta – Você acha que isso aconteceu?

Cordeiro responde – Naquela época lá que eu te falei do Paulo Roberto de Oliveira que foi colocado assim a vinda de outros atletas de outros centros para habilitar, para ser exemplo para os atletas que estavam começando houve uma polêmica muito grande na participação desses atletas, de pessoas de outros Estados, essas coisas assim. E logicamente naquela época, olhando hoje, teve uns...uma...como é que eu posso te dizer? Muitos Municípios não tiveram essa participação de opinar de estar certo que aquilo seria o ideal. Foi colocado mais uma ação do Estado, da Secretaria de Esportes da época, de tentar melhorar o nível dos Jogos Abertos porque como eu te falei, foi uma estória de um caminhar lá da parte romântica que nossos pais participavam e agora é o rendimento que está. Então, eu encaro o seguinte, qualquer mudança de regulamento tem que estar atrelada a Política Estadual de Esporte e participação efetiva dos Municípios e Federações. Não pode se mudar por mudar. E principalmente ao longo do caminho mudar as coisas sem o consenso de todos. Se for consenso de todos muda. Logicamente não vamos ser ingênuos e querer a aprovação de 100%, mas eu acho que tem que ser uma aprovação significativa para serem colocadas essas mudanças. Agora, uma mudança que não tenha a participação de ninguém aí eu não sou a favor.

Entrevistadora pergunta – Como as Federações Esportivas Especializadas participam na realização dos Jogos Abertos?

Cordeiro responde – A primeira coisa com que elas têm que participar é com a arbitragem. Porque nas federações existe a especialização da arbitragem, então eu acho primeiramente que elas têm que trabalhar com a arbitragem. Segundo elas tem que trabalhar juntamente da organização, não é só na arbitragem, é na organização juntamente com as companhias de esporte no governo. Porque ela é a especialidade, o governo é o fomentador, lógico, leva ao esporte rendimento mas aonde ta a especialização é dentro das federações.

Entrevistadora pergunta – E essa participação você acha que é suficiente, essa participação das federações?

Cordeiro responde – Eu acredito que não, pelo que eu vejo hoje eles trabalham ainda meio de leve. Acho que eles têm que estar atuando junto e não em paralelo com o estado nos jogos aberto. Porque muitos anos a federação entrava somente com a arbitragem, e malmente ainda, tinha federações que não entravam nem com a arbitragem. Era uma arbitragem até feita pelo estado, passamos épocas assim. Eu acho que a arbitragem e a organização caminharam juntas, e não em paralelo. Se não por que os jogos abertos? Jogos abertos pra que serve? Serve por esporte rendimento, e esse esporte rendimento é produto de quem? Do estado que esta fomentando, mas o produto é efetivo da federação. E se o estado ta promovendo o esporte rendimento pra que esse esporte rendimento no estado leve ao alto nível que ta dentro das federações então é importante que a federação seja parceira em parte da organização.

Entrevistadora pergunta – Na sua opinião qual é o objetivo do município quando participa da competição?

Cordeiro responde – Aí entra o que nos já conversarmos lá trás rapidamente. Tem municípios que estão entrando, esta no noviciado vamos dizer assim. Então somente participar, se classificar pra uma participação de uma final dos jogos abertos, pra ele aquilo é só de ir de um município pra outro, aquilo é uma alegria enorme. Então aí tem a parte social, a parte cultural, tem tudo envolvido. E muitas vezes esse pequeno município que está começando, ele não tem os mesmos objetivos de Maringá, Londrina, Ponta Grossa, Curitiba, os grandes centros, é totalmente diferente o objetivo. Já o objetivo dos grandes centros é a performance técnica, é o poder político. Já são outras coisas que aparecem, são

outros objetivos, até o ganhar por ganhar, não levando em conta a ética do esporte, porque tem certos momentos em que falta até ética na competição, é a competição pela competição. Não se leva em conta que é um evento de rendimento, mas é um evento de governo, é um evento que não só o atleta de rendimento e de alto nível esta participando, mas aquele atleta que conseguiu chegar num estágio de participação de jogos abertos. Então eu acho que muito depende do objetivo e do governo municipal da época.

Entrevistadora pergunta – E como é que você acha que esses Municípios se preparam? Você tem conhecimento de como esses Municípios se preparam pra participar?

Cordeiro responde – Também dependendo da realidade de cada município, municípios menores com toda aquela dificuldade, não tem patrocinador porque o esporte rendimento a participação da iniciativa privada ainda é muito pequena. Então determinados esportes têm às vezes um patrocínio, são esportes que já tem o gosto no Estado tipo futebol de salão, o voleibol, o basquete e tantos outros que já são reconhecidos no estado do Paraná, a natação. Com esses atletas dessas modalidades já existe o patrocínio, então o município lá tem condições de arrecadar verbas de pequenos patrocinadores para participar, a participação de seu município ou a participação de uma certa modalidade do município. Agora é muito pouco isso aí, nos municípios menores é mais na empolgação, mais na festa de participação vamos dizer assim, do que de qualquer coisa. Lógico tem seus treinamentos, teus seu valor, tem o trabalho desenvolvido no município, existe profissionais de qualidade, professores de educação física desenvolvendo trabalhos maravilhosos nos municípios menores. Isso é uma realidade. Agora voltando para os municípios de grande porte a preparação é muito grande, por quê? Porque se injeta maior valor, recursos financeiros para desenvolver atividade. Ah, eu esqueci uma coisa muito importante, mas muito importante no Desenvolvimento do Esporte Rendimento, me desculpe abrir um parêntese, mas, me deu agora uma luz aqui, a participação das universidades. Eu acho que as universidades têm que estar trabalhando também como parceiras do Esporte Rendimento porque nas universidades existem os especialistas, vamos dizer, a ciência do esporte está dentro das universidades. Os recursos humanos nas universidades são altamente especializados com doutores, com PhD, com mestres nos esportes e essa fatia da universidade tem que estar dentro também dos Jogos Abertos nas avaliações, propondo, pesquisando, etc. São poucas as pesquisas que eu me lembro dentro desta área dos Jogos Abertos promovidas pelas universidades. E eu acho que as universidades, não fatos isolados como pessoas interessadas como é o teu caso, fazendo pesquisa, etc. Mas a própria universidade manter pesquisas pro corpo. Porque a ciência está dentro da universidade e eles têm uma grande co-responsabilidade disso daí e estar junto do Esporte Rendimento Falar do Esporte Rendimento e não falar na ciência é como não falar em nada.

Entrevistadora pergunta – Na sua opinião existe análise científica, quantitativa, qualitativa da competição, para possibilitar uma melhoria no desenvolvimento esportivo dos municípios?

Cordeiro responde – Aí é que está eu acho que dentro do Governo deveria ter um Departamento específico para esse tipo de trabalho, de pessoas pesquisando e vendo toda essa parte social, toda essa parte de saúde, toda essa parte de Esporte Rendimento, trabalhando juntamente com as Federações, pesquisando. Por que às vezes o que ocorre nos Jogos Abertos são Jogos práticos, realiza-se muito pouco, até é engraçado dizer, mas muito pouco é feito pela ciência de saber o porquê desses Jogos Abertos, o que qualitativamente falando o que leva aos Jogos Abertos. Quantitativo: será que é importante ou não é importante, através da ciência e da pesquisa você vai chegar a isso ou pelo menos próximo.

Entrevistadora pergunta – Você viu isso acontecer?



Cordeiro responde – Na minha época muito pouco e nas universidades menos ainda. Ah, só voltando que eu esqueci. Dos objetivos do pequeno, médio e grande. Eu acho que os Grandes Municípios se preparam bem, tendo um trabalho durante o ano nas suas modalidades esportivas, já existe um trabalho das Federações prevendo seus campeonatos Regionais e Estaduais. Então os maiores atletas estão nos grandes Municípios, participam de eventos comunitários como os Jogos Abertos, participam também de eventos das Federações, então já há uma especialização dos treinamentos e os objetivos são maiores. O objetivo do Município de grande porte aí entra aquela questão política, até política partidária. Por que o nosso partido é “x” tem que ser melhor do que o partido “y”, por que o nosso município tem as condições físicas melhores do que os outros, por que nós temos melhores especialistas técnicos que os outros e aí começa a concorrência e as disputas e coisas assim e é por isso que nos grandes municípios o objetivo é totalmente diferenciado daquele pequeno e médio. É mais acentuado é mais valorizada essa participação num Jogos Abertos.

Entrevistadora pergunta – Em sua opinião, por que um município solicita a sediação de uma Fase Regional ou de uma Fase Final?

Cordeiro responde – Eu acho que primeiro isso é uma questão política do seu Município, uma valorização política, a política de trabalho, a política de esporte do seu Município, como também a valorização da política partidária nós não podemos ser ingênuos que não há isso daí também. Porque a política do esporte a gente sabe, Agora a política partidária a gente sabe também que isso vai trazer divisas maiores para os seus candidatos lá no Município, vai valorizar aquele Município na organização. Então esse é um objetivo que a gente não pode desprezar. Agora também porque é a política do trabalho. Por que lá onde o Município esta desenvolvendo, também tem a parte que eles querem a sediação para que o Estado dê condições favoráveis para desenvolver aquele evento. Através de edificações, de quadras, piscinas, reformas etc. Isso também é um objetivo do Município Sede. Outra coisa a obtenção de recursos do Estado e até do Governo Federal para melhorar a sua praça esportiva por que vai sediar um evento de importância no Estado. Também temos que trazer o objetivo financeiro por que o Município também vai ter um benefício financeiro. Não estou dizendo a Secretaria Municipal do Esporte eu estou dizendo os hotéis, toda a parte de transporte, de alimentação, do pequeno distribuidor lá do Município, me desculpe ser franco, mas, do pipoqueiro que fica na frente do Ginásio de Esportes é muito importante ter por que ele vai vender a sua pipoca e vai ter uma receita. Estou te dando um exemplo simples, mas, que todos se beneficiam dos Jogos Abertos.

Entrevistadora pergunta – Na tua opinião gera atividade econômica, chegam a gerar ofertas de novos empregos, de serviços de natureza esportiva?

Cordeiro responde – Sim, tranquilamente. Porque se você está edificando uma praça esportiva, para um determinado evento maior do Estado em que você obtenha recursos para isso, você vai ter que ter mão-de-obra para executar esses serviços de reformas ou de construções, essas coisas. Você com a participação você chega a um momento ápice nos Jogos Abertos em que são centenas de pessoas no Município tomando seu refrigerante, tomando a sua água mineral, consumindo frutas, consumindo tudo quanto é tipo de alimentos, hotéis, quer dizer, leva recursos para o comercial do Município. Isso é uma coisa importante e muito invisível, mas, que é concreto por que o comércio também aumenta nessa época dos Jogos Abertos, o comércio local. Um Município com dez dias de competição, vamos dizer assim, desde o Congresso Técnico, não sei como é que é feito hoje em dia, até o último jogo lá das finais o Município está com centenas de pessoas a mais consumindo. Então logicamente que leva recursos financeiros para o Município e essa

é uma fatia que não pode ser menosprezada, muito pelo contrário. Isso é uma realidade dos Jogos Abertos.

Entrevistadora pergunta – Qual é a tua opinião sobre a contratação de atletas de outros Municípios e de outros Estados para jogar nos Jogos Abertos?

Cordeiro responde – Depende do objetivo da Política Estadual do Esporte e também dos próprios regulamentos. Se você está trazendo atletas que vem jogam e vão embora não deixando nada, só o ganhar pelo ganhar... Vamos dizer, um exemplo, o Município de Londrina trás um determinado atleta famoso para participa. Qual é no meu ver importante da participação desse atleta para aquele ídolo estar presente naquele evento ao nível de exibição, ao nível de show vamos dizer assim, ao nível de estar ali mostrando, sendo um exemplo para os outros atletas, etc. Agora a nível prático da política eu acho que não leva a nada. Sabe a política ali de desenvolvimento do desporto, por que o cara vem e vai embora. Ou seja, muitas vezes ele tira a participação de um grande atleta mais paranaense. Não sou contra essa questão de paranaense ou não paranaense, mas, a participação desse atleta muito mais é para abrilhantar o evento do que para trazer um resultado prático na performance técnica prática de outros atletas por que ele vai ganhar sempre a participação dele é vitoriosa. Ele está ali para ser um espelho talvez para outros atletas essas coisas assim agora a nível técnico e prático lá não vai levar aquele Município a modificar de um ano para o outro. Ele vai, vai ganhar a prova, vai receber a sua medalha, o Município vai pontuar com isso o atleta vai embora, dá um abraço a todos e ponto. A participação dele é isso. Agora para o Estado foi bom por que teve um grande ídolo participando e abrilhantando seu evento, agora a nível prático do desenvolvimento esportivo no Estado é mais um show do que qualquer coisa. E para o Município que está aquele atleta está ganhando medalha está pontuando.

Entrevistadora pergunta – E esse deslocamento dos atletas de dentro do Município e do Estado, de um município pra outro?

Cordeiro responde – Aí você falou tudo, o Estado. O Estado é tudo. No meu modo de ver a coisa eu não vejo nenhuma contrariedade num atleta que alcançou um nível procurar um centro, maior que está desenvolvendo que está dando condições para aquele atleta. Isso faz parte do Governo, tem que beneficiar aquele atleta que quer mais e que está mostrando uma performance técnica. Não adianta o atleta que mostrou talento ficar no seu Município de origem. Às vezes o Município de origem não está dando condições. Não tem equipamentos adequados, não tem recursos humanos adequados para isso, não há a iniciativa privada patrocinando aquele atleta. Ele vai atrás de lugares com melhores condições. E nós, eu acho, que o Estado não pode proibir isso aí, por que isso aí é a continuação daquele atleta que tem talento que está desenvolvendo, mas, que chega o momento e a hora do alto nível. É a mesma coisa olhando agora para o futebol profissional, que eu to trabalhando agora, é você segurar um atleta sendo que ele pode ir para uma praça maior, com melhores condições, recursos maiores, e dizer que não, ele tem que ficar aqui. Eu acho que dentro do Estado, quando eu falo Estado o Estado do Paraná é único, a Secretaria de Esportes, a política estadual de esporte tem que beneficiar a todos. Cabe aos Municípios, uns melhorarem outros não, uns terem mais condições e outros não, uns trabalharem com parcerias com a iniciativa privada e incentivos fiscais, etc. Cabe cada um fazer a sua parte, fazer de tudo e dar condições para que aquele atleta fique no seu Município. Agora se eu não dou condições, não faço nada pelo atleta, eu ainda vou segurar o atleta por conta de um regulamento, ou coisa assim, não! Eu acho que nós temos que ver o atleta o Estado tem que ver o atleta.

Entrevistadora pergunta – Quando o Município decide participar dos Jogos Abertos, você acha que os dirigentes levam em consideração a política pública Municipal?

Cordeiro responde – Depende só da sua política. Se é na sua política municipal o fomento das atividades recreativas, de lazer, a parte social, a parte de saúde, ele está indo contra a sua política. Agora se na sua Política Municipal de Esportes contempla a participação, e o desenvolvimento, e o trabalho ao rendimento, então eu acho que ele está certo em participar.

Entrevistadora pergunta – Mas você acha que eles se preocupam com isso?

Cordeiro responde – Olha, os Municípios menores eu acho que às vezes invertem o que deveria ser o objetivo maior. Eu acho que o Município primeiro tem que desenvolver o esporte ou a atividade física a nível social, primeira coisa. Veja bem eu to dizendo ao nível de esporte. Então eu acho que ele tem que contemplar a parte social. Através de atividades recreativas de lazer e a parte ligada à saúde, esses Programas aí do idoso, da criança. Então é isso que ele tem que desenvolver prioritariamente. O Município tem que fazer isso. Logicamente aqueles que têm um pouco de condição e matéria prima para isso, ou seja, talento para isso ele tem que desenvolver aqueles atletas que já demonstraram talento. Agora se o Município não tem condições físicas, condições humanas, de participar de uma atividade de rendimento eu como sugestão, não é conselho, como sugestão. Eu não participo. Por que daí vai entrar naquilo que nós falamos. Tem Municípios menores que participam dos Jogos é mais uma festa que uma participação esportiva e de competição. Então esses Municípios eu acho que tem que desenvolver suas atividades internas para a sua população e se desenvolver Jogos, Jogos, vamos dizer, Municipais. Agora se ele tiver condições, se tiver equipamentos, se tiver tudo isso que a gente falou por que não participar. Pode participar de uma forma mais modesta para ir lá participar. Talvez nessa participação se apresente um atleta aí com talento, uma coisa assim que futuramente vai... Como já apareceram muitos atletas de pequenos Municípios que hoje são grandes astros aí e participando de eventos internacionais. Surgiram como “talento”. Agora, tudo depende da política interna aí depende dos especialistas de cada Município em saber o que é melhor para o seu Município e quais as condições que o seu Município dá para que essas pessoas possam participar.

Entrevistadora pergunta – Como você vê a participação da comunidade esportiva paranaense nas decisões sobre as diretrizes que nortearão sua realização?

Cordeiro responde – Eu ainda acho que desde o meu tempo como hoje ele é meio, não totalmente integral, deveriam participar mais com a célula que organiza quer dizer a Secretaria de Esportes, a Paraná Esportes. Os Municípios tinham que participar mais efetivamente e principalmente os Municípios de grande porte que é aonde é fomentado os Jogos Abertos. Certo? Onde que os Jogos Abertos são a parte integrante da sua política, então esses têm que ter. E não é só os Municípios, tem que trazer as Federações, tem que trazer as Universidades junto por que tudo isso forma o esporte. Por que na Universidade tem os cursos de Educação Física. Estão o quê? Formando quem? Os técnicos. É na Universidade que tem as avaliações científicas, os seus laboratórios de ciências, nas Federações existe a especialização. E o Governo é a proposta da política que tem que tá envolvido e tem que está na organização. Então, tem que trazer mesmo essas pessoas para discutir. E outra coisa, eu acho que tem que ter mais encontros desses líderes, vamos dizer, de cada Município não só dos Jogos Abertos, mas, de todos os Projetos de Governo voltados ao Esporte. Tem que estar mais, durante ano, direto. Existe um encontro a cada não sei quanto tempo através dos Congressos Técnicos numa determinada competição, existe um encontro no ano para falar sobre as políticas do esporte. Eu acho que isso aí tem que ser mais, tem que ter maiores encontros, congressos, avaliações, o que está dando

certo, o que não está dando certo, o que pode ser mudado para o ano posterior, o que tem que deixar, e o que tem que ser cortado, isso aí tem que ser uma troca constante entre dessas entidades.

Entrevistadora pergunta – Como você acha que deveriam ser os Jogos Abertos do Paraná?  
Cordeiro responde – No meu modo de ver, deveriam chegar até onde está sendo, até o rendimento. No meu modo de ver as coisas o Governo tinha que trabalhar juntamente com os Municípios e às vezes mostrar a esses Municípios que muito vale aquele pequeno Município participar de eventos esportivos comunitários e sociais dentro do seu Município do que participar de uma competição onde a performance é mais apurada. Então, tem certos Municípios, eu acho que não deveriam fazer Jogos Abertos. Há uma, cercar também a participação não é o momento, mas, conscientizar o Município que muitas vezes mais importante desenvolver uma atividade para a sua clientela do que tentar forçar uma situação que não é a realidade daquele Município. E sim mostrar aos Municípios que esse tipo de evento dos Jogos Abertos está voltado ao rendimento. E se está voltada ao rendimento, todos os Municípios que participam desse evento eles tem que ter uma política definida dentro dos seus Municípios do Esporte Rendimento e equipamentos e recursos humanos para tal. Não pode ser um Município curioso, não pode ser um Município que fica gastando seus recursos numa atividade que não vai levar a nada para o seu Município. Por que nós temos que ver que os Jogos Abertos do Paraná na sua evolução, na sua história ele chegou a uma performance técnica de Rendimento. E para tal os Municípios tem que participar em cima disse objetivo que é o Rendimento Esportivo. Para aqueles Municípios em que não é a realidade, não participam. Então no meu modo de ver hoje os Jogos Abertos do Paraná deveria ter uma participação daqueles Municípios que realmente possam participar por que tem estrutura para tal e a sua política é voltada para isso. Aqueles que não são voltados não deveriam participar, por que os Jogos Abertos deveriam mostrar o Rendimento Esportivo. Não estou dizendo o Alto Nível, estou dizendo Rendimento e a participação do Estado, como eu te falei, tem que estar no fomento na organização, juntamente com as entidades como Federações e a Universidade.

Entrevistadora pergunta – Na sua opinião de quem deveria ser a responsabilidade de organizar e realizar os Jogos Abertos do Paraná?

Cordeiro responde – Organizar eu acho que da Secretaria de Esportes. A realização é conjunta. Dentro da administração esportiva, você fomenta, você organiza e você executa, é uma coisa única, pois como é que você vai organizar e terceirizar uma execução?! Por isso você tem que trabalhar juntamente à Federação por que ela vem junto e vai executar com você. Então as entidades de Governo, a Secretaria de Esportes e a Paraná Esportes têm que ter seus técnicos durante a execução logicamente para até assegurar o melhor desenvolvimento daqueles Jogos. Se não na sua totalidade da execução, mas, tem que ter os seus técnicos ali juntamente com a Federação que é especializada para isso em termos de arbitragem, de execução mesmo. Então eu ainda acho que o Governo tem que estar mesmo na execução. Acredita-se que mais à frente, pode ser que, somente a Federação execute.

Entrevistadora pergunta – Por quê?

Cordeiro responde – Porque é a especialidade da Federação. Agora, daí tem aquela velha disputa, às vezes, entre o Governo e as Federações. Quando eu falo isso é “- Pô! A gente organiza tal, tal, tal e daqui a pouco vem a Federação e executa!” Não é nesse modo que a gente tem que pensar as coisas a gente tem que trabalhar junto. Então eu acho que a Secretaria de Esportes e a Paraná Esportes são importantes nesse processo para trazer a Universidade e a Federação juntas na organização e na execução.

**Entrevista com o professor Cristiano Barros Homem Del Rei, funcionário da Paraná Esporte, no Rio e Janeiro - RJ, no dia 26 de Outubro de 2006.**

Entrevistadora pergunta – Na tua opinião o que quer dizer esporte rendimento?

Del Rei responde – Esporte Rendimento, digamos, que seja a expressão máxima que o esporte e a manifestação esportiva podem alcançar. É o esporte espetáculo, o esporte de alto nível, o esporte negócio.

Entrevistadora pergunta – Na tua opinião qual é o papel do Governo Estadual com relação ao esporte rendimento qual deve ser?

Del Rei responde – Basicamente só fomento. Não na execução, só fomento e talvez dentro de uma condição que tem que ser muito bem analisada, talvez algum tipo de incentivo, mas, mais que isso não creio que seja papel do Estado nesse tipo de esporte.

Entrevistadora pergunta – E você tem conhecimento de como é a participação do Governo do Paraná no desenvolvimento no Esporte Rendimento hoje?

Del Rei responde – Eu acho que é muito pífio porque o que o Governo do Estado entende por Esporte Rendimento, os projetos que o Governo do Estado tem para o Esporte Rendimento, não são adequados a essa nomenclatura do Esporte Rendimento. Eles são adequados para a realidade que o Estado tem e trata como Esporte Rendimento para a realidade do Paraná. Mas, se você analisar, não é negócio, não é alto nível, não é espetáculo. É uma competição, digamos assim, que o Governo administra, que seja o que tem de mais forte pra expressão do Estado do Paraná, mas não que seja um Esporte Rendimento na sua conceituação, digamos assim, maior.

Entrevistadora pergunta – E na tua opinião, qual é o papel da iniciativa privada dentro de Esporte Rendimento?

Del Rei responde – Ela é a principal responsável pra fazer, digamos, que esse Esporte de Rendimento aconteça. É ela que tem que apoiar financeiramente esses projetos, por que é o retorno do Esporte de Alto Rendimento, do negócio é muito alto. Tem retorno de mídia, tem retorno institucional, e esse é o papel da iniciativa privada, financeiro.

Entrevistadora pergunta – E no Paraná, você acha que a iniciativa privada despertou para isso?

Del Rei responde – Não. Várias tentativas já foram feitas há alguns anos atrás e não existe no Paraná a mesma cultura, digamos e que eu acho ainda muito pequena a nível nacional no Brasil como um todo, mas como tem em São Paulo, como tem em Santa Catarina, como tem no Rio Grande do Sul, como tem alguma até no Rio de Janeiro. Mas o único, se a gente buscar um passado recente o único Esporte de Alto Nível, Esporte Rendimento o Paraná teve recentemente foi o Projeto com a equipe do Rexona no voleibol. O basquete de Londrina não chega a ser um basquete de Alto Nível, de Alto Rendimento. As outras modalidades também, apesar de conquistarem, como o ano passado o handebol de Londrina chegou a Campeão Nacional pelo Centro Universitário Filadélfia - UNIFIL, mas a gente ainda acha que a participação é muito pequena da iniciativa privada.

Entrevistadora pergunta – E porque será isso?

Del Rei responde – Talvez por falta de melhor conscientização da iniciativa privada, de como ela pode obter retorno disso, talvez por não existir uma Lei de Incentivo, não digo que isso vá resolver o problema, mas, pelo menos se buscar alguma coisa que possa motivar essas empresas a investirem no esporte. Talvez elas não tenham esse conhecimento

essa motivação para fazer esse investimento. Então hoje a gente nota que o Esporte de Rendimento no Brasil está muito calcado nas instituições de ensino superior e em seus parceiros. E a realidade hoje dentro do esporte é sair de dentro dos clubes, foi para dentro dessas instituições e também para dentro das Prefeituras Municipais. Você pega São Paulo como o maior centro esportivo do país e ele tá todo calcado nas Prefeituras Municipais. As parcerias que as instituições de direito privado, clubes, associações, enfim quaisquer que elas sejam, elas tem parcerias com suas Prefeituras Municipais. As Prefeituras não entram com o dinheiro, mas, entram com os seus serviços e essas instituições entram com o aporte financeiro para fazer com que o projeto aconteça. Então, essa somatória de esforços é que faz com que se alcance o Esporte de Alto Nível. Eu acho que o Público está exatamente nesse momento. Ele não tem como injetar recursos, mas, ele tem serviços que podem auxiliar nesse processo. A chancela do Município é muito importante, a chancela de Estado é muito importante e esse é o papel que eu vejo do Estado. E foi através desse serviço que ele ajuda a fomentar essa realização.

Entrevistadora pergunta – Como você definiria os Jogos Abertos do Paraná?

Del Rei responde – Uma grande festa. Pra mim não passa mais do que uma grade festa. Não existe, salvo em raríssimas exceções, você pode buscar três ou quatro exceções de equipes que passam por todo o processo de treinamento, de aprimoramento, de refinamento e o resto são equipes que treinam uma ou duas vezes por semana quando treinam ou então são ex-atletas que se juntam para representar determinada cidade no evento. Então eu acho que esta mentalidade tem que mudar um pouquinho dentro... Ou muda-se o que se busca com os Jogos Abertos do Paraná ou se muda, busca conscientizar e melhorar esse conceito de Esporte de Alto Nível e de Esporte Rendimento que é o que prega um dos objetivos máximos. O objetivo principal é a Expressão Máxima do Esporte Rendimento do Paraná.

Entrevistadora pergunta – Em sua opinião, quando se usa o termo “expressão máxima do esporte rendimento do Estado”, o que se quer dizer?

Del Rei responde – O conceito Esporte Rendimento é que está... Eu acho que os Jogos Abertos ele tem a Expressão Máxima do Esporte no Paraná não do Esporte Rendimento. Porque eu acho que o Paraná ainda não tem um de Esporte Rendimento um Esporte de Alto Nível. Tanto é que as suas equipes de Alto Nível geralmente não participaram de Jogos Abertos do Paraná. A equipe do Rexona nunca participou dos Jogos Abertos do Paraná, a equipe do basquete que existia em São José dos Pinhais nunca participou dos Jogos Abertos do Paraná, a equipe do basquete de Londrina nunca foi com sua equipe principal para os Jogos Abertos do Paraná. A única exceção que a gente pode colocar que já esteve foi a equipe de Londrina de handebol, que foi com um grupo muito próximo do grupo que sempre representou nas competições nacionais. Mas ainda assim não eram por questão de prazos, períodos de inscrição para o evento, que acabam contrapondo e prejudicando esse processo.

Entrevistadora pergunta – Você considera os Jogos Abertos do Paraná a Expressão Máxima do Esporte Rendimento do Estado?

Del Rei responde – Não do Esporte Rendimento, mas, do esporte considero. Como competição eu acho os Jogos da Juventude muito mais atrativos do que os Jogos Abertos. Por que as equipes dos Jogos da Juventude elas têm um processo de desenvolvimento realizado dentro do próprio Município e as pessoas se disponibilizam a treinar, a crescer junto com a modalidade, enfim e nos Jogos Abertos você não vê isso. Então os Jogos da Juventude pra mim é uma competição muito mais atrativa que os Jogos Abertos do Paraná. Os Jogos Abertos pra mim é mais festa do que os Jogos da Juventude. Os Jogos da Juventude são muito mais competitivos que os Jogos Abertos do Paraná.

Entrevistadora pergunta – Na tua opinião, quando se fala em: redimensionar os valores sócios culturais esportivos dos recursos humanos disponíveis especializando-os para Rendimento Esportivo, o que isso quer dizer?

Del Rei responde – Pois é um processo de capacitação que vai desde o dirigente esportivo à pessoa que administra que é o digamos assim, a pessoa que gerencia o processo todo dentro do município até o atleta que é o ponto final desse processo. O atleta que é o ponto principal e a pessoa que tem que dar todas as condições pra que esse atleta possa render o máximo. Tudo passa por um processo de capacitação, os nossos dirigentes eles estão vivendo ainda uma época, numa realidade no esporte no estado que preocupação é muito mais com o retorno político e a manutenção do poder do que buscar realmente a excelência esportiva. A excelência esportiva não é uma finalidade, ela é um meio pra se manter um “status quo” dentro do município, eu acho que o esporte vai muito além disso. Então essas dimensões socioculturais esportivo passam por toda essa remodelação do quadro todo, não só do atleta que é quem faz o espetáculo mas toda a estrutura, comissão técnica pra capacitação dessa comissão técnica pra desenvolvimento desse trabalho, comissão administrativa que são as pessoas que administram o esporte no município, ampliar essa visão do esporte dentro do Estado.

Entrevistadora pergunta – E você acha que os Jogos Abertos fazem esse serviço? Redimensionam os valores socioculturais esportivos, esses recursos humanos?

Del Rei responde – Eu acho que pra dentro da realidade do Paraná talvez eles até se sintam confortáveis com essa situação, talvez a palavra seja essa. O Paraná chegou num estado de conforto que as pessoas não estão buscando algo novo, perderam o interesse pela procura do novo. Eu acho que estagnou, tem muita coisa pra se discutir e pra se melhorar no Estado do Paraná em relação a essa conquista do Esporte Rendimento. O Paraná é um dos grandes celeiros de descoberta de valores esportivos, São Paulo tem muitos atletas que nasceram no Paraná esportivamente falando, e exatamente por não encontrar essa lacuna, esse espaço no esporte rendimento no Estado do Paraná acabam migrando pra Santa Catarina, pra São Paulo, enfim, pra outros lugares.

Entrevistadora pergunta – E como você acha que deveria ser a participação dos organizadores, dos gestores na organização dos Jogos Abertos do Paraná?

Del Rei responde – Eu acho que a participação dos gestores municipais ela tinha que ser mais efetiva no conceito do entendimento do evento. Daí a gente nota que quem administra o evento, que é o gestor estadual, ele tem o conceito na visão dos Jogos Abertos que é diferente de quem participa do evento. As pessoas meio que não falam a mesma coisa, não falam a mesma língua, eles tem objetivos diferentes, mas todos se enganam dentro desse processo que está indo para o mesmo caminho. Então eu acho que eles precisam sentar à mesa, eles precisam discutir qual é o real objetivo dos Jogos Abertos do Paraná. É o processo de festa, é o processo de buscar a excelência esportiva, é o processo de simplesmente fazer o conagraçamento entre os diversos rincões do Paraná como dizia o objetivo do primeiro Jogos Abertos do Paraná, ou é realmente apresentar a excelência do esporte do Paraná nas suas diversas modalidades. Esse é o objetivo, eu acho que esse é o ponto crucial que precisa ser discutido. Se é buscar a excelência, então vamos ver onde nós temos que melhorar pra realmente trazer a excelência aos Jogos Abertos do Paraná, que eu acho que hoje não existe. Existe um esporte que eu não consigo identificar dentro de um conceito de esporte espetáculo ele não existe, ele não é um esporte negócio. O Esporte Rendimento hoje está muito ligado ao esporte negócio, ao esporte espetáculo, ao esporte que consegue trazer rendimentos, consegue trazer recursos, alto subsistência e lá você não consegue isso, você quando muito consegue a portas abertas colocar mil e quinhentas, duas

mil pessoas nos ginásios. Mas você não consegue fazer que com que isso reflita em recursos pro próprio esporte do Estado, você não consegue fazer com que isso reflita em recursos pra patrocínios das equipes dos Municípios poderem... Está muito amador ainda esse processo, eu acho que isso tem muito a crescer, tem muito a evoluir.

Entrevistadora pergunta – Quando se altera o regulamento dos Jogos Abertos, você acha que são levadas em consideração as políticas públicas para o esporte e o lazer, se houver?

Del Rei responde – Eu acho que faz muito tempo que o Paraná não tem uma política publica de esporte e lazer. O Paraná vem vivendo de projetos isolados e que não buscam até ligação ente si, os únicos projetos que a gente vê que tem ligação são os três eventos esportivos que é uma cadeia dentro de um sistema esportivo. Tem o esporte escolar, tem o esporte de base, tem esporte que é os jogos dos Jogos da Juventude, que é o esporte de encaminhamento ao chamado Esporte de Rendimento e você tem os Jogos Abertos, que é Expressão Máxima do Esporte no Estado, não que seja um Esporte Rendimento. Esses têm uma cadeia elencada, mas morreu aí e não tem mais nada. Não existe nenhum projeto de incentivo a manutenção de atletas, não existe nenhum projeto de capacitação para as pessoas que trabalham com esporte dentro do Estado do Paraná, não existe nenhum projeto de capacitação das pessoas que organizam o Esporte no Paraná. Então isso dificulta a você conseguir criar essa cadeia que eu acho que é importante para que o esporte espetáculo possa vir a acontecer. Não existe nenhum projeto de conscientização e discussão dos valores no esporte e do retorno que o esporte pode trazer para a iniciativa privada. O que a gente vê são ações isoladas de abnegados, de técnicos que tem interesse em crescer na modalidade que conseguem buscar essas informações. Tanto é que nós temos vários técnicos no Paraná hoje que são técnicos de seleções nacionais. É mais por questões individuais e isoladas. Não que foi em função de uma Política Estadual de desenvolvimento do Esporte

Entrevistadora pergunta – Como você vê a participação das Federações Esportivas Especializadas na realização dos Jogos Abertos do Paraná?

Del Rei responde – A participação delas é na arbitragem e acabou mais nada. Elas não vêem os Jogos Abertos como uma grande forma de fazer com que o esporte das Federações cresça. Elas estão muito fechadas dentro de um casulo. São poucas as Federações que conseguiram abrir isso, é exceção o futebol de salão. É que hoje, se você analisar, todas as equipes que participam de Jogos Abertos tanto na divisão especial como na primeira divisão, divisão “A” ou divisão “B”, não sei mais qual é a nomenclatura que tem, são equipes que estão: Taça Ouro, Taça Prata, Taça Bronze. Elas são equipes que estão participando da Taça do Brasil, de Campeonato Brasileiro. Então o futebol de salão conseguiu entender isso e fez com que, podemos dizer que 90% das equipes que disputam os seus campeonatos estão dentro dos Jogos Abertos. E as outras modalidades têm três ou quatro equipes disputando seus campeonatos. Então quer dizer as Federações estão, dentro da realidade que eu vivi até o não passado, no Paraná elas não estão sabendo aproveitar esse momento que o Estado está propiciando a elas. Elas estão deixando simplesmente encaminhar seus árbitros e seus árbitros vão lá fazer uma função que acaba na quadra: acabou o jogo acabou a responsabilidade e não tem mais sentido.

Entrevistadora pergunta – Eu me lembro que no governo anterior chamavam-se as Federações para participar de alteração de Regulamento Técnico e ainda tinha a participação deles no encontro de final de ano. Nessa gestão como foi?

Del Rei responde – Eu posso dizer que os dois primeiros anos, vou te dizer de quando eu participei, existia a discussão do Regulamento Geral com a comunidade esportiva que são os Gestores Municipais e existia a discussão com as Federações Especializadas dos



Regulamentos Específicos aonde a gente trazia algumas questões levantadas pela Comunidade Esportiva e pelos Gestores Municipais às Federações, e se elas entendessem que essas colocações não surtiam, não tinham nenhum impacto negativo tecnicamente à modalidade, elas poderiam ser inseridas na modalidade. Nos dois primeiros anos isso aconteceu, tanto em 2003 como em 2004. Parava aí a participação das Federações.

Entrevistadora pergunta – Na sua opinião essa participação das Federações é suficiente?

Del Rei responde – Não. É o entendimento de uma discussão de grupo dentro da Paraná Esporte de técnicos que trabalhavam com esporte que desde 1995 a gente vem discutindo isso e a gente acha que o Estado teria que propiciar a realização do evento, mas, a administração do evento teria que ser da comunidade esportiva isso é dos Gestores Municipais e das Federações Esportivas Especializadas. O Estado não teria que gerir o processo, o Estado teria que supervisionar para ver se ele estava sendo realizado conforme o interesse dessa comunidade, mas que deveria gerir o processo era a própria comunidade. Tanto é que na época nós demos, em 1995, junto com o Betão a gente discutiu e apresentou uma proposta de uma comissão tripartite com representantes desses Gestores Municipais, e que cada modalidade fosse tocada pela sua Federação e a própria comunidade rechaçou isso. Não teve interesse em fazer isso. É que ia sair desse estado de conforto que ela permanece até hoje. Entendeu?! Não vai precisar se indispor com ninguém. Deixa esse papel para o Gestor, o Estado. Então, tá num estado de conforto que pra eles tá bom assim. “Eu não faço mais nem menos eu mantenho fazendo o que eu sempre fiz”, e é esse o papel das Federações hoje, “não faço mais nem menos, eu faço o que sempre fiz”. Eu acho que as Federações deveriam participar mais ativamente desse processo.

Entrevistadora pergunta – Na sua opinião, qual é o objetivo do Município quando ele participa dos Jogos Abertos?

Del Rei responde – Essa é uma pergunta que tem que ser mais direcionada aos Gestores Municipais porque a gente sente a preocupação deles em obter uma classificação que possa lhes trazer mais poder dentro do Município, mais respaldo político para eles conseguirem aquele recurso minguado para fazer as suas atividades, manter as suas atividades durante o ano. É a preocupação pelo título de Campeão Geral dos Jogos e eu acho que isso é muito secundário. Os Municípios pequenos eles não focam, não valorizam a, vamos dizer assim, a realidade do próprio Município. Se o Município tem características para a realização da modalidade “X”, então vamos fazer a modalidade “X”. É a característica do meu Município. Não! Eles tentam pulverizar ações, pulverizar investimentos pra quinze, dez modalidades por que eles entendem que você vai estar alcançando o maior número de pessoas da comunidade e esse não é o papel dos Jogos Abertos do Paraná. Os Jogos Abertos do Paraná são: “a minha comunidade tem um valor maior... Vamos dar um exemplo: o bolão. É no bolão que eu vou me preocupar em buscar a Expressão Máxima do Esporte, é no bolão que eu vou existir, e essas outras dez ou quinze modalidades elas vão acontecer durante o ano todo no meu Município. Vou promover campeonatos regionais, vou participar de eventos regionais. Eu não vou ter a preocupação de pulverizar investimentos que vão fazer com que esta realidade, essa característica que seja da minha cidade, não seja prejudicada em função por todas essas outras. Então o que acontece, eu prejudico essa minha excelência que eu tenho em função desse contexto maior que eu quero alcançar que é levar mais pessoas para a competição que com isso eu consigo mais pontos, eu consigo trazer mais...Eu acho que não é por aí. Se você se preocupar em valorizar a sua realidade, a modalidade que realmente te interessa é muito mais importante do que você levar cem pessoas para um evento e não conseguir nada. Você acaba tendo um investimento que acaba não dando retorno nenhum para a cidade e o que é mais preocupante é que às vezes você faz isso com pessoas que não são nem da cidade.

Entrevistadora pergunta – Você tem conhecimento de como é que este Município se prepara para participar dos Jogos Abertos?

Del Rei responde – São poucos os Municípios que se preparam que fazem investimentos no início do ano, montam equipes e que tem um trabalho calcado em ciência, calcado em fisiologia enfim, calcado em princípios básicos de treinamento e tudo mais. O que a gente nota que é...amador. Digamos é um grande conagraçamento. Tem as suas exceções e isso eu quero deixar bem claro, mas, se você analisar o contexto como um todo, o coeficiente, o número de equipes que vão exatamente para esse lado mais da confraternização, desse lado de: “Uma vez por semana vamos treinar!”, “Oh! Está faltando uma semana para o evento. Vamos nos reunir e vamos treinar das dez até à meia-noite.” Se você for buscar, você vai ver que são 90% das equipes ou mais. Talvez a gente esteja colocando até um pouco baixo. Você tem as suas exceções dentro desse contexto, mas a grande maioria dos municípios trabalha assim. Você tem alguns municípios maiores que estão mais organizados, temos municípios menores que tem essa visão de que: “não vou focar só em uma modalidade que é aquela que eu devo investir e as outras modalidades a minha preocupação é ir até uma etapa regional só e não tenho a preocupação de ir para uma etapa estadual”. Mas o que a gente vê é realmente essa falta de concentração de esforços dentro de um objetivo que é o que nós queremos para os Jogos Abertos do Paraná. Porque o que nós pensamos para os Jogos Abertos do Paraná, e quando eu falo “nós” eu to falando de Gestores Estaduais, Gestores Municipais, Federações Esportivas. O que nós queremos com isso? Nós queremos só fazer uma festa, então deixa isso daqui do jeito que está: uma grande festa! Uma grande festa onde tem, assim, “lampejos” de esporte espetáculo, mas, “lampejos” muito pequenos. É isso que acontece nos Jogos Abertos do Paraná. Com as Federações distantes, com as Federações de participação ínfima, não aproveitando todos os espaços que o próprio regulamento dos Jogos e a força do Regulamento dos Jogos da às Federações, desde 1993 quando a gente vinculou a participação do atleta nos Jogos Abertos do Paraná a estar ligado a uma Federação Especializada no Paraná. Mas as Federações nunca se prenderam a este ponto, sempre ficaram muito alheias.

Entrevistadora pergunta – Na tua opinião por que um Município solicita a sediação de uma fase regional ou de uma fase final dos Jogos Abertos?

Del Rei responde – É uma forma de divulgação da cidade, é uma forma de o Município obter um retorno financeiro. Por que o investimento que se tem num evento desses é um investimento muito alto para a realidade dos Municípios eu acho que é um investimento muito alto. Você conseguir numa fase regional mil e duzentas ou mil e trezentas pessoas durante dez dias ou durante sete dias numa fase final você reunir cinco mil pessoas ou seis mil pessoas numa cidade, fora o investimento e o aporte financeiro que o próprio Estado faz para a realização do evento você tem um investimento que... o impacto que essas seis mil pessoas vão fazer na cidade, o impacto econômico, o impacto social, ou seja, a movimentação de recursos que isso gera na cidade. Então eu acho que é um investimento considerável e eu acho que é em função disso que eles querem.

Entrevistadora pergunta – Em sua opinião a competição gera atividade econômica, com mercado diferenciado, pela oferta de novos empregos, serviços e bens de natureza esportiva?

Del Rei responde – Com certeza. Eu acho que poderia se gerar muito mais, poderia se obter muito mais com a organização desse evento na cidade. Eu ainda acho que está uma coisa muito informal. Não se foca como um negócio, nós estamos trazendo um *business* para a cidade, um negócio para a cidade. Não há uma participação da Associação Comercial e Industrial da Cidade. De quem administra e recebe o evento. De quem trás o evento. Quero

saber qual o retorno que isto está trazendo para a cidade para ver se vale a pena continuar trazendo. Então é uma coisa que as pessoas não se preocupam e deveria se pensar nisso. Até para você dar uma resposta para as lideranças políticas da cidade que investiram no projeto de realização do evento, fala: “- Olha aqui ó: o retorno que o evento trouxe para a cidade: movimentação financeira, ativação de espaços Públicos que estavam deteriorados, etc. Quer dizer, tem um legado que acaba ficando para a cidade depois do evento. Existe isso, e é isso que precisa ser melhor trabalhado.

Entrevistadora pergunta – E qual é a tua opinião sobre a contratação de atletas de outros municípios para jogar nos Jogos Abertos?

Del Rei responde – Eu acho que os Jogos Abertos não podem ser fechados. O regulamento não deve impedir esse tipo de situação. Mas isso é uma questão de consciência dos próprios Gestores Municipais. É muito mais fácil e muito menos oneroso eu trazer uma pessoa uma semana antes do evento do que eu bancar essa pessoa durante todo o ano. Mas ele não analisa que esta pessoa durante todo o ano ela pode trazer muito mais retorno à cidade, tanto cultural como até educacional, que essas pessoas, digamos, do Esporte de Alto Nível elas podem se tornar como valores ou exemplos para pessoas que estão iniciando um processo contínuo na cidade. Então, podem buscar nessas pessoas elos de identificação para que elas continuem valorizando a necessidade da prática esportiva, continuem bem na prática esportiva. Então a gente vê que eles perdem muito dessa situação e eles visam muito o imediato. Esse é um problema, não se pensa em longo prazo. Então, como a cada quatro anos tem eleição muito do trabalho que me realizado em quatro anos se jogado no lixo e uma pessoa que vai entrar tenta iniciar todo um trabalho do zero. Não se valoriza o que já foi feito nem o que existe de bom do outro. E isso a gente evidencia não só nos Governos Municipais, mas, nos Estaduais também quando há mudanças nos Governos Estaduais.

Entrevistadora pergunta – Então, essa contratação de atletas de dentro do Estado e de fora do Estado funciona da mesma maneira? A tua opinião é a mesma sobre essa movimentação, essa contratação de atletas de dentro do Estado e trazer de fora do Estado?

Del Rei responde – Eu acho que se eles vêm para participar do processo esportivo durante o ano inteiro no Estado eu sou favorável. Só que eles têm que fazer isso pela cidade a qual eles estão competindo. Eles têm que fazer isso morando lá na cidade que eles tão competindo, ele tem que justificar esse investimento que a cidade está fazendo neles, ele investindo na própria cidade. Estando lá, deixando seus tributos, seus impostos na cidade, trabalhando na cidade, deixando seu conhecimento específico na cidade e não ficar nessa coisa: “- Eu te contrato uma semana antes, você vai lá, você vai duas vezes no ano fazer um treino, a gente faz alguns jogos treinos e depois você vai para o evento”. Eu sou totalmente contra esse tipo de pensamento. Isso não é regra geral, mas, são poucas as pessoas que fazem isso. Como regra geral, 90% faz com o que têm em casa, alguns poucos trazem poucas pessoas para complementar o que já tem em casa e esse pouco que vem, vêm só na época do evento, e menos ainda são as pessoas que montam equipes só com atletas basicamente de fora, totalmente de fora que às vezes nem conhece a cidade pela qual ele está representando, vai direto para cidade sede do evento para participar.

Entrevistadora pergunta – Na sua opinião existe análise científica, quantitativa, qualitativa dos Jogos Abertos para possibilitar uma melhoria no desenvolvimento esportivo dos municípios?

Del Rei responde – Não. O que esteve mais próximo disso foi durante dois anos, talvez em 91 e 92 quando houve aquela abertura abrupta. Abriu os Jogos Abertos do Paraná, quem quiser vir participar, daí houve aquela equipe do Flamengo da nataçao veio participar,

equipe de atletismo do Rio de Janeiro veio participar, equipe de ginástica do Rio de Janeiro veio participar, até como uma forma de contrapor a idéia que estava sendo imposta pelo Estado e tal. Mas o que chegou mais próximo a isso foi àquela época onde se existia um trabalho técnico sendo feito em todas as modalidades coletivas, onde ao final de cada jogo os técnicos recebiam um relatório. Do *scalt* que era feito no voleibol, no basquetebol, no futsal, no futebol, no handebol, as cinco modalidades esportivas individuais, aonde eles tinham ao final do jogo um retorno da produção da sua equipe por fundamento, individual, por equipe. Então esses foram os únicos dois anos que teve início de um processo científico, de análise científica, de resultado, de performance e depois morreu. Não seguiu em frente com um custo ínfimo, podemos dizer a custo de banana. O retorno que isso poderia dar se isso tivesse tido continuidade é muito grande, mas, morreu.

Entrevistadora pergunta – Quando o Município decide participar dos Jogos Abertos, você acha que os dirigentes municipais levam em consideração a política pública municipal estabelecida, se houver uma política pública municipal?

Del Rei responde – Eu acho que são poucos os Municípios que devam ter uma Política Pública Municipal de Esportes. Posso estar falando uma heresia, mas, dentro do meu conhecimento são poucos que tem uma política pública de esportes e é exatamente por não ter essa política pública de esportes é que eles não vêem necessidade de dar nenhuma resposta à comunidade. Então eles buscam pessoas de tudo que é lugar, trazem para lá, montam as equipes e vão participar da competição.

Entrevistadora pergunta – Como é que você vê a participação da comunidade esportiva paranaense nas diretrizes que nortearão a realização dos Jogos Abertos? Como participa a comunidade?

Del Rei responde – Essa é uma pergunta que tem dois pontos, dois lados. Primeiro eu acho que a participação é muito mais pensando no seu ponto de vista individual e algo que lhe favoreça do que pensando no ponto de vista do esporte como um todo. As pessoas têm uma preocupação maior de tentar resolver os seus problemas levantados no ano e daí ele busca: “- Quais são as alternativas que eu tenho para resolver o meu problema. Vou levar essa proposta”. E aí tenta de todas as formas convencer o restante da comunidade que a proposta dele é uma proposta interessante, mas, que vai resolver o problema dele. Não sei se há essa consciência de que vai resolver o problema do Esporte no Estado. Mas que decisão é totalmente da comunidade sempre foi. Existiam alguns pontos básicos que não poderiam ser discutidos pela comunidade para não deixar fugir dentro desse princípio do que se espera e do que se pretende dos Jogos Abertos do Paraná, mas talvez até isso tenha que passar por um processo de discussão. Talvez esse seja o erro, talvez o Estado e aí quando eu falo Estado eu me incluo por ter vivido durante uns oito anos esse processo teve de talvez não deixar de discutir essas feridas, esses pontos que eu acho que é aonde talvez a gente possa tornar com que todos falem a mesma língua. Talvez essa língua que a gente tenha hoje, essa proposta que o Estado esteja querendo colocar não sejam propostas.

Entrevistadora pergunta – Você identifica essas feridas? Quais seriam elas?

Del Rei responde – Eu acho que uma seria essa preocupação que o Estado tem em fazer com que... essa busca obsessiva pelo Esporte de Alto Rendimento nos Jogos Abertos do Paraná. Talvez não seja o lugar para se fazer isso seja os Jogos Abertos do Paraná. Talvez o Estado do Paraná não tenha condições de ter quatro, cinco ou seis equipes de cada modalidade de Alto Rendimento no Estado do Paraná. Ele ainda não consegue ter uma quanto mais ter seis. Então talvez seja o foco trazer isso a uma discussão maior com as Federações Esportivas, tentar buscar identificar esses focos como teve voleibol em Curitiba, o basquetebol feminino em São José, como teve o handebol masculino já em

Maringá e hoje está em Londrina, como teve o handebol feminino em Cascavel, como já teve um “lampejo” do voleibol feminino também em Cascavel, voleibol masculino em Maringá, e são todas se você notar hoje só existe como ainda um resquício alguma coisa que existe e tem continuidade é o handebol masculino. Mas por informações que eu tenho os investimentos esse ano que foi campeão, na última liga, os investimentos vão ser menores que os do ano passado. Invés de a conquista trazer mais investimentos muito pelo contrário e o que aconteceu é que esses investimentos que diminuíram foram exatamente do poder público, da Lei de incentivo que tem em Londrina e que diminuiu um pouco esse investimento. Tem que ter até cuidado no que eu estou falando. Eu estou falando coisas que eu já ouvi falar. Não existe nenhum documento, nada disso. Mas são conversas que eu tive de pessoas que “lidam” na modalidade, pessoas que trabalham com o Município de Londrina e me passaram. É uma pena, mas se você analisar o vôlei que tinha em Curitiba desapareceu, o basquete em São José desapareceu, o basquete que tinha em Londrina está “capengando” está tentando ainda continuar, o vôlei de Maringá morreu, o handebol feminino que tinha em Cascavel voltou o ano passado e ficou entre os quatro da Liga Nacional, então quer dizer que o que tinha se perdeu e o que continua a existir está sem o respaldo, está sem o apoio da iniciativa privada. Realmente está muito relegada, mas que eu acho que precisa ter esse trabalho de conscientização em todas as áreas: na iniciativa privada – qual o seu papel e o retorno que ela pode ter, no poder público – discutindo uma política pública onde dentro dele esteja inserida a iniciativa privada e deixar bem clara aonde ela tem responsabilidades dentro deste processo, bem claras as responsabilidades da iniciativa pública e do poder público nesse processo tanto estadual como municipal e também das entidades de administração do esporte e também das entidades de prática do esporte. Hoje no Paraná as entidades de prática do esporte viraram os Municípios e os Clubes praticamente desapareceram. Não existe mais Clubes em Londrina com prática desportiva, não existe mais Clubes em Curitiba, muito poucos, com prática desportiva. Hoje ela está calcada em Instituições de Ensino, Instituições de Ensino Superior e Municípios. Os clubes desapareceram e passaram a fazer um trabalho mais para o seu associado mesmo. Retiraram-se do esporte de formação de talentos. É uma questão sócia econômica em que as pessoas estão priorizando as outras coisas na sua vida e com isso os Clubes estão perdendo essa oportunidade também. Querendo ou não querendo você viver o processo esportivo dentro do Clube (Curitibano, Círculo Militar) você sabe como isso era importante para o Clube e o retorno que isso dava para o clube por que várias pessoas se associavam ao Clube para ter oportunidade de colocar seus filhos fazendo a parte desportiva dentro deste nessa modalidade e isso foi se perdendo e hoje você pouquíssimos Clubes com investimento no esporte, nas categorias de base. Isso hoje está muito deixado às Escolas, que eu não acho errado. Eu acho que o grande celeiro, espaço de descoberta de valores esportivos está dentro da Escola. Nós não podemos confundir esporte com educação física que são duas coisas distintas e que podem acontecer concomitantemente nas Escolas. A educação física tem que acontecer como uma prática para todas as crianças na Escola e o esporte tem que acontecer no contraturno em outro momento. E aquelas crianças que se destacarem futuramente dentro da prática da educação física para terem um aprimoramento, para terem um aperfeiçoamento, para terem um trabalho um pouquinho mais diferenciado dentro da prática esportiva e do esporte.

Entrevistadora pergunta – Como você acha que deveriam ser os Jogos Abertos do Paraná?  
Del Rei responde – Essa é uma pergunta muito difícil de te responder. O que eu posso estar falando é dentro de um conceito do que eu espero dos Jogos Abertos do Paraná. Não sei se a minha idéia corresponde com a idéia da comunidade do Paraná. Eu vejo dentro do conceito de Jogos Abertos do Paraná que a discussão do que se pretende do que se objetiva com os Jogos Abertos tem que ficar mais clara para todas as pessoas que estão envolvidas

no processo. Então tem que chamar Município, tem que chamar Federação, tem que chamar o Estado e talvez chamar a representatividade dos próprios atletas no mínimo para ver o que eles pensam e o que eles querem dos Jogos Abertos do Paraná, talvez pensar nisso. E se discutir realmente qual é o caminho que nós temos que seguir: os Jogos Abertos é festa, é conagração, é um espaço aonde as pessoas vão lá para se divertir, um espaço para as pessoas enfim, buscar a sua excelência esportiva, é um espaço onde nós não temos que ter essa procura cega do esporte excelência, do esporte espetáculo, ele pode continuar vivendo do jeito que está, essa comodidade ela é suficiente para a gente, ela para nós está tranquila, é isso que nós queremos manter nesse estado de comodidade que a gente não precise buscar novas expectativas, novas experiências, novos desafios, a gente tem que manter do jeito que está. Eu acho que os Jogos Abertos podem ir muito além do que estão. Eu acho que já se buscou alguma coisa criando as duas divisões, mas eu acho isso é muito pouco. Eu acho que ainda está um evento muito tumultuado. Você não vai conseguir atrair patrocinadores com um evento desses, por que ele não é um evento que por não ter um caráter de espetáculo é muito difícil você trazer a televisão para dentro desse evento e se você não trazer a televisão você tem dificuldades de trazer os patrocinadores, você tem dificuldades de trazer.

Entrevistadora pergunta – Você acha que ele é inflado em que sentido?

Del Rei responde – Muita gente muita modalidade. Eu acho que tem que se rever essa condição de quantitativo, essa condição de quantidade modalidades. Eu acho que o Estado poderia fomentar a prática de algumas práticas de maneira isolada não dentro do próprio evento e focar realmente dentro daquilo que é a realidade do Estado. Eu acho que tem muita coisa ali que poderia ser resolvida de outra forma. Eu acho que dezesseis modalidades é muito, eu acho que vinte e tantas equipes por modalidade é muito, você não consegue tornar isso atrativo para ninguém. Não consegue tornar atrativo para quem participa, pois jogar às oito horas da manhã, durante cinco dias seguidos, sem nem um intervalo de recuperação, você não consegue torna isso atrativo. É você fazer jogos das oito da manhã até onze horas da noite, até meia-noite, até as três horas da manhã dependendo da modalidade, sendo que às oito horas da manhã as pessoas têm que estar lá para trabalhar de novo. E aí nisso eu falo o quê? Que é arbitrário? Eu falo da organização, eu falo dos dirigentes municipais que independente da modalidade eles acompanham todas as modalidades?! Então é uma competição que trás um desgaste muito grande. Então eu acho que tudo isso tem que ser discutido. É isso que nós queremos?! Continuar fazendo competição para seis mil pessoas ao mesmo tempo, com vinte e tantas equipes em cada modalidade, com dezesseis modalidades esportivas, sem nenhuma preocupação com as instalações que nós estamos oferecendo para a prática dessas modalidades, sem tornar esse Projeto atrativo para que você traga investimentos privados para dentro do Projeto, para que o Estado possa ir se afastando aos poucos e possa utilizar esses recursos que estão sendo colocados num evento desses que não são poucos e não são baixos e investir em outra coisa, investir na área de capacitação, que eu acho que eu acho que é a principal área que o Estado tem que investir. Capacitação em professores que vão formar atletas, capacitação em técnicos que vão aprimorar esses atletas, capacitação em administração esportiva e agora essa administração e organização esportiva, capacitação em discussão e políticas públicas, de um modo profundo e não a não ficar essa coisa de... Hoje o que existe no Estado é uma política de eventos com um fim nele mesmo e não trazem nenhum reflexo depois. Então é tudo isso precisa ser discutido, por que os Jogos Abertos acabam em outubro e praticamente o Estado pára e só volta a funcionar em março do ano que vem quando começa a se abrir prazos de inscrição, enfim, eu acho que é pensar muito pequeno, é pensar muito pouco, é estar demasiadamente acomodado e o Estado ficou assim. O Estado já vem dentro de um processo de, sei lá, doze anos, treze anos, quatorze anos, que

ele vem vivendo de Projetos, que ele vem vivendo eventos única e exclusivamente tanto na área do esporte como na área do lazer.

Entrevistadora pergunta – E na tua opinião quem deveria realizar e organizar os Jogos Abertos do Paraná?

Del Rei responde – A comunidade toda. Os Jogos Abertos ele começou por uma iniciativa da comunidade esportiva. Não foi o Governo que criou os Jogos Abertos ou o Estado que criou. Quem criou foram três professores, que buscaram a idéia no que acontecia em São Paulo e trouxeram para o Paraná e aí identificaram outras pessoas de diferentes Municípios do Estado que começaram a criar um evento com o objetivo de fazer integração e conagração. E talvez esse ponto seja o ponto que precise ser resgatado. Quem tem que administrar o evento são as pessoas que participam do evento. O Estado talvez ele entre com um papel, talvez, com um pouco de recurso financeiro no evento. Tem que buscar novos parceiros para investir no evento, supervisionar para que o evento não saia de dentro do que está acordado entre todas as partes e tecnicamente as competições tem que ser administradas pelas Federações. É a única forma de você aproximar as Federações dos Municípios. É a forma que eu vejo. É a única forma de você trazer a Federação a dialogar diretamente com os Municípios que hoje são as entidades de prática que existem dentro do Estado.

Entrevistadora pergunta – Nesse período, meu estudo é de 87 a 2005. Praticamente começou no Álvaro e veio até o segundo governo do Requião. Olhando os Jogos Abertos você identifica marcos? Coisas importantes que você considera marcos?

Del Rei responde – O primeiro marco dos Jogos Abertos foi quando logo no ano que o Álvaro Dias entrou quando ele fez a regionalização dos Jogos Abertos. Que deu, digamos assim, os Jogos Abertos ele tava com setenta e sete Municípios sendo realizado numa única fase e logo que o Álvaro entrou, ele regionalizou e os Jogos Abertos passaram para quase duzentos Municípios de participação no Estado. E aí existiu um crescimento até 1996, 1997 de participação não de qualidade. Se você analisar existia uma única modalidade que existe, digamos assim, um esporte espetáculo por que já tem uma cultura dentro do próprio Estado que é o futebol de salão. É a única modalidade hoje que eu vejo dentro dos Jogos Abertos sendo realizada como esporte de, a única, nenhuma outra, a única modalidade que você vê várias equipes em condições de disputar competições a nível nacional com possibilidade de ir buscar, tornar a competição um espetáculo. É a única porque se você pegar no voleibol não tem nenhuma equipe capaz disso, no handebol você tem uma ou duas equipes capaz disso no masculino e uma no feminino que chega e atropela todo mundo. Não ganha quem foi atropelado e não ganha quem atropelou, os dois se perdem no processo. Nenhum dos dois consegue identificar aspectos positivos e negativos daquela partida. Então eu vejo que todos têm que sentar e refletir a realização desse evento. Não existe outra alternativa senão vai ficar nessa situação onde o Estado finge que está fazendo um evento de Alto Rendimento e os Municípios fingem que estão participando de um evento de Alto Rendimento. Que é o que para mim como hoje numa visão de quem está de fora do processo nota que não é o que está acontecendo.

Entrevistadora pergunta – Então o marco principal foi esse?

Del Rei responde – Não, tiveram outros. Essa abertura veio exatamente para chocar, eu acho, porém abrir os Jogos Abertos de 91, 92, para quem quisesse participar acho que veio para chocar e mostrar para as pessoas naquela época que o que eles estavam fazendo não era Esporte de Rendimento. Quando abriu para virem equipes de outros Estados participar dos Jogos Abertos do Paraná veio mostrar que esse não tinha o nível esportivo que todos esperavam que tivesse. Então se você pegar modalidades individuais dos Clubes você vai

ver que tem recordes que foram batidos em 1991 em Maringá e que duram até hoje, atletismo, natação. Tem alguns recordes que devem durar até hoje ou se já foram batidos foram batidos recentemente. Demoraram doze ou quinze anos para serem batidos.

Entrevistadora pergunta – Essa vinda de atletas ocorreu porque era uma forma de rechaçar e de protestar. O diretor da época queria fazer quadro de medalhas.

Del Rei responde – Mas foi isso. Mas como na época eram de Governos opostos, o Governo do Município de Maringá e o Governo do Estado do Paraná o que fizeram?! Contrataram essas equipes para jogar por Marialva e por outras cidades para exatamente contrapor a proposta do Estado e isso veio exatamente oferecer essa resposta, que ninguém identifica, é que o esporte que o Paraná fazia ou apresentava era um Esporte de Alto Rendimento muito “Baixo”. Não era o de Alto Rendimento era muito Baixo, que trouxeram equipes inteiras de fora e essas equipes inteiras de fora ganharam o ouro dos Jogos Abertos do Paraná pelo Quadro de Medalhas. Então o esporte que o Paraná fazia eles se prenderam nessa questão única do Quadro de Medalhas da análise do Quadro de Medalhas, mas não se atentaram, não observaram a essência da coisa. Que eu acho que era muito mais importante era identificar que o esporte estava entendendo ou fazendo como de Alto Rendimento quando abria as suas portas e trazia a oportunidade de outras pessoas de outros Estados participar demonstrava que era um esporte muito fraco.

Entrevistadora pergunta – Outro marco.

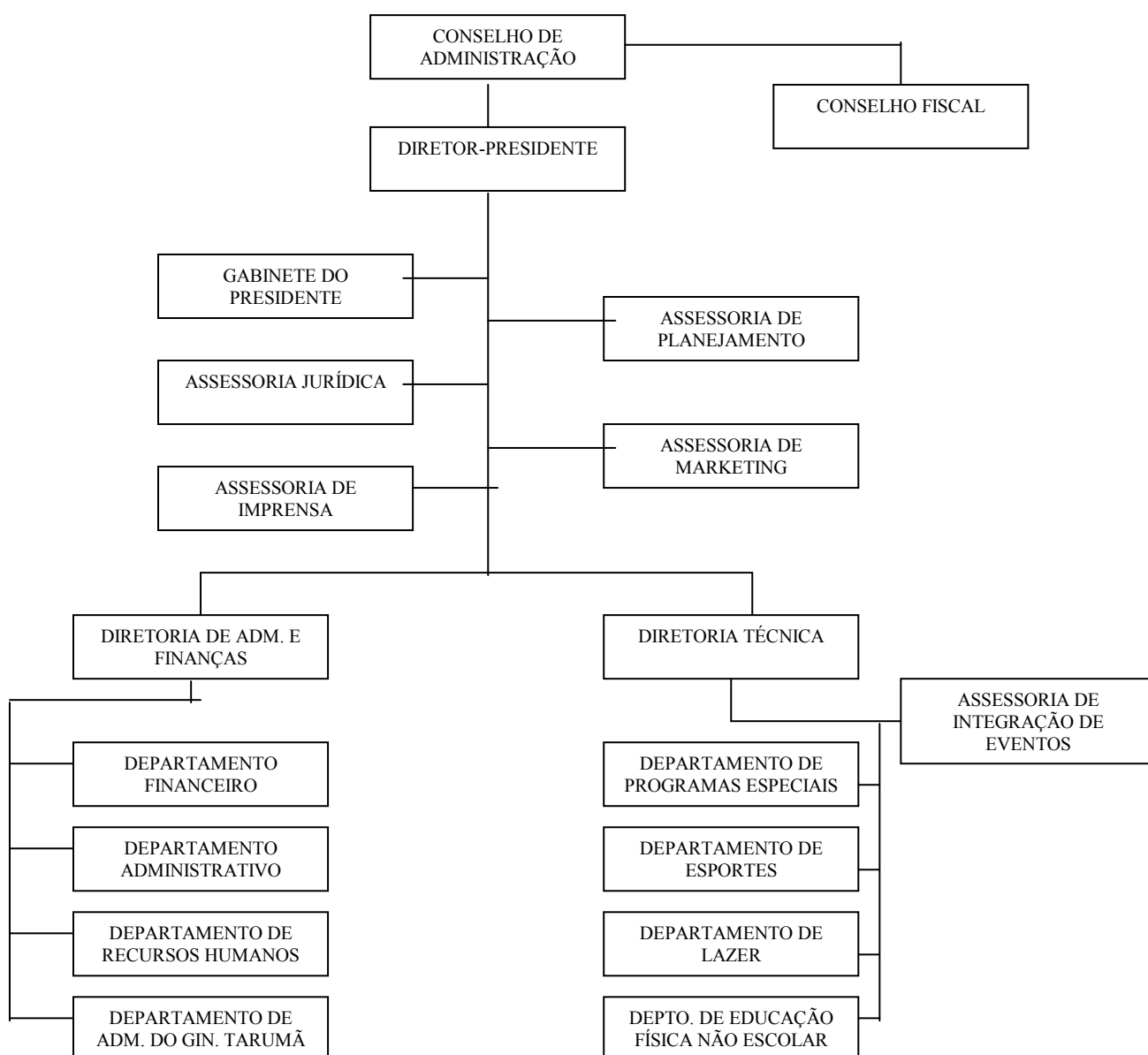
Del Rei responde – Outro marco que a gente pode dizer foi essa questão das análises científicas que foram feitas durante os Jogos da Juventude e dos Jogos Abertos. Outro marco importante foi quando da criação dos Jogos Abertos Brasileiros no seu início 93, 94, 95, 96 houve investimentos e intenções dos Municípios em investir melhor nas suas equipes para poderem sair e disputar competições fora com outros Estados e que o Paraná conseguiu alguns resultados significativos em função disso. Chegou a ser campeão em 1996 dos Jogos Abertos Brasileiros, foi duas vezes vice-campeão em competições com estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina que são, digamos, os Estados que tem o controle esportivo, a hegemonia esportiva do país. Então essa época foi uma época que marcou também, que houve um investimento maior por parte do poder público Municipal e também do poder público Estadual na ligação desses dois eventos, os Jogos Abertos do Paraná com os Jogos Abertos Brasileiros. Depois teve um período que o Paraná deixou de ir por razões diversas, depois voltou a participar, depois deixou de ir de novo... Quer dizer, se perdeu o foco no evento. Então aí os municípios perderam o interesse em participar do evento começaram a ir com outras equipes participar do evento. Ganhavam os Jogos Abertos com uma equipe e dispensavam todos os atletas e iam para os Jogos Abertos Brasileiros com outros atletas totalmente diferentes, com equipes totalmente diferentes. Então isso desestimulou o Estado, desestimulou os Municípios e acabou se perdendo dentro do processo. E o que a gente identifica como uma grande lacuna que aconteceu foi em 97 com o encerramento dos Jogos Colegiais, os Jogos da Juventude ficaram muito de Rendimento, por que a base dos Jogos da Juventude estava focada nos Jogos Colegiais, os Escolares na época, e os Jogos da Juventude eram o que davam sustentação para os Jogos Abertos, que davam renovação para as equipes dos Jogos Abertos. Então nós notamos um envelhecimento das equipes dos Jogos Abertos, em função de que esses atletas nos Jogos da Juventude não estavam maturados ou preparados para começar a participar dos Jogos Abertos. Então nós vimos equipes com atletas de 35, 40 anos jogando nos Jogos Abertos, nós vemos situações aonde tinham quatro equipes disputando uma modalidade e eram todos de uma única cidade. Dividiu-se o trabalho que tinha na cidade e cedeu atletas para as outras três cidades e eram quatro equipes da mesma cidade só que com nomes de cidades diferentes. Então têm todas essas situações que eu



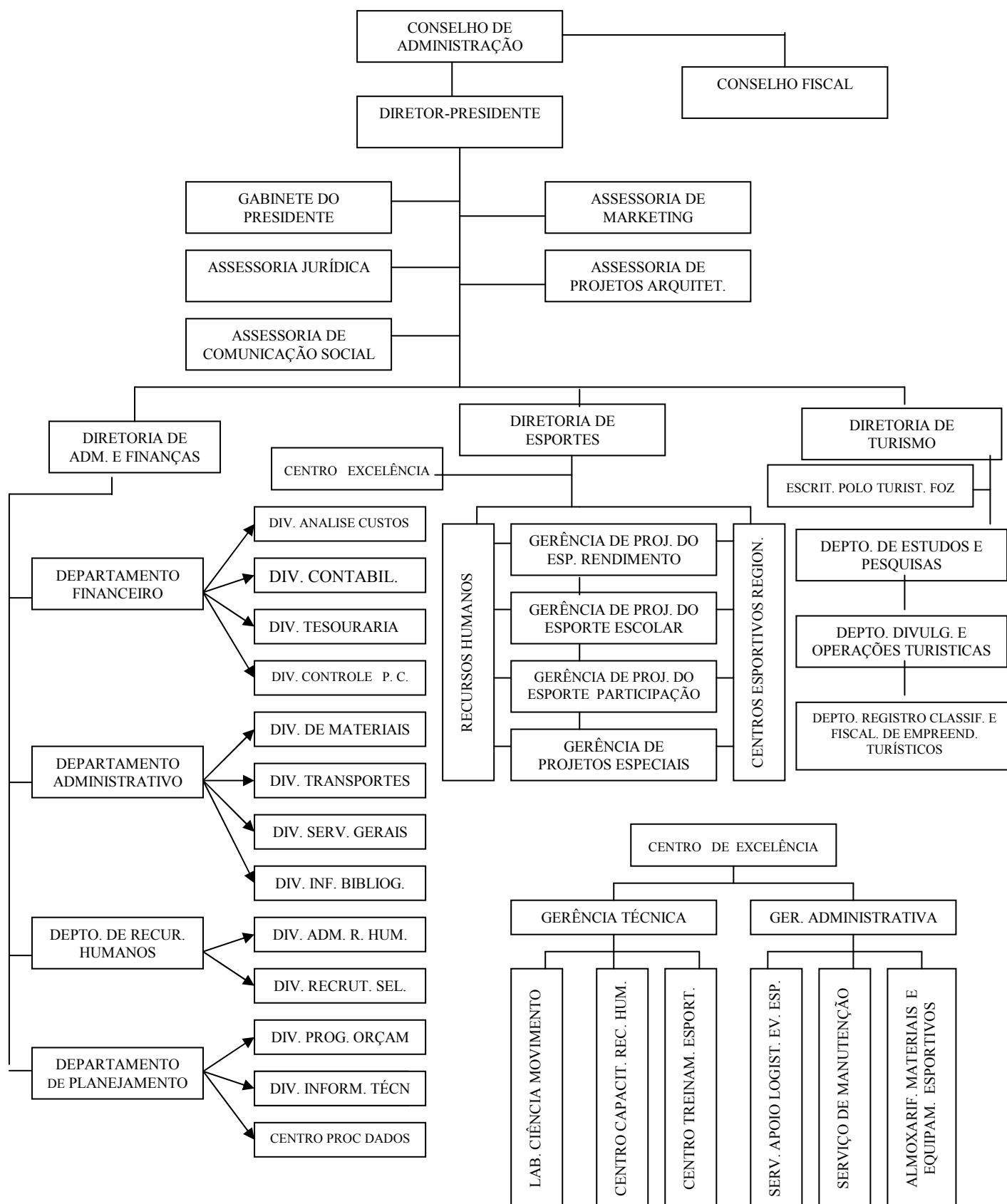
acho que têm que ter muita calma, tem que resgatar todas essas coisas. Tem muitas pessoas que podem ajudar nesse processo de discussão. Uma criança aos quatorze não tem a coordenação motora para a prática desportiva pode chegar aos dezoito e se revelar um excelente atleta. Como a gente tem vários exemplos, o Cláudio começou a correr com vinte e um anos, o Carlão do voleibol começou a jogar vôlei com dezoito anos, e várias outras pessoas que despertam para o esporte numa fase já mais avançada. O que eu acho importante é que a prática do esporte na escola ela tem que acontecer sem determinar ou vincular isso à Educação Física na escola. São duas coisas totalmente diferentes e também dentro desse processo entra também a discussão da abertura das escolas nos finais de semana para a comunidade. Aí a gente pode, enfim, viajar para uma série de situações.

|

## ANEXO V – ORGANOGRAMA DA FUNDAÇÃO DE ESPORTES DO PARANÁ - 1987



## ANEXO VI – ORGANOGRAMA DA FUNDAÇÃO DE ESPORTE E TURISMO DO PARANÁ - 1988



## ANEXO VII – ORGANOGRAMA DA AUTARQUIA PARANÁ ESPORTE - 1995

